Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Aline Correia Martins

“Preta, o que há em ti?”: estudo sobre a permanência de professoras negras nos espaços institucionais de educação superior e suas estratégias de resistências

Rio de Janeiro
2024

Aline Correia Martins

Preta, o que há em ti?": estudo sobre a permanência de professoras negras nos espaços institucionais de educação superior e suas estratégias de resistências

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Altair Pocahy

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M386 Martins, Aline Correia
Preta, o que há em ti?": estudo sobre a permanência de professoras negras nos espaços institucionais de educação superior e suas estratégias de resistências/ Aline Correia Martins. – 2024.
212 f.

Orientador: Fernando Altair Pocahy.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Ensino superior – Teses. 3. Racismo – Teses. I. Pocahy, Fernando. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

br CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Aline Correia Martins

“Preta, o que há em ti?”: estudo sobre a permanência de professoras negras nos espaços institucionais de educação superior e suas estratégias de resistências

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Aprovada em 05 de março de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Fernando Altair Pocahy (Orientador)

Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof. Dr. Thalles Amaral

Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof. Dr. Jonê Carla Baião

Afiliação conforme modelo acima

_____

Prof. Dr. Luiza Rodrigues de Oliveira

Universidade Federal Fluminense

_____

Profª. Drª. Alessandra Pio Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Aos meus ancestrais que aqui estão e aos ancestrais já se foram. Ao meu amado pai que sempre acreditou no meu potencial, Paulo Alves Martins (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES pelo auxílio financeiro que contribuiu para finalização deste trabalho e ao Proped (Programa de pós-graduação em educação) que com o conjunto de Pesquisadores - professores abriram novas perspectivas epistemológicas.

Sou extremamente grata pela orientação do Profº Dr. Fernando Pocahy, não apenas pela orientação, mas, sobretudo pelo carinho, por encerrar esse ciclo comigo de forma potente, sendo parceiro e orientador que me ensina, me potencializa e respeita as minhas escolhas.

As professoras entrevistadas pelo tempo disponibilizado e pelo cuidado que tiveram ao conversar comigo – sem a doação de vocês esta tese não seria possível.

Ao grupo de pesquisa GENI – Uerj/ Proped que me ensinou muito durante as leituras dos textos, construção da tese. O Grupo de pesquisa que só me agregou desde 2017 até hoje.

A AnaMaria Ladeira essencial para o fechamento desde ciclo de escrita, que me ajudou lendo e corrigindo o trabalho em pleno janeiro de férias e sem a sua ajuda seria mais difícil à finalização deste trabalho. A minha amiga Beatriz Arosa que atendeu um chamado para ler a conclusão do trabalho e ver se fazia algum sentido.

A querida Emily Dantas comadre de gato, que formatou meu trabalho além de parceira de aventuras na Lira Circense. Sou muito grata pelo help.

Agradeço ao amigo Cesar de Souza Gomes que realizou o resumo em espanhol.

Tijana Isailovic, obrigada pelas aulas de inglês, por ser minha amiga, professora de inglês e tradutora.

À minha avó Ecleia Correia Ribeiro, a minha mãe Nair Correia Martins e meus irmãos Jonatan Correia Martins e Paulo A. Martins Junior, obrigada pelos afagos e pelas brigas – sobretudo pelo amor que têm por mim.

As crianças (erês) filhos e filhas das minhas amigas-irmãs: Malak, Raoni, Mário e Sofia. Ao meu amado sobrinho e afilhado Bernardo P. Correia; ao meu enteado Arthur Francisco L. Gonçalves que me nutre semanalmente de amor e cumplicidade – a vida com a sua presença é sempre melhor.

Ao meu amor e esposo Vinicius Gonçalves que caminha comigo diariamente e que segurou na minha mão e enxugou as minhas lágrimas, ouviu meus desaforos nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao universo, aos Orixás que me guiam e as Deusas que colocaram atravessando a minha vida mulheres incríveis e amigas de muitas jornadas: Sabrina Galeno Priscila Thaiss, Ana Paula, Michele, Clarisse Kalume, Bruna Sichi, Rita Passos, Suzana Mattos,

Camilla Oliveira (in memoriam), Isabela Vichi, Beatriz Arosa, Fernanda Nascimento Thomaz, Valeria Aquino, Christina Maria Rodrigues (in memoriam), Fátima Santos, Olívia Santos, Aline Oliveira, Marisa Santana, Ana Karina Costa, Isabela Vichi, Rosane e as minhas amigas da lira, atividade circense que faz diferença na minha vida: Emily, Mariah, professora Yasmin, Diana, Giulia, professor Roberto (Beto) , Flavinha e Raíra.

As minhas Colegas de trabalho e professoras que aguentam a barra de uma profissão tão desvalorizada, e mesmo assim de forma coletiva suavizam o cotidiano estressante, sonhando coletivamente e produzindo um bom trabalho: Márcia, Alinnie, Anita, Sonia, Patrícia, Eliane, Cida, Carmem, Fernanda e todos as colegas de trabalho e direção do Ciep.

Aos amigos que estão sempre presente na minha vida: Jorge Correia (in memoriam) Fabio, Luciano Medeiros, Valdenir, André, Franklin, Marcelo, Igor, Vinicius Esperança todos/as amigos/as que não citei, que certamente esqueci porque me ausentei pela falta de tempo, pela pandemia da covid-19 e pela vida que é corrida, mas sabem que são presentes na minha vida de alguma forma mesmo que seja por mensagens em redes sociais, obrigada

Ain't Got No / I Got Life

Ain't got no home, ain't got no shoes
Ain't got no money, ain't got no class
Ain't got no skirts, ain't got no sweaters
Ain't got no perfume, ain't got no love
Ain't got no faith
Ain't got no culture
Ain't got no mother, ain't got no father
Ain't got no brother, ain't got no children
Ain't got no aunts, ain't got no uncles
Ainot no love, ain't got no mind
Ain't got no country, ain't got no schooling
Ain't got no friends, ain't got no nothing
Ain't got no water, ain't got no air
Ain't got no smokes, ain't got no chicken
Ain't got no
Ain't got no water
Ain't got no love
Ain't got no air
Ain't got no God
Ain't got no wine
Ain't got no money
Ain't got no faith
Ain't got no God
Ain't got no love
Then what have I got
Why am I alive anyway?
Yeah, hell
What have I got
Nobody can take away
I got my hair, got my head

Got my brains, got my ears
Got my eyes, got my nose
Got my mouth
I got my
I got myself
I got my arms, got my hands
Got my fingers, got my legs
Got my feet, got my toes
Got my liver
Got my blood
I've got life
I've got lives
I've got headaches, and toothaches
And bad times too like you
I got my hair, got my head
Got my brains, got my ears
Got my eyes, got my nose
Got my mouth
I got my smile
I got my tongue, got my chin
Got my neck, got my boobs
Got my heart, got my soul
Got my back
I got my sex
I got my arms, got my hands
Got my fingers, got my legs
Got my feet, got my toes
Got my liver
Got my blood
I've got life
I've got my freedom
Nina Simone

RESUMO

MARTINS, Aline Correia. "*Preta, o que há em ti?":* estudo sobre a permanência de professoras negras nos espaços institucionais de educação superior e suas estratégias de resistências. 2024. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O presente trabalho discute o racismo institucional em instituições educacionais de nível superior, através da cartografia efetuada pela análise de entrevistas realizadas com mulheres negras, que atuam como docentes na graduação e/ou pós-graduação em cursos das ciências humanas em universidades públicas. A partir de uma tentativa de cartografar processos de dor e resistência no trabalho, a pesquisa tentou localizar no espaço institucional acadêmico de poder-saber as estratégias acionadas por docentes negras em torno do sentimento de solidão profissional. Privilegiou-se a análise de dois tipos principais de ação: aquelas que estão na relação com as aulas como uma forma de fuga e as formas cotidianas de resistência enquanto alianças políticas dentro e fora do espaço de trabalho. Evidenciou-se como o racismo e suas ações constituem o espaço institucional, possibilitando que um campo de pensamento e embate às estruturas de violência e racismo, se instaure simultaneamente como lócus da (re)produção da hostilidade racial e de gênero.

Palavras-chave: Mulheres negras/pretas. Racismo institucional. Dor, subjetividade e resistência.

ABSTRACT

MARTINS, Aline Correia. *"Preta, what's wrong with you?":* study on the permanence of black female professors in institutional spaces of higher education and their resistance strategies. 2024. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This paper discusses institutional racism in higher education institutions, through the mapping carried out by analyzing interviews with black women who work as teachers in public universities,who work as teachers in undergraduate and/or postgraduate courses in human sciences. Based on an attempt to map processes of pain and resistance at work, the research tried to identify the academic institutional space of power-knowledge and the strategies used by black female teachers to deal with feelings of professional loneliness. It prioritized the analysis of two main types of action: those related to the classroom as a form of escape and everyday forms of resistance as political alliances inside and outside the workplace. The study showed how racism and its actions constitute the institutional space, enabling a field of thought and confrontation with structures of violence and racism to be established simultaneously as a locus for the (re)production of racial and gender hostility.

Keywords: Black women. Institutional racism. Pain, subjectivity and resistance.

RESUMEN

MARTINS, Aline Correia. *"Preta, ¿qué te pasa?":* estudio sobre la permanencia de profesoras negras en espacios institucionales de educación superior y sus estrategias de resistencia. 2024. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

El presente trabajo se llevó a cabo a fin de discutir el racismo institucional en instituciones de educación superior, através de una cartografía realizada a partir del análisis de entrevistas realizadas a mujeres negras, que se desempeñan como docentes en carreras de pregrado y/o posgrado en ciencias humanas en universidades públicas. A partir de un intento de mapear procesos de dolor y resistencia en el trabajo, la investigación intentó ubicar en el espacio académico institucional del saber y el poder las estrategias utilizadas por las docentes negras en torno al sentimiento de soledad profesional. Se privilegió el análisis de dos tipos principales de acción: las que tienen relación con las clases como forma de escape y las formas cotidianas de resistencia como alianzas políticas dentro y fuera del espacio de trabajo. Se ha evidenciado cómo el racismo y sus acciones constituyen el espacio institucional, permitiendo que un campo de pensamiento y conflicto con las estructuras de la violencia y el racismo se establezca simultáneamente como un locus de (re)producción de la hostilidad racial y de género.

Palabras clave: Mujeres negras. Racismo institucional. Dolor, subjetividad y resistencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Docentes doutores na pós-graduação..... 25
Gráfico 2 - Proporção de estudantes no ensino superior, por sexo e cor/raça – Brasil, 2003 e 2009..... 46
Gráficos 3, 4, 5 e 6 - Gráficos de sobrenomes no Brasil e mobilidade econômica.....168
Figura 1 - Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google 1.....172
Figura 2 - Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google 2.....172
Figura 3 - Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google 3.....172
Gráfico 7 - População por cor e raça no Brasil.....193

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
MNU	Movimento Negro Unificado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT	Partido dos Trabalhadores
PVNCS	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
RE	Racismo Estrutural
RI	Racismo Institucional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UF	Universidade Federal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 16

1 **CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE PESQUISA: PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES**..... 25

1.1 **Do lugar de ouvinte-objeto para produtoras de conhecimento: a pesquisa**..... 27

1.2 **Caminhos da pesquisa: metodologia**..... 43

1.2.1 Implicações: marcas de mulheres negras/pretas professoras..... 49

1.3 **Nossos corpos *in*comodando, *a*comodando e trazendo multiplicidade na universidade**..... 50

2 **CORPOS QUE VIVEM NA/PARA DOR: EPISTEMOLOGIA DA DOR, RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL QUE CONTRAFAZ A CONSTRUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES**..... 61

2.1 **"A mulher de dentro de cada um não quer mais silêncio."** 63

2.2 **"Eu, entre esquerda e direita, continuo sendo preta."** 67

2.3 **"Nossos passos vêm de longe": ancestrais intelectuais, racismo, dores e resistência**..... 78

3 **COMO HABITAR O ESPAÇO DA BRANQUITUDE: TRAJETÓRIAS (IM)POSSÍVEIS. DOR E SUPERAÇÃO**..... 96

3.1 **Mal-estar acadêmico**.....100

3.2 **Violência acadêmica**.....109

3.3 **Das estratégias**..... 113

3.4 **O que não se fala?**..... 124

3.5 **Branquitude acadêmica**.....134

3.7 **Solidão**.....138

3.8 **O futuro é o Quilombo**..... 143

3.9 **Reflexões sobre a resistência na existência**.....149

4. **"QUANTO MAIS PRIVILÉGIO VOCÊ TEM, MENOS VOCÊ CONSEGUE ENTENDER O QUE É O PRIVILÉGIO."** 157

4.1 **Era só mais um Silva**.....166

4.2 **Imaginários: estética, espaço e território como privilégios**.....169

4.3 **Imaginário Territorial**.....174

4.4 **O privilégio é reforçado pelo pacto narcisista**.....176

4.5 **Água, o privilégio da fonte da vida**.....179
4.6 **O privilégio da longevidade: a quem interessa o envelhecimento de pessoas negras?**.....182
4.7 **O privilégio da classificação. E elas: pretas, pretas... pretinhas**.....189
4.8 **A classificação das entrevistadas**.....193
REFERÊNCIAS.....206

INTRODUÇÃO

Esta tese foi elaborada com a intenção de partir de experiências de mulheres negras/pretas, no que tange às dimensões de suas vidas acadêmicas e profissionais. Embora, no título do trabalho, tenha optado por usar a primeira categoria "mulher preta" –, visto que as entrevistadas se utilizam mais dessa categoria ao se remeterem a si mesmas –, no decorrer da escrita da tese utilizo tanto "preta" quanto "negra" como categorias de classificação. Atualmente, principalmente as novas gerações fazem uso do termo "preta", e ao escolher empregá-lo no título, não pretendo hierarquizar "preta" em detrimento de "negro" – ao contrário, faço uso de ambas as classificações, exatamente por compreender que "preta" não opera como uma desqualificação do termo "negro". No quarto capítulo, também trago a importância da construção do termo "negro" para a consolidação do Movimento Negro Unificado (MNU), uma vez que o termo *negro* se tornou objeto de importante debate no MNU, tendo os *Cadernos Negros*[1] adotado o termo *negro* a partir da década de 70. Menciono que essa geração que se tornou letrada na questão racial, bem como os militantes com influência desta, optaram pela nomenclatura *negra*, sendo a categoria "Negro" historicamente relevante para construção da identidade. Além disso, enfatizo a relevância do debate classificatório não apenas como disputa linguística, mas enquanto produção de políticas públicas, uma vez que refletir e debater as classificações considerando as especificidades e interseccionalidades, é também importante para as reflexões sociopolíticas. Por último, estimula a reflexão de que a linguagem, assim como a cultura e as identidades, não são fixas. Assim, no decorrer da escrita, "Pretas" e "Negras" serão empregadas lado a lado, criando uma aproximação conceitual que não denota como equivalência, já que o conceito "Negro" operou como repositório de classificações de "preta" e "parda", tendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) convencionado que, no Brasil, *negro* é quem se autodeclara "preto" ou "pardo". Dessa forma, na presente tese a terminologia "pessoas negras" englobará toda essa multiplicidade classificatória.

A pesquisa intenta perceber e descrever como o racismo institucional provoca dores que refletem no cotidiano da vida laboral e na subjetividade. Também procurei apresentar como são relatadas as tramas regulatórias da branquitude, o (cis)sexismo e as alianças políticas no espaço institucional, as relações que influenciam e impactam o trabalho e a subjetividade. Pensei em

[1] Cadernos Negros foi um periódico produzido com o objetivo de incentivar autores da literatura negra a produzir poemas e contos que refletissem o pensamento do negro e o preconceito existente em na sociedade Brasileira.

hipóteses sobre suas estratégias de sobrevivência e de permanência em um espaço vivenciado como mais ou menos hostil, ora muito hostil, ora um lugar que agrega corpos subalternizados. Interessou-me todas as questões relatadas e que se repetiram nas conversas com as entrevistadas, questões que inquietam, atravessam e impactam as vivências e os corpos das mulheres negras atuantes no ensino superior e espaço de poder/saber, preferencialmente mulheres as quais lecionam em salas de aula de instituições públicas, na graduação e na pós-graduação.

Essas mulheres representam uma minoria em sala de aula na universidade, cerca de 16%, e o percentual fica ainda mais irrisório se considerarmos as que lecionam na pós-graduação, cerca de 3%, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) 2016[2]. Por serem tão raras no espaço de ensino superior, a ênfase deste trabalho não é sobre o percurso, mas sobre a permanência nesse espaço. A pergunta que centraliza o trabalho é como se manter nesse espaço de poder/saber, historicamente branco e cisnormativo? Quais são as estratégias discursivas, de alianças políticas, epistêmicas que os corpos de mulheres negras/pretas utilizam para se manter no espaço acadêmico?

Esta proposta de tese foi elaborada por acreditar na necessidade de pensar algumas questões de suma importância para o campo das relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Faz-se necessário apresentar alguns debates, pois, ainda que os mesmos não sejam demasiadamente aprofundados em toda a tese, são algumas das discussões que alicerçam este campo de pesquisa.

A tese contará com quatro capítulos: além da Introdução. No capítulo I, apresento o problema de pesquisa, situando a questão e apontando para como foi realizada a pesquisa. Nesse capítulo, exponho alguns enredamentos de pesquisa como problema, descrevo um pouco do campo, e também trago as primeiras questões importantes para a reflexão sobre o racismo, além de apresentar certos dados para compreender por que os corpos de mulheres pretas como professoras universitárias ainda são "estranhos" no espaço institucional mesmo com maioria de corpos femininos como estudantes.

O capítulo II se desdobra em duas partes. No intuito de realizar uma análise teórica aprofundada, na primeira parte foco nas questões que dão embasamento à tese, como: o racismo estrutural (RE) e o racismo institucional (RI), o impacto da colonialidade, a epistemologia da dor, o epistemicídio, o trauma coletivo do racismo (Grada Kilomba), a dororidade (Vilma

[2] INEP. Censo da Educação Superior. Notas Estatísticas. Brasília, 2016.

Piedade), o feminismo branco e o feminismo negro. Na segunda parte, dialogo com teóricas que escolhi para representar as ancestrais da intelectualidade acadêmica e política negra/preta no Brasil que exploram a estrutura do racismo no país; decolonialidade na pesquisa social; interseccionalidade. Para esse fim, elegi quatro intelectuais negras/pretas, dentre muitas intelectuais ancestrais como exemplos de contribuição, mas também como vítimas da estrutura racista, da dororidade e do trauma colonial coletivo. Logo, o propósito desse capítulo é considerar como essas mulheres foram e pensaram as vítimas da estrutura racista que reconheceram, bem como produziram e contribuíram para tentar modificar essa estrutura. Essas mulheres são referências dos nossos corpos-negros/pretos.

O Capítulo III é dedicado à análise das entrevistas das três professoras universitárias e como o racismo impacta no cotidiano. Alguns relatos atravessam a minha vivência como mulher negra na academia e me levam a refletir sobre as resistências e as estratégias dessas intelectuais para se manter no espaço de poder e de saber branco.

No IV e último capítulo, me debrucei na reflexão sobre os incalculáveis privilégios da branquitude, selecionando alguns dos tantos que existem e analisando-os. Aproveito o capítulo para discutir sobre classificação racial entre as categorias negro e preto e seus desdobramentos

Esta tese teve como objetivo geral a tentativa de criar um documento das (r)existências dessas mulheres no espaço profissional. Ao pensar esta pesquisa e procurar os caminhos para trilhá-la, ficou muito evidente a escassez de material bibliográfico que retratasse essas trajetórias nas relações estabelecidas institucionalmente com seus pares e com as organizações das quais são parte integrante. Assim, achei pertinente apresentar esses corpos-exemplos para conhecermos essas realidades e pensar teoricamente partindo dos corpos-pretos.

Meu recorte de pesquisa será realizado com mulheres que se tornaram profissionais da educação universitária de 2009 até 2019 – compreendendo o que essas profissionais vivenciaram e considerando o período em que foram aplicadas a maior parte das propostas de cotas raciais e econômicas como política pública.

O trabalho será realizado por meio de entrevistas com professoras que atravessaram esse período e se graduaram em instituições, estaduais ou federais, do estado do Rio de Janeiro, onde nasceram, sem restrições de localidade de trabalho, que pode ser fora do estado de formação da graduação. Os marcadores que irão fundamentar o debate teórico neste trabalho são marcadores raciais e de gênero/sexualidade.

Apesar de este trabalho focar nos indicadores de gênero/sexualidade e raça como perspectiva fundamental, a escrita não se restringirá apenas a esses marcadores, mas irá considerá-los como condutores das demais intersecções que transpassam e entrelaçam os corpos

de mulheres negras, cisgêneras, professoras universitárias que, de alguma forma, tiveram mobilidade social – já que faço a aposta de que o cargo de professora universitária seja uma mobilidade econômica e social ocasionada pelo acesso ao nível superior e à pós-graduação. Inclusive, a primeira questão a ser colocada para as interlocutoras desta pesquisa é se o acesso à pós-graduação e ao concurso para professora universitária representou, entre os seus, o nível de distinção e mobilidade social esperado após o acesso ao curso superior.

Mesmo que a mobilidade social não seja o cerne da pesquisa, considero importante pensar esses corpos, vistos como "estranhos", nesse lugar de extrema legitimidade do saber. Infelizmente, por motivações da estrutura racista brasileira, é comum corpos de pessoas pretas estarem em trabalhos com baixíssima remuneração e de pouco ou nenhum reconhecimento social.

Para pensar o processo de ascensão de corpos negros/pretos como intelectuais, e do próprio acirramento do debate sobre o acesso de corpos não-brancos a posições de destaque com nível superior, é importante lembrar que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), depois de muitas discussões e debates, foi a primeira universidade do Brasil a implementar o sistema de cotas raciais no acesso à graduação. Não foram fáceis os processos de proposição, aceite e garantia desse direito. A dissertação de Carla Ramos (2005), "*Nem tão pobres, nem tão negros" um estudo de caso sobre os alunos indeferidos no vestibular/2004 da UERJ*, pesquisa realizada entre 2001 e 2004, e defendida pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), discute as ambiguidades e os problemas existentes no espaço narrativo e político da reserva de vagas por meio de ações afirmativas e o debate em torno das categorias de raça e classe.

No debate legislativo, para discutir a respeito dos alunos e alunas indeferidos, e sobre como definir quem tinha direito às vagas, por meio da política de cotas, nas universidades públicas, Ramos (2005) descreve, em sua etnografia, o processo de indeferimento de possíveis cotistas na UERJ e todo o debate no legislativo sobre a regularização do processo das cotas. A dissertação apresenta um relato no qual sintetiza como se deu, e acredito que ainda se dá, a agonística[3] de legitimação dos corpos, perguntando-se quais corpos podem acessar o ensino superior público, e quais corpos contam com a possibilidade de se manter nesse espaço de conhecimento e formação acadêmica de alta qualidade, cujos cursos são concluídos por uma

[3] "A agonística entre liberdade e poder não é uma questão simples. A liberdade é tanto condição para o exercício do poder quanto da resistência a ele. A agonística, ou, em outros termos, toda luta individual e social pró ou contra a efetivação da liberdade, torna-se assim uma questão política incontornável, "[...] tarefa política inerente a toda existência social." (FOUCAULT, 1994, p. 238-239).

porcentagem pequena de pessoas, no Brasil. Segundo o levantamento Educativo at Glance, elaborado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas 21% de, do nosso país, entre 25 e 34 anos, concluíram o ensino superior (dados referentes a 2019).

Esse acesso faz muita diferença para a chegada ao mercado de trabalho. Evidencio que a discussão neste trabalho não é sobre lei de cotas, mas sobre um processo de legitimação/ aceitação/ compreensão desses corpos em espaços que lhes foram recusados historicamente e, primariamente, pelo racismo no Brasil – racismo este que não se restringe à população negra, mas também indígena. Embora o recorte específico deste trabalho seja o de pessoas negras, é necessário reiterar que tal abordagem não dá conta de todas as formas de racismo à brasileira, mas procura apontar rotas de pensamento para entender, pensar e refletir sobre a estrutura brasileira e suas instituições – as quais têm amplo papel para a descrição, investigação e compreensão sobre o *modus operandi* do racismo – à medida que reproduzem a exclusão de corpos que não representam corpos colonialistas, heterossexuais e brancos.

Carla Ramos (2005) mostra como o debate de raça e classe foi utilizado para amenizar o problema central das cotas: o não acesso dos negros à universidade pública. O fragmento abaixo explicita o debate:

> Por que a lei de reserva de vagas para negros e pardos foi aprovada sem debate? Concluo que após discutir exaustivamente o projeto de reserva de vagas para alunos egressos de escolas públicas, e por consequência, a iniquidade no sistema de acesso ao ensino superior público, estava aberta a questão que acompanha uma determinada percepção brasileira sobre a questão racial: ao se falar em “pobre”, fala-se em “negro” e vice-versa. Por isso, o discurso do deputado Sérgio Cabral Filho (PMDB), referindo-se à questão racial, é fundamental para a constatação de que “raça” e “pobreza” estão associadas a uma maneira, bastante particular, de autorreflexão (RAMOS, 2005, p. 77)

A judicialização e o debate sobre a legitimidade das cotas, tanto no sentido jurídico, quanto na ênfase no medo de um suposto acirramento do conflito social devido à instauração da categoria “raça”, trouxe à tona um debate: se as cotas raciais fossem vigentes, não seria uma contribuição para desestabilização do convívio entre negros e não negros no Brasil? A tal ponto que um conhecido jornalista brasileiro organizou, no momento mais acirrado do debate, o livro *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, obra de 143 páginas lançada em 2006. Com prefácio de uma antropóloga, a obra afirma que o Brasil não é racista. Os autores usaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e a partir de teóricos reconhecidos para legitimar seu discurso. Não podemos dizer que o debate sobre cotas e entrada

de negros, pardos e indígenas foi realizado com argumentos do senso comum, com pessoas que não eram das áreas de pesquisa de ciências humanas e sociais; pelo contrário. Mas podemos dizer que houve um longo e grande engajamento de parte da intelectualidade branca e já estabelecida no meio acadêmico tentando impedir os corpos marcados pela categoria raça de estarem no mesmo espaço que outros corpos não marcados pela cor.

Este trabalho definitivamente não é sobre cotas raciais em si, mas de forma secundaria, tenta perceber os efeitos do discurso das cotas nas relações institucionais. Mesmo não sendo especificamente sobre a política de cotas, posto que nenhuma das professoras universitárias entrevistadas foi diretamente beneficiada pela política de cotas raciais, a pesquisa mostra que a entrada de discentes negros/pretos é um motivador para o trabalho das profissionais entrevistadas, além de ampliar os teóricos racializados, não europeus e anglo-saxões estudados em sala de aula, outro efeito da política de cotas raciais na vida e no trabalho dessas profissionais.

Afinal, não seria possível falar no aumento da presença de mulheres negras na vida acadêmica sem lembrar da importância das políticas de cotas raciais – sejam essas mulheres beneficiárias diretas ou não de tal política. As cotas raciais são marcadoras de uma política pública que traz à tona um debate para uma sociedade que até então aceitava publicamente o discurso de "mistura de raças", o qual celebra uma falsa harmonia racial (CAMPOS, 2015; PIERSON, 1948; NOGUEIRA, 1985; GONZALEZ, 2020).

O debate sobre a falácia de uma suposta harmonia racial e social se acentuou com a possibilidade de entrada de novos sujeitos no espaço acadêmico, historicamente ocupado pela elite. Inclusive o debate sobre o conceito de raça permeia o debate acadêmico ainda nos dias atuais. Como afirma Antonio Sérgio Guimarães em *Racismo e Anti-Racismo no Brasil* (1999),

> [...] é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a mentira que o conceito de 'raça' permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e sinistros –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite (GUIMARÃES, 1999, p.23)

Imediatamente, a própria ideia de *discriminação positiva*[4] gerando mobilidade de

[4] Segundo Gluz (2010), políticas de discriminação positiva foram pensadas como "estratégia de 'empoderamento', através da criação de medidas destinadas a prevenir ou atenuar mecanismos de discriminação, ou a compensar

corpos diversos para dentro da universidade gerou um ambiente propício a novos debates. Desde então, outros corpos ditos periféricos – além dos corpos negros, indígenas, também as pessoas LGBTQIA+, participam cada vez mais do debate sobre quem tem direito e quem enfrenta dificuldades para frequentar tais espaços (reconhecidos como pertencentes à branquidade cis[5]). Cabe reforçar aqui, que não é só a presença dos corpos, mas a presença desses corpos engajados, afirmados e reafirmando que são pretos, indígenas e LGBTQIA+; discutindo a abjeção que recai sobre seus corpos, os quais não fazem parte do status quo, afirmando seu direito a esses espaços que tradicionalmente não os acolhia, e mostrando-se nesses espaços em discussões interseccionais. Agora, eles não são apenas exceção à regra, mas são exceções que querem se tornar regra nestes espaços de poder e, no caso da universidade, de poder-saber.

É importante destacar que as críticas epistemológicas se amplificaram, abrindo outras possibilidades de produzir conhecimento, especialmente a ideia de produzir com, e não sobre, propiciando assim, um conhecimento situado e interseccionado. As críticas epistemológicas rompem a membrana de normalidade do domínio da branquitude cis com cada vez menos sutileza. Seguindo-se ao surgimento desse novo horizonte político, vão chegando outras proposições de que esse espaço seja preenchido por novos sujeitos, que demandam acolhimento e aceitação das diferenças em níveis de aprofundamento cada vez maiores. Tudo isso ocorre uma vez que tais corpos no espaço institucional são corpos atravessados por diversos indicadores de diferença – todos os corpos são interseccionados, sejam intersecções que dão privilégio e distinção social, sejam distinções que ampliam os entraves para ascensão ou vida social.

Antes de finalizar essa seção introdutória, não há como desprezar o período histórico de produção dessa Tese (2020-2024), cujos inícios coincidiram com a emergência da Pandemia de COVID-19. Principalmente em seus dois primeiros – e terríveis – anos. A Necropolítica foi operacionalizada em seu estado mais letal, matando mais seletivamente por classe, idade, raça aos indivíduos de grupos mais socialmente fragilizados. Aqui, se faz fundamental salientar que houve uma população racializada morta não por culpa de um novo vírus, mas sim pelo descaso e escolha pública que definiam quem merecia morrer, em detrimento de outros que mereciam ser preservados. Como descreve Lima (2021), vivemos uma *bionecropolítica*, ou a escolha de quem vive, a partir da eliminação de parte da população. Com o aparecimento da Covid-19 e

---

desvantagens independentes da vontade dos sujeitos que as padecem. Essas medidas supõem um tratamento desigual de modo a igualar as oportunidades de grupos desfavorecidos. Cf. GLUZ, Nora. Discriminação positiva. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancella; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

[5] Conferir mais adiante no item “Políticas públicas”.

paralisação da vida que conhecíamos como "normal", apenas na metade do processo de doutorado, em 2022, finalmente consegui realizar contatos bem-sucedidos para desenvolver a pesquisa.

Até 2022, as perdas e mortes televisionadas pelo mundo eram diárias, e o pânico de pegar o vírus e morrer, uma realidade coletiva, uma vez que homens pretos e pardos trabalhadores foram os que mais morreram por COVID-19 no país.[6] Mesmo os que estavam em casa trabalhando, no regime de *home office*, foram afetados pelas incertezas desse período trágico, em que havia o medo do contágio em atividades cotidianas como comer uma fruta contaminada, ou utilizar sacolas do supermercado com vírus.

Além disso, a cidade do Rio de Janeiro já havia passado por um processo de contaminação da água fornecida pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE). Logo, os privilegiados pertencentes às classes média e alta, adquiriam água mineral potável em supermercados, enquanto aqueles oriundos dos setores mais empobrecidos consumiam a água suja, fedorenta e insalubre provida pela estatal - cuja privatização às vésperas do "acidente" no serviço era, talvez não coincidentemente, solicitada pela mídia hegemônica, setores empresariais, e por grupos políticos conservadores. Assim, as separações e distinções já se colocavam a partir da água que, para os subalternizados, tinha sabor, cor e cheiro acentuados.

Dessa forma, quando a Covid-19 chega no Brasil em 2020, a situação de saúde pública básica que já era insatisfatória para os pobres, piorava ainda mais com a pandemia. Em época de redes sociais, a COVID-19 se constituía em um vírus misterioso, gerador de dúvidas e muitas narrativas conspiratórias – como a de que fora produzido em laboratório pelos chineses (cabe lembrar que são rivais econômicos dos Estados Unidos). O que posso relatar é que perdemos muita gente: perdemos pessoas idosas, que foram trancadas em casa e ironizadas como se fossem incontroláveis; perdemos pessoas pobres, que lotavam os meios de transportes na justificativa de que a economia não poderia parar; perdemos crianças precocemente devolvidas para as escolas, e algumas morreram, juntamente com professores e funcionários, que perderam suas vidas para que tudo voltasse ao "normal".

Todos perderam, eu mesma perdi amigos, familiares, afetos, fiz muito lutos, mas como sentir luto em uma sociedade que tem dificuldade de fazê-los? O luto precisa de reflexão, demanda paragens e silêncios. O Brasil mata muito, e não reflete sobre a maioria das perdas:

---

[6] A cor da pandemia: um estudo sobre a mortalidade por covid-10 entre brancos e negros no Brasil. Disponível em: https://admpg.com.br/2020/anais/arquivos/08302020_180821_5f4c1f59d419c.pdf . Acesso em: 07 fev. 2024.

seja pela quantidade diária dos mortos que vivenciamos (como as populações vulneráveis), seja historicamente pela escravização, ou mesmo por não termos refletido e mobilizado contra as ditaduras que aqui ocorreram. Aqui, se mata pretos/as, negros/as e indígenas há mais de cinco séculos. Apesar disso, sinto que, em pleno 2024, parece que, na pandemia, não enterramos tantas pessoas. A seletividade da dor mobilizada é tão grande, que a massa de mortos – incluindo até muitos dos não vulneráveis - acabou por ser esquecida.

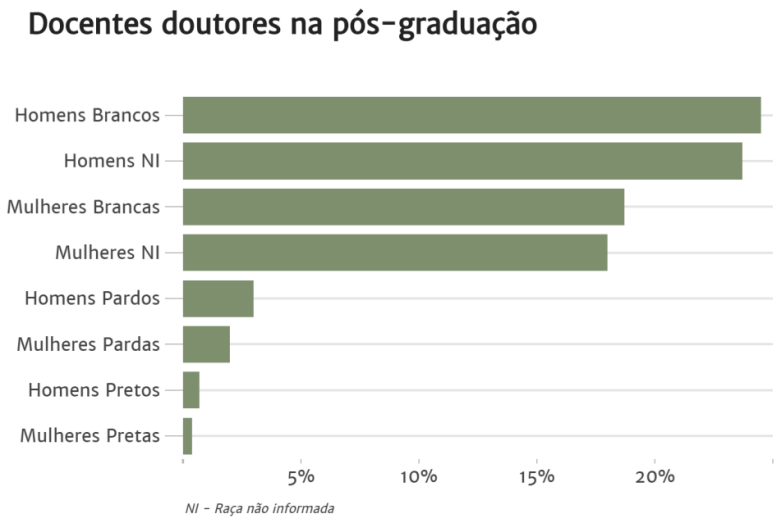
Na mídia, as dores pararam de ser contadas. Parece que faz tempo, mas faço a aposta de que, apesar do silêncio ou das raras lembranças do que ocorreu "ontem" como tempo histórico, estamos e somos afetados como coletivos pelo não (en)lutar. Como lidamos com as nossas perdas, nossas dores? Como pontuou Audre Lorde (2019): "O silencio não nos protegeu e não nos protegerá".

1 CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE PESQUISA: PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES

A fundante da titulação do conceito de interseccionalidade, Crenshaw (1994) une categorias já usadas como classe, raça e gênero – e entende que tais interpelações de indicadores devem ser pensadas como intersecções. A interseccionalidade é importante para pensar o Feminismo Negro desde a década de 90. Porém, muitas intelectuais na década de 70, no movimento conhecido como Black Feminism, pensaram e produziram de forma intersecional (Combahee River Collective, 2008; DAVIS, 2016; COLLINS, 2000), além de Lélia Gonzales em *Lugar do negro* (1982), por exemplo.

Os lugares e os corpos em que se exercem os privilégios – em termos de esquemas de pensamento socialmente compartilhados e de produção de conhecimento – são espaços-tempos de poder importantes e quase predominantemente dos herdeiros da elite na/da sociedade brasileira. Gonçalves (2015) descreve, em seu trabalho *Direito e Justiça em terras D'El-Rei na São Paulo colonial. 1709-1822*, a elite de privilégios ancestrais, trabalhando com o conceito de privilégio ancestral para pensar a elaboração do sistema de justiça brasileiro a partir da justiça colonial. Me aproprio, então, desse conceito para pensar o espaço universitário, em que intelectuais de maioria branca se mantêm em um lugar de privilégio através do espaço de destaque e prestígio, no ensino e na pesquisa. Como aponta o gráfico do INEP/2016:

Gráfico 1 – Docentes doutores na pós-graduação



Fonte: INEP, 2016.

A história de construção da universidade pública brasileira já foi pensada com e para corpos com privilégios ancestrais. A UFRJ foi a primeira universidade pública brasileira com o formato de universidade que hoje conhecemos[7], fundada em 1920 por meio do Decreto n.º 14.343, com um corpo docente e discente composto majoritariamente por homens brancos da elite. Seus primeiros cursos reproduziam um sistema colonial-patriarcal, mesmo estando em período republicano. Afinal, segundo alguns estudiosos, um dos fatores que motivou a criação da universidade teria sido a "necessidade diplomática de conceder o título de doutor *honoris causa* ao rei da Bélgica em visita ao país" (SOUZA, 2012, p. 51). Como descreve Oliven (2002) em *Histórico da educação superior no Brasil*, o governo priorizar a educação de ensino básico causou desconforto entre educadores da Associação Brasileira de Educação (ABE).|

A própria ideia de Universidade já produz uma relação excludente para grupos minoritários, projetando um espaço legitimado como formação intelectual para os chamados privilegiados ancestrais. Por isso, criticar o sistema de reprodução colonial-patriarcal é importante para permitir que outros saberes, não academicistas, como o conhecimento produzido nas ruas, nos coletivos, nos quilombos e em outros espaços-tempos, sejam tão legitimados quanto o conhecimento produzido nas universidades, permeabilizando as fronteiras que os diferenciam.

Obviamente, os debates sobre decolonialidade e colonialidade contribuem enormemente, não só para construção de novos currículos e para legitimação de epistemologias nativas de fora da Europa e da América do Norte (i.e., não-brancas, não-europeias e não-ocidentais), mas também para o aumento da produção de saberes e questionamentos, não apenas de teorias, mas de quem pode falar sobre algo ou alguém. Faço uma ressalva que, ao dizer "quem pode falar e fazer", falo a partir de um debate trazido por Djamila Ribeiro (2017) sobre "lugar de fala". Esse lugar não se restringe à simplicidade de falar e de ser ouvida, mas chega à amplitude de construir e produzir epistemes em um diálogo capaz de desestabilizar o lugar de centro, o lugar do pesquisador centrado na figura da pessoa branca. Enquanto o olhar investigativo e produtor de saber é branco, cis e hétero, os demais passam a ser objetos, ou a

[7] De acordo com a página institucional da UFRJ, "a Universidade do Rio de Janeiro foi constituída a partir da reunião de três escolas criadas no início do século XIX, após a vinda da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil: a Escola de Engenharia (criada a partir da Academia Real Militar, em 1810), a Faculdade de Medicina (criada em 1832 nas dependências do Real Hospital Militar, antigo Colégio dos Jesuítas) e a Faculdade de Direito (criada, em 1891, pela fusão das já existentes Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Faculdade Livre de Direito da Capital Federal)", a partir do Decreto n° 14.343, do presidente Epitácio Pessoa. Disponível em: https://ufrj.br/acesso-a-informacao/institucional/historia/ Acesso em: 13/03/2022.

realizar pseudo-saberes e pesquisas. Apesar do poder estar em todas as faces, fases e relações entre seres humanos, a relação não é igual, e muito menos a aceitação do saber que se produz.

Há um fragmento descrito pela intelectual Lélia Gonzalez (1984) que explicita a "essência" da disputa desigualdade do "lugar de fala" na epígrafe de *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. O texto foi apresentado pela primeira vez na Reunião do Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil", durante o IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 29 e 31 de outubro de 1980. "Do lugar de ouvinte-objeto", restrito aos corpos abjetos.

> **I - Cumé que a gente fica?**
> ... Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles estavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi se sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro crioléu da plateia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega pra cá, chega pra lá. A gente tinha que ser educado. E era pra discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais pra ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente, e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Teve uma hora que não deu pra aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal-educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga…
> Agora, aqui pra nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes… agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que "preto quando não caga na entrada caga na saída" (GONZALEZ, 1984, p. 223)

1.1 **Do lugar de ouvinte-objeto para produtoras de conhecimento: a pesquisa**

As mulheres enfocadas nesta pesquisa, tornando-se professoras do ensino superior entre 2010 a 2014, não acessaram diretamente as cotas raciais, compreendi em conversas que o

ambiente gerado pelas cotas e os debates conectados ao tema influenciaram indiretamente a vida e as escolhas dessas mulheres, sendo elas ainda estudante durante os debates mais acalorados sobre a inserção ou não das políticas das cotas raciais.

O magistério superior, como um espaço legitimado de produção de conhecimentos, é acessado hoje por mais mulheres e mais pessoas negras/pretas, que agora gozam do lugar de fala, em vez de serem relegadas a objetos do conhecimento produzido por outrem.

Neste período, – o começo dos anos 2000 – muitas das mulheres que estavam estudando nas universidades públicas ouviram os debates, discutiram e/ou militaram pela expansão do acesso das maiorias silenciadas – e não silenciosas, como descreve Lélia Gonzalez (1984) no texto *Lélia por ela mesma* – nas universidades (pretos, indígenas e pobres). Mesmo sem serem beneficiárias diretas, estavam vivenciando direta ou indiretamente todo o debate e execução do projeto no ano 2000. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Janeiro (Alerj) aprovou a Lei 3.524, destinando 50% das vagas para estudantes egressos de escolas públicas (vaga social). Já em 2001, a Lei 3.708 destinou 40% das vagas para candidatos autodeclarados negros. O processo seletivo em questão ocorreu em 2003.

Eu, por exemplo, entrei como aluna de graduação em Ciências Sociais na UFRJ em 2001 e, naquela época, ainda não havia uma política de cotas raciais instituída, mas as questões sobre racismo e exclusão do ensino universitário para pessoas negras estavam sendo amplamente debatidas no movimento negro e nos cursos de pré-vestibular populares, como os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNCs). O direito de acesso ao curso superior se ampliou com o debate das cotas raciais. Todo esse movimento político me fez refletir sobre o lugar das mulheres e homens pretos e pretas na universidade, e a possibilidade de ter uma carreia acadêmica sendo uma pessoa racializada. O ser racializado é o indivíduo que não pertence à branquitude, um conceito que faz parte de um lugar social; ou seja, a branquitude ocupa uma posição detentora de privilégios materiais e simbólicos em relação a outros grupos não considerados brancos (BENTO, 2002).

No período em que me graduei, professores negros e leituras de intelectuais negros não existiam, ou eram raros. Naquela época, a formação em Ciências Sociais não tinha muitas perspectivas profissionais para a licenciatura[8], mas sim a pretensão de formação de "intelectuais acadêmicos". Mesmo existindo alguns alunos e alunas negros/as na graduação, e ainda alguns poucos na pós-graduação, a continuidade da vida acadêmica para essas pessoas era uma

[8] A disciplina passa a ser obrigatória em todas as séries do Ensino Médio em 2008, a partir da aprovação do projeto de lei nº 11.684/2008, de autoria, inicialmente, do Deputado Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores (PT). Antes disso, o maior foco ainda era no bacharelado do que na formação de professores para o ensino básico.

raridade, até porque, para receberem bolsas de pesquisa de excelência (que significavam uma importante preparação para a carreira acadêmica), os estudantes passavam por seleções internas. Nestas, alguns professores exigiam, já na graduação, leitura em alguma língua estrangeira, como o francês e o inglês – fazendo um nivelamento dos possíveis intelectuais bolsistas do futuro, mesmo no primeiro ou segundo ano de curso.

Logo, fiz a reflexão: independentemente do acesso das profissionais via políticas públicas, é preciso compreender e analisar o período em que essas professoras acessaram o curso superior e a pós-graduação – importante para pensar de que forma esses corpos são vistos, como circulavam e como foram reconhecidos e tratados no ambiente universitário e masculino, e nos espaços de maior poder, majoritariamente brancos.

Para entender a resistência desses corpos em um espaço institucional e hierárquico, fez-se necessário entender o ambiente que precede a entrada desses corpos que transpuseram as barreiras racistas. Se, para pessoas brancas, heteronormativas e de escolas ditas de qualidade, chegar à carreira de professor(a) universitário(a) é um enorme desafio, torna-se inimaginável o esforço e a determinação que mulheres negras (ainda mais quando são lésbicas e transexuais[9]) devem empregar, diante de inúmeras barreiras, para entrar nesse espaço, como docentes. Uma das relevâncias possíveis que este trabalho ambicionou foi trazer um "olhar" das professoras como sujeitas de suas ações, através da "escuta" cuidadosa para suas falas, suas trajetórias e travessias profissionais dentro da educação. Esta tese objetivou documentar esses processos, para que sirva a mais perguntas, questionamentos para futuros trabalhos e seja uma contribuição para narrativas que auxiliem na identificação do racismo institucional cotidiano, reflexo do racismo estrutural.

Há um longo processo até ser aprovada em um concurso público em uma universidade pública, entre doutores e uma cátedra já bem estabelecida. Ouvir esses relatos é de suma importância para a investigação desta pesquisa. O método de coleta de dados consistirá em, a partir de entrevistas com mulheres pretas docentes do ensino superior, fazer uma associação de processos que se assemelham; descobrir as especificidades, os atravessamentos e as características em comum. Busco, assim, produzir perguntas e respostas importantes no método qualitativo – visto que o trabalho não se propõe a coletar histórias de vida, mas, a partir dessas histórias, pensar a relação do racismo estrutural e suas nuances nas instituições.

Como objetivos específicos: tentar entender o alcance de (sobre)viver e resistir em um ambiente permeado por atitudes racistas e sexistas, instituições racistas e sexistas, estruturas

[9] Neste trabalho não entrevistei mulheres trans e nem declaradamente lésbicas.

racistas e sexistas; e como, nessa estrutura, a relação de poder e suas disputas garantem que esses corpos consigam algum espaço na "arena" institucional. O entendimento dessa agonística foi realizado a partir da investigação com profissionais que se autodeclaram negras.

A autoclassificação racial foi de suma importância para que eu pudesse descrever de maneira mais detalhada as questões, tensões ou não tensões devido às questões raciais. E, não menos importante, mas como complementação, também tratei das questões relacionadas ao gênero; das formas que fazem para resistirem e se manterem em uma estrutura hierarquizada, masculina e da chamada elite intelectual brasileira – a partir das disputas e agonísticas no território intelectual. Esse território não se resume à universidade, mas se expande aos espaços onde essas intelectuais negras trabalham e produzem saberes, assim como os espaços em que elas passam a representar um outro status proporcionado pela ascensão social, locais de lazer e convivência social etc.

Inicialmente, procuro, no trilhar desta tese, entender qual foi o impacto da mobilidade social, e como as professoras pretas impactam e são impactadas a partir dessa mobilidade. Busco compreender se, para além de suas relações afetivas – não apenas afetivo-sexuais, mas, fundamentalmente, familiares e institucionais – sofrem, e como sofrem essas mudanças.

Ao explorar a noção de *Epistemologia da Dor* para trabalhar com parte dos relatos obtidos, para além de definir e conceituar o que seria a episteme que faz parte da vida das sujeitas, tentei explorar o processo dessas (sobre)vivências e resistências. Entendendo-as como uma *forma de sentir* específica para essa população negra/preta, dentro de uma perspectiva interseccional que observa, sobretudo, os marcadores de raça, gênero/sexualidade. Percorri as respostas como: Existe uma forma diferente de significação e discurso da dor a partir do racismo/sexismo? Como eu poderia teorizar uma *Epistemologia da Dor*? Descrever a especificidade de formas de sentir/relatar a dor que determinados corpos teriam, com seus atravessamentos específicos – não mais intensos ou menos intensos do que outros, mas simplesmente diferentes. Busquei identificar se existiam discursos específicos, relativos aos processos de dores e sofrimentos de mulheres que galgaram espaços vistos como não pertencentes aos seus corpos. Para além da dor, foi importante entender os processos de superação, de (r)existência, persistência e dos discursos de saber-poder para se manterem.

Ser uma pessoa racializada é ter a questão racial atravessando toda a sua trajetória. Há de se considerar que (quase) nenhum profissional formado, antes dos debates se intensificarem na sociedade brasileira, teve acesso às ideias e argumentos de intelectuais negras/ negros em sua trajetória acadêmica. Especificamente as sujeitas aqui consideradas tiveram, então, de lidar com a ausência de referenciais teóricos e temáticos a partir do lugar de fala com o qual se

identificam. Essa é uma das formas como entendo o epistemícidio no espaço acadêmico. Resta questionar como essas docentes conviveram e convivem com esse epistemicídio em seu cotidiano profissional.

Quando nascemos pessoas de "cor" em uma estrutura social que nos desumaniza cotidianamente, somos inferiorizados em relação a outras pessoas e, direta ou indiretamente, desprovidos do acesso a bens, espaços e mobilidade social. Esse é o resultado de um histórico colonial, racista e patriarcal, o qual resulta em uma estrutura extremamente desigual e cruel para seres humanos que nascem com corpos que figuram a imagem do extermínio de uma necropolítica (MBEMB, 2016). O racismo estrutural se desdobra no racismo institucional; como descrito no livro *As políticas das políticas*: "O racismo institucional pode ser identificado como forma mais sofisticada de preconceito envolvendo o aparato jurídico-institucional" (THEODORO, 2013, p. 351). Então, o racismo que estrutura a sociedade se apresenta nos espaços em que pessoas não-brancas circulam, sejam elas negras, indígenas ou qualquer ser humano racializado pela branquitude.

Fernando Pocahy (2018, p. 11), no artigo *O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção*, expõe: "Vivemos tempo marcado pelo ódio consentido, autorizado e incitado por (des)governantes – tempo-discurso que fere e posiciona a diferença como o signo material da morte. Diferença letalizada, tomando o corpo como campo de batalha". Tais práticas não ocorrem de forma isolada, mas são construídas e alicerçadas pela escassez de políticas públicas reparadoras, pela limitação da construção de saberes e pela deslegitimação dos nossos saberes. Logo, as epistemologias de referência são as epistemologias coloniais ou dos colonizadores, como descrito no livro *Epistemologias do Sul* (SANTOS; MENESES, 2009).

A obra nos apresenta ao conceito de epistemicídio, noção que sintetiza uma forma de suprimir práticas de conhecimentos locais por um conhecimento vindo de fora, um conhecimento homogeneizante e que busca ser total. Além de o epistemicídio não ser apenas de recusa ao pensamento, mas às possibilidades para que o pensamento surja, se movimente, seja publicizado, legitimado por pares, veiculado. Trata-se de um projeto colonizador, ou seja, um projeto de dominação que parte de suprimir o conhecimento considerado inferior e introduzir uma forma de saber/episteme desencaixada, como descreve Boaventura Sousa Santos (1995):

> O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar,

> marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, e o extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais). (SANTOS, 1995, p. 328)

Já Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutoramento intitulada *A construção do outro não-ser como fundamento do ser*, parte da ideia elaborada por Santos (1995), e também indica que a dualidade tradicional/ocidental (que hierarquiza a primeira categoria em relação à última) se coloca como referência do conhecimento, excluindo, assim, a multiplicidade, e colocando os povos colonizados como tutelados do conhecimento. Atrevo-me a acrescentar que as construções de um discurso e prática de tutelamento são tão eficazes, que nos levam a um sistema de crenças paradoxal: para reconhecermos a legitimidade e a potencialidade de conhecimentos não-ocidentais, buscamos algum tipo de conexão ou explicação a partir da estrutura de pensamento dos grupos colonizadores.

Assim como o discurso impacta a construção das subjetividades como é apontado no artigo: O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia: "[...] a produção de conhecimento, marcada pela raça e também pelo seu desfazimento, traz marcas fundantes, como o não reconhecimento dos estudos raciais, e, mais do que isso, a negação da constituição subjetiva da população negra" (SANTOS; OLIVEIRA, 2021, p. 251).

O trabalho e a literatura decolonial e pós-colonial miram nessa desconstrução. Mas, acrescento que esta construção decolonial não passa apenas pelo conteúdo e pelo currículo, mas por uma prática a qual perpassa e representa os nossos corpos. Exatamente pela representação dos corpos, corpos racializados, estigmatizados e tratados muitas vezes de forma abjeta, é que esta pesquisa mira na representação dos corpos e na representação de corpo que produz saber, do corpo intelectual. Cornel West, em *O dilema do intelectual negro*, descreve as dificuldades de se tornar intelectual negro na sociedade estadunidense:

> A forma como alguém se torna um intelectual negro é altamente problemática. Isso acontece porque os caminhos tradicionais trilhados para se tornar intelectual na sociedade americana somente há muito pouco têm sido abertos – mas permanecem ainda difíceis. As avenidas principais são a academia e as subculturas letradas: a arte, a cultura e a política. (WEST, 1999, p. 02)

Ao refletir sobre o contexto acima, cabe considerar as formas de resistência, de legitimação e de ação para manutenção da existência neste espaço, o qual não é apenas difícil alcançar, mas no qual é difícil permanecer; sobretudo, sendo reconhecido, legitimado e respeitado como um/a igual. Como descreve Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?*

colocando as contradições entre a interlocução daqueles que se entendem como “nós” e os “outros” – estes últimos, os subalternizados por aqueles que se compreendem como centro das relações – vejo que a provocação da autora vai além da fala estritamente, mas faz refletir sobre o espaço de escuta e/ou lugar das escutas: com quem fica a última palavra? Quem define ou direciona o debate? O que a autora coloca é o lugar de representação do/a subalterno/a. Diante dessa concepção, podemos perguntar: quando uma mulher preta fala, ela fala por quem ou para quem? O corpo por si só é representativo e também é distinto, principalmente se pensarmos na relação que se refere ao gênero/sexo, raça e classe de quem fala.

Por isso, é importante salientar que a produção intelectual não se isola do corpo, da representação de quem produz, assim como o discurso não se desassocia do corpo do locutor da fala. Desta forma:

> De acordo com Foucault e Deleuze (falando a partir do Primeiro Mundo, sob a padronização e regulamentação do capital socializado, embora não pareçam reconhecer isso), os oprimidos, se tiverem a oportunidade (o problema da representação não pode ser ignorado aqui), e por meio da solidariedade através de uma política de alianças (uma temática marxista em funcionamento neste caso), podem falar e conhecer suas condições. Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto econômico anterior, pode o subalterno falar? (SPIVAK, 2010, p. 54)

Incentivada pelo fragmento de Spivak (2010) acima, que coloca, tanto a questão da representação, como a chamada “violência epistêmica” para aqueles subalternos: como (quais as condições e im/possibilidades) pode a intelectual preta falar, ser ouvida e respeitada; escrever e ainda ensinar na universidade pública? Qual performance/estética se permite que a intelectual preta tenha para dar legitimidade à sua fala? O que pode a intelectual negra falar? E mais, o que deve a intelectual negra/preta falar? Quais os seus limites?

Embora não tenha perguntado de forma explícita, entendo que tive respostas para essas questões pertencentes à pesquisa, entendo que as relações de poder não são engessadas, logo, as relações de poder são contingenciais e históricas, arbitrárias e frágeis, e podem ser modificadas (FOUCAULT, 1979). A questão mais relevante foi entender como, enquanto se subvertem essas relações, as profissionais se mantêm com legitimidade no campo científico.

Estreitando a análise e colocando o indicador social de gênero e raça (especificando mulheres negras/pretas), o artigo de Sônia Beatriz Santos (2017), *Interseccionalidade e Desigualdades Raciais e de Gênero na Produção de Conhecimento entre as Mulheres Negras*, traz a dificuldade enfrentada por este grupo, que é uma minoria quantitativa e não tem suas produções reconhecidas. Ela assinala:

> Intelectuais negras e negros ainda representam grupos minoritários, entre o corpo docente de universidades públicas e privadas brasileiras e com frequência seus trabalhos não ganham o mesmo destaque entre os principais veículos de circulação do conhecimento acadêmico quando comparadas as (aos) professoras (es) brancas (os). Ressalta-se, além disso, um diferencial em termos de reconhecimento da produção mesmo entre autoras (es) e/ou docentes negras e negros, sendo conferido a elas tratamento de menor prestígio. (SANTOS, 2017, p. 110)

Por isso foi importante também acompanhar as condições para o exercício profissional dessas mulheres. Ter recursos, contar com financiamentos para projetos de pesquisa, são grandes diferenciais. No começo da pesquisa me interessei em perguntar sobre elementos como licença maternidade, cuidados domésticos, jornada dupla, o custo da construção de um novo status social (considerando a mobilidade ascendente) e como atitudes racistas impactam na percepção de "merecimento" e "produtividade", no ambiente acadêmico. Questões cruciais no acesso aos recursos inter e intra institucionais. Contudo, adianto que as professoras não têm filhos, e as questões sobre maternidade foram pontuadas apenas por uma entrevistada.

Mesmo com maior acesso a saberes que contemplem as diversidades, a branquitude segue buscando mais nos ferir – ao deslegitimar os conhecimentos dos povos negros, indígenas e da América Latina como um todo – do que nos potencializar. O processo de tornar o outro um ser exótico e inferior não cessou, é um processo que se reconstrói discursivamente e na prática cotidiana em diferentes áreas. Há corpos que, ainda que não sejam chamados de exóticos, são vistos assim e assim são tratados. Além da crítica sobre o epistemícidio, Carneiro (2003) aponta a necessidade de tornar o debate feminista racializado, enegrecido e não colonial:

> Buscamos assinalar, com ela [a expressão enegrecendo o feminismo], a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Enegrecer a discussão do feminismo é demarcar e distinguir as questões que são distintas historicamente. Além do mais, dado que é inegável a "existência" de uma identidade racial, que esta não seja apenas para pessoas negras/pretas, indígenas e grupos subalternizados.

A produção do diário de pesquisa parte das falas, gestos e rastros dos encontros. Cabe, aos pesquisadores-cartógrafos construírem rotas e entenderem as rotas que os deslocam. As rotas não são isoladas, estão com o próprio cartógrafo, são a pesquisa. É interessante pensar que a história do presente realizado se faz com quem também descreve a história, logo, a pesquisa também é parte do pesquisador. A Cartografia Social proposta pelo filósofo Gilles Deleuze (1997), inspirado nas obras de Foucault, nos coloca como elaboradores e participantes da

história do presente – possibilitando uma crítica do tempo-presente e do tempo em transformação, pois nada é intacto na pesquisa. No artigo *Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação*, Thiago Ranniery Moreira de Oliveira e Marlucy Alves Paraíso (2012) sinalizam:

> O objeto cartográfico é a dissolução da forma e a instauração da velocidade. Primeiro, porque um objeto a ser cartografado não é, assim, algo fixo (um objeto de dado empírico, organizado e fechado segundo as exigências da representação): ele é como alguma coisa que se estende sobre uma superfície, geográfico, geológico e que pode tomar emprestado um grande número de modos de existir. (OLIVEIRA; PARAÍSO, p. 165)

No fluxo e nas experimentações durante as entrevistas, serão provocadas – certamente, não iguais à obra – experimentações com música e poesia, a fim de acompanhar o próprio fluxo da entrevista de modo a participar do/com/nos cotidianos das professoras negras universitárias de educação. Como lidam com a vida de produção intelectual e a saúde física e emocional? Quais são suas táticas, seus modos de produzir saúde, suas invenções cotidianas? Como lidam, em suas áreas, com o racismo institucional e estrutural? Quais atravessamentos as questões raciais perpassam em sua produção de vida e acadêmica? São possibilidades que tentarei captar e perceber nas interações, dentre outras questões já trazidas nesta tese e que virão a partir deste desenrolar. Mais potente do que as respostas são as possiblidades de produzir mais preguntas, a travessia deste trabalho é experimentar e produzir boas perguntas para se pensar. O que é bom para pensar na cartografia dos corpos que "vazaram" essas estruturas aparentemente engessadas? Corpos estes que adentraram espaços marcados pela cor branca e/ou pelo masculino, ou ambos.

Acreditamos que o diferencial desta tese é a intenção de olhar primordialmente mulheres negras em um segmento educacional, do ensino superior, e ouvi-las em suas relações cotidianas, além de tentar perceber se existem conexões, similaridades e exclusões compartilhadas entre elas. Pretendo descrever como essas mulheres encontram formas de sobreviver e estar nos espaços que não foram pensados para elas, historicamente e socialmente; buscar conhecer as alternativas que escolheram para conseguir trabalhar nesses espaços e permanecer ocupando tais lugares de poder, por muito tempo reservados à branquitude.

É importante pensar que, mesmo unidas na resistência para amenizar os impactos da desigualdade de gênero, não se pode enquadrar as demandas sociais de todas as mulheres como uma mesma demanda. Não iremos hierarquizar as questões/opressões que atravessam esses corpos pretos e não-pretos. Mas é importante compreender que são mulheres com necessidades

diferentes em muitos aspectos, e sofrem abusos diferenciados devido aos seus marcadores sociais.

Justifico esta tese apontando o quanto é importante ampliarmos cada vez mais histórias que sejam protagonizadas por mulheres racializadas, negras/pretas e/ou afrodescendentes, em vários âmbitos, inclusive no espaço da educação, espaço no qual temos um currículo amplamente colonizado ainda hoje. É preciso ir além da história dos povos afrodescendentes que foram invisibilizadas, ainda porque, dentro dela, as mulheres negras/pretas são as mais invisíveis – ainda se fala rasamente em Zumbi dos Palmares como resistência. E quanto às mulheres negras/pretas? E a Dandara?

Dentre muitas questões, e trabalhando especificamente com os corpos construtores de epistemes e ancestralidade das mulheres negras/pretas, trato essa pesquisa como visibilização de corpos, ultrapassando a perspectiva da projeção social que diz respeito aos ganhos salariais e à chamada "estabilidade" no trabalho conseguida via concurso público – pensado por muitos como meritocrático.

Vale compreender as outras representações e discursos que tais profissionais constroem sobre a ideia de meritocracia e lugar na sociedade. Após verificar os dados sobre professores/as pretos/as e/ou que se reconhecem como pretos/as, percebo que a proporção é ínfima. Penso em trabalhar a seguinte questão: como essas mulheres burlam e forjam o ideal brancocêntrico nos espaços em que trabalham? Dentre as muitas formas de exclusão e de preconceito que vivem em uma sociedade, – em que muitas pessoas acreditam na lógica tendenciosa e maliciosa da meritocracia, dom e talento – essas mulheres são vistas como talentosas? E as mulheres pretas que "furaram" a barreira de sexismo, elas são vistas e respeitadas com potencial de protagonismo? As mulheres pretas que chegaram ao patamar de reconhecimento profissional como professoras em instituições públicas, por exemplo, sentem-se solitárias no espaço de trabalho? Como se reflete a solidão? Que formas de fuga, resistência e alianças (se as fazem) constroem para produzir e se manter em espaços cisheteronormativos de maioria branca? Qual o impacto do corpo da mulher preta nas instituições e qual o impacto das instituições no corpo da mulher preta? É importante compreender trajetórias, ponto de partida, geração, sexualidade, e pensar a partir dos atravessamentos interseccionais desses corpos.

Acreditamos na importância de "levantar a poeira", ou mesmo "fazer ventar" e "incomodar" sobre essas tensões, trazendo questionamentos sobre a noção de tempo para as mulheres pretas, tempo de construir, de receber, de chegar aos espaços públicos – ainda mais considerando que o espaço universitário demanda muito tempo, dedicação e investimento de leitura e constante estudo. Ao pensar no tempo para mulher preta é importante lembrar que o

nosso tempo é outro, mais longo para muitas questões, como reconhecimento, e mais curto ao pensar na duração das nossas vidas.

Em entrevista à BBC News Brasil (2018), a intelectual Conceição Evaristo provoca o pensar na temporalidade do corpo preto na vida profissional e pessoal, nas ambiguidades e dissonâncias ao trazer a seguinte frase: "É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos". Além de pensar na possível solidão nos espaços de trabalho, é importante pensar na ideia do tempo na execução dos sonhos pessoais e profissionais, e que deslocamentos foram realizados por esses corpos para viverem nos territórios-espaços-lugares-caminhos em que estão. Almejei poder ouvir e levantar poeira, ventar, sacolejar estas questões sobre profissionais, sobre o tempo e, de cada forma, um encontro e uma ou muitas estratégias de resistência nesses espaços que corpos femininos, cis e trans, têm e tiveram para se manter vivas na vida profissional.

Entendo que não sou invisível e não desejo a invisibilidade na escrita, produzo com minhas sujeitas de pesquisa as cartografias que foram se desenhando no decorrer deste trabalho. Acreditamos que as instituições educacionais têm suas lógicas de sentido do espaço-tempo. Os sujeitos são todos os que compõem o espaço, trazendo assim, riqueza para a ideia de que pesquisadores e "pesquisados" não estão desassociados.

Também ressalto que pensamento e pesquisa são processos de continuidade, não lineares, mas experiências e experimentação que se somam de alguma forma. Durante o mestrado, produzi um trabalho sobre minhas próprias marcas de mulher negra/preta professora de sociologia na escola pública, pois corpos vivendo isoladamente no espaço público tendem a um maior silenciamento. Contudo, um corpo isolado, por se sentir sozinho ou por ser único no espaço, também pode movimentar, provocar e, por estar fora da norma, sempre desafiar com a sua existência. Todo corpo é político; alguns corpos se percebem como ferramenta política para expressar seus pensamentos ou para se adequar às políticas de silenciamento. E usar o corpo fazendo política pode trazer bons resultados no sentido de tensionar as barreiras ou até diminuí-las.

A universidade, como a instituição escolar, reflete a sociedade, afinal, como instituição, faz parte de um sistema e da lógica da sociedade que compõe, não é algo à parte. Ela reproduz o racismo, a homofobia, o sexismo e o machismo. Todavia, acredito que a sua dinâmica própria e políticas curriculares democráticas e inclusivas – como aquelas que possibilitaram ações tais quais as políticas de cotas e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em

todas as escolas, públicas e particulares – ajudaram esse corpo de mulher preta[10], professora e periférica, a justificar o trabalho junto aos demais corpos e a tentar construir um currículo vivo pelos espaços em que transito. É sempre um esforço. Pauto que o currículo é gerado também pelas afecções que um corpo traz/trouxe e que potencializa nos espaços em que transita.

Ainda pretendo provocar ao/à leitor/a quanto à possibilidade de a universidade ser vista como espaço que reproduz dinâmicas racistas, mas que também propõe ações de combatem o racismo, num espaço-tempo que elabora currículo, e/ ou o currículo criado coletivamente, a partir de corpos que são epistemes; que produzem novas epistemes.

Partindo da ideia de que as identidades não são fixas e, acredito, da necessidade de alguns grupos que são estigmatizados, como pessoas pretas, se juntarem enquanto força de manutenção de ancestralidade e identidade. Algo que pode agregar outros corpos, como a concepção de Quilombo, criando diversas e múltiplas epistemes; resistências e confrontamentos cotidianos.

Proponho que o corpo feminino engajado na sala de aula traga afecções de outros corpos que têm dificuldade em compreender o posicionamento de corpos que partem do ideal da masculinidade clássica – ao mesmo tempo em que travam disputas com esses corpos que partem do ideal de masculinidade clássica pelos espaços. Mas, o fato é que há a possibilidade de colocar na arena corpos silenciados – e acredito ser esse o reflexo de mudanças estruturais na sociedade. Além de suspeitar, de desafiar e de ressignificar as marcas de gênero/sexo e classe – alguns deles são vistos muitas vezes como inferiores, não humanos e até abjetos.

O acesso à educação formal e pública é um dos caminhos mais potencializadores para chegar à universidade. Acredito que um dos maiores incentivos se deu pela ampliação do processo democrático por meio de políticas públicas de Estado (não de governo) de acesso à universidade, como cotas e bolsas que auxiliaram algumas gerações a se pensarem novamente em espaços públicos através de reivindicações.

A universidade é um espaço que, apesar de toda tradição colonial e branca, se mantém como resistência nos discursos anticoloniais e de outras epistemes e epistemologias, porque é uma instituição educacional e educar é abrir para discutir. Mas, ao passo em que a entrada de um volume de novos corpos com novos saberes, saberes tradicionais e outros discursos que vão adentrando o espaço – que era e ainda é, apesar de menos, heterossexista, branco, masculino – esses novos corpos, novas estéticas no espaço intelectual, vão acirrando as disputas no espaço

[10] Opto por me classificar como mulher preta, visto que essa categorização evidencia que há uma tonalidade pigmentada na minha pele. Mas, não desconsidero a classificação como mulher negra, nem como autoclassificação e nem quando sou classificada.

acadêmico. Com várias formas de resistência, desde a escrita até a estética física dentro do espaço, com debates de cor, sexualidade e gênero, esses corpos apontam para novos e potentes debates adormecidos, ou mesmo pouco evidenciados por muitos anos, então, não só tomam volume, mas aumentam as demandas de novas políticas públicas. Corpos que extravasam o espaço da universidade e ecoam na escola, em casa e não só mudam as suas histórias, mas também levam essa mudança para outros lugares e se tornam referência e representatividade.

Ao descrever representatividade, para além da amplitude classificatória de mulher no campo do debate das relações étnico-raciais, o colorismo e o sistema classificatório de cor, coloco-me dentro desse debate na classificação de mulher preta ou negra (apesar de ter escolhido a termo preto, não desconsidero a classificação negra); ser uma mulher preta e poder reconhecer as variações de seus traços, tom de pele, características físicas, é compreender a riqueza da identidade e tornar-se potente e forte dentro desse reconhecimento, que pode vir olhando para o espelho ou sendo reconhecido. É claro, não se pode recusar que, no Brasil, pessoas com pele mais claras podem ter maior possibilidade de trânsito em ambientes, junto a outros corpos, sejam brancos ou outros negros, mas este trabalho não foi produzido com intuito de recusar e nem silenciar algum relato sobre racismo, seria uma contradição. É preciso reconhecer que, mesmo com tom de pele mais clara, num ambiente com mais pessoas que se vêm como brancas, o tom de pele negro é sempre negro – nesse ambiente não importa o tom de pele mais claro, no espaço branco, sempre se reconhece um corpo que pode ser racializado e sofrer as consequências do racismo.

O corpo preto/negro num espaço frequentado por maioria de pessoas brancas é um corpo por si só político. É um corpo que traz mensagens, um corpo que incomoda, traz apontamentos do racismo e da desigualdade que muitas vezes não é verbalizada, e, se é verbalizada, é muitas vezes justificada com a falácia da ideologia da meritocracia, ou consequência da relação de desigualdade econômica; o que acaba sendo encarado como problema da desigualdade de classe.

Muitos desses intelectuais e professores entendem que, quem sabe, faz e, sobretudo, ensina. Ensinar é mais do que reproduzir conhecimento, é refletir as formas de fazer e refazer.

Corpos pretos cis, de professoras pretas lésbicas, de pretas e mulheres trans parecem corpos deslocados em alguns espaços. Continuo provocando e pensando que esse falso desencaixe é fruto, não apenas de uma ideia patriarcal e racista, mas de como o patriarcalismo e o racismo se apoiaram na construção do ideal de ocupação do espaço e de movimentação que pretendeu organizar os corpos alheios.

Percebo que o fato de as mulheres serem negras/pretas, lésbicas e trans é menos

importante do que seus discursos, suas roupas e a desconstrução de uma corporalidade normativa branca e heterossexual – falar e se portar como preta, lésbica e trans nos espaços-territórios traz incômodos. *Ser* de forma silenciada é mais fácil para ser aceita. Ou seja, ser um corpo discreto e silencioso.

Ser preta, ser lésbica, ser bissexual, ser mulher trans e discursar, e ousar vestir apetrechos que vazam essa informação do silenciamento, e deixar vazar pela boca, pelo corpo, pela pele, pela fala e pela existência traz todo um contradiscurso ao *status quo*. Ao mesmo tempo, todo corpo é um corpo político, até aqueles que tentam não vazar; logo, apenas circular fora de seus lugares previstos já torna esses corpos uma forma de resistência. Essas movimentações ultrapassam o espaço da universidade e marcam outros espaços com novas disputas. Esses corpos contribuem para novas representações, classificações e discursos de identidade que se aliam pela necessidade da sobrevivência; e desconstroem as máscaras que o processo do colonialismo impôs sobre muitos corpos – silenciamento, desconstrução nas interações e multiplicação de projetos, falas e continuidade de corpos que tentam silenciar no espaço público.

Quando escrevo "(sobre)viver" não me refiro apenas à sobrevivência física, mas à sobrevivência discursiva e de construção de saberes. Ao utilizar o meu corpo como exemplo no espaço em que trabalho, percebi que os corpos de mulheres negras/pretas podem ser agregadores de outros corpos que tendem a ser invisibilizados.

A trajetória e continuação do trabalho de pensar nossos corpos de mulheres negras/pretas não trouxeram alianças apenas por ser um corpo de uma mulher preta que diz que é preta, mas porque trabalha e se coloca como pessoa que faz um trabalho antirracista, antissexista e anticolonialista. E repito que este trabalho é uma tentativa de ampliação do olhar que despertou no mestrado, mas que precisa transpor a elaboração desta tese. Já fora percebido por mim que meu corpo também atrai desafetos, contradiscursos; trago marcas no próprio corpo como consequências destes posicionamentos, da busca de muitos corpos na disputa de legitimação e reconhecimento. Ao progredir nos próximos capítulos, entendo a impossibilidade de abarcar outros grupos racializados que estão presentes na universidade; o recorte deste trabalho não alcança algumas mulheres, como as mulheres indígenas, por exemplo, mas espero que auxilie para pensar e produzir boas perguntas, boas questões e inquietações para pensar corpos racializados nas instituições.

Um corpo sozinho no espaço, em resistência, tem a possibilidade de não ser anulado na disputa do poder? E de existir dentro desse campo de disputa e de legitimação argumentativa criando, com o corpo, – não apenas físico – um espaço que Beatriz Nascimento (2018); chamou

de Quilombo? A universidade pode compor um espaço de refúgio? Pode ser pensado como um espaço agregador de corpos que, historicamente, sofrem silenciamento devido à imagem de militância e resistência?

Lélia Gonzalez (1982) chama de “maioria silenciada” a junção de corpos excluídos que, apenas por agirem e falarem, têm suas ações negligenciadas; juntos, eles são uma imensa maioria silenciada. A maioria silenciada encontra espaços para falar e produzir saberes-políticos. No texto de Lélia Gonzalez, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, dentro de uma disputa de fala em que os pretos são chamados para ouvir sobre eles mesmos (pelos brancos), mas não para falar deles, a autora tensiona com a seguinte frase: “[...] lixo vai falar [...]” (GONZALES, 1884, p. 225). A tensão não se encontra na receptividade, mas na ação da fala e de tentar se fazer ser ouvido; no tomar a fala; no tomar o microfone por aqueles considerados lixos e abjetos na sociedade.

Essa tensão percebida no meu cotidiano, mas que ao mesmo tempo tensiona o próprio espaço escolar, foi importante para visualizar e pensar tais questões e me posicionar. Acredito que enfrentar as questões e não as abandonar foi o que movimentou meu corpo com outros corpos no espaço.

A escola e a universidade são espaços férteis de debates e resistência. Por inserir diversas trajetórias, o espaço público, já pelo nome: “público”, possibilita - não como regra - uma arena de multiplicidade de corpos – sabemos que alguns corpos são mais aceitos e outros são até execrados –; é um espaço que permite entradas de corpos com dinâmicas diferenciadas. E este espaço, por sua dinâmica, é muito contestado, atual e principalmente pelo último governo, cujas dinâmicas pouco democráticas têm perseguido seus professores exatamente pela sua falta de homogeneidade formativa, até porque, como descreve Hall (2017, p. 85): “não se pode separar as questões culturais das questões de poder.”

A isso, acrescento a palavra “culturas”, num sentido amplo de diversos pensares para além dos culturais, para entender como diversas formas de expressão inseridas na escola, ainda que parte do mesmo núcleo familiar, podem ser culturalmente diferentes. Esses grupos estão no embate e foi perceptível que a escola é um espaço de conflito, de intenso conflito; e por isso é fértil e potente, pela possibilidade de corpos conflitantes tentarem resolver divergências na localidade. É no conflito que as pessoas se dividem, mas também se unem, se associam e se aliam para fortalecer o poder de suas posições, de sua existência com as múltiplas subjetividades.

Obviamente, a intensidade e a possibilidade da expressão de desejos e de posição, depende das interferências das gestões, da família e de todo o aparato que cada espaço abarca.

Inclusive a tentativa de inserção de políticas de perseguição, como o "Escola Sem Partido"[11] que se estendeu até a universidade, com seu intento de criar uma escola partidária e sectária. O Estado tenta controlar, vigiar e regular, mas não consegue controlar pensamentos, subjetividades e muito menos a resistência. Afinal, se é resistência é porque tenta ser anti-controle, seja resistência ao Estado ou ao pensamento colonial, patriarcal e racista. Corpos transbordam!

A resistência está dentro do próprio agente de poder, que encontra representantes e que se desencontram em posições e permitem as entradas de políticas antirracistas, democráticas e inclusivas. Por isso, trazer projetos, trabalhar com teorias pós-críticas e navegar no curso das questões levadas pelos discentes, faz com que o currículo cotidiano já seja um desafiador das políticas de controle. Quem controla o incontrolável? As mentes não são controláveis, muito menos as questões cotidianas. O que desejo, e somos permeados pelo desejo, é que o espaço educacional tenha aparato para permitir a expressão coletiva, e não só de determinados grupos que perpetuam uma educação com um tipo de expressão sectária, como é a já mencionada "Escola Sem Partido".

Aos poucos, ficou evidente que uma das formas de resistência e de estratégia para amenizar o isolamento foi criar formas de diálogo que partiam dos alunos e alunas. E, para isso, o espaço físico da escola me limitava. Assim, para compreender os discursos dos alunos e alunas, foi importante usar as redes sociais. Ao legitimar as falas, ao interagir e ao assumir a palavra intelectual em alguns corpos, abro uma espécie de guarda-chuva de possibilidades. Possibilitar diálogos é ampliar lutas por novas brechas de reivindicação, brechas que vão se alargando e cada um/uma de nós que passa pela brecha, permite que mais pessoas tentem, passem e as ampliem. Criando novos processos de produção de diferença, mas não de marcação da diferença, não da fixação, mas de processos de ampliação de formas de subjetivação, formas antirracistas e anti-cisheteronormativas.

Abertamente, ao desafiar e suspeitar do/no espaço em que trabalho, interfiro, não apenas no espaço, mas possibilito – não eu, e sim nós, corpos estranhos, *queers* e ditos abjetos – repensar as representações do meu e do corpo como/de mulher preta no espaço educacional e em quaisquer outros espaços. Confio em trabalhos que têm o intuito de intervir. E que se associam a outros corpos, corpos que se encorajem a intervir no espaço-tempo, que tentam governar a si próprios.

---

[11] Coloquei entre as aspas por entender que "Escola Sem Partido" não é apartidária e muito menos tem em seu objetivo a neutralidade. Até porque não existe neutralidade ideológica

Pensar os espaços educacionais e de lideranças institucionais é possibilitar e pensar outras imagens, outras estéticas e subjetividades; é descolonizar o currículo; é saber como são vistas as teorias de currículo por corpos de mulheres pretas; é saber se o cotidiano transforma o currículo e como os corpos transformam e são transformados pelas escolhas curriculares.

Nesta trajetória, desde a pesquisa do mestrado, foquei sobre/no meu corpo se relacionando com a instituição educacional que lecionava, agora olho para corpos como o meu, mulheres negras/pretas como eu. Ao mesmo tempo que é importante usar meu corpo para compreender e tensionar as questões raciais e pensar o currículo na escola, é importante sair de mim – não inteiramente, porque é impossível – e dialogar com corpos que têm atravessamentos semelhantes ao meu. Todo corpo é sujeito com inúmeras formas de operar sua identidade e, vale lembrar que este trabalho também é focado nos possíveis encontros no que diz respeito à noção de cor/raça e gênero em espaços institucionais de/na educação. Neste trabalho especificamente na educação superior, como Instituição que representa excelência do saber.

1.2 **Caminhos da pesquisa: metodologia**

Nesta tese, opto por trabalhar com pesquisa qualitativa e descritiva, na tentativa de apresentar um trabalho descolonial a partir da elaboração de uma cartografia, a considerar uma análise interseccional.

Realizar uma descrição dos relatos não significa elaborar uma escrita a qual traga todos os depoimentos, mas cruzar as evidências de como o racismo/sexismo institucional age e é percebido no cotidiano dessas mulheres professoras universitárias. Além disso, realizar um trabalho de cartografia é compreender que não existe, entre o pesquisador e o pesquisado, uma relação que não se imbrique, afinal "[...] conversar é um jogo de idas e de vindas entre negociações e buscas por significados e sentidos. Sendo, portanto, um jogo de tensões e de problematizações [...]" (SANTOS; CARVALHO; MADDALENA, 2017, p. 204-205), principalmente quando a pesquisadora é uma mulher negra, periférica, oriunda do vestibular para negros e carentes (PVNC) e que pausou o sonho de continuar na academia porque, além da necessidade de trabalhar, o discurso era de que um pesquisador precisava de dedicação exclusiva para a vida intelectual e as exigências eram muitas, como o domínio de língua estrangeira, por exemplo.

A pesquisa não é sobre meus atravessamentos como professora do ensino médio; pelo menos, não de forma direta, mas não descarto a minha experiência. De todas as formas, não

posso deixar de reconhecer que o sistema e a estrutura se impuseram e adiaram a escolha – já que ambicionava terminar a universidade e ingressar na pós-graduação desde 2005 e só realizei esse objetivo em 2018, no mestrado. Algumas mulheres negras/pretas o fizeram e atravessaram essa barreira, mas são exceções que confirmam a regra. A maioria não pode ou não consegue escolher, uma vez que o sistema e a estrutura têm brechas excessivamente estreitas para pessoas racializadas. Como conseguir mobilidade e tempo, de modo a poder investir em uma carreira que demora muitos anos para proporcionar retorno financeiro e estabilidade? Isso sem mencionar os concursos que disponibilizam poucas vagas.

Os entraves sociais sempre estiveram presentes na vida de pessoas negras/pretas; no Brasil, mesmo após o período de escravização, os empecilhos são recorrentes para a mobilidade social a partir da escolarização. Mesmo após 1888, ano da abolição da escravatura no país, esse acesso continuou a ser dificultado, e podemos afirmar que os entraves ainda não se extinguiram, mesmo com o início da implementação das cotas raciais em 2001. Menciono algumas leis que impediram pessoas negras de terem acesso à escolarização, tais como: a Reforma Couto Ferraz no período do Brasil Império, com o Decreto nº 1.331 de fevereiro de 1854, que não permitia o acesso às escolas públicas a pessoas escravizadas.

Em 1878, o Decreto nº 7.031, "permitiu que pessoas negras/pretas frequentassem o ensino noturno, porém, apenas se houvesse a permissão dos escravocratas, seus senhores – isso, depois de um dia penoso de trabalho, caso o escravocrata consentisse na ida à escola.

Com o "findar" da escravidão, – pelo menos de forma legalizada – no Brasil de 1888, a princesa Isabel Cristina tomou medidas de normatizar o ensino público brasileiro, após o processo de "libertação dos escravos". Então, com o Decreto nacional nº 981/1890, realizado com a Reforma de Benjamin Constant, passou a existir a disciplina de Educação Moral e Cívica. Obviamente, a população recém liberta seguiu impedida de se escolarizar.

Na década de 1960, com a ampliação do ensino público e após muita luta da população negra, ocorreu, de fato, seu acesso ao ensino e às salas de aula – isso não significa que as relações de aprendizagem eram tranquilas, já que pessoas negras vivenciavam práticas cotidianas discriminatórias. Em 1955, Virginia Leone Bicudo, socióloga e psicanalista negra, produziu o trabalho intitulado *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas*, analisando o racismo a partir do cotidiano escolar, as chamadas atitudes racistas no espaço escolar. No âmbito do projeto Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o trabalho pesquisou as relações raciais no Brasil e foi importante para a desconstrução da ideia de que havia algum tipo de harmonia racial entre brancos e negros na nossa sociedade. O trabalho da pesquisadora foi importante como potencial

desconstrutor da falácia de um exemplo bem-sucedido de convivência entre “raças”. Ela conclui: “As qualidades de ‘bom’, ou ‘bom-aluno’, ‘bem-educado’, estariam associadas ao branco, como qualidades a ele peculiares.” (BICUDO, 1955, p. 240).

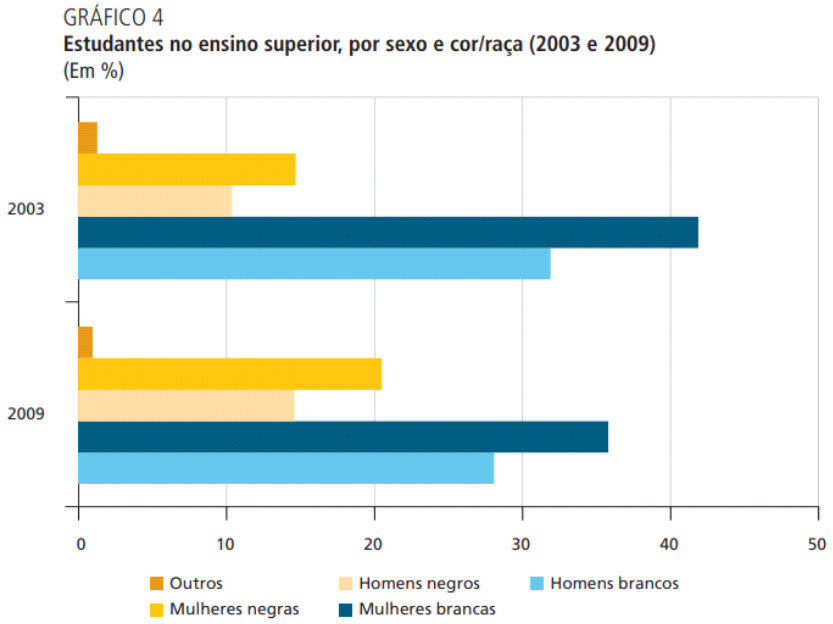
O que demonstro, aqui, é que o processo de escolarização das pessoas de cor foi historicamente prejudicado, não pela desigualdade social, e sim pelo racismo que estrutura a sociedade e a sociabilidade dos brasileiros. Visualizando dados atuais sobre o processo de desigualdade de escolarização de mulheres negras/pretas, é perceptível, não apenas a influência dos processos do racismo histórico, mas também que o indicador social de raça e gênero amplia o abismo das possibilidades de ascensão social, e mais além, da manutenção crescente da ascensão social das mulheres negras.

O *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (2013) mostra, com dados subtraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que a longevidade é maior entre pessoas brancas – posto que pessoas negras morrem mais cedo. Tais dados fazem refletir sobre a saúde dos corpos brancos em relação aos corpos negros, uma vez que dados de saúde englobam não apenas a longevidade, mas também aspectos gerais de qualidade de vida e bem-estar, como já aponta a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS). Defendemos, aqui, a importância de considerar, nesta equação, dados como: acesso a bens e moradia digna; além de estar livre, ou não, das violências do cotidiano.

Outra informação apresentada pelo dossiê, com dados de 2009, é a de que mulheres brancas, que chefiam suas famílias, recebem renda per capita média de quase o dobro do rendimento de mulheres negras que chefiam seus lares. É importante ressaltar que os dados do Dossiê relatam que, mesmo com tamanha disparidade, de 1995 a 2009, houve uma diminuição dessa desigualdade. Período importante para nossa reflexão, pois foi um período em que as políticas públicas, aqui, enfocadas foram regularizadas, correspondendo aos governos do Partido dos Trabalhadores à frente do executivo federal. No entanto, mesmo com a melhora absoluta, os salários de homens e mulheres pretas ficam muito aquém dos salários de pessoas brancas. Sendo assim, no início da série, as mulheres negras ganhavam cerca de 40% do que recebiam as brancas e, no final da série, chegaram a 51%. Logo, o salário melhorou, mas a disparidade econômica não se reduziu significativamente, demonstrando que a estrutura de desigualdade social, pelo viés racial, se manteve.

A tabela abaixo apresenta uma comparação entre os períodos de 2003 e 2009 em relação às matrículas no ensino superior por cor/raça e gênero, permitindo a visualização das disparidades já mencionadas.

Gráfico 2 - Proporção de estudantes no ensino superior, por sexo e cor/raça – Brasil, 2003 e 2009



Fonte: Portal Geledés, 2014.

Fica evidente que ainda encontramos um padrão bastante racista, o qual não pretende abarcar, no espaço elitizado da universidade, nem a estrutura racial, nem a estrutura de gênero encontrada na população brasileira. A população negra e masculina, como se vê, aparece sub-representada. Pensando que nossa estrutura social ainda é racista e sexista, acredito que as bases do sexismo sejam da mesma base do racismo. É importante destacar que, embora a presença feminina nas matrículas do ensino superior seja maior, tal dado não se reflete em maior renda dessa parte da população (RDH, 2010).

Acredito que uma pesquisa tem a função de fazer pensar e, algumas vezes é mais potente ter mais perguntas do que respostas. Numa análise discursiva desconstrucionista, – como temos realizado no Grupo de Estudos em Gênero e Sexualidade (Geni), com a orientação do Prof. Dr. Fernando Pocahy – aprendemos que o caminho que podemos trilhar na pesquisa é de parceria com os sujeitos na/ da nossa pesquisa, e nesse diálogo, criar a possibilidade de pensar a partir de uma prática direcionada a uma atitude ética e política. A pesquisa pode ser pensada como uma ideia de *devir*, já que entendo que "todo o pensamento é um devir" (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 50). E o devir não é um caminho solo, mas um encontro entre dois modos, caminhos, formas de pensar – tornar-se um processo não fixo, não estável e não linear.

Neste caminho investigativo, discursivo e desconstrutivo, faço um esforço de me

associar teórico-metodologicamente às cartografias discursivo-desconstrucionistas [12] de trabalho de teóricos e teóricas, os quais auxiliam a pensar a realidade de forma crítica e auxiliam a produzir mais perguntas – para além de ansiar apenas pelas respostas. Dessa forma, trago algumas questões para iniciar a pesquisa. Uma das perguntas neste trabalho é: as intelectuais negras contemporâneas conseguem criar mais alianças para enfrentar outras formas de desigualdade fora e dentro do espaço acadêmico?

O delinear-metodológico deste trabalho passa por uma cartografia social que pretende mapear e descrever as experiências e experimentações de professoras pretas universitárias em seus cotidianos durante conversas formais com as mesmas; mapear os rizomas e as linhas de fuga das professoras e instituições, seus fluxos molares e moleculares.

Nesta cartografia me esforço para acompanhar os encontros discursivos como o Rizoma, que é uma imagem-pensamento cunhado na obra de Deleuze e Guattari (2007), constituinte de uma bifurcação com relação à representação-modelo de uma árvore. Uma árvore tem um grande traçado, este, vai até o tronco e se constitui por galhos e menores galhos. Numa pesquisa cartográfica, seguimos o rizoma, não na forma dos troncos, mas nas conexões que não precisam estar organizadas, elas se encontram até chegar o desencontro. Sem ordem ou fixação.

Cabe a mim, pesquisadora-cartógrafa, entender e acompanhar os fluxos dessas conversas e, sobretudo, entender que meu corpo, minha fala e as perguntas traçadas contribuem e são parte desse rizoma, o qual compõe o corpo-pesquisa. Não há cartografia sem cartógrafo, não há cartografia sem interação, por menos que se pretenda. Cartografar é entender a disposição do mapa e entender a direção e modificação das micro e macro relações.

> Cartografar remonta a uma tempestade... Tempestade de escolher rotas a serem criadas, constituir uma geografia de endereços, de registros de navegação, buscar passagens... Dentro do oceano da produção de conhecimento, cartografar é desenhar, tramar movimentações em acoplamentos entre mar e navegador, compondo multiplicidades e diferenciações. (KIRST; GIACOMEL; RIBEIRO; COSTA; ANDREOLI, 2003, p. 91).

Entendo que um movimento cartográfico leva a criar rascunhos de pesquisa e entender que, no final, toda pesquisa é um rascunho; um rascunho que foi desenhado e escolhido para ser apresentado. Cartografar é acompanhar um processo no processo, tentar fugir das

---

[12] Em relação ao desconstrucionismo de Foucault, assim como Derrida, rompem com as noções binárias e categorizações por oposições. Como descreve o artigo: Pensamento filosófico da Desconstrução e Teoria da Interpretação, de Maria Antonieta Jordão de Oliveira Borba (2012, p. 2): "Michel Foucault e Jacques Derrida que, remetendo diretamente para a cadeia sintagmática, caracterizaram o discurso pela valorização da superfície e por uma atividade específica de interpretação. Correlatos a esses conceitos, agrupam-se outros como sujeito, fragmentação, descontinuidade, jogo, força, traço, escritura, diferença, indecidibilidade, descentramento."

dicotomias do eu e do outro, traçar linhas de problematização.

O trabalho cartográfico é sempre uma escolha ética/estética/política das confissões de um pesquisador-cartógrafo; confissões-escolhas moldadas pelo lugar em que se encontra e pelas permissões que lhe são dadas e construídas nessa relação. Inclusive, as perguntas a serem feitas podem ser transformadas e redimensionadas – porque estas são guias da pesquisa e não perseguição permanente pelas respostas –; seguiremos um fluxo tentando conduzir, mas entendendo seus Rizomas. Cada fluxo tem influência de um certo agenciamento que faz parte do sistema rizomático, assim como sua forma de locomoção.

O rizoma caminha por qualquer sentido porque, antes de tudo, é um sistema aberto e receptivo. Rizomas podem ser moleculares ou molares. Molar é o que o estrutura, mas não o fixa; é fragmentado. E o molecular é fluido – filosoficamente, podemos pensar o molar como parte unificadora de multiplicidades; enquanto o molecular apresenta a multiplicidade no encontro da estrutura. O trabalho é encontrar, dentro das formas, mais formas.

No texto *Cartografar é habitar um território existencial*, parte do livro *Pistas de um método de cartografia*, Johnny Alvarez e Eduardo Passos apresentam algumas das possibilidades de uma cartografia:

> O método da cartografia não opõe teoria e prática, pesquisa e intervenção, produção de conhecimento e produção de realidade. O ato cognitivo – base experiencial de toda atividade de investigação – não pode ser considerado, nesta perspectiva, como desencarnado ou como exercício de abstração sobre dada realidade. Conhecer não é tão somente representar o objeto ou processar informações acerca de um mundo supostamente já constituído, mas pressupõe implicar-se com o mundo, comprometer-se com a sua produção. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 131)

1.2.1 Implicações: marcas de mulheres pretas professoras

Quando se fala de implicação, entendo que é o mesmo movimento de mergulhar, de afetar(-se) e de comprometer-se com os sujeitos de pesquisa, sendo eu um sujeito e protagonista junto com as pessoas que compartilham o espaço de pesquisa comigo. Esse *modus* de narrar, estando presente, traz uma singularidade que aparece ao não cair na tentação de tentar dar respostas o tempo todo, mas sim de produzir novas entradas de problematização e reflexões construídas coletivamente. E, sobretudo, desconstruções de ideias e construções de mais inquietações.

Acreditamos que pesquisar é trazer múltiplas entradas de questões, trazê-las para um

campo além do esforço de responder às questões latentes em uma pesquisa – ao perseguir perguntas, se formam outras novas, e é neste emaranhado de novas inquietações que se abre um leque de novas pesquisas a respeito de corpos de mulheres pretas nos espaços públicos, sobre os quais a pesquisa vai se debruçar. Em minha dissertação *Experimentações interseccionais no ensino de Sociologia: marcas de um cotidiano*, descrevo:

> Continuo trabalhando com questões que tracem uma política de aliança e de resistência no decorrer desta escrita. Deixo explícito, neste "trilho" de onde percorre as questões que tangem a minha escrita, que não tenho e nunca tive a pretensão de traçar caminhos como se estivesse pontuando verdades, respostas pré-concebidas. Muito pelo contrário, procuro traçar caminhos encontrados a partir das experiências vivenciadas, praticadas, errando e tentando acertar – mas refletindo e mediando toda vez que consigo (pela vontade, capacidade e condição de mediar quando posso). Busco, nestes erros e chamados acertos, trazer perguntas mais do que respostas "prontas" (MARTINS, 2019, p. 57).

Almejamos o lugar de cartógrafo que é, claro, um pesquisador o qual busca muitas vezes o que não sabe. E quer acompanhar o devir e o que está por vir. Aquilo que não sabe, mas que imagina, sente; porque já foi afetado no encontro com esse território existencial.

O trecho de *Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador* de Eduardo Passos e André do Eirado, traz mais uma passagem interessante: "O cartógrafo acompanha um processo que, se ele guia, faz tal como o guia de cegos que não determina para onde o cego vai, mas segue também às cegas, tateante, acompanhando um processo que ele também não conhece de antemão". (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 123)

Neste mergulhar, adentrar e experimentar com as mulheres que são as protagonistas da pesquisa junto comigo neste trabalho, as cartografias serão realizadas por meio de entrevistas privilegiando histórias de vida e narrativas de seu cotidiano profissional. Obviamente, é necessário um número limitado de interlocutoras para que o tempo de pesquisa e escrita seja adequado.

1.3 **Nossos corpos *in*comodando, *a*comodando e trazendo multiplicidade na universidade**

A importância do autorreconhecimento como mulher negra não é apenas para fins de indicação classificatória, mas para perceber um lugar de se colocar no mundo, e identificando-se como existências para serem notadas individualmente e coletivamente, seja nas relações interpessoais, seja como público-alvo e políticas mais amplas – institucionais ou governamentais. É afirmar-se como tal, tanto para se autodefinir, como para se autoavaliar.

Como descreve a intelectual Patrícia Collins (2016), em *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro:*

> Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos. (COLLINS, 2016, p. 104).

Para esse debate, trago a discussão sobre a importância do processo de racialização (não só dos negros/as e indígenas, mas também dos brancos) como debate social, a necessidade de apontamento classificatório e reconhecimento racial para pessoas negras e indígenas, assim como a importância disso para políticas públicas de inserção de grupos sociais e para o reconhecimento identitário no Brasil. Apesar de se autoproclamar "miscigenada", nossa sociedade é bem heterogênea no tratamento de miscigenados negros e indígenas.

Determinadas "cores" sofrem desigualdade e genocídio diariamente, alguns, frutos do descaso do Estado, outros, pelo próprio aparato do Estado. Acrescento aqui, além das categorias raciais, a categoria de gênero e sexualidade, com o exemplo das pessoas trans – corpos que defino, em suma, como *ameaçadores* a cisnormatividade, a ideia do "normal" e *ameaçados* em sua (r)existência. Pessoas negras trans são assassinadas em maior número do que pessoas trans brancas, porque, como vimos anteriormente, num mundo racista como o nosso, as pessoas negras, em geral, são as mais atacadas. No entanto, é necessário destacar que qualquer pessoa visivelmente trans está à mercê do genocídio praticado contra essa população, dado que, socialmente, são considerados corpos abjetos e descartáveis.

Retornando às questões raciais, sem, de fato, termos nos afastado, é bom lembrar que a lei de cotas 12.711/2012 institucionalizou a reserva de vagas em universidades federais e institutos federais, mas a primeira lei de cotas para pessoas negras e a primeira universidade a aprovar a lei 3.708/2001 foi a UERJ, após muita disputa e engajamento de movimentos sociais e estudantis. A aprovação da lei foi fundamental para inserção de mais corpos negros, indígenas e egressos de escolas públicas no espaço acadêmico. Evidentemente, a necessidade de identificação racial na forma discursiva se acentuou durante a política de cotas raciais.

A conquista desse espaço de direito na universidade não foi fácil e muitos intelectuais se opuseram à entrada desses corpos na universidade pública, vista como espaço da chamada "elite intelectual" e *intelligentsia*[13] brasileira". Uma das justificativas era que haveria uma cisão

[13] Cf. MANNHEIM, Karl. Sociologia da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1974.

racial, como apresenta o artigo de Peter Fry (2002), intitulado *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*, publicado na Revista Daedalus. Houve também uma carta intitulada *Carta de cidadãos antirracistas contra leis raciais* (2008) enviada ao Ministro Gilmar Mendes por alguns intelectuais, que pediam para que a lei de cotas não fosse acionada. Abaixo, destaco um fragmento da carta, assinada por intelectuais, artistas, empresários e representantes de movimentos sindicais, que tinha como principal objetivo mostrar que as políticas de inclusão social, como as cotas, seriam inconstitucionais e contra o princípio da igualdade.

> Nós, intelectuais da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais, dirigimo-nos respeitosamente aos juízes da corte mais alta, que recebeu do povo constituinte a prerrogativa de guardiã da Constituição, para oferecer argumentos contrários à admissão de cotas raciais na ordem política e jurídica da República Na seara do que Vossas Excelências dominam, apontamos a Constituição Federal, no seu artigo 19, que estabelece: "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si." O artigo 208 dispõe que: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um." Alinhada com os princípios e garantias da Constituição Federal, a Constituição Estadual do Rio de Janeiro, no seu Artigo 9º, determina que: "Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicção políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, por ter cumprido pena nem por qualquer particularidade ou condição.". (DAHER *et al*., 2008, p. 02)

Enquanto isso, estudantes oriundos de PVNCs, escolas públicas e grupos de movimentos sociais, almejavam o espaço retirado destes pelo processo histórico de desigualdade racial e racismo. A dissertação de mestrado da pesquisadora Carla Ramos (2005), descreve as contradições dos primeiros anos de política pública a partir do processo do indeferimento de alunos na UERJ e na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), discutindo sobre a relação de classe e raça, recorrente até hoje para pensar o acesso às cotas.

A disputa pelo acesso à universidade e pela legitimação da ampliação da entrada de uma parcela específica da sociedade, que inclusive é a sua maioria, soma-se à argumentação de que essa entrada acarretaria um conflito racial. Tal conflito levaria a uma cisão na população, como se a sociedade brasileira já não fosse amplamente cindida, hierarquizada e racista. Meu entendimento, nesse caso, advém da constatação de que a autodenominada elite intelectual, historicamente branca, segue, em grande parte, impregnada das mesmas concepções coloniais, racistas, machistas, heterossexistas, independentemente se são pessoas de esquerda ou de direita.

Esse conflito discursivo e político se tornou presente enquanto discurso de pessoas que faziam ciência. No entanto, claramente, acrescentaram ideias de “medo” e “preocupação” ao

seu discurso diante de um conflito que não era, por eles, identificado no presente; mas, devido à adoção de cotas raciais, apareceria apenas no futuro. Esses intelectuais basearam-se explicitamente em crenças, assim como ocorreu no Brasil do século XIX com as teorias eugenistas – que contou com representantes do meio científico, como Nina Rodrigues e Joseph Arthur de Gobineau. Tanto no século XIX, como em pleno século XXI, cientistas se posicionam politicamente como se estivessem falando sobre ciência.

Pessoas racializadas sofrem os embargos do racismo para alcançar a mobilidade social de muitas formas, tal adversidade atravessa gerações. Nós, mulheres negras/pretas, somos vistas como uma outra tipologia de mulheres, isso quando nos veem como mulheres. As opressões de gênero e do machismo atravessam corpos femininos, independentemente de sermos brancas, negras, indígenas ou de sermos corpos cisgêneros ou transfemininos. Cabe refletir que o gênero é um marcador de opressão em comum entre mulheres; porém, mulheres racializadas vivenciam opressões dadas pelo marcador de cor/raça em seu cotidiano. Tal opressão distingue mulheres brancas de mulheres não-brancas porque estas são racializadas e aquelas não. Se olharmos o marcador racial, verificaremos que as questões de exclusão e violência[14] se amplificam.

Infelizmente, vivemos em uma sociedade desigual, machista, misógina, racista e LGBTfóbica. Ao desejarmos uma sociedade igualitária em seu sentido mais amplo, desejamos uma igualdade que respeite as peculiaridades dos indivíduos, seus hábitos e regionalidades. A tentativa de desconstrução desses termos, os quais excluem indivíduos e grupos, não só expressa uma vontade de mudança dos que são engajados politicamente, como também reflete o desejo de uma sociedade mais igualitária daqueles que não se engajam numa luta, dentro ou fora da academia, mas desejam uma sociedade menos violenta.

Expressamos o termo "violência" porque todos os atos de discriminação são, por si, um ato de violência. Infelizmente, existe um movimento de desumanização dos corpos racializados. Ainda que haja um tratamento desigual, entendo que corpos racializados não são pensados como dotados de humanidade da mesma forma que corpos não-racializados. Desse modo, apesar de mulheres estarem em situação de desigualdade de gênero, homens pretos e mulheres pretas e indígenas ainda precisam lutar para que seus corpos sejam vistos com a mesma humanidade de corpos de pele branca.

Essa distinção é muito presente na escrita de John Gwaltney, citado por Patrícia Hill Collins (2016). O trecho a seguir demonstra uma aproximação enquanto mulheres, e ao mesmo tempo, a diferenciação do meu corpo enquanto uma mulher negra:

---

[14] C.f em Atlas da violência: IPEA - Atlas da Violencia 2021.

> Minha mãe costumava dizer que a mulher negra é a mula do homem branco e que a mulher branca é o seu cachorro. Agora, ela disse isso para dizer o seguinte: nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, quer façamos um bom trabalho ou não. Mas a mulher branca está mais próxima do patrão, e ele faz um carinho em sua cabeça e a deixa dormir dentro de casa, mas não vai tratar nenhuma das duas como se estivesse lidando com uma pessoa. (COLLINS, 2016, p. 103 apud GWALTNEY, 1980, p. 148)

Ambas as mulheres são depreciadas, são estereotipadas e sua voz é menos valorizada do que a voz dos homens brancos. Mesmo dentro da subordinação, são vistas de forma diferenciada; mesmo na inferiorização, existe uma distinção. No que concerne à humanidade, como mulheres, não recebemos o mesmo respeito que receberíamos se fôssemos homens brancos.

Dentro dessa desumanização, as mulheres negras não são vistas como mulheres, ao menos não da mesma forma que as mulheres brancas são consideradas. Feministas negras como bell hooks (2017), criticam o feminismo branco por não enxergar essas diferenciações, e não ter uma perspectiva interseccional, ignorando a existência de algumas distinções entre mulheres, tanto em relação às mulheres pretas quanto em relação às mulheres trans, e até entre as mulheres brancas.

No espaço da escola, do começo do ensino fundamental até o médio, não há como pensar o feminismo excluindo ou fracionando as mulheres. Mas, na universidade, o debate é mais avançado com grupos de pesquisas que discutem o papel e o trabalho da mulher, a produção sobre mulheres no campo, na política e no espaço público. Há uma diversidade de pesquisas sobre mulheres e sobre o feminismo. É interessante pensar que a escola do ensino básico é um espaço feminino quantitativamente; entretanto, é um espaço feminino, sobretudo, de mulheres brancas. Na universidade, homens brancos são maioria e mulheres brancas vêm depois. Logo, ao direcionar os dados para o docente do curso superior, as mulheres deixam de ser maioria e os homens passam a formar a maior parte quantitativa. Hooks (2015), no clássico texto *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*, faz uma forte crítica à história da produção feminista que é centrada nas questões das mulheres brancas:

> Friedan foi uma das principais formadoras do pensamento feminista contemporâneo. Significativamente, a perspectiva unidimensional da realidade das mulheres apresentada em seu livro se tornou uma característica marcante do movimento feminista contemporâneo. Como Friedan, antes delas, as mulheres brancas que dominam o discurso feminista atual raramente questionam se sua perspectiva sobre a realidade da mulher se aplica às experiências de vida das mulheres como coletivo. Também não estão cientes de até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos. O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem

> politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. (HOOKS, 2015, p. 195)

A mobilidade e status social é branco. Quanto maior o salário e reconhecimento, mais masculino fica o espaço profissional. Não é difícil compreender que os espaços educacionais também sejam espaços de mobilidade, e também agonísticos, revelando uma disputa de gênero e imposição racial – dos brancos que ocupam espaços de comando: primeiramente, homens-brancos-cis-heteronormativos, e depois mulheres brancas-cis-hetero-normativas. Pessoas pretas cis e, principalmente, mulheres trans racializadas são pouco representativas nestes espaços, mesmo pensando em espaços educacionais.

Dado que o feminismo negro se distingue do feminismo branco, – não porque somos distintas como mulheres, mas porque os indicadores sociais que atravessam nossos corpos nos diferenciam – então somos diferentes como um todo; e, não porque o feminismo negro é separatista, e sim por uma necessidade de debater dois tipos de opressões que mulheres pretas e racializadas sofrem: de gênero e de cor. Falar que mulheres negras têm debates específicos devido à cor não significa que não somos parceiras e solidárias por questões que nos aproximam, mas, principalmente, mulheres não-brancas (pretas e indígenas) precisam ainda mais de espaços de fala, já que a racialização intensifica as violências sofridas nos corpos. É necessário apontar isso em quaisquer pesquisas e trabalhos. Quando uma mulher preta reclama da opressão, não reclama só do machismo, do sexismo, mas também do preconceito racial que se mistura e agrega ainda mais um fator para a exclusão, a violência física, simbólica e psíquica.

Pessoas brancas são marcadas pela cisheteronormatividade na educação. Na minha trajetória de pesquisa, percebo a ausência de representatividade de pessoas trans, nos espaços públicos e educacionais. Isso é um dado significativo de exclusão e transfobia, pois representa o quão aniquiladores são esses espaços. Esses dados não só representam uma relação indivíduo-indivíduo, mas a política de um Estado que é soberano. Como descreve Mbembe (2018, p. 5): “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação do poder.”.

Compreendemos que todos os corpos são atravessados por marcadores sociais de diferença, marcadores que podem trazer alguma distinção e/ou privilégio e exclusão social. Chamamos de interseccionalidade esses vários atravessamentos em um só corpo, termo que foi pensado para compreender os diversos marcadores de diferença e marcadores sociais, como os de gênero, raça, sexualidade, classe e regionalidade, que se intersectam, operam e, ao mesmo tempo, interagem. Algumas interseções geram um sistema de opressão e de exclusão social, enquanto outras aumentam privilégios. Este trabalho tem como estratégia metodológica

compreender as intersecções, trabalhar a partir desses indicadores sociais de diferença, analisar o racismo institucional e as dores sofridas por essas mulheres, pensando e cruzando as intersecções. O racismo gera dor e formas múltiplas de adoecimento. Descrever que cada corpo tem especificidades significa levar em conta uma análise interseccional, pois se trata de um trabalho que considera indicadores que se assemelham e os analisa a partir destas similitudes.

Para escolher um dos caminhos de compreensão da tese, faço uso do conceito originado na obra da advogada preta Kimberlé Crenshaw, que nomeou e definiu o conceito de interseccionalidade olhando para diferentes categorias sociais e biológicas, tais como: sexo, gênero, raça, regionalidade e religião. Mais à frente, traremos formulações de brasileiras que darão conta desse conceito, como Lélia Gonzalez. Com veemência e precisão, afirmou Kimberlé Crenshaw (2002):

> As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem, as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Cabe pensar nas profissionais da educação superior cujas trajetórias serão narradas nesta pesquisa e pensar quais são os atravessamentos e intersecções que marcam seus corpos, assim como os marcadores de exclusão ou de privilégio, e como lidam com esses marcadores no cotidiano da docência e também na pesquisa.

Desde a primeira geração do feminismo, já se apontava a diferença de tratamento entre mulheres pretas e mulheres brancas. A abolicionista e escritora, e escravizada, Sojourner Truth, em 1851, nos Estados Unidos da América, profere um discurso arrebatador que, no século XlX, traz as mesmas questões que as atuais feministas pretas levantam, tensionando a categoria mulher para corpos pretos. Descreve Truth (2020):

> Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não

sou uma mulher? (TRUTH, 2020)

No discurso de Truth, é possível perceber algumas questões evidenciadas pela escritora: a reflexão sobre o processo de abjeção que cerca a experiência de sujeitos marcados pelo dispositivo da raça; a definição do que é ser mulher não se refere ao corpo preto; as categorias "homem" e "mulher" são construções do corpo da branquidade. Mais uma questão associa-se à força e à noção de outra forma de humanidade, levando em consideração que a mulher preta exercia tarefas e trabalhos tão pesados quanto homens pretos e homens não-pretos. Sendo que, homens pretos não eram vistos e tratados como humanos, logo, as mulheres pretas tampouco alcançavam o status de humanas; a probabilidade de serem vistas como mulheres era ainda mais distante.

Na obra *Feminismo branco: das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixaram para trás* de Koa Beck (2021). A autora descreve o movimento das sufragistas estadunidenses como um exemplo de que as feministas brancas desconsideram a presença, participação e relevância das feministas negras no movimento. Durante o desfile de 1913, a *Washington Woman Suffrage Procession*, organizado pela sufragista Alice Paul, considerou que as imagens seriam importantes para documentar tal acontecimento. Para tanto, foram convocadas mulheres de todo o país, no intuito de demonstrarem cenas de independência, força, beleza e elegância, como descreve Beck.

As sufragistas negras indagaram se participariam do desfile. Houve uma tentativa de silenciamento e uma oficialização do convite para mulheres negras por Alice Paul – mas as estudantes da Universidade Howard (instituição exclusiva para pessoas negras) escreveram uma carta solicitando participação no evento. As feministas brancas se mantiveram em silêncio. As mulheres negras se organizaram e compareceram ao desfile, trazendo "problemas" para as sufragistas brancas que decidiram "deixar" as feministas negras ao fundo da marcha: assim, não seriam fotografadas. A jornalista Ida B. Wells sumiu antes do desfile e reapareceu para fazer parte da comissão com as delegadas brancas de Illinois, sendo fotografada e imortalizada representando as mulheres negras que ali estavam. Cabe lembrar que a autora descreve que muitas das sufragistas brancas militaram contra o fim da escravidão, mas impor-se contra um sistema escravocrata não significa prontificar-se a lutar pela paridade de direitos entre as mulheres.

A referência dos Estados Unidos, dessa separação entre ideias das mulheres brancas e mulheres pretas é boa para pensar como os ideais de classe e gênero podem não inserir as questões raciais, assim como questões de sexualidade. Se formos pensar nas mulheres

transexuais e travestis, elas não são citadas em muitas pautas das feministas brancas que focam seu debate apenas no sexismo. Mesmo tendo suas pautas trazidas em primeiro lugar pelas feministas negras, não necessariamente aparecem em todas as lutas. Aqui no Brasil, Lélia Gonzalez (1984; 2020), em seus artigos *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* e *A categoria político-cultural de amefricanidade*, discute sobre uma esfera interseccional – sem usar esse termo especificamente – ao abordar, simultaneamente, discursos sobre raça, classe e gênero com enfoque sobre a mulher negra.

Na década de 1980, muitas intelectuais negras americanas debatiam o feminismo e os embates entre o feminismo negro e o feminismo branco. Gonzalez (1984; 1988) traz um debate para esse campo que ultrapassa o discurso do feminismo no Brasil em relação aos debates das estadunidenses, assim como Beatriz Nascimento (2006 [1995]) apresenta, em seu trabalho, uma perspectiva do Brasil a partir da noção de diáspora negra.

Ambas as intelectuais deslocam o pensamento para as questões do racismo e sexismo pensando as problemáticas que permeiam as relações no/e/do Brasil. Apesar de diferenciar, Gonzalez (2020) reconhece a importância das falas e produções do feminismo negro estadunidense para o pensamento do feminismo negro no Brasil, sem esquecer das diferenciações, como destaca:

> Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, nos reportamos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importante contribuições do movimento negro. (GONZALEZ, 2020, p. 13).

Além da construção de um pensamento das questões que afetam o cotidiano dos brasileiros, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento não apenas escrevem, mas são intelectuais engajadas. Nessa mesma postura metodológica, pensam as relações de raça, gênero e sexualidade a partir de uma posição autoral, sem se remeter às produções estadunidenses[15].

Coloco-me como parte desse grupo. Nós (de forma ancestral) mulheres pretas sempre estivemos na rua, trabalhando em serviços domésticos, no comércio, no setor de serviços; e trabalhamos, como muitas mulheres, em duplas jornadas, seja no espaço externo da nossa casa ou na casa de outras mulheres, prestando serviços como empregadas domésticas, babás, faxineiras ou qualquer serviço braçal. Além dos trabalhos intelectuais que foram e continuam

[15] Refiro-me aqui a autoras como Piscitelli, Joan Scott e Haraway, que são mencionadas na literatura internacional, mas não aparecem como referência das obras das autoras brasileiras Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, que apresentam uma produção original.

sendo usurpados por essa estrutura racista; e pelos quais não somos e nunca fomos reconhecidas. Também incluo esse desmerecimento que recai sobre as mulheres pretas em todas as relações sociais de maneira ancestral, porque são todas atravessadas pelo racismo.

Tomo a ideia de ancestralidade, a qual transcende o ideal de consanguinidade. Mas, no caso de pessoas negras que discutem esse ideário ancestral a partir de um "lugar de origem", apoio-me nos estudos pós-coloniais, os quais nos possibilitam pensar a ancestralidade a partir de heranças negras reproduzidas na sociedade brasileira. Uma forma possível de se pensar ancestralidade é:

> [...] raiz sentimental, que recria, atualizando-se na universalidade, a partir de um contexto, manifestando-se nos costumes e tradições, na memória grupal e individual, suas manifestações materiais preservação, integração, sua cultura e imateriais, especialmente no seu fortalecimento pela identidade [...] (MACHADO, 2014, p. 6)

Exercer uma atividade que necessite de mais tempo de escolaridade, como o curso superior, é um desafio para pessoas pretas no Brasil. A escola e a educação básica como conjunto é um espaço composto por docentes mulheres. No ensino superior, os homens brancos predominam e a minoria absoluta é composta por mulheres pretas.

Para comprovar o debate, vejamos os dados do ensino médio. Segundo a *Série Documental: Relatos de Pesquisa* (2018), o perfil do professor de educação básica, na tabela 8 (p. 23) apenas 3,7% dos professores trabalhando no ensino médio se declaram pretos. Acredito que isso reverbera na construção das subjetividades e na projeção social das pessoas racializadas, principalmente as mulheres pretas.

Como já foi falado, a educação básica é um espaço de trabalho ocupado majoritariamente por mulheres, mas ocupado por mulheres brancas ou não declarantes como pretas. Sendo assim, uma mulher preta que se assume como tal, pode agregar certa solidão profissional, principalmente pessoas pretas com muita pigmentação.

Dados apresentam que 29,4% de docentes se recusaram a declarar a cor ou raça nas universidades brasileiras. Uma análise entre 2010 e 2017 com o grupo de professores que autodeclararam a raça ou cor mostra que: entre professores com doutorado, o número absoluto de pessoas que se classificam como pretas e negras aumentou de 53.006 para 100.354, com a parcela representativa dos negros crescendo de 11,4% para 17,6% em média.[16]

Dentre muitas das solidões que o corpo preto vive, especificamente as mulheres pretas, é possível afirmar que sofrem a solidão por falta de representatividade nas instituições, por

[16] INEP, Microdados do censo da educação superior (2017)

serem minoria numérica? Isso afetaria sua representatividade na tomada de decisões?

Chamamos a atenção para uma das questões que trazem inquietação para minha reflexão: será que as mulheres que chegaram no auge da vida profissional de um intelectual brasileiro**,** sendo doutoras e profissionais em uma universidade pública, sentem o que chamamos aqui de solidão profissional? Existe solidão profissional no espaço público? Acham que passam por algum tipo solidão no trabalho? Se passam, como caracterizam essa solidão profissional? Geralmente, na sociedade brasileira, o corpo preto dificilmente encontra espaço de trabalho enquanto liderança no âmbito privado. No trabalho que exige o curso superior, no setor público, quantos pretos estão presentes nessas instituições? E que funções exercem nestas instituições para além da docência na graduação?

É importante olharmos como estão os corpos nas instituições, além de entender como chegaram nelas e como se mantêm nesses espaços específicos. É importante olhar a relação que a mulher preta tem com a instituição quando faz parte de um *métier* restrito; não apenas como acreditam que são vistas pelos pares, mas de uma maneira mais geral, de como acreditam que são vistas pela instituição e, inclusive, pelos alunos.

A autora Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) descreveu que as condições das mulheres negras no período após a escravidão no Brasil prejudicaram a entrada e a manutenção destas no mercado de trabalho, sempre as colocando em um lugar subalterno. Desde já, antecipo, pensando a questão das mulheres negras/pretas e enegrecidas em espaços pensados para uma elite: a presença de seus corpos já fragilizaria os ideais coloniais nos espaços que frequentam. Acredito que foi possível, com essa pesquisa, suspeitar que alguns modos de vidas subalternizadas vêm se movimentando e produzindo conhecimento.

Nascimento ainda ressalta que a sociedade brasileira plurirracial, que privilegia padrões estéticos de mulheres brancas/europeias, restringe as mulheres negras de várias formas no mercado de trabalho não doméstico e traz um maior isolamento e individualização dessas mulheres. Minha hipótese é de que há inúmeros impactos sociais recaindo sobre os corpos de mulheres negras, tanto no aspecto profissional, quanto no aspecto afetivo. Segundo a autora:

> Quanto mais a mulher negra se especializa profissionalmente numa sociedade desse tipo, mais ela é levada a individualizar-se. Sua rede de relações também se especializa. Sua construção psíquica, forjada no embate entre sua individualidade e a pressão da discriminação racial, muitas vezes surge como impedimento à atração do outro, na medida em que este, habituado aos padrões formais de relação dual, teme a potência dessa mulher. Também ela, por sua vez, acaba por rejeitar esses outros, homens, masculinos, machos. Já não aceitará uma proposta de dominação unilateral. (NASCIMENTO, 2006, p. 128).

Essa é uma indagação importante, mas talvez a metodologia, utilizando entrevistas, não

leve diretamente a respostas sobre o impacto da presença dessas mulheres no ambiente acadêmico e – a fortiori – no ideário colonial que marca esse espaço. Mas levanto a hipótese de que é possível identificar rastros ou mesmo levar a questionamentos por parte das próprias entrevistadas.

2 **CORPOS QUE VIVEM NA/PARA DOR: EPISTEMOLOGIA DA DOR, RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL QUE CONTRAFAZ A CONSTRUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES**.

> Toda noite, sem falta, ela rezava para ter olhos azuis. Fazia um ano que rezava fervorosamente. Embora um tanto desanimada não tinha perdido a esperança. Levaria muito, muito tempo, para que uma coisa maravilhosa como aquela acontecesse (MORRISON, 2019, p. 50)

O capítulo *in loco* é teórico, ele traz para o trabalho as questões que fundamentam a tese. A meu ver, seria abstruso escrever sobre o racismo institucional sem remeter ao colonialismo, raiz produtora do racismo estrutural e seus desdobramentos. No primeiro momento deste capítulo, pretendo refletir sobre racismo estrutural e institucional, além de apresentar uma perspectiva conceitual que intitulamos como *epistemologia da dor*[17], criada a partir dos indicadores sociais de diferença que estão/são interseccionalizados, como raça e classe social.

Analisaremos o racismo estrutural e o racismo institucional utilizando outros conceitos e debates, os quais trazem implicações e contribuições para compreender/pensar o racismo estrutural. Para escrever sobre a dor gerada pelo racismo é preciso revisitar o debate sobre racismo estrutural e institucional, além do trauma colonial. Sendo assim, tentamos trabalhar esses conceitos como suportes do colonialismo, por entender que a base da estrutura e dos traumas coletivos vividos por pessoas racializadas tem influência direta do processo colonial, logo, compreendo que seja esse (o colonialismo) o elo entre os três conceitos supracitados.

Ter poucas possibilidades na margem da liberdade é o que, na minha concepção, determina uma estrutura. O estreitamento dessa margem é mais intensificado para determinados corpos: os corpos tratados como abjetos. Esses corpos já nascem marcados pelos processos históricos de herança da escravização e exploração e, de certa forma, com restrições simbólicas e práticas, as quais antecedem a própria existência física. Cabe lembrar que as mulheres pretas já nascem seladas por uma limitação de escolhas e de plena existência, assim, ao escolher mulheres e intelectuais pretas para dialogar e exemplificar a vida, estou apostando que a escrita delas é a própria existência dos corpos dessas autoras, de modo a explicar o que elas teorizaram.

---

[17] Conceito pensado durante a orientação e trabalhado conjuntamente durante a elaboração deste capítulo. O termo foi sugerido pelo orientador Dr. Fernando Pocahy.

Dessa forma, apesar da mobilidade social que obtiveram por meio da educação, da produção intelectual, do status de instituições que atuaram – como o Movimento Negro – e, principalmente, por meio da originalidade de suas falas e escritas, essas intelectuais escreveram sobre o racismo institucional que viveram. Conjecturar sobre essas mulheres e seus legados intelectuais nos leva a refletir sobre como a construção do racismo não nos deixa livres nem mesmo depois de alcançar a mobilidade social; nem mesmo com acesso ao capital econômico e social, e ao reconhecimento intelectual. Inclusive, nada disso garante o reconhecimento no campo intelectual.

Dentre as finalidades desta tese, mais precisamente deste capítulo, está a tentativa de compreender os mecanismos que auxiliam mulheres pretas a se manterem profissionais produtivas nessa estrutura social racista e sexista, e, para isso, procuramos pistas teóricas que refletissem quais são os possíveis mecanismos de adoecimento e dor.

Apesar de ser visto pela sociedade brasileira como espaço da meritocracia, o *métier* acadêmico é uma estrutura hierárquica que, muitas vezes, reproduz um lugar de expressão do privilégio de gênero, classe e raça. Tal instância educacional admite, pesquisa e corrobora com trabalhos que evidenciam o racismo como estrutura, no entanto, acaba por operar e reproduzir o mesmo racismo da sociedade brasileira, o qual recusa e sobre o qual teoriza. Alguns agentes das instituições, como docentes e chefes de departamento, e também políticas desenvolvidas dentro delas, colaboram com ações racistas/sexistas.

Já é sabido que, na sociedade brasileira, raramente alguém vai admitir que age de forma racista e sexista em seu espaço de trabalho ou na vida íntima, ou até mesmo nas relações interpessoais (DA MATTA, 1981). Logo, é uma postura e escolha ética: ouvir, descrever e relatar o racismo e sexismo a partir dos corpos que os vivenciam dentro da rotina das instituições em que produzem e replicam epistemologias.

No item 2.3 desde capítulo, opto por escrever sobre e com as mulheres pretas/negras que elegi dentre muitas mulheres como ancestrais intelectuais. Antes de adentrar nas construções conceituais, justifico a escolha das intelectuais (três acadêmicas e uma da política partidária) aqui citadas por considerá-las fundamentais para o pensamento das questões étnico-raciais, fundamentais no debate sobre mulheres negras/pretas no Brasil, e ancestrais fundamentais no campo de pesquisa das problemáticas do racismo estrutural na nossa sociedade. Mesmo com toda a relevância para o campo epistemológico nas ciências humanas, na contramão dessa importância e da construção de conhecimentos na área, essas mulheres foram e são muitas vezes esquecidas pela academia por muitos anos, sendo ignoradas por

intelectuais que estudavam o mesmo campo de pesquisa que elas, o que formou uma geração de intelectuais que as desconheciam. Tal processo de esquecimento operou o epistemicídio.

Na última parte deste capítulo, uso como suporte teórico e argumentativo os escritos de mulheres negras/pretas e intelectuais; autoras que construíram teoricamente no campo acadêmico e têm grande importância na trajetória política e acadêmica de intelectuais pretas: Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Benedita da Silva, mulheres que contribuíram para o pensamento racial brasileiro na teoria e na prática. Essas intelectuais, além de produzirem um pensamento sobre diáspora e interseccionalidade, também são importantes para pensar a política e a arte. Mesmo com toda a importância para o campo da produção de novas epistemes, elas foram vitimadas (diretamente e/ou indiretamente) pelo racismo estrutural. Faz parte desta elaboração compreender os mecanismos que engrenam essa estrutura, a qual não isenta os corpos de serem vitimados pelo racismo, independentemente da mobilidade e ascensão social alcançada por eles.

2.1 **"A mulher de dentro de cada um não quer mais silêncio."**[18]

Trazer o epistemicídio, como uma forma de pensar a dor, e pensar em *epistemologia da dor* não se trata de uma conceituação da dor, mas, sobre como funcionam os engendramentos que impulsionam as dores, e, no caso deste trabalho, são dores relacionadas à construção de saberes, dores que diminuem e apagam corpos em um espaço; aqui, um espaço intelectual e acadêmico, mas que pode ou poderia ser um espaço de saberes quaisquer. Os mecanismos de dor podem estar relacionados aos traumas, medos, afetividades, deslegitimação de saberes, ou mesmo falta de parcerias e aliança no ambiente acadêmico, fatores que levam à *solidão profissional*.

Ser sozinha ou se sentir só, em uma jornada, é muito dramático. O lugar de engajamento político possibilita uma sociabilidade e inter-relações importantes, contudo, em um lugar onde um corpo é exceção à regra de uma branquitude[19] cisheteronormativa e masculina, a associação

---

[18] Frase retirada da letra da música "Dentro de Cada Um" da Elza Soares (2018).

[19] O termo Branquitude já foi explicado na introdução do trabalho, mas aproveito a utilização deste termo que remete a privilégios para lembrar que o sistema classificatório que produz privilégios a pessoas brancas não é homogêneo. Assim como a classificação de pretos não é homogênea, mas tais classificações produzem resultados de indicadores de privilégios ou de entraves sociais. O tipo ideal branco caucasiano, a meu ver, detém enorme privilégio, já o tipo ideal da cor preta produz estigma e exclusão. Du Bois (2014) apresenta um sistema de privilégios da classe trabalhadora Americana Branca a partir de um trânsito livre pela sociedade e acesso às funções públicas.

e a aliança dependem de um ânimo e uma vontade colossais de muitas pessoas, principalmente de quem entende que mantém um privilégio histórico. Por obviedade, para haver alguém portador de privilégio, é necessário existir uma massa de desprivilegiados e desprovidos da chance de competição e disputa. Aqui no Brasil, essa massa é circunscrita por pessoas racializadas e marcadas pelo trauma colonial. Como descreve Kilomba (2019), o racismo reencenado no dia a dia é como uma herança colonial e um trauma coletivo, assim, torna-se uma *realidade traumática*.

Kilomba (2019) acrescenta o aspecto de projeção do branco em relação ao que classifica como outro/a, já que o sujeito negro/a nada mais é do que uma projeção do que o branco teme reconhecer em si. Toda recusa é projetada no/a outro/a – o que a autora chama de aspectos desonrosos. "No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como objeto 'ruim', incorporando aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade." (KILOMBA, 2019, p. 37). Dando continuidade às consequências do processo colonial, a autora conceitua a experiência do trauma colonial em três desdobramentos chamados: choque violento, separação ou fragmentação, e atemporalidade.

O choque violento é descrito pela imprevisibilidade do racismo com o qual não estamos preparados para lidar e assimilar suas ocorrências, pois, como qualquer trauma, é deveras assustador para ser assimilado na nossa estrutura mental ou em qualquer estrutura mental existente. "O racismo se torna um fantasma, assombrando-nos noite e dia. Um fantasma branco. Vivê-lo é tão excessivo e intolerável para organização psíquica, que a violência do racismo assombra o sujeito negro de maneiras que outros eventos não o fazem" (KILOMBA, 2019, p. 219). O fragmento a seguir ressalta o choque violento e a atemporalidade do racismo, que nos levam a reviver o passado ou presente como se estivéssemos no passado. "A escravização e o colonialismo podem ser vistos como coisa do passado, mas estão ligadas ao presente" (IBIDEM, p. 223).

A separação, ou fragmentação, é a privação de uma relação das pessoas com a sociedade. A tese de Deivison Mendes Faustino (2015), *"Por que Fanon? Por que agora?": Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*, assim como o trabalho de Grada Kilomba (2019), *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, demarcam como as relações coloniais com os colonizados ultrapassam as linhas de exploração e vantagens socioeconômicas, mas se expandem para a construção da subjetividade dos indivíduos, apontados como "o outro" em

uma lógica binária e também hierárquica – a sociogênese[20]. “Diante da situação colonial, a violência dispensa a necessidade de legitimação, já que o Outro – este objeto que não é mais visto nem tratado como extensão do Eu – só aparece como predicado dos desejos e gozos do colonizador.” (FAUSTINO, 2015, p. 57-58). Tal processo, que é construído socialmente, ecoa no indivíduo de maneira a produzir uma relação na qual a pessoa racializada se torna vítima de si e do outro, do racismo construído pelo colonizador. “O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano. [...] O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura.” (FANON, 2008, p. 27).

O rompimento desta condição é dependente de um conhecimento de si, em si e para si, considerando a ideia de *ser* no outro, ampliando a consciência de forma que a lógica não seja uma pirâmide de ponta-cabeça, mas de uma relação dialética. Porém, essa consciência de ambos é um empecilho criado pelo próprio colonialismo e seu projeto universalista (branco/europeu/ocidental), essencialista, binário e excludente; que demarca o outro e as relações a partir de um olhar do que é humano e do que é animalesco. Ao mesmo tempo que é um delírio fetichista do branco projetar seus temores no outro, sendo tais temores correspondentes à sua própria imagem no espelho, o corpo preto torna-se o fantasma a ser eliminado, tanto de forma simbólica, quanto de forma materializada.

> O branco está convencido de que o negro é um animal; se não for o comprimento do pênis, é a potência sexual que o impressiona. Ele tem necessidade de se defender deste “diferente”, isto é, de caracterizar o Outro. O Outro será o suporte de suas preocupações e de seus desejos. (FANON, 2008, p. 147).

Por isso, cabe pensar que esse assombro e produção de trauma, conjuntamente, geram: epistemicídio (CARNEIRO, 2005), biopolítica (FOUCAULT, 2005) e necropolítica (MBEMBE, 2018). Não é à toa que o Estado, com seu ethos colonialista, concretiza a eliminação dos corpos que assombram o imaginário colonial, a todo momento. Como explica Foucault (2005, p. 306): “A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”. Não apenas na decisão de quem deve morrer para que outros possam viver, mas, sobretudo, como máquina aniquiladora através de uma política de morte, a necropolítica (MBEMBE, 2018). Esta é financiada pelo próprio Estado

[20] Reagindo contra a tendência constitucionalista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é só uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia. De certo modo, para responder à exigência de Leconte e Damey, digamos que o que pretendemos aqui é estabelecer um sócio-diagnóstico. (FANON, 2008, p. 28)

e, por ele, permitida para determinados corpos. Ou seja, não há modificação na lógica do sistema escravista, mas uma ressignificação e reprodução da mesma a todo momento.

Ao refletir sobre os traumas e dores causados pelo trauma colonial, as mulheres negras/ pretas – com olhar interseccional – são atravessadas por dores de gênero e por sua condição de seres humanos racializados.

Logo, o processo que produz dores como consequência do racismo não se distingue do trauma colonial vivenciado por todos os corpos racializados. O que podemos comprovar ao trazer os homens pretos/negros para a discussão, visto que o trauma racial atravessa e fere ambos os corpos, tanto mulheres pretas/negras como homens pretos/negros, mas, ainda assim, tem expressões diferentes. É importante frisar que, ao falar de traumas e dores coloniais, não há nenhuma pretensão de hierarquizar dores, nem com homens pretos/negros, nem com povos indígenas e/ou outros grupos que foram racializados, e, sim, compreender de que forma a operação e (re)produção do racismo pode ser diferenciada, a partir do contexto histórico e/ou dos marcadores de gênero, sexualidade e etc.

A dororidade (PIEDADE, 2019) é uma ação; um conceito que se coloca como verbo. No meu entendimento, a dororidade, de maneira simplificada, é a união das mulheres pretas/negras através da dor e, por meio dela, a constituição de uma partilha. Não se trata de uma partilha de dor em si, mas, sobretudo, uma partilha de compreensão do projeto político que se mantém contínuo na produção do adoecimento e da eliminação da população preta/negra. Não é apenas sentir, é partilhar para modificar estruturas.

Piedade (2019) mostra que o recente cenário, em um passado não distante político do Brasil é caracterizado pela ascensão conservadora do governo representado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, que tem como seus princípios fundantes: o discurso racista, LGBTfóbico e machista. O projeto de extermínio não foi constituído de repente, mas dá continuidade a um projeto carregado de herança racial. Além disso, tem uma estrutura institucional e discursiva do Estado como base, da qual é herdeiro e mantenedor da mesma lógica colonialista. Assim, acrescendo a essa análise, tal discurso só é alicerçado nessa conjuntura por meio de uma lógica fundamentalista, moral-religiosa e militar. Menciono, aqui, a tese que pontua de maneira competente essa relação: *“Se queres a Guerra, prepara-te para a Paz": O Dispositivo Verde-Oliva de "Pacificações" para Comando, Controle e Conquista (C3) de Populações*, de Vinicius Rodrigues Gonçalves (2020), apresenta a relação entre o Estado, os militares e a religião a partir das ocupações militares no período do governo do PT. A tese aponta para como essas operações refletem um ideal de extermínio e uma política que, unida ao discurso religioso e militar de ordem, produz e verbaliza a necropolítica, mesmo em um governo que não é fundamentalista

religioso. No entanto, foi essa lógica que construiu e que mantém um Estado como o Estado brasileiro. Gonçalves (2020) escreve:

> [...] com as populações de alguns territórios experimentando *excessos de exceção ordinária*. Sem causar surpresa, esses se constituem nos *Homo Sacer* mais uma vez *de sempre*: pobres, mulheres, LGBT, negros, em suas possibilidades de pertenças cruzadas. Não apenas seus corpos, mas também suas privacidades e afetos, podem ser violentados, sem a devida culpabilização daqueles que o fazem. Sua vida e morte são objetos de interesse da Razão do Estado; por isso, podem ser acessados em sigilo, de acordo com o arbítrio de seus agentes autorizados. (GONÇALVES, 2020, p. 153).

2.2 **"Eu, entre esquerda e direita, continuo sendo preta."**[21]

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

[21] A frase escolhida para subtítulo foi dita pela filósofa Sueli Carneiro, frase essa que fora usada como resposta à fala José Arbex sobre Celso Pitta (1946-2009), à época prefeito de São Paulo, que, acusado de corrupção, "saiu de casa com um cartaz dizendo que era perseguido por ser negro". "Não me consta que o Pitta não tenha consciência de sua condição de negro. Não se tem notícia dele como ativista. [...] Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta" ("Caros Amigos" n° 35, fevereiro de 2000).

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(Conceição Evaristo)

Mesmo após 2018, ano que apresentou um crescimento de 52,6% de mulheres eleitas em relação às eleições de 2014 – dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – quem passou a representar o poder executivo, entre 2019 e 2022, foi um ex-militar, pregador de discursos e práticas que combatem o aumento do número de mulheres no espaço político, e defendem o ideal moralista, racista e sexista. Além de tudo, é apoiado por religiosos ultraconservadores. Assim, o que Vilma (2019) apresenta não é uma disputa com o conceito de sororidade, mas um olhar atento aos processos de angústia, dor e sofrimento que marcam os corpos de pessoas em processos afrodiaspóricos, e não contam com a compreensão nem do feminismo branco.

Como aborda em seu livro *Feminismo Branco: das Sufragistas aos influenciadores e quem elas deixam pra trás*, Koa Beck (2021), afirma: "O feminismo branco pode até ser elegante ou eufemístico em sua exclusividade. Mas, por vezes, nomeia sua dominação racial em termos diretos" (p. 60). Ou seja, tanto Piedade (2019), quanto Koa Beck (2021), assim como outras intelectuais negras/pretas, continuam afirmando que o feminismo branco, os intelectuais, os acadêmicos, os teóricos, e as mulheres e homens brancos têm uma imensa dificuldade em compreender as angústias da pretitude; e compartilhar do que Piedade (2019) conceitua como dororidade, que é um processo histórico. Importante demarcar que esse processo histórico é perpetuado e reatualizado com financiamento do próprio Estado. Interpreto, através do poema *Vozes-Mulheres*, que habita em nós, mulheres pretas (e povos racializados), uma latente herança de faltas e dor, mas também de afetos e resistência.

Embora não seja um dos objetivos deste trabalho aprofundar-se no conceito de ancestralidade, entendo que vale afirmar que a ancestralidade se mantém viva e não é como uma forma de existir a partir de uma herança cultural, intelectual e afetiva. Aqui, pensamos em como a ancestralidade impacta e é essencial para pensar a mobilidade social das novas gerações, assim como a reflexão sobre a dor e a relação de poder-saber em instituições educacionais. A relação de ancestralidade para nós, pessoas racializadas, – no meu caso e das entrevistadas, mulheres pretas – e a construção do nosso imaginário tem a ver, direta ou indiretamente, com

todos os que nos antecederam no campo intelectual, na militância política e na luta pelo acesso aos direitos de existência; tais precursores também ampliaram o espaço de interlocução e substituição das ideias de objetificação, dessa forma, tornam-se exemplos.

Para nós, a ancestralidade não se dá pela relação consanguínea, até porque, o genocídio dos corpos dos nossos ancestrais e o apagamento das nossas raízes familiares e de pertencimento foram alguns dos pilares do processo de escravização. Isso ocorreu a partir da queima dos documentos relativos a esse período, em 1881; documentos como: matrícula, controle aduaneiro, recolhimento de tributos, entre outros que se encontravam nas repartições do Ministério da Fazenda. De modo que foi destruída a possibilidade de uma reconstrução, por meio da consanguinidade, das origens dos povos que foram escravizados.

Então, o mito de origem é em África, mas também em lugares de diáspora – uma África *religare*; que nos faz pessoas brasileiras pretas/negras, com uma origem do outro lado do Atlântico. Pessoas pretas/negras reconhecem a África, mas também são do/no Brasil, que é de todos os pretos/negros e pretas/negras que construíram o pavimento no qual caminhamos e continuamos a construir, visando ampliá-lo para nossa caminhada e a de outros que virão. Logo, a frase de Jurema Werneck, "*nossos passos vêm de longe"*, faz todo sentido para pensar a construção de uma ancestralidade a partir dos saberes alicerçados por pessoas que nos antecederam. Cito Beatriz Nascimento para elaborar sobre a ancestralidade através do conceito de Orí (1989), narrado por ela no filme, no intuito de nos convocar à reflexão do Orí como memória, com gestos que remetem a essa memória e estabelecem uma relação com o corpo, – numa herança pré-escrita nas ações, na linguagem – assim como é demonstrado na linguagem; no Pretuguês[22], como aponta Lélia Gonzalez (2020).

O início do filme é, para mim, a descrição do significado de herança ancestral imanente, permanente e transcendente; herança que transpõe a racionalidade; herança que constrói corpos que se reconhecem. É tudo dialético (corpo, linguagem, história), como narra Beatriz Nascimento:

> A Terra é circular, o Sol é um disco, onde está a dialética? No mar, Atlântico-mãe. Como eles puderam partir daqui para um mundo desconhecido? Aí eu chorei de amor pelos navegadores, meus pais. Chorei por tê-los odiado. Chorei por ainda ter mágoa desta história. Mas chorei fundamentalmente, diante da poesia do encontro do Tejo com o Atlântico, da poesia da partida para a conquista. Eles o fizeram por medo também e talvez tenham chorado, diante de todas as belezas além do mar Atlântico. Oh paz infinita, poder fazer elos de ligação numa história fragmentada. África e América e novamente Europa e África. Angola, Jagas e os povos de Benin de onde vem minha mãe. Eu sou Atlântica! (ORÍ, 1989).

[22] Termo será trabalhado mais adiante no texto.

A construção da identidade, de mãos dadas com tantos referenciais, me leva a compreender que a própria identidade é dialética, é construída na transformação, e ao mesmo tempo, dá conta de uma necessidade de ser, de alguma forma de significância, de existência e de resistência. A identidade é uma categoria elástica, não engessada e, para muitos, necessita de certa reificação de concepções excludentes e racistas. O conceito raça é uma construção eurocêntrica responsável por construir um imaginário de inferioridade e de subalternidade, que desumaniza povos racializados, sejam povos pretos, indígenas, judeus e/ou latinos. A raça é um conceito engessador, que estratifica e hierarquiza a partir do sistema classificatório. Como aponta Hall (2015):

> [...] raça é um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas. E dizer que raça é uma categoria discursiva é reconhecer que todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre as raças no terreno da ciência biológica ou genética, se mostraram insustentáveis. Precisamos, portanto - diz-se - substituir a definição biológica de raça pela sócio-histórica ou cultural. (HALL, 2015, p. 01).

Para iniciarmos o debate sobre o racismo institucional e suas consequências, faz-se necessário, primeiramente, revisitarmos a conceituação do racismo estrutural. É importante salientar que, para pessoas pretas e indígenas no Brasil, a sociedade é concebida com uma arquitetura racista – desde as construções, até instituições e decisões socioeconômicas que são realizadas para conveniência dos grupos dominantes (pessoas brancas). O intelectual Silvio de Almeida (2018), no livro *O que é racismo estrutural?* evidencia que o racismo estrutural opera com multiplicidade nos espaços e relações sociais, como na economia, na política e na subjetividade dos indivíduos, ou seja, o racismo estrutural extrapola as relações individuais. Ele é externo e também internalizado nos indivíduos e grupos sociais.

Neste livro, Almeida (2018) corrobora para um debate que é atual no Brasil e remonta aos primeiros ensaios sociológicos sobre a sociedade brasileira: a dicotomia entre *raça* e *classe social* – como se fosse possível determinar o que vem primeiro: *"o ovo ou a galinha"*, como diz o ditado popular. O autor traz um apontamento objetivo e direto para o leitor:

> Logo, o racismo não deve ser tratado como uma questão lateral, que pode ser dissolvida na concepção de classes, até porque uma noção de classe que desconsidera o modo com que esta se expressa enquanto relação social objetiva torna o conceito uma abstração vazia de conteúdo histórico. (ALMEIDA, 2018, p. 145).

Assim, independentemente do debate sobre classe social, que é importante e necessário, o racismo, enquanto engendramento da sociedade brasileira, precisa ser pensado e discutido para além do debate de classe.

Afirmar que o racismo estrutura uma sociedade é confirmar que a norma dessa sociedade é excludente e, sobretudo, que ela opera por múltiplas violências, as quais visibilizam e invisibilizam determinados corpos historicamente e cotidianamente. Essas múltiplas violências refletem nas falas, na vida social, na vida privada, e estendem-se até a elaboração dos currículos escolares, até as leis e, sobretudo, até a construção das subjetividades dos brancos e dos chamados grupos racializados[23] como forma de inferiorização. Assim, tal estrutura centralizada e alicerçada em benefício da branquitude, também se desdobra na ideia do poder masculino e na lógica cisheteronormativa. Nos últimos tempos, o debate sobre o conceito e o impacto do racismo estrutural está em voga no cotidiano da sociedade brasileira, devido ao grande alcance e divulgação de imagens e acontecimentos públicos nos Estados Unidos da América e seus desdobramentos[24].

Em algumas cidades metropolitanas do Brasil, manifestações inspiradas no *Black Lives Matter*[25] - após a morte do George Floyd, assassinado pela polícia estadunidense em Minnesota, ocorreram em meio à pandemia de covid-19, com passeatas de pessoas negras/pretas e não-negras/pretas (brancos, indígenas e latinos americanos como mexicanos) reivindicando uma sociedade e um mundo onde indivíduos não sejam exterminados em decorrência do racismo, além de dar enfoque à política interna genocida, eugenista e, acima de tudo, de morte – a necropolítica. Apesar de acreditarmos na importância histórica desses acontecimentos e protestos, como o *Vidas Negras Importam*, nos Estados Unidos da América, no Brasil e em vários países, contextualizamos tais acontecimentos para que quem nos lê tenha uma noção do *timing* da nossa escrita – pois compreendemos que a escrita, assim como o conhecimento, é influenciada pelo tempo histórico. Vivemos mais um tempo histórico marcado pelo luto e pela dor.

---

[23]Apesar dos inúmeros debates sobre racialização dos grupos não-brancos, defendemos que, por oposição, brancos também são vistos e se veem como raça, como supremacistas e superiores. Exaltam seus antepassados europeus (no caso do Brasil), seu sobrenome. Cremos que não se trata de racializar os outros não-brancos, mas polarizar entre o que o branco entende sobre superioridade e inferioridade a partir da concepção racial.

[24]A morte por sufocamento de um cidadão negro estadunidense por um policial branco, também estadunidense, e as tensões raciais que fervilharam na sociedade em questão resultaram em um debate e uma militância em vários países do mundo, assim como no Brasil.

[25] Movimento ativista negro iniciado no EUA (2013), que influenciou um movimento internacional, que tem como foco criticar a violência direcionada a pessoas negras por policiais e pelo Estado. Movimento que angariou apoio de pessoas brancas e que se ampliou em 2020, fragilizando a popularidade em ano eleitoral do presidente Trump.

Pensar e escrever sobre questões raciais exige que tenhamos um diálogo com outros indicadores sociais que interagem com o racismo. Logo, não separamos o problema do racismo de outros indicadores sociais da diferença, no Brasil; é preciso pensar no racismo e suas interseccionalidades. Afinal, se o racismo é o centro desta escrita, ela é somatizada e atravessada de muitas formas, como suas bio-necropolíticas. A intelectual Fátima Lima (2018) descreve no artigo *Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe*:

> Pensar hoje no genocídio da população negra bem como todas as questões e vicissitudes transversalizadas pela raça, enquanto ficção materializada em corpos-subjetividades, convoca a noção de bio-necropolítica como analisador, principalmente no que se refere às formas de pensar o que vem a ser a democracia e a construção de uma vida em comum em contextos brasileiros onde uma gramática sociorracial se sustentou durante muito tempo no mito da democracia racial e na cordialidade como traço distintivo fazendo do racismo à brasileira um crime perfeito como nos aponta o antropólogo Kabengele Munanga. (LIMA, 2018, p. 21).

O fragmento do texto traz como reflexão que alguns corpos precisam morrer para outros corpos e vidas-vivíveis desfrutarem do privilégio de viver – no entendimento do significado da bio-política. Já as populações pretas, indígenas e LGBTQIA+, por exemplo, não são pensadas como vidas-vivíveis, e sim como corpos extermináveis da sociedade, como se fossem, ou como se deixassem um rastro de sujeira, atraso e abjeção. Paradoxalmente, manter tais pessoas vivas significa, nesses casos, permitir que morram, isto é, criar estratégias para seu extermínio. A morte não é explicitamente institucionalizada, com leis que ditam uma seleção direta, por exemplo, mas há outras formas de operar, por meio de uma "escolha" social dos corpos que serão "matáveis" na sociedade. Aqui, "matar" tem uma extensão para além da vida física, trata-se de existência, viabilidade e visibilidade social. Tal forma de operar o extermínio é chamada de necropolítica pelo autor Achille Mbembe (2018, p. 33),[26] ou seja, a política realizada pelo Estado "[...] se comprometeria a 'civilizar' os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar".

Compreender e discutir o racismo como cerne da desigualdade no Brasil não é apenas um ato de lucidez, mas, sobretudo, permear-se de uma racionalidade. Se nascemos em uma sociedade que é estruturada sobre a lógica do racismo, essa estrutura firma-se sobre a ideia de que pessoas racializadas são inferiores. Isso significa que negros/pretos e indígenas (no Brasil) são socializados sob este pensamento e, assim, o racismo segue constituído e perpetuado pelos brancos para privilegiar a si mesmos. Essas relações de dominação e poder estabelecidas no

[26]O termo "Necropolítica" foi formulado em 2011.

contato entre colonizador e colonizado demonstram a classificação do “outro” como inferior; elas foram constituídas através da noção de raças, do antagonismo entre superior/inferior e formuladas pelos europeus. Segundo Aníbal Quijano (2005), essas relações são binárias e hierárquicas:

> A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. (QUIJANO, 2005, p. 117).

Como já foi falado, mas é sempre bom lembrar, o racismo é constituído pela ideia do “outro” e pela ideia de raça; assim como a raça, o “outro” também é uma construção social. A ideia de raça (construção que pode e deve ser desconstruída) acaba por responder a uma forma de agir de determinado grupo social que desumaniza e inferioriza socialmente e simbolicamente o “outro”. As pessoas são inferiorizadas não apenas pela cor, gênero e sexualidade, noções constituídas enquanto alteridades e subalternizadas nas relações coloniais. Até porque, é bom lembrar que os países que passaram por processos de colonização e escravização ainda são atravessados pelas normas de seus exploradores, pois muitas normas ficaram cristalizadas nas sociedades colonizadas.

> Nuevas identidades fueron creadas en el contexto de la colonización europea en las Américas: europeo, blanco, indio, negro y mestizo, para nombrar sólo las más frecuentes y obvias. Un rasgo característico de este tipo de clasificación social consiste en que la relación entre sujetos no es horizontal sino vertical (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 132)

Nas relações de mobilidade social, existe uma concepção de que a norma da relação do saber-poder é branca, do gênero masculino e heterocisnormativa. Nas relações existe uma estrutura que dificulta outras possibilidades humanas de ocuparem a própria ideia de humanidade, o que implica no direito de ser, de expressar-se, de circular, de fazer escolhas, de ser respeitado e ser referenciado como humano.

Faço a aposta de que não se desconstrói ideais raciais no Brasil sem discutir questões de gênero e de sexualidade. Não há, em nosso compreender, como dissociar racismo de outras opressões. Inclusive, os estudos do feminismo negro e das intersecções que perpassam o corpo negro/preto, sejam de gênero, sexualidade ou regionalidade, (cf. Crenshaw, 1994; Haraway; Bilge; Davis, 2016) abrem a possibilidade de pensar na importância da interseccionalidade para a reflexão sobre o racismo e o sexismo. Patrícia Collins (2017, p. 7), no ensaio intitulado *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*, dialoga

com outras autoras e destaca: “Assim, a interseccionalidade proporciona lentes sugestivas para examinar o que poderia se perder na tradução, em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder”.

É imprescindível lembrar que o racismo, assim como sexismo e a LGBTfobia, trazem consequências nocivas para todos, inclusive para os brancos cis-heteros-homens. Da mesma forma, o machismo mata mais os homens. Viver em uma sociedade racista, transfóbica e homofóbica é viver em uma sociedade violenta, e a violência se reflete em todos os indivíduos, entretanto, alguns têm seus corpos mais ameaçados e carregam consigo a impressão de serem mais ameaçadores.

Apesar de o racismo se concretizar nas atitudes cotidianas entre e com os indivíduos, o racismo não deve ser pautado como um apontamento individualizado, mas lembrado como produção sustentada por uma lógica de governo e de Estado, como lembra Achille Mbembe (2014) fazendo referência a Foucault. O autor afirma que *racismo* e *raça* são conceitos definidos pelo Estado como uma maneira de normatizar os crimes praticados pelo mesmo. Para o intelectual Quijano (2005), o olhar eurocentrista resulta na formação do Estado Nação – o qual mantém os seus diversos dualismos, marcando as civilizações e constituindo a ideia de democracia e de igualdade jurídica a partir de concepções tipicamente europeias. Como assinala o autor:

> Trata-se de uma sociedade nacionalizada e por isso politicamente organizada como um Estado-nação. Implica as instituições modernas de cidadania e democracia política. Ou seja, implica uma certa democracia, dado que cada processo conhecido de nacionalização da sociedade nos tempos modernos ocorreu somente através de uma relativa (ou seja, dentro dos limites do capitalismo). (QUIJANO, 2005, p. 130)

Neste texto, focamos primeiro nas questões estruturais, porque as relações coletivas também constroem as subjetividades. De certa forma, não se separa facilmente as questões coletivas daquelas constituintes dos indivíduos, porque a subjetividade é construída nas relações sociais. Em uma estrutura machista, racista e desigual, as subjetividades dos indivíduos são produzidas a partir de um esqueleto que nos inclui, exclui, cria possibilidades e limitações. Para Judith Butler (2000, p. 155): “O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito”.

Cabe enfatizar que a centralidade do nosso debate é demarcada por trazer a reflexão sobre o racismo estrutural, que faz com que pessoas não-brancas nasçam em um sistema que os coloca em uma posição e condição de inferioridade e indiferença. Tais questões permeiam as

relações sociais, relações caracterizadas pelo racismo – não apenas sobre ele, mas orbitando em torno dele –, porquanto, este se localiza no cerne de muitos debates, inclusive para o debate feminista e LGBTQIA+. Os movimentos visibilizados por estes últimos grupos apontam que ser um indivíduo preto ou indígena amplia suas possibilidades de morte e exclusão, já que a sociedade brasileira é construída pela lógica racista.

Será que o racismo estrutural é a racionalização da desigualdade social?[27]

Ao questionarmos a categoria raça e a sua racionalização, é preciso lembrar a obra *Crítica da Razão Negra*, de Achille Mbembe (2014, p. 10), que analisa os processos históricos dos quais procedem conceitos de "negro" e "raça negra": "o Negro e a raça têm significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa". São concepções raciais que surgem para dar oposição ao branco, tudo o que é não branco passa a ser racializado de forma subalterna, ou seja, a construção das raças se coloca dentro de processo colonial. Quando o chamado "branco" tem seu encontro com povos de outros continentes, autointitulam-se como brancos, situando todos os outros em categorias racializadas.

Obviamente, hoje não vivemos o mesmo processo histórico das navegações dos séculos XV ao XVIII, mas somos herdeiros deste processo. Mbembe (2014) afirma que o liberalismo é a ideologia que justifica esta operação dos conceitos de "negro" e de "raça negra". O negro torna-se mercadoria para suprir a necessidade e desejo do branco; ao mesmo tempo, ele produz mercadoria e é mercadoria. Sempre bom lembrar que, neste processo, por muitos sujeitos de mentalidade colonial ainda não consideravam o "negro" como ser humano.

Para o intelectual Mbembe (2014), o negro é uma ficção. Assim como, a partir da ideia do negro se faz a raça – um conjunto de fabulações elaboradas no esteio do capitalismo mercantil e do estabelecimento do sistema de plantação. Mesmo sendo uma ficção, essa diferenciação é importante, não só para distinguir a alteridade, mas para inferiorizar, ou mesmo para transpor todas as frustrações e medos dos brancos a outros corpos, entendidos como opostos a eles.

> Se aprofundarmos a questão, a raça será sempre um complexo perverso, gerador de medos e tormentos, de problemas, de pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por ventura, histérica. (MBEMBE, 2014, p. 25).

É preciso lembrar da estrutura racista: devemos alargar a ideia do racismo sem restringir as relações entre pessoas em uma esfera que alcança as individualidades e as constitui. O

[27] Pergunta retórica

racismo estrutural se constrói, reconstrói e se solidifica com leis criadas e as oportunidades de mobilidade social baseadas em/no racismo, ou seja, o racismo é estrutural e fragiliza de tal forma os envolvidos, que o sistema acaba por convencer muitas vítimas de que elas próprias têm um problema de incapacidade individual, fraquezas ou incapacidades sociocognitivas.

Gosto de pensar em metáforas para dialogar sobre conceitos. Ao pensar a ideia de uma estrutura, podemos usar a imagem do alicerce de uma casa, que dá base para uma moradia. Estamos estruturados sobre um sistema racista, construído historicamente – e que é reproduzido em todas as instâncias da nossa sociedade. Quando falamos em alicerce, não concordamos que é uma estrutura bem-feita, sendo assim, apresenta fissuras – porque está a ruir o tempo todo e, dependendo do seu estado, se faz necessário derrubá-la e reconstruí-la em novas bases por meio das fissuras que todo sistema permite. Mas, para buscar as fissuras, é preciso compreender o que se está buscando: ver que, em todas as relações sociais – como no funcionamento das instituições e em situações cotidianas –, pessoas negras/pretas e indígenas são vitimadas pelo racismo, independentemente da condição de classe social ou educacional em que vivem. Acreditamos que o racismo pode ser sentido ou percebido de diversas formas entre as diferentes classes sociais, mas, independentemente de como é percebido, ele se faz presente. Almeida (2018) afirma:

> O fato de parte expressiva da sociedade considerar ofensas raciais como “piadas”, como parte de um suposto espírito irreverente que grassa na cultura popular em virtude da democracia racial, é o tipo de argumento necessário para que o judiciário e o sistema de justiça em geral resistam em reconhecer casos de racismo, e que se considerem racionalmente neutros. (ALMEIDA, 2018, p.59)

Por mais compreendido e debatido que seja o fato de que somos atravessados pelo racismo estrutural, a manifestação cotidiana do racismo no Brasil é atuante nos corpos dos pretos e indígenas. Cada sociedade tem uma forma cruel e peculiar de manifestar o racismo, nenhuma mais ou menos cruel, todas violentas. Como o racismo é uma violência manifestada antes mesmo de uma criança preta e/ou indígena nascer, esse é um fator crucial para debruçar-se, já que algumas pessoas maliciosas tendem a colocar as vítimas como sócias dessa construção. Pessoas nascem inferiorizadas nessa estrutura[28] e nela se mantêm até sua morte – infelizmente, situação perpetuada como herança que a branquitude produz e reproduz de forma contínua.

[28] Entendemos o processo estrutural no Brasil que foi/ é marcado pelo processo colonial, ocasionado a partir do encontro do chamado colonizador Europeu com povos nativos (Indígenas) e do sequestro dos povos do Continente Africano, aqui escravizados. Chamo esse encontro de infeliz porque produz uma estrutura extremamente hierárquica, racista e sexista na sociedade brasileira.

Alguns entusiastas acreditam que o simples ato de destituir a palavra raça resolveria um tanto dos problemas que atravessam os corpos de pessoas invisibilizadas por essa noção de diferença, entretanto, não foi a noção de raça que constituiu o racismo, mas o racismo que constituiu o conceito de raça. Da mesma forma que a dominação colonialista fortaleceu a distinção entre "nós" e "outros". Essa desproporção é resultado do encontro entre o colonizador e o colonizado. A inferiorização do "outro" não é uma consequência, mas um projeto do colonizador (FANON, 2009). Como elaborou Fanon (2008, p. 104): "No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldade na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera de densas incertezas".

Ao entrar no espaço dos brancos, a pessoa preta é hostilizada – uma vez que seu corpo não é percebido como pertencente a estes espaços.

> Eu existia em triplo. Ocupava determinado lugar. Ia ao encontro do outro... e o outro, evanescente, hostil, mas não opaco, transparente, ausente, desaparecia. A náusea.... Eu era, ao mesmo tempo, responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo e descobri a minha negridão, minhas características étnicas e, então, detonaram o meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros [...] (FANON, 2008, p. 105-106).

Após enfatizarmos de várias maneiras como se constitui o racismo estrutural, podemos refletir sobre como é insensato indagar a uma pessoa negra/preta se ela já passou pelo racismo em uma sociedade construída pela lógica racial – não há corpo negro e indígena neste país que não seja atravessado, desde antes do nascimento, pela lógica da inferiorização racial. Contudo, é necessário entender que o racismo estrutural não pode ser usado como justificativa para reproduzir incessantemente a desigualdade e a violência racial. Em vez disso, é importante saber que há uma estrutura, a qual nos precede, pois auxilia na compreensão dos privilégios que se tem quando um corpo é branco, masculino e cisheteronormativo.

Por sinal, não acreditamos na possibilidade de pensar uma democracia plena sem antes debatermos, de maneira aprofundada e constante, os aspectos que desumanizam determinados grupos e os privilégios indiscutíveis de outros – privilégios naturalizados e construtores de subjetividades da sensação de superioridade para com outros determinados grupos humanos.

Ao assumirmos e enfrentarmos o racismo como um dos principais responsáveis pelo atraso econômico e social da sociedade brasileira, assim como o machismo e as fobias desta sociedade, estamos operando, não só para mudanças políticas e econômicas, mas também visamos mudanças nas relações sociais e no imaginário social; o imaginário sobre o outro e sobre nós. E, o mais importante: os imaginários de nós sobre nós mesmos.

Apoiamo-nos na hipótese de que o racismo se constitui e se caracteriza no Brasil de forma sintomática. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre as mulheres negras – assim como machismo impacta nas demais relações. Consequentemente, ao falarmos em racismo, sexismo, homofobia e transfobia – em suas relações interseccionais –, falamos de forças importantes para pensar um *modus operandi* da sociedade em que nascemos e fomos constituídos como sujeitos.

2.3 **"Nossos passos vêm de longe": ancestrais intelectuais, racismo, dores e resistência**

Eu sou preta, penso e sinto assim.
Beatriz Nascimento

Lembro que, durante a minha formação como professora e como pesquisadora, não presenciei uma referência a essas intelectuais. A formação ocorreu no começo dos anos 2000, e quase duas décadas depois, no estado do Rio de Janeiro, percebo que as intelectuais com quem dialogo neste trabalho, e outras intelectuais pretas, retornam aos debates acadêmicos. Acredito ter ocorrido essa virada acadêmica a partir da entrada dos corpos de mulheres racializadas no espaço acadêmico como pesquisadoras e professoras. Como também através da ampliação propiciada pelas políticas públicas de cotas e de ampliação da universidade, além da longa disputa por um espaço de legitimação epistemológica por pessoas racializadas. São os corpos de pesquisadores-professores envolvidos nessas disputas que recuperam, citam e referenciam os trabalhos dessas intelectuais.

Esse racismo estrutural desemboca nas instituições. Assim como lembrado no início deste capítulo, a aposta que fazemos é a de que não se deve discutir racismo sem pensar nas intersecções sobre os corpos pretos. Todavia, um único capítulo não dá conta de analisar amplamente todos os atravessamentos de indicadores sociais da diferença relacionados à reflexão sobre o racismo institucional. Falaremos, ainda que de forma não tão aprofundada, sobre três intelectuais importantíssimas para o pensamento teórico, metodológico e para o engajamento político social brasileiro. Essas mulheres produziram teoria e reflexões contra o racismo e foram vitimadas pela estrutura racista de nossa sociedade. Vamos apresentar um breve histórico dessas três intelectuais negras brasileiras e, a partir de suas trajetórias, tentaremos ponderar sobre questões como racismo e solidão profissional que essas mulheres negras enfrentaram em suas carreiras. Nossa intenção não é relatar suas biografias, mas

provocar reflexões no âmbito de suas experiências subjetivas, para além do racismo estrutural e institucional. Cada uma à sua maneira, as intelectuais brasileiras Neusa Santos Souza, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez tiveram suas vidas atravessadas pelo racismo de forma que suas produções intelectuais foram, infelizmente, interrompidas em idade e momento temporal produtivo. Como é produzir pensamento negro/preto em um mundo permeado pela leitura branca? Como é ser solitária entre seus pares intelectuais? Dentre muitas e inúmeras solidões que mulheres negras sofrem (mulheres cisgêneras e transgêneras), trazemos para o debate a solidão profissional. Solidão que faz parte da vida das mulheres pretas, mas pode ser percebida como se olhássemos para uma lente de aumento: dentre as mulheres que experimentaram ascensão social, elas o fizeram por meio do trabalho intelectual, espaço profissional que, classicamente e historicamente, proporciona mobilidade majoritariamente para homens (e, dentre estes, homem cis, heteros e brancos).

Escrever sobre o outro é uma tarefa que exige muita ética, vigilância epistemológica e uma noção de relatividade ao descrever dores que também nos atravessam; além disso, é preciso saber o limite da dor do outro e ter vigilância sobre nossas projeções, sobretudo, em situações que podem nos trazer mais adoecimento do que cura. Quando escrevemos sobre dores, revivemos nossas dores – revivemos os episódios de racismo e alguns de sexismo. A quem lê, cabe refletir e, principalmente, aprender a "ouvir". Esse é um exercício complexo em que a necessidade de compreensão caminha lado a lado com o privilégio e também há de se autovigiar para o perigo da superidentificação, da projeção e, consequentemente, do adoecimento.

Neusa Santos Souza é autora de um clássico brasileiro intitulado *Tornar-se Negro* (1983), obra que contribui para pensar a representação do corpo negro e o imaginário construído sobre esses corpos e suas existências do mundo. Psicóloga, negra, intelectual oriunda das camadas pobres e nordestina de origem, sua obra, de certa forma, descreve um pouco de seu percurso de vida. Afinal, para mulheres ou corpos vistos como abjetos, acreditamos ser improvável – ao escolher investigar dores – não esbarrarmos nas próprias dores. Souza foi moradora de um bairro de classe média da Zonal Sul do Rio de Janeiro, sendo ela "negra de classe média", frequentou e morou em "um lugar branco" durante sua vida adulta.

Seu livro traça as dificuldades que pessoas negras que alcançaram ascensão social encontram para transitar por uma sociedade que prima apenas pela existência branca. A partir de trajetórias pessoais, analisa as dificuldades, perpetradas pelo racismo, que influenciam a construção das subjetividades negras. Lembramos que Souza foi psicanalista e não compõe seu trabalho para denunciar, mas para pensar alternativas para os indivíduos pretos que tiveram mobilidade social e ascenderam. Entender-se como preto, para a autora, seria uma espécie de

descortinamento do racismo, como descreve em *Tornar-se Negro*: “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (SOUZA, 1983, p. 17-18). Essa construção da identidade do negro a partir do olhar do branco e para a subordinação dos desejos do branco é parte de um modelo de ascensão, sucesso e racionalidade que pertence à identidade do branco; recusando e verbalizando a todo momento a construção de uma identidade negra autorreferenciada. Souza (1983) descreve que a mobilidade social do negro passava pela reprodução de modos de vida dos brancos. De certa forma, é uma tentativa de abdicação de uma história própria, e arriscamos a dizer, da verbalização da própria história que precede os indivíduos pretos; como se, para ser tolerado no mundo dos brancos, fosse necessário o apagamento de uma existência negra.

Mas, Neusa Santos Souza, logo na primeira linha de seu trabalho, apresenta uma alternativa: “Uma das formas de se ter autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz mais significativo quando mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (SOUZA, 1983, p. 17). A construção dessa autonomia passa por entender a vida emocional do indivíduo preto e a necessidade de discursos elaborados por eles sobre eles. Como o custo emocional para o negro é enorme – visto que o arquétipo de ascensão social é o branco –, ter mobilidade para o negro, como a autora descreve, “tem um custo emocional”.

Deslocamos nossa análise para a biografia de Lélia Gonzalez, intelectual engajada, nascida em Minas Gerais, historiadora, filósofa e geógrafa. A autora produziu, em seus 59 anos de vida, diversas obras que refletiam sobre a condição e a importância do negro na sociedade brasileira. Produziu intelectualmente com teorias, e atuou firmemente em discursos e práticas de engajamento social no Movimento Negro Unificado (MNU), do qual foi uma das fundadoras, na década de 70. E, no Partido dos Trabalhadores (PT), levou e respondeu a uma discussão ainda mal resolvida para alguns militantes sobre a relação entre classe e raça. Nessa discussão, Gonzalez salientou que a constituição da desigualdade tem um viés racial e, mais ainda, trouxe o conceito de maioria silenciada para expressar de forma mais ampla que, além dos negros, grupos como os de pessoas LGBTQIA+, também compunham várias minorias que, numa luta coletiva, se expressavam como uma maioria de corpos silenciados (entendemos assim o caso dos grupos indígenas).

Em parceria com o pesquisador e intelectual Carlos Hasenbalg, escreveu o livro *Lugar do negro* (1982), no qual abordam, em diversos capítulos, questões de raça, classe e mobilidade social da população negra; negro na publicidade; resistência do movimento negro e sua importância para formação política na sociedade brasileira. Um capítulo escrito por Gonzalez

analisa a atuação do movimento negro a partir do panorama da ditadura militar no Brasil e do papel fundamental dos movimentos sociais na academia como manifestação cultural e política; assim como a formação e estruturação do movimento negro e sua importância para a construção de uma identidade afro-brasileira, ou seja, de um reconhecer-se negro.

Em um trecho do capítulo mencionado, Lélia Gonzalez mostra que, na contramão de todo um engajamento do movimento negro nos espaços intelectuais, existia uma construção de imaginário do negro a ocupar um "lugar de apropriado" na sociedade, posto que não faz parte do seu imaginário que pessoas negras e indígenas estejam em lugares que representam mobilidade social, como a universidade. Nesse texto, a autora provoca: "A publicidade reproduz os estereótipos culturais sobre o negro, assim contribuindo para delimitar, num plano ideológico, 'seus lugares de apropriados'. Estes lugares esgotam-se na polaridade do trabalho desqualificado/entertainer, 'objeto de consumo' (GONZALEZ, 1982, p. 113). Se, para o negro, se constrói uma imagem de resistência física, potencialidade sexual e vigor corporal, não só é importante analisar suas descrições do imaginário, como refletir na forma com que as pessoas negras são tratadas, mas, fundamentalmente, como pessoas negras são socializadas em uma "lógica" que são do corpo, da matéria, da pulsão e do físico, enquanto seu antagonismo é a intelectualidade, racionalidade e passividade – o branco. Interpretamos como danos emocionais o fato de que as ideias de racionalização do negro, assim como de indígenas, são construídas e reificadas constantemente para inferiorizar e criar dicotomias entre corpos.

Numa perspectiva de inferiorização, Gonzalez (1982) fala sobre a recusa e a dificuldade de ser negro numa sociedade da lógica do branqueamento – muitos dos negros, "mulatos" ou "brancoides", são classificados assim como resultado da internalização dos valores de embranquecimento. Ainda para complementar, a autora lembra e dialoga com a intelectual Neusa Santos Souza, em uma passagem em que explica sobre a "recusa" ser um mecanismo de reprodução ideológica. "[...] tais mecanismos de ocultamento e negação são devidos ao fato de, em termos psicanalíticos o branco ser vivenciado como ideal do ego." (GONZALEZ, 1982, p.53). E só existe reprodução porque ocorre a produção de uma lógica racista que hierarquiza estruturalmente as relações, estejam elas nas políticas públicas, econômicas, no campo jurídico ou até mesmo na definição de uma linguagem definida como padrão.

A construção de tantos aspectos vistos como subalternos e inferiores interfere na construção de referências positivas. Não se trata apenas de uma representação física, mas uma rede de representações, desde as representações materiais, até as simbólicas. E, antes que pareça que estamos descrevendo regras, cabe provocar que, para além de definições linguísticas, vários termos originados de outros idiomas são apropriados pela língua, – o chamado estrangeirismo

– embora sejam escritos e produzidos foneticamente diferentes, como “abajur”, do francês *abat-jour*, ou “basquetebol”, ao invés do original na língua inglesa *basket ball*. A legitimação da língua é mais uma das formas de pensar o racismo. Gonzalez (1983) apresenta, de forma muito lúcida, as miudezas (não tão miúdas) do racismo linguístico em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, e descreve:

> É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexiste. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez e juntamente com o abundo, provém de um tronco linguístico bantu que ‘casualmente’ se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim. De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido, é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado etc. e tal. [...]. E culminando pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma porque a gente põe o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é escravo (GONZALEZ, 1983, p. 238).

A autora coloca em questão a construção de um conjunto de práticas que são legitimadas quando são constituídas pela lógica do branqueamento. Percebe-se que suas críticas não são restritas à construção de um tipo específico de linguagem, ou mesmo de referências nacionais ou estrangeiras, mas na construção das referências que são legítimas e aquelas que são deslegitimadas na nossa sociedade, para além da prática. Gonzalez não só faz a crítica, mas se engaja para modificar a lógica racista, e, independentemente de os espaços serem racistas, luta para que os corpos negros sejam porta-vozes da mudança, da saída do papel de objetos investigativos e de fala, para sujeitos sociais de forma ampla.

Gonzalez (1983) sempre foi uma intelectual de posicionamento e mensagens diretas em suas colocações, sem delongas, assim como a frase clássica, que vimos anteriormente nesta tese: “O lixo vai falar” (p. 238), referindo-se a uma palestra em que representantes negros foram convidados para ouvir intelectuais brancos falarem sobre os negros, Gonzalez narra que aqueles “ouvintes” se recusaram ao simples papel de ouvir os brancos – também intelectuais – falando sobre negros, estes na plateia. A “ordem” (provocação) foi “subvertida” (outra provocação) e os grupos que eram ouvintes tomaram a fala. A frase dita por Gonzalez reforça que neste sistema

é necessário que alguns grupos lutem para poder falar e ser ouvidos em todos os espaços, ainda mais espaços de poder, como é o espaço do conhecimento.

Percebe-se que a mobilidade para negros/pretos é diferente em relação aos brancos – visto que, para os negros, ela é carregada de desconfiança, de indiferença e, sobretudo, de dúvida –, tais aspectos contribuem para a dificuldade de efetivação da própria mobilidade, que permanece mesmo após o processo de ascensão social, assim como corpos indígenas e transexuais não superam, no Brasil, o racismo e a transfobia ao ascenderem socialmente. Ressaltando que ascender socialmente não significa apenas ganhar dinheiro, pois ganhar reconhecimento social e intelectual também é uma forma de mobilidade social ascendente. Logo, acreditamos na possibilidade de pensar uma antítese na construção de subjetividades negras e brancas. Enquanto a primeira é construída em uma sociedade, a qual tenta convencer corpos negros/pretos de uma inferioridade sócio-histórica, a segunda tem sua subjetividade alicerçada sobre o imaginário da superioridade. Isso independe de os discursos serem racistas ou não; sendo as instituições concebidas, no racismo estrutural, sob uma lógica que valoriza e humaniza mais determinados corpos do que outros.

Maria Beatriz Nascimento foi historiadora, professora, poetisa e roteirista. Seus trabalhos são diversos, pensaram em temas como a territorialidade, corporeidade e identidade. Uma intelectual múltipla e que tem seu trabalho muito pouco explorado ainda hoje – apesar do reconhecimento da academia nos últimos anos, muito evidenciado após o trabalho de Alex Ratts em seu livro *Eu sou Atlântica*, compilação de textos analisados pelo autor que possibilitou a leitura e o encontro da autora com muitas leitoras e mulheres engajadas. Beatriz Nascimento, como mulher negra e intelectual, trouxe diversos conceitos muito importantes para pensar o corpo e a existência do negro na sociedade brasileira, assim como seus trabalhos refletem e fazem refletir sobre como resistimos ao processo de tentativa de supressão da nossa existência.

Alex Ratts, no livro que é fruto de sua pesquisa sobre a obra de Maria Beatriz Nascimento, apresenta pertinentes perguntas sobre a dificuldade do reconhecimento acerca dos trabalhos da autora e de outras intelectuais negras. Comenta o autor:

> Podemos considerar que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual. Qual o tempo que as mulheres negras têm para ler? A que leituras que se dedicam? E perguntamos enfim: quantas possuem condições para adentrar na universidade? Destas quantas se tornam pesquisadoras, professoras e intelectuais? (RATTS, 2006, p. 29)

Tais indagações se referiram a obra e ao desconhecimento da magnitude que era a intelectual Nascimento. Mas, quase duas décadas após sua morte, mesmo depois de políticas públicas inclusivas no período de governos progressistas no Brasil, reconhecemos uma melhora, ainda muito tímida – mudança tão discreta que as perguntas feitas pelo autor estão cheias de sentido, no presente. E mulheres como Beatriz Nascimento são lidas e entendidas por quantos outros intelectuais? Quais são as correlações e significações que esses corpos produzem para além do seu tempo? São divulgados e produzidos em materiais que não sejam de outros intelectuais engajados?

Tais trabalhos não só podem ser vistos como construtores de teorias, mas também servem para pensar a construção da intelectualidade brasileira, intelectualidade construída de forma colonial, patriarcal e com raízes escravocratas, e, evidentemente, racistas. Assim como as demais esferas da sociedade brasileira. Mas, para além de lembrar tais questões, é importante pensar como são construídas as subjetividades de mulheres em formação acadêmica que, no desenvolver de suas teorias de saber e suas epistemologias, fazem parte das gerações de mulheres que foram privadas de um encontro-diálogo com essas intelectuais.

Intelectuais negras, mesmo que não estejam sozinhas no campo do engajamento político, no desenvolvimento intelectual negro dentro dos espaços acadêmicos e de produção intelectual formal, são solitárias no sentido de serem raras quantitativamente e representativamente. É o que chamamos de solidão profissional no espaço intelectual e, principalmente, acadêmico.

Destaco o trabalho de Neusa Santos Souza (1983) para pensar: i) a construção da subjetividade da pessoa negra em mobilidade social que é refutada e vista a partir da lógica de ascensão e superioridade restrita ao corpo branco; e ii) a construção de inferioridade do corpo negro impactando as relações e as subjetividades de pessoas pretas que, assim como Beatriz Nascimento também expõe, é uma construção que tenta desumanizar os negros/ pretos. Essas construções não aparecem apenas na política pública, mas se reproduzem no espaço acadêmico, intelectual e de construção da imagem do negro na sociedade brasileira. Nascimento, ao entrar em contato com a vida acadêmica, no curso de história, na Universidade Federal Fluminense (UFF), destaca:

> E quando cheguei à universidade, a coisa que mais me chocava era o eterno estudo, quando se referia ao negro, sobre o escravo, como se durante todo o tempo da História do Brasil nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para a fazenda, para a mineração (NASCIMENTO, 1977, p. 127)

Os espaços formativos também são lugares que podem contribuir para uma construção de identidade. Cabe provocar as experiências que pessoas negras têm ao estudar a própria história ainda hoje. Este texto não pretende citar a formação dos alunos de ensino básico, mas vale pensar na formação de quem forma discentes do ensino básico. Como a formação do corpo negro na universidade é realizada hoje? Poucos corpos, poucos profissionais, estes, vistos como exceção e com as produções pouco visibilizadas. Talvez porque sejam poucos em volume e escassos para trocarem e se apoiarem em suas produções intelectuais.

A solidão, não só de diálogo, mas de parcerias em produções; e até a falta do entendimento discursivo, talvez impacte na própria subjetividade do que significa ser intelectual. Mas, apesar de todo esforço de desumanização dos corpos negros, há de se pensar como, ainda assim, temos tantas produções e tão vigorosas. Dentre muitas possíveis respostas, Nascimento afirma que o corpo traz ancestralidade; o corpo é marcado por essa herança negra ancestral, como mostra o documentário *Orí* (1989) – dirigido pela cineasta Raquel Gerber, com a narração da própria Beatriz Nascimento –, que descreve os aspectos da travessia dos corpos pretos até chegar nessa terra. E a descreve como algo que, neste trabalho, interpretamos como um movimento, o qual não nos separa de uma terra, mas nos ressignifica em outros espaços trazendo e somando a partir da herança diaspórica. Em Orí (1989), também é no corpo que se marca a memória e a história; a dor, o afeto e a ancestralidade. Sobretudo, como é movimento, é transmigração – já que a corporalidade é escrita a partir das experiências, nas subjetividades de vivências relacionais e coletivas.

A autora norte-americana Patrícia Collins (2016), em seu artigo *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, ao revisitar a literatura feminista negra, percebe que intelectuais negras revisitam e revivem a marginalidade em contextos acadêmicos: “[...] é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras” (BERGER & LUCKMANN, 1996; MANNHEIM, 1954 apud COLLINS, 2016, p. 101).

Collins (2016) faz refletir sobre a sensação de estar sempre à margem nos espaços de saber-poder. Esse processo de marginalização não pode ser pensado apenas como excludente, mas também como gerador de reflexões no espaço acadêmico e no engajamento social. A construção da imagem e dos imaginários é relevante para pensar a dificuldade de produção e da receptividade de pessoas negras ou quaisquer pessoas não-brancas. Não dá para dizer que essa relação, por ser produtora de reflexão, conceito e teoria, é vantajosa em algum momento para quem produz; muito pelo contrário, só reforça o caráter de privilégio de alguns grupos

sociais e uma realidade social muito complexa de se modificar, mesmo com toda reflexão, e por maior que seja o engajamento público em toda parte. Como aponta Collins (2016):

> […] Por um lado, essa relação de insider tem sido satisfatória para todos os envolvidos. Nas biografias dos brancos ricos, é frequente o relato de seu amor por suas "mães" negras, enquanto os relatos das trabalhadoras domésticas negras ressaltam a percepção de autoafirmação vivenciada pelas trabalhadoras ao verem o poder branco sendo desmistificado – saberem que não era o intelecto, o talento ou a humanidade de seus empregadores que justificava o seu status superior, mas o racismo. No entanto, por outro lado, essas mesmas mulheres negras sabiam que elas jamais pertenceriam a suas "famílias" brancas. Apesar de seu envolvimento, permaneciam como outsiders. (COLLINS, 2016, p. 99-100)

Há muitas formas de reforçar a sensação de estar sempre de fora, mesmo fazendo parte e sendo parte da produção de saber da sociedade. Assim como a língua, a construção de imaginários do que nos pertence, ou mesmo de referências do que é legitimado como brasileiro pelas elites, é atravessada pela concepção altamente racista da sociedade brasileira. Nem Lélia Gonzalez, ou Neusa Santos Souza, tampouco Beatriz Nascimento, ao descreverem a subjetividade e refletirem sobre os danos emocionais e as formas de resistirmos, tanto em uma sociedade como nas políticas públicas, dão o recado que interpretamos na forma dos conceitos de necropolítica e de racismo estrutural, os quais desembocam nas instituições que os reproduzem de forma explícita – sem nenhum constrangimento.

Tais relações e políticas fazem com que as intelectuais sejam, além de atuais, mais do que nunca, importantes para pensar as representações, os impactos e as formas de resistência de grupos sociais que estão utilizando os termos de Lélia Gonzalez, entre a maioria silenciada.

Em pleno século XXI, com a maioria da população brasileira que se auto classifica como negra e parda (incluindo indígenas), a imagem que o antigo governo federal[29] quer passar do Brasil ainda é de uma sociedade inexistente na realidade. Nem mesmo a elite de homens brancos chegam ao ápice caucasiano que o governo promoveu no cartaz *Pátria Amada Brasil*, cheio de imagens de crianças apenas brancas.

Talvez essa imagem mostre o que desejam as elites brasileiras[30], representadas pelo atual governo exaltador de uma brasilidade não-negra, não-indígena e/ou não-miscigenada, mas estão longe de ser. Cabe a pergunta: como fica a construção de quem cresce sem representação positiva, com políticas públicas e econômicas que pouco valorizam a imagem que a maioria dos brasileiros tem no espelho?

---

[29] Até 31/12/2022.

[30] ZYLBERKAN, Mariana. Gabinete de Braga Netto criou peça polemica apenas com crianças brancas. **Veja São Paulo.** São Paulo. 23 abr. 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/gabinete-de-braga-netto-criou-peca-polemica-apenas-com-criancas-brancas. Acesso em: 07 fev. 2024.

O racismo não impacta somente a construção da subjetividade daqueles que são vistos como subalternizados, mas impacta igualmente os que oprimem. O Estado também opera na lógica do opressor. Obviamente, os impactos emocionais não são apenas nos corpos das mulheres pretas/negras, das mulheres, em geral, dos LGBTQIA+, dos indígenas; mas moldam uma subjetividade cruel e exterminadora que é naturalizada pelas políticas públicas, pela educação e pelas relações interpessoais. Como uma neurose social que precisa ser o tempo todo diagnosticada e tratada, não apenas nas causas, mas nos seus sintomas – nos sintomáticos e nos assintomáticos.

Apesar de esta tese centrar-se em ouvir as professoras negras, protagonistas da pesquisa, ao final desta escrita, já nas últimas semanas para finalizá-la, tive a oportunidade de entrevistar a deputada Benedita da Silva. Foi um retorno relevante, dado que escolhi três intelectuais já falecidas como ancestrais acadêmicas, contudo, ao refletir sobre a importância do que é resistência e estar no lugar ocupado pela branquitude, me pareceu muito significativo que a atual deputada Benedita pudesse se juntar às intelectuais acadêmicas. Benedita ocupa, há décadas, um lugar na política, que abre e abriu portas para corpos de mulheres pretas/negras. É, importante ver esse corpo vivo e pulsante, na vida profissional. Conversar com a deputada Benedita da Silva, me possibilitou reviver as intelectuais que escolhi para representar tantas outras intelectuais negras/pretas que estão vivas e que já se foram.

Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Neusa Santos – só tive a oportunidade de ler e conhecer após uma década de formada, e mesmo assim mudaram a minha forma de ver a teoria. Depois da leitura dos textos dessas intelectuais tive a sensação de ter feito uma nova graduação que modificou a forma de interpretar as relações sociais. E falar delas é uma forma de comtemplar as vozes negras/pretas. A deputada Benedita conheceu e conviveu com essas três intelectuais. Além de também considerá-la uma intelectual, seu relato produz a sensação de humanização das teóricas e da própria deputada, porque desconstrói a formalidades dos discursos distanciados sem a vivência.

A deputada comentou que é preciso ter um preparo psicológico para trabalhar numa estrutura de poder predominantemente ocupada por homens heteros, cis, brancos e ricos. Como ela disse: “Tal é a esquizofrenia dos racistas e dos machistas”. E ela revelou que foi aprendendo com o tempo, porém, a deputada disse que nada vem de graça, é preciso aprender o código do dominante para que possa contestá-lo. Nesse sentido, Benedita da Silva descreve que, para ela, foi importante a *Universidade da Vida* (grifo meu), porque é preciso ir além do conhecimento formal para suportar o mundo dos racistas, machistas e fascistas. É preciso ter um conhecimento maior do que o deles (dominantes). O conhecimento da vida é a realidade para ela. “Eles sabem

pouco de nós, mas, *Nós* (grifo meu) sabemos muito deles", "É aquela história, eu sei o que você fez na semana passada, eu sei o que vocês fizeram no século passado".

Para a deputada, é preciso se organizar, chamar a juventude e fazer a diferença que está exatamente na nossa organização psicológica e na consciência; o *psicológico quilombola*, que ela conceitua como um pensamento Quilombola, é um pensamento de resistência. E, para ela, é uma resistência com consequência – resistir para permanecer e mudar. Isso é o *psicológico quilombola* para a deputada.

Perguntei sobre a ideia de Solidão Profissional e provoquei dizendo que ela sempre reconheceu a negritude antes de outras mulheres e se isso não dificultava a vida profissional. Primeiro, ela disse que ser negra é a identidade dela e não poderia ser diferente e não chegaria onde chegou com tanta força e energia se não tivesse essa forte identidade. Mas, ao mesmo tempo, ser assim criou dificuldades. E ela se sentiu muito só em um determinado momento. No entanto, todas as dificuldades pelas quais ela passou, anteriormente, tiveram um resultado – ela fez parte de um projeto de construção de possibilidades para outras mulheres. Tudo leva muito tempo, cita a Vereadora Marielle Franco.[31] Em suas palavras, Marielle levou muito tempo para chegar à câmara de vereadores: "Levou muito tempo para mim, levou muito tempo para a Jurema [32] e muito tempo para ela (Marielle) e ela teve um tempo muito curto, então, é preciso que a gente tenha nossos iguais para organizar o mesmo pensamento, a mesma coisa. Para que você não se sinta só para dialogar". Para Benedita da Silva, o que fortalecia era a militância fora do gabinete, por sinal, ela fez questão de ressaltar que ela não é e nunca foi uma política de gabinete. O lado de fora a fortalecia, inclusive é uma mulher religiosa, evangélica e enfatizou que, nos piores momentos, buscou força na fé e na família.

Ao perguntar como é estar em um lugar de poder representativo dominado por homens, ela enfatizou que, além de entender o debate, é preciso convencer aquelas pessoas, porque quando se é minoria, "é preciso ir cheia e ungida para fazer o debate". Estar com psicológico preparado para entender as piadas, cantadas e o machismo, seguir criando mecanismos de defesa e denúncia. Ao falar do racismo e do machismo, Benedita aponta que ambos ocorrem de forma recorrente em todos os lugares e o modelo se revela de acordo com o espaço. Deu exemplo de falas cotidianas: "você está tão bem vestindo branco", "está tão bem de rosa...", mas, não diz: "você é bonita", "você está linda", a não ser em momentos para dar uma cantada

---

[31] A vereadora Marielle Francisco da Silva (PSOL), conhecida como Marielle Franco (Nasceu no Rio de Janeiro, 27 de julho de 1979), socióloga e política brasileira. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no Estácio, Região Central do Rio de Janeiro.

[32]Jurema Batista é uma política brasileira, feminista negra e ativista pelos direitos humanos, foi eleita vereadora em 1992, 1996, 2000 e deputada estadual em 2002.

ou uma má cantada. Ela destacou que tem as rodinhas para apontar as mulheres, principalmente as mulheres de esquerda. “Eles acham que somos feias (mulheres de esquerda), imagine as mulheres de esquerda que são pretas”. Insisti em perguntar como era quando não havia outra mulher negra com quem conversar sobre vivências específicas, e ela me respondeu que, sendo a única mulher negra, ela fazia suas trocas com as brancas revolucionárias, que eram apenas meia dúzia, e ainda assim tinha de convencê-las de que havia diferenças entre o feminismo branco e o feminismo negro; abordando questões sociais, colonialismo, escravidão... “Eles têm como herança – a comunidade branca – a ideia do belo, do inteligente... Olha o que fizeram com o marco regulatório, eles derrubaram novamente”. E complementou: “hoje falam de fake news, como se fosse uma grande novidade, mas eu sempre sofri fake news” e lembrou que recebeu muitos bilhetes racistas com frases como: “Sua macaca”, “Vai plantar banana”, “dizendo que eu plantaria bananeira no Palácio do Estado”. Remeteu ao tempo de governadora, comentando que “essas coisas (racistas) sempre existiram na vida de uma mulher negra”, e aconteciam ainda com mais força devido ao fato de que ela estava ocupando um cargo de muito poder. Para conseguir suportar toda a dor, ela disse que equilibrava o emocional com a espiritualidade, isso gerava algum conforto. Afirmou que, sem o espiritual, ela não suportaria o racismo vivenciado, porque muitas vezes ela tinha o desejo de sair e não voltar mais. Ela chorou muito, mas consciente da responsabilidade de estar no espaço de poder. Ao falar de rota de fuga, de sair da política, ela disse que já pensou em sair, principalmente com a pressão com filhos e família. Entretanto, se desistisse, pensa: qual mensagem ela estaria passando? Com essas reflexões, segue em frente e ocupa, mais uma vez, o cargo de deputada.

Aproveitando a fluidez da conversa, perguntei sobre as intelectuais com as quais dialogo nesta parte da tese, sabendo que a deputada as conheceu e conviveu com elas. Para mim, como pesquisadora, era importante ter algum relato dessa convivência com as três intelectuais (Gonzalez, Nascimento e Santos). Benedita da Silva trouxe para a conversa momentos do convívio com elas no âmbito profissional e também na vida pessoal. Lembrou da extrema importância em sua vida das três intelectuais, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Neusa Santos e ainda fez questão de citar na conversa mais uma intelectual, a professora Eudésia Medeiros, que a auxiliou na vida política e, sobretudo, na sua construção de fala para a vida na política. Essas mulheres foram fundamentais para a deputada transitar no mundo da política, da intelectualidade e na favela.

Benedita da Silva, antes de entrar na política institucionalizada/ partidária era militante dos movimentos de favelas, de mulheres e disse que se colocava a partir de um lugar de fala e vivência favelada. Para ela, a troca que teve com Lélia, Beatriz e Neusa lhe fortaleceu o

entendimento de que era possível aprender, estudar, sem perder a identidade, referindo-se a si mesma como mulher negra e favelada. Ela disse que chegou na política com a ideia de estudar. Benedita da Silva fez questão de lembrar da professora e amiga Eudésia Medeiros, que teve um papel fundamental, após sua eleição, inclusive ajudando-a com algumas dificuldades linguísticas.

Assim que foi eleita, também pediu auxílio à professora Lélia Gonzalez para ajudá-la nas posições e falas sobre a política. A deputada fez uma diferenciação entre Eudésia e Lélia, que me pareceu uma complementação de suporte na sua vida política. Para Benedita, a primeira era professora, que a ensinava nos bastidores e a segunda a preparava para a militância mais aguerrida do movimento negro e fora dele.

O primeiro encontro se deu com a professora Lélia Gonzalez, porque foi apresentada pelo amigo em comum, José Eudes, visto que Lélia também sairia como candidata. Eudes disse para Bendita da Silva: "você precisa conhecer a Lélia porque ela vai te ajudar, é muito importante você conhecê-la". Segundo Benedita, foi exatamente isso, Lélia a ajudou e muito. Contudo, Lélia não ganhou, então virou chefe de gabinete dela; era feminista, mas sabia que tinha que demarcar a questão racial. Com a Lélia poderia desabafar, quando dizia que falou algo que não foi bem recebido. A Lélia mandava seguir e responder de forma teórica.

Benedita da Silva fez questão de demarcar o tamanho da admiração e do aprendizado com as intelectuais. Em um tom de entusiasmo, disse que Beatriz e Lélia *botavam para quebrar*, eram enfáticas e articuladas em suas posições teóricas e políticas. Chamava Beatriz Nascimento de *Barraqueira*, evidenciando que era combativa em suas falas. Neusa era mais discreta nesse sentido.

A deputada disse que as professoras eram muito provocadas e elas respondiam na medida da provocação, com inteligência. Aprendeu muito com todas três, pois elas a levaram para o universo delas (acadêmico e de militância negra). Benedita as acompanhava e aprendia com o jeito delas e elas a orientavam. Além disso, frequentavam a favela por escolha delas. Ou seja, o aconselhamento era contínuo e também uma troca. Benedita destacou um comentário sobre a intelectual Neusa Santos que, segundo ela, era acolhedora e adorava fazer jantares, nos quais pensava em como ajudar mulheres negras a estarem no universo intelectual – Enfatizou que a Neusa tinha "algo" que ela gostava: "Sentar em volta da mesa". E acrescenta: "Eu fui sempre muito aluna delas, ouvia mais que falava, eu estava recebendo".

Após quase um ano de tentativas, a deputada Benedita da Silva pôde me ceder menos de 30 minutos, pois o ano de 2023 foi um ano complicado para ela, com perdas familiares, perda de um filho. Um ano agitado para uma voz importante para o PT, que me recebeu com

enorme gentileza e elegância. Afirmou que poderia continuar a conversa quando ela retornasse ao salão de beleza, por coincidência, o mesmo em que faço as minhas tranças. Infelizmente, eu não pude ir porque machuquei o meu pé. Mas, é importante registrar que não pediu nada, não exigiu nada e sempre fui prontamente respondida pela assessoria. A fala sempre doce e enquanto falava comigo estava esperando para votar um projeto de reforma tributária. Atenta ao trabalho, aos horários e a mim. Uma vitalidade surpreendente para uma mulher que já passa dos 80 anos.

Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Benedita da Silva são grandes referências intelectuais; três acadêmicas e uma intelectual da política e (por que não dizer?) da vida, trazidas neste tópico de capítulo para pensar a sociedade brasileira. São mulheres negras, intelectuais que evidenciaram as relações desiguais na sociedade e, infelizmente, vivenciaram, em sua própria história, o racismo brasileiro e suas consequências. Poderíamos ter o privilégio de ter mais trabalhos e mais contribuições para pensar a complexa teia de relações e de significações que compõem esta sociedade.

Falando das três intelectuais acadêmicas, percebe-se que tinham a habilidade de destrinchar os discursos e os modelos, de provocar grandes reflexões no campo intelectual e no engajamento político. Entretanto, as três morreram muito cedo, o que provoca grande consternação, mesmo que tenham deixado um legado importante.

Essas três intelectuais faleceram de maneira que nos remete à estrutura violenta do racismo. Neusa Santos Souza, psicanalista lacaniana, que estudou medicina e psicologia, reconhecida profissionalmente, nascida na Bahia, mas residente no Rio de Janeiro, no bairro das Laranjeiras – bairro onde vive a classe média –, cometeu suicídio em 2008, aos 60 anos. Mulher engajada, intelectual que adorava e colecionava arte. Viveu e escreveu sobre mobilidade social de pessoas negras. No seu trabalho, já citado aqui, Tornar-se Negro (1983), Souza traz as dificuldades causadas pelo racismo, a partir dos relatos de pessoas negras referentes à própria imagem. A morte de Souza, praticamente noticiada apenas pela Fundação Palmares, não teve destaque nos jornais da época. Tal silenciamento ocorreu, a despeito da importância de seu trabalho, que é atual, mesmo doze anos após sua morte. Como a autora (SOUZA, 1983, p. 23) descreve em seu livro: “É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação”.

Lélia d’Almeida Gonzalez, conhecida como Lélia Gonzalez, nascida em Minas Gerais, intelectual pulsante e militante engajada, foi candidata a cargos políticos, negra operária e filha de uma mulher indígena que trabalhava como empregada doméstica. Gonzalez tinha dezessete irmãos e faleceu aos 59 anos, no Rio de Janeiro, em 1994, vítima de problemas

cardiorrespiratórios. A vida de Lélia certamente não foi fácil, casou-se em 1964, e em 1965 o esposo cometeu suicídio. Vivia um relacionamento inter-racial, o esposo era branco, de origem hispânica; a relação dos dois foi rejeitada pela família dele. Ainda assim, Lélia sempre usou o sobrenome do seu companheiro: Gonzalez. Destacamos um trecho do texto *Por um feminismo afrolatinoamericano*: "Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas" (GONZALEZ, 2020, p. 14).

Maria Beatriz Nascimento, nascida em Sergipe, em 1942, filha de Rubina Pereira do Nascimento e Francisco Xavier do Nascimento, um pedreiro e uma "dona de casa". A família veio morar no Rio de Janeiro na década de 1950. Nascimento tinha nove irmãos, graduou-se historiadora na UFRJ. Beatriz Nascimento escreveu teoria, fez poesia e engajou-se politicamente, tendo participado de grupos de ativistas negros/as que formaram vários núcleos de estudos no estado do Rio de Janeiro, dentre eles o Grupo de Trabalho André Rebouças, na UFF, do qual ela se torna orientadora. Um grupo de estudantes negros com objetivo de trazer conteúdos acerca das relações raciais no Brasil, almejando o envolvimento do corpo docente. Nascimento fez da teoria uma prática. E mostrou que o racismo não se limita às questões econômicas:

> […] A questão econômica não é o grande drama, percebe, apesar de ser um grande drama, não é o grande drama. O grande drama é justamente o reconhecimento da pessoa do homem negro que nunca foi reconhecido no Brasil. […] Então é importante levantar a África como a verdadeira Atlântida do nosso mito. Pra nós do Ocidente, a África ainda é um continente enterrado, um continente que a gente ainda não conhece muito. É um saber congelado, é um povo que está congelado nas nossas relações, nas nossas comunicações, no nosso inconsciente, no quem eles são. Daí a pergunta do negro nesse processo relacionado com o quilombo; quem é quilombo? (ORÍ, 1989)

Nascimento foi morta com apenas 52 anos, com cinco tiros, no bairro de Botafogo (RJ). Como noticiado no Jornal Folha de São Paulo[33], São Paulo, terça-feira, 31 de janeiro de 1995: "Segundo a polícia, Maria Beatriz foi assassinada pelo preso albergado Jorge Amorim Viana, conhecido por "Danone", que está foragido. Ele teria matado a professora por esta ter aconselhado sua namorada a abandoná-lo, porque "Danone" costumava bater na companheira". Jorge Amorim Viana foi condenado a dezessete anos de prisão pelo assassinato.

[33] ASSASSINO de historiadora pega 17 anos. **Folha de São Paulo: cotidiano.** São Paulo, p. 1-2. 20 abr. 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/20/cotidiano/29.html. Acesso em: 07 fev. 2024.

Nossa quarta intelectual está viva e ativa, Benedita da Silva, uma referência para mulheres na política. Até hoje, a única governadora mulher negra no Estado do Rio de janeiro. Sofreu inúmeros episódios de racismo e ameaças a sua família enquanto governadora. Foi Deputada Federal - (Constituinte), 1987-1991, RJ, PT; Deputada Federal - (Congresso Revisor), 1991-1995, RJ, PT, Deputada Federal - 2011-2015, RJ, PT; Deputada Federal - 2015-2019, RJ, PT, Deputada Federal - 2019-2023, RJ, PT, Deputada Federal - 2023-2027, RJ, PT. Foi ainda Vereadora, Rio de Janeiro, RJ, Partido: PT, Período: 1983 a 1986; Senadora, RJ, Partido: PT, Período: 1995 a 1998; Vice-Governador(a), RJ, Partido: PT, Período: 1999 a 2002; Governador(a), RJ, Partido: PT, Período: 2002 a 2002[34].

Acredito que, aqui, cabe uma referência e homenagem importante. Depois que terminei a primeira parte deste trabalho, Elza Soares veio a falecer, ancestral inspiradora de muitas gerações, mulher que produziu até o fim da vida. Não posso dizer que Elza Soares é uma mulher do seu tempo e nem à frente do seu tempo. Elza é uma mulher que representa a superação que muitas de nós, mulheres, ainda temos dificuldade de alcançar. Talvez estivesse à frente das gerações que ainda virão, mas viveu tensões emocionais pertinentes à sua geração de mulheres. Elza viveu mais do que a expectativa de vida das mulheres pretas, foi reconhecida e ovacionada na terceira idade. Brilhou da década de 1960 até 2022. Acho de bom tom deixar Elza terminar este capítulo, visto que ela já me acompanhou nestes anos e me deu suporte durante muitas escritas.

Mulher do fim do mundo

Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qual é
Pirata e Super Homem cantam o calor
Um peixe amarelo beija minha mão
As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes deixo a minha dor
Na avenida deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me livrei do resto dessa vida
Na avenida dura até o fim

[34] Dados Biografia do(a) Deputado(a) Federal Benedita da Silva - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar
Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qual é
Pirata e Super Homem cantam o calor
Um peixe amarelo beija minha mão
As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes deixo a minha dor
Na avenida deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me livrei do resto dessa vida
Na avenida dura até o fim
Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar
Mulher do fim do mundo
Eu sou, eu vou até o fim cantar
Cantar
Eu quero cantar até o fim
Me deixem cantar até o fim
Até o fim eu vou cantar
Eu vou cantar até o fim
Eu sou mulher do fim do mundo
Eu vou, eu vou, eu vou cantar, me deixem cantar até o fim
La, la, la, la, la, la, la
La, la, la, ia, la, la, la, ia
Até o fim eu vou cantar, eu quero cantar
Eu quero é cantar, eu vou cantar até o fim
La, la, la, la, la, la, la, la, la, ia
Eu vou cantar, eu vou cantar, me deixem cantar até o fim
Me deixem cantar até o fim
Me deixem cantar
Elza Soares

3 COMO HABITAR O ESPAÇO DA BRANQUITUDE: TRAJETÓRIAS (IM)POSSÍVEIS. DOR E SUPERAÇÃO

E tudo, tudo, tudo, tudo que nóis tem é nóis
Tudo, tudo, tudo que nóis tem é
Tudo, tudo, tudo que nóis tem é nóis
Tudo, tudo, tudo que nóis tem é
Tudo, tudo, tudo, tudo que nóis tem é nóis
Tudo, tudo, tudo que nóis tem é
Tudo, tudo, tudo que nóis tem é nóis
Tudo, tudo, tudo que nóis tem é

Principia – Emicida

Antes de iniciar a análise deste capítulo, preciso ressaltar a dificuldade de realizar o trabalho de campo, ou seja, as entrevistas com professoras negras. A maioria das entrevistadas já me conhecia do âmbito pessoal ou mesmo como pós-graduanda, mas a disponibilidade de professoras negras em destaque, com a agenda costumeiramente lotada, é sempre concorrida. Há mais estudantes que se interessam em ler, estudar e estar com essas mulheres do que tempo possível para dar conta. As professoras com quem conversei estavam assoberbadas de trabalho e demandas, dentro da universidade e fora dela, lidando com diversos compromissos ou deveres técnicos. Felizmente, mesmo enfrentando dificuldades para conciliar agendas, consegui conversar com todas as professoras negras/pretas que se comprometeram.

Além da dificuldade das entrevistas com professoras negras/pretas, vivenciei como pesquisadora um momento que dificultou minha pesquisa, me produziu dor. Que foi a espera de uma informante, me deparei com meses de ansiedade por uma entrevista que no período acreditei que fosse chave para a escrita da tese. Atualmente, percebo, que me excedi na valorização do potencial informante. Deixando a pesquisa refém de uma interlocução que não foi concretizada.

Essa não entrevista me fez refletir sobre a importância de se pensar dialeticamente e, metodologicamente, construir um trabalho não alicerçado na verdade, que um interlocutor não é um condutor fiel da verdade e nem porta-voz da pesquisa, e que foi mais importante e fluido ouvir os relatos de mulheres negras na universidade sobre suas dores e sobre o racismo, do que acreditar que uma informante que não é negra/preta seria chave primordial para legitimar como funciona o racismo nas instituições. Acreditei que poder descrever as relações a partir do olhar de uma mulher branca (que se dizia aliada), acrescentaria significativamente ao trabalho.

Tal professora, ao relatar situações presenciadas entre os pares, em uma associação científica, demonstrou que professoras negras sofrem boicotes em grupos de trabalho e pesquisa. O que me interessava eram os mecanismos, discursos, como se dariam esses boicotes. Queria refletir como um pesquisador pode narrar as situações de racismo institucional, presenciadas por uma intelectual branca, pesquisadora que se posiciona contra o modo de operar o racismo – o mais importante na situação era que a professora se ofereceu para dar sua declaração, indignada com as várias ocorrências. Além de ser importante a professora se oferecer para relatar as situações presenciadas por ela sobre o racismo institucional, metodologicamente, não faria sentido perguntar a uma pessoa branca e professora universitária, de um curso da área de ciências humanas, funcionária de uma Universidade Federal, onde há muitos alunos pobres e negros, se ela é contra o racismo/ se os colegas da instituição reproduzem de forma direta atos de racismo cotidiano. A sociedade brasileira reconhece o racismo nos outros, mas não reconhece o racismo que reproduz. É muito difícil assumir que somos geradores dessa brutal violência que é o racismo, que ataca os âmbitos físico, mental, econômico e existencial de pessoas negras.

Meu encontro com a professora, que prometeu uma entrevista sobre as situações de racismo ocorridas na associação científica na qual ela tinha um cargo de apoio da direção, ocorreu em um momento comemorativo com discentes da pesquisa. Eu estava presente como convidada de um convidado do grupo e não buscava interlocutores naquele espaço, mas apenas me divertir. No entanto, em uma conversa informal, ao saber do meu trabalho, foi feita a oferta de contribuição para a pesquisa, em forma de relato. Houve um "comprometimento" com o meu trabalho, efusivo elogio de sua importância – ato que chamo de euforia da branquitude "aliada" ou pseudo-aliada; a empolgação de colaborar no campo do saber alheio. A oferta foi aceita por mim, animada com a possibilidade de construir um trabalho não só com relatos de racismo por parte das pessoas que sofrem. Considerei interessante construí-lo também por meio da escuta de pessoas brancas, docentes que percebem e relatam como são os engendramentos e estratégias construídas para excluir trabalhos de pessoas negras, ou mesmo dificultar a circulação dos discursos de mulheres negras/pretas e outros grupos racializados.

Uma vez, um professor de Antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) falou para um grupo de estudantes do qual eu fazia parte: "alguns discursos racistas os brancos falam só com outros brancos". Hoje sabemos o nome dessa relação entre brancos que compactuam de uma "fidelidade" frente ao racismo que opera entre eles: pacto da branquitude (BENTO, 2022), o qual esperamos que seja rompido, mas se mantém entre muitos ou até uma maioria. Por esse não rompimento do pacto ou pelo findar da euforia de "aliança"

da branquitude, a “interlocutora” (professora, pesquisadora, membra e importante responsável de uma associação de pesquisa) produziu em mim uma expectativa cruel. Aguardei o diálogo por meses, enviando mensagens e recebendo respostas para optar entre uma entrevista virtual ou presencial; depois que escolhi a presencial, apresentou dificuldades para essa opção. Tentei marcar então um encontro virtual e, após três meses sem uma data marcada, ela simplesmente deixou de responder.

Apesar de ser recorrente que os interlocutores desistam de falar em pesquisas, informantes se arrependam ou mesmo não respondam, no caso relatado trata-se de uma interlocutora pesquisadora que entende como funcionam entrevistas, informantes etc., portanto, esperava que não operasse como uma pessoa de fora da academia. Essa atitude potencializou, em mim, ansiedade, raiva e frustração, afinal, eu tinha expectativas e acreditava que, realmente, poderia contar com o depoimento. Havia uma esperança enorme de produzir um capítulo dialogando com uma mulher branca professora universitária, que se ofereceu para relatar situações de racismo institucional, as quais presenciou e com as quais se incomodou. Participar seria uma forma de documentar as estratégias institucionais internas que excluem pesquisadores negros, mas, para minha surpresa, a empolgação se foi e a pessoa permaneceu em silêncio.

Eu paralisei minha pesquisa esperando por essa mulher, que direcionaria “os rumos” do trabalho. Tinha medo que o meu trabalho fosse apontado como denúncia simples (denuncismo), visto que ouvi mulheres negras/pretas sem pensar na possibilidade de ouvir aliados não negros/pretos. Após tanto sofrimento gerado pelo adiamento e indiferença da possível informante (intelectual, professora e pesquisadora, reforço essas categorias!), cheguei à seguinte conclusão: o cerne do meu trabalho são os relatos de mulheres negras e os atravessamentos do racismo na subjetividade dessas intelectuais. E, para a minha proposta de trabalho, basta!

Óbvio que essa espera me trouxe uma angústia e mal-estar incalculáveis, a ponto de reviver dinâmicas raciais experienciadas na convivência com profissionais da academia. Não posso confirmar se tal ato foi uma reprodução do racismo acadêmico, mas causou em mim o que compreendo como *neurose* pessoal sobre o racismo. Ainda que diferente do conceito construído por Lélia Gonzalez, me inspiro no texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), de sua autoria, sobre a neurose cultural da sociedade brasileira. A neurose do racismo brasileiro na sociedade transpõe a relação do complexo de édipo clássico, em que a criança tem a relação afetivo-sexual com a mãe ao adaptar esse desejo com a ama. Entendo o desconforto do lugar de um “*devir*” projetado para a subserviência, que pode ser confrontado com lugar de mundo.

O fato ocorrido me levou ao lugar da memória, que é dotado de estratégias as quais me fizeram reviver relações hierárquicas e repressoras. Foi uma desconsideração com todo meu esforço e trabalho, procedente de uma pessoa que conhece e reconhece o mecanismo do racismo, como a própria afirmou em relação à experiência violenta e dolorosa de suas orientandas negras na academia. Esse episódio, que poderia ser visto como cotidiano, capturou-me e silenciou-me de modo que, até este momento, não o dividi com ninguém além do meu companheiro, um homem branco, que ouviu sobre como os brancos são perversos. Por vezes, me vi essencializando pessoas brancas como se fossem naturalmente perversas e egoístas. No momento da dor, foi difícil separar as categorias do indivíduo. Consequência da cultura brasileira racista, flagrando o racismo e o sexismo naquilo que parecia inofensivo como não receber uma entrevista para a pesquisa. De certa maneira, estava introjetado em mim, que a fala de uma pessoa branca daria mais legitimidade ao meu trabalho. E só ao descrever as entrevistas com as professoras negras/pretas é que me dei conta disso.

> Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984, p.225)

Resolvi me pronunciar sobre o quanto é difícil reviver o trauma do racismo em situações cotidianas, nós adoecemos e atrapalhamos as construções de nossos trabalhos. Foram três meses de expectativa, mais um mês de paralisação total do trabalho; um tempo/pausa de quatro meses de sofrimento, lamentação e indignação. Reconheço que não sabia bem como dimensionar minha frustração, nem mesmo desabafar com terapeuta, ou mesmo com a orientação. Antes de começar a escrever este capítulo, deparei-me com um inexplicável choro, fruto da ansiedade frente ao momento de analisar as entrevistas, senti um pouco do que as entrevistadas sentem.

Compreendo meu corpo como Quilombo, assim como vejo e entendo os corpos de muitas mulheres negras. A dor nos atravessa de forma coletiva, comunitária.

Os racismos, os relatos e as dificuldades encontradas com as entrevistadas me atravessam, revivo essas dificuldades, mas com uma diferença importante: não sou ainda professora em uma universidade. Como acadêmica e com a trajetória que tenho, contudo, passei e passo, muitas vezes, por situações complicadas. O episódio em que citei o descaso com a importância do meu trabalho me fez relembrar o *modus operandi* racista de membros da

Universidade, sempre questionando a fala e a capacidade de produção daqueles que não são seus semelhantes. Haja vista a primeira vez que escrevi um artigo na graduação, pelos idos de 2003, sem citar meu orientador. Quando soube disso, ele reagiu de maneira agressiva: gritou comigo, disse que eu seria devorada e não iria longe na vida acadêmica – aquele era meu quarto período no curso, tinha apenas dois anos como estudante universitária e não existia uma mulher ou um corpo negro para me acolher naquele momento.

Sabemos que esse episódio não é exclusivo da universidade, claro, vivo o racismo diariamente na sociedade brasileira, mas a quebra de expectativas e da fé em uma aliança retornou-me para outros eventos. Nesse caso, a professora que ignorou meu trabalho – ou, ao menos, "me cozinhou em banho-maria" – hoje, não a enquadro como uma pessoa propositalmente racista, e nem sei se a classificaria como racista, pois seria leviana se afirmasse isso. O fato é: tal atitude me fez reviver traumas gerados pelo racismo, o que acredito que seja o centro da minha questão e de outras pessoas negras. Atualmente fala-se muito de responsabilidade afetiva, de não machucar ou negligenciar o outro, de ter o mínimo de cuidado para não criar imaginários de troca, compromisso e afeto onde não há. Então, na relação acadêmica com pessoas que são vistas como minorias e/ou subalternizadas também é preciso ter responsabilidade afetiva, de gênero e de raça. Há de se ter cuidado com pessoas que são historicamente negligenciadas. Trago uma pergunta que induz à reflexão: quando pessoas brancas se dizem aliadas (antirracistas), entendem o tamanho das expectativas geradas em pessoas negras/pretas? Conseguem compreender o tamanho da frustação em perceber nossos corpos e o que produzimos como algo descartável? Lélia Gonzalez tinha toda razão em dizer que devemos nos apropriar do nosso lugar, sentar à mesa e não aceitar a condição de ouvir sobre nós sem nós. Falem, mas não falem sem nos ouvir. *"O lixo vai falar e numa boa*". (GONZALEZ, 1984, p.225)

3.1 **Mal-estar acadêmico**

O que chamo de mal-estar acadêmico é definido por práticas, dentro de um espaço universitário ou de pesquisa, nas quais nossos corpos negros não são respeitados como produtores de epistemologias, são estranhados como intelectuais e sempre postos em dúvidas, ao ponto da nossa produção ser ignorada. O mal-estar é apresentado pelas entrevistadas desde a entrada na graduação e, ainda hoje, após anos como professoras universitárias, os relatos

apresentam paralelos que remetem ao mesmo lugar de *outsider*, nesse espaço conquistado com tanto esforço.

Todas as professoras entrevistadas são mulheres negras, assim autodeclaradas, que abordam questões de gênero e raça no escopo de seus trabalhos, ainda que essas pautas não sejam o cerne principal das suas pesquisas. São professoras em universidades federais e estaduais, fora e dentro do estado do Rio de Janeiro. Mas todas são formadas (graduação e pós-graduação) no Rio de janeiro e vivenciaram os debates sobre as cotas raciais na graduação, embora não tenham sido beneficiadas por essa política pública. A maioria delas foi criada em áreas periféricas do estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e São Gonçalo; com exceção de uma que se vê como classe média, essa frequentou o ensino médio em uma área nobre do Rio de janeiro, a Zona Sul, no Centro de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Cap-UFRJ). Durante o período em que a entrevistada estudou lá, a escola era frequentada, quase exclusivamente, pela classe média e média alta do estado.

Na entrevista, uma das interlocutoras fez questão de destacar que as políticas públicas foram importantes para compreender-se como mulher negra. E a universidade é um lugar onde os debates sobre as questões raciais realmente são evidenciados, não à toa, pois a demonstração do capital econômico, estilo de vida, escolhas de viagens e experiências vivenciadas fomentam isso. No começo dos anos 2000, estar em uma universidade pública, federal ou estadual significava frequentar um lugar ocupado pela classe média; mesmo os cursos de licenciaturas, como História, Ciências Sociais e Geografia, por exemplo, eram frequentados por pessoas que os escolhiam porque conheciam a universidade, tinham familiares formados. Assim como em 2002, deparei-me com colegas que viajaram para a Argentina nas férias porque o país vizinho estava em crise, e falavam de viagens internacionais como algo recorrente em suas vidas. Ver um número expressivo de pessoas com acesso a esses bens me causou assombro. O mesmo relatado pelas entrevistadas.

> Tinha umas amigas que eu gostava, mas elas, sei lá, final de semana elas iam saltar de paraquedas, entende? e eu lembro que na época era uns 400 reais, em 2003! 400 reais é alto para meu dinheiro hoje. Imagina aquela época? (Relato de Alice)

A questão de raça e classe ficou muito evidente em quase todos os relatos, e também a disparidade de acesso, tanto a bens de consumo, como viagens, roupas e lazer; quanto a cursos, escolas de referência, entre outros bens de serviço.

Para as sujeitas da pesquisa, na década que começaram a graduação, princípio dos anos 2000, a universidade não era apenas um lugar de adquirir conhecimento, pareceu-me,

sobretudo, um novo mundo de possibilidades de mobilidade social e principalmente um espaço de vencer obstáculos. É fundamental ressaltar que as opressões relacionadas à raça e classe se mantêm até hoje nesse espaço, mesmo que sejam funcionárias públicas, pois essa dinâmica não é resolvida somente com estabilidade financeira.

Duas interlocutoras demarcaram abertamente a universidade como o lugar onde compreenderam a questão racial, ambas através do grupo de pesquisa. Elisa descreve que, durante a vida escolar, não se via como uma pessoa negra – inclusive, essa categorização não era incentivada no âmbito familiar, pois o pai não queria e a mãe, para não provocar conflitos, não incentivava a conversa sobre autoclassificação racial. Cabe lembrar que esses pais não são brancos e possuem curso superior. Ao falar sobre a descoberta de sua negritude, Elisa conta sobre um dado momento em que foi selecionada para pesquisa por uma professora que se posicionava contra as cotas raciais, no entanto, ao mesmo tempo, só tinha orientandos negros. Quando percebeu isso, ela se sentiu mal e pensou se foi escolhida para bolsa de iniciação científica pelas suas qualidades intelectuais ou porque era uma das poucas alunas negras.

Na universidade, vários alunos de anos e turmas diferentes se reuniram e formaram um grupo para ouvir sobre questões de raça, estavam ávidos sobre o tema. A entrevistada Elisa, ao longo de quatro anos de formação no bacharelado, não tinha lido sequer um autor negro, assim como a entrevistada Alice não teve um(a) professor(a) negro(a) na faculdade durante a formação. No curso de Ciências Sociais, quando Elisa se formou, havia uma professora negra e os alunos foram procurá-la para discutir o tema, mas ela se recusou a participar de uma conversa pública com alunos/as da instituição em que trabalhava, sobre questões direcionadas ao debate étnico-racial, com a seguinte alegação:

> (...) que tinha nada a ver com esse negócio de preto não... (...) a gente ficou meio chocado, tipo que a gente queria fazer uma atividade aqui e a professora negra ajudasse a gente com a atividade. Então se negou e falou que não tinha nada a ver com essa discussão que não era com ela e, ela tinha lá um adesivo na porta da sala... que era de uma campanha francesa (...) em francês dizendo: “não toque no meu amigo” era uma campanha que acontecia lá na França que tinha a ver com o racismo na França contra os migrantes, (...) ela estava envolvida numa campanha francesa de racismo. Mas quando a gente pediu pra ela participar de uma atividade que a gente ia se envolver, ela saiu fora e falou que tinha nada a ver com isso (...). A gente ficou muito chocada e tipo assim você viu o que ela falou? Falei com a colega: Você estava na mesma sala que eu? Foi muito estranho. A gente comentou espantada. (Relato – Elisa)

Os professores e professoras eram brancos majoritariamente, os alunos e alunas eram brancos (em sua maioria) e as leituras eram de autores brancos, me situo nos anos 2002 em diante. A universidade tinha um olhar para os brancos. Todas as professoras universitárias ouvidas nesta pesquisa disseram que a entrada na universidade evidenciou imediatamente as

questões de classe e raça para elas. Elas destacaram quantas eram em turma; sabiam quantos negros existiam no ano em que se graduaram e, por coincidência, duas das entrevistadas estudaram na mesma universidade, no mesmo ano em que três pessoas negras entraram no curso. Destas três, as duas são professoras universitárias, concursadas e dão aula na pós-graduação. As duas viveram a universidade pública e o curso de licenciatura com colegas de classe média, com pessoas que tinham capital econômico diferenciado. Diferente delas, moradoras de áreas periféricas, como Baixada Fluminense e São Gonçalo – não era tão comum haver estudantes moradores dessas áreas.

A professora que trabalha exclusivamente na graduação, Elisa, não teve a realidade diferente. A universidade onde leciona, fora da cidade do Rio de Janeiro, conta com um grande volume de alunos negros e periféricos. Entretanto, ao chegar na universidade no começo dos anos 2000, advinda do CAp-UFRJ, tinha amigas da Baixada Fluminense e de diferentes turmas e anos (até porque, na graduação, era raro mais de um aluno/a negro em turmas de 60 alunos/as). Eram mulheres negras de Nova Iguaçu, São Gonçalo, São João de Meriti – laços que mantém até os dias atuais. As colegas, em sua maioria, eram oriundas de classe social e de bairros distintos dos dela, na infância e adolescência. Apesar dessas diferenças de capital social, econômico e cultural entre elas, a cor/raça aproximava suas vivências. Rapidamente, as pessoas se associaram por meio dessas pautas, em uma formação que negligenciava as epistemologias de autores e intelectuais negros. Todas as entrevistadas relataram a ausência de leitura de intelectuais negros e negras, durante a graduação, e isso se agrava quando levamos em consideração que não conceituaram como intelectuais apenas aqueles e aquelas que estudaram propriamente questões raciais, mas pessoas negras em quaisquer áreas de pensamento. Eu, que estudei no mesmo período de graduação das minhas interlocutoras e tenho relação afetiva com algumas delas, lembro que, mesmo quando estudávamos relações raciais, religiões africanas e afro-brasileiras ou violência racial, não se tomava nota a respeito de autores negros, na verdade, a sensação era de que eles não existiam.

As leituras eram intensas e variadas, ler autorias e teorias de pessoas negras demandava uma leitura e orientação à parte das aulas e da universidade, algo que hoje os alunos e alunas dessas professoras têm. Não apenas autores negros, mas intelectuais negros, negras e indígenas. Não se trata, aqui, apenas de uma descrição dos professores dentro de um espaço embranquecido, ou como esses corpos pretos de estudantes eram uma exceção no espaço das universidades públicas no início dos anos 2000, – antes da política de cotas que ampliou o número de pessoas negras cursando uma graduação em universidades públicas. Importa ressaltar que esses corpos ainda não representam, e nem se aproximam de representar, a

porcentagem dos brasileiros negros/racializados em tais espaços. O que pode explicar, em alguma medida, a atitude de alguns professores negros que se recusam a falar sobre as problemáticas raciais no Brasil, tendo em vista que os corpos de pessoas negras são atravessados de forma obrigatória por epistemologias brancas e europeias.

Nesse período relatado por Elisa, estudei na mesma universidade e no mesmo curso. Tínhamos, na minha concepção, três professores negros no instituto, sendo que apenas um deles declarava-se abertamente como um homem negro e trazia a discussão racial para suas falas no curso. Isso não significa que os outros não se classificavam como pessoas negras, pontuo que, para esses, o assunto de sua negritude não era recorrente. Inclusive, vale ressaltar que os três profissionais não traziam intelectuais negros e negras para a produção acadêmica do curso.

No início deste capítulo, no qual tratamos de emoções, relações e trajetórias de docentes negras, é importante entender que estas são resultado de uma formação epistemológica branca, europeia e masculina; compreender que foram formadas em espaços totalmente deficientes teoricamente, diferente do trabalho que executam hoje. Enfatizo que as intelectuais negras dominam o debate e o discurso branco europeu, dado que a base do pensamento das Ciências Humanas passa por estes autores. Ou seja, para pensar as questões sociais incluindo o viés racial, é preciso ler outros autores que necessariamente não serão negros, mas refletem sobre as questões de gênero, raça e sexualidade, por exemplo. Para ilustrar: estudei por algum tempo os engendramentos da violência urbana no Rio de Janeiro, e não era comum considerar as categorias de raça e gênero. Ignoravam, portanto, e reforçavam a ignorância a respeito de que os homens negros são os mais violentados pelo Estado brasileiro, com estatísticas aterrorizantes justamente no estado em questão, RJ. Como falar de violência urbana sem mencionar esses dados? A ausência de pensamento interseccional foi apresentada pelas entrevistadas.

Desde a formação, as entrevistadas relatam que as instituições públicas – graduação e pós-graduação – não estavam preparadas para a entrada de pessoas negras e periféricas. Vale lembrar mais uma vez que descrevo um período anterior às políticas públicas de cotas raciais. Alice, em seu relato, sintetiza bem a concepção sobre essa relação com os corpos *outsiders*:

> Entrei com várias questões de mulher preta que faz um doutorado... uma mulher preta que faz graduação, mestrado e doutorado um emendando no outro. Fiz mestrado e doutorado direto. Quando terminou o doutorado estava exausta. As questões raciais passavam por mim, eu não conseguia me ver neste processo acadêmico, mas eu me via muito mais sufocada. Que não tive tempo de maturar, entrei exausta, sufocada e não conseguia me ver no processo acadêmico, eu preciso sobreviver futuramente. Me senti negra mesmo na universidade no Programa sobre Negro na Educação/ no Brasil. Lá foi o lugar que, junto com outras estudantes negras, a gente começou a pensar. Graças ao ... a Universidade é um espaço extremamente branco, machista, tive pouco

> tempo para maturar cada fase**.** No doutorado estava me sentindo uma fraude. Passei o doutorado inteiro me **sentindo uma fraude.**
> [*Por que você se sentiu uma fraude?*]
> Aline, há várias questões, né? Eu vim de uma escola pública, né? Então, (...) eu escrevia mal, eu não tinha acesso à leitura que meus colegas tinham, isso na graduação, então na graduação acabou gerando alguns gatilhos, sabe? Eu fazia o curso História na UFF, que era nota 7, entende? Lembro que eu tinha uma colega que ela era do Rio, mas a família morava em Cuiabá e ela veio de Cuiabá. Os pais eram médicos e a mãe dela ligava todos os dias para ela dizendo que iria ficar pobre, sabe? (...) e ela achava que não dava conta. (..) quero dizer, com cursos extremamente elitizados, eu nunca tive um professor negro na UFF. Um curso extremamente elitizado, em muitos momentos, era a única aluna negra, né? Na minha turma eu acho que era eu e a [*outra informante*], (...) tinha uma amiga que eu gostava, mas elas, sei lá, tinham outra vida. A forma de vivenciar a realidade passava pelo grifo de raça e classe social. (...) eu fiz graduação, mestrado e doutorado com toda violência da academia, com toda afirmação constante da branquitude. Eu sei que quando terminei o doutorado eu estava um bagaço (Relato – Alice. Grifo meu)

A relação das entrevistadas com a pós-graduação e com a pesquisa foi permeada por imenso esforço. Duas das entrevistadas foram bolsistas e o recurso da bolsa era a renda para sobreviver, além da pesquisa. A responsabilidade de quem busca transformar a pesquisa em um trabalho remunerado não é a mesma do aluno que produz exclusivamente pela produção acadêmica.

A outra entrevistada, vinda de uma família de classe média da Zona Norte do Rio de janeiro, apesar da condição socioeconômica diferenciada, tinha insegurança quanto à produção do trabalho e pesquisa. Pesquisando no campo da Educação, teve o trabalho reconhecido ao ponto de receber menção honrosa e ser escolhida para transformar a dissertação em livro. Ainda assim, a produção da dissertação gerou um desgaste emocional e insegurança, presenciados por mim, que não eram apenas devido ao trabalho, mas sobre si; sobre a própria capacidade de produção acadêmica, mesmo com o entorno acompanhando sua escrita, falando o quanto ela escrevia bem e como suas ideias eram bem estruturadas e postuladas.

A relação de medo e sofrimento não é resolvida. Sabemos que, independentemente do gênero, raça ou classe, a pós-graduação traz inseguranças e é uma etapa de grande cobrança, de fora e de nós mesmo. Mas a forma de ver e escrever sobre o mundo, as pesquisas, os territórios, é tudo diferente dos orientadores e dos colegas. Lembro que as conversas sobre a pesquisa eram com mulheres negras, às vezes mais do que com a orientadora, visto que, mesmo quando não se tratava de um trabalho sobre questões étnico-raciais, a forma de ver os conflitos modificava-se a partir de como vivenciamos os espaços.

A vida acadêmica não era um tempo vivido como etapa do amadurecimento intelectual, e me parece mais um lugar do “corre” e de exigência para todas as pessoas que se dedicam. Enquanto algumas tinham suporte econômico e capital social e cultural valorizados, para a

maioria das minhas entrevistadas, a vida acadêmica era um lugar desconhecido, dado que as famílias (mães, pais e irmãos) não tinham vivência nesse espaço. Uma das entrevistadas, Elisa, tem pais formados no ensino superior, e as inseguranças relativas às tensões raciais são muitas; a sensação de não ser merecedora do espaço, de ser escolhida devido a sua habilidade de ler e falar em outras línguas, de ser "a preta que lê e escreve bem". Já para as outras entrevistadas, o tempo na academia foi de viver exclusivamente para a academia, de provar que eram boas e esquecer da vida do lado de fora. Como disse Alice: "não tive tempo de maturar a vida acadêmica" (Relato – Alice).

Assim como Ana, que lembrou de ver as colegas brancas namorarem, casarem, terem filhos e ela não podia nem pensar em formar uma família, ou mesmo engravidar, já que as expectativas e exigências sobre os corpos negros são enormes. A professora Ana, em conversa, destacou que, para ela, escolher a vida acadêmica era ter de deixar escolhas pessoais para mais tarde, sendo que, várias amigas, mulheres e acadêmicas brancas têm filhos – essa fala me fez olhar as professoras entrevistadas e perceber que nenhuma delas tem filhos. Também me remeteu a um acontecimento bem doloroso durante a seleção do doutorado: a banca era composta por duas mulheres e um homem, fui entrevistada pela presidente da banca, que também entrevistou uma de minhas colegas.

Durante a minha entrevista, precisei enfrentar falas violentas como: "Você pretende engravidar durante o doutorado? Tive uma aluna negra que abandonou o doutorado!". Naquele momento, mesmo estando solteira, essa não foi uma pergunta fácil de lidar, porque estava com suspeitas de que não poderia mais engravidar, mesmo que me apetecesse a ideia; e naquele infeliz momento ainda estava passando por um processo hemorrágico. Pelo lugar que ocupava naquele instante, de entrevistada, só poderia dizer que não pretendia. A situação foi muito constrangedora para mim, a ponto de precisar de ajuda. Tanto que, em minha defesa, o professor que estava na banca tentou focar nas contribuições do meu trabalho, na minha trajetória acadêmica, tudo o que eu havia produzido e na potencialidade da pesquisa que eu poderia produzir. O momento era sobre o meu trabalho e não sobre mim. Mas a professora branca, que teve seus filhos no auge da sua trajetória na academia, faltou com a empatia ao entrevistar outras mulheres, particularmente negras: "Tive uma aluna negra que se casou, engravidou e não terminou o doutorado", argumentou a docente. E continuou: "Muitas mulheres negras chegam ao doutorado e não conseguem ser professoras universitárias". Lembro que a frase mais cruel foi: "Vocês chegam ao doutorado, mas dificilmente se tornam professoras". Ainda deu o exemplo de uma professora negra em outra universidade que conheceu na juventude. Essas colocações me desestabilizaram e me afetaram. Na hora, senti vontade de chorar e lançar minha

bolsa no rosto daquela pessoa. Senti-me desmerecida, ofendida, impossibilitada de falar da dor que sofria pelo risco de não poder gerar. Por último, a professora disse que gostava de trabalhar de madrugada e questionou se eu teria disponibilidade para isso. Felizmente, minha orientação é lúcida e trabalhamos em horário comercial.

A professora, que deveria ser uma aliada, sem a menor cerimônia destruiu o meu dia. Ao me retirar da sala, fui falar com a minha colega de seleção, mulher branca, que me disse: "A única coisa que ela me perguntou foi se eu terminaria o doutorado se não tivesse bolsa para pesquisa". Trouxe esse relato porque as entrevistas de uma mulher negra com outras mulheres negras, como as que tive com as interlocutoras da tese, fazem reviver dores similares. Até porque, expressões como "dificilmente se tornam professoras", primeiramente, nos homogeneízam, como se todas as mulheres negras tivessem os mesmos processos, escolhas e fins. Além disso, frases como essas produzem em nossos corpos uma espécie de adestramento, controle, governo e uma expressão eficiente de que não produzimos famílias com mães negras intelectuais de classe média.

A maneira dificultosa com que mulheres negras entram na universidade já antecipa como as relações entre intelectuais negros/as e brancos/as são dadas. Não basta estar no mesmo lugar, produzir e passar por diversas etapas de seleção (como concursos públicos, por exemplo). Pelos relatos das professoras, percebo que a ideia colonialista de que mulheres negras precisam servir é algo difícil de desconstruir na cabeça e nas relações com pessoas brancas, mesmo que essas mulheres tenham realizado vestibular, seleção de mestrado, doutorado, e algumas já realizaram até pós-doutorado, para se tornar professoras no ensino superior e na pós-graduação.

> Então, às vezes demandavam de mim coisas que não devem ser demandadas para uma doutoranda, não sei se você sabe do que eu estou falando? [*Não*] Acho que você não passa por isso no Fernando [*refere-se ao meu orientador*]. Teve uma vez que foi um dos episódios mais esdrúxulos que vivi. Eu tive que guardar a roupa da professora pra não amassar, porque ela iria para um evento, ela não queria que a roupa dela amassasse. Então, ela falou assim: "fica! Cuida da minha roupa", e eu tive que ficar com a roupa dela no final de semana e aí meu namorado, um rapaz da zona sul - deixei lá, perto da casa dela. Eu peguei e levei pra casa dele e a minha ex-sogra cuidou da roupa. Esse tipo de situação naquele momento, sabia. Sempre soube. Por que fazia comigo e não fazia com outras pessoas? Eu sabia. E eu sempre tentava me impor pela minha capacidade intelectual. Então, eu sempre tinha que fazer mais do que todo mundo. Isso é comum. Né? Porque eu tinha que superar isso.

A professora sinalizou algo que acredito ser de extrema importância para refletirmos, como as práticas de racismo se propagam e se mantêm independentemente dos espaços em que transitamos. O racismo nos persegue. A professora Ana saiu de uma

universidade federal.[35] Trocando seu doutorado por outra instituição na tentativa de ser mais valorizada como aluna, pesquisadora de pós-graduação, porém enquanto na UF as práticas do racismo institucional, a invisibilizaram como estudante, pesquisadora – na atual instituição na qual ela se manteve após o doutorado, as práticas eram tão violentas quanto, já que fora tratada como alguém que deveria cumprir um serviço doméstico ao ter de zelar pela roupa de uma professora universitária branca.

> Eu não passava isso na UF. Então foi assim. (...) São práticas diferentes, mas ambas as instituições são marcadamente racistas [*se referindo às duas instituições públicas*] pelas quais passou. Na UF que eu sentia era a que eu sempre tinha que provar merecimento. Vejam! "eu sou merecedora de estar aqui, eu tenho mérito, então eu sempre tinha que tirar boas notas, sempre. (Relato – Ana)
> [*Eu senti que aqui tem uma relação de comparação*?] Eu acho até porque aqui tem muitas bolsas, e aí assim, permite-se que as pessoas trabalhem, mas para quem trabalham? As pessoas têm que pagar seu ingresso aqui. Mas não gostam que as pessoas trabalhem para si. Você trabalhar pra você, não pode. Mas se você trabalhar as questões delas, pode.
> Então a questão é pra quem você vai trabalhar. A gente aqui tem que trabalhar. Pra pagar o nosso ingresso aqui. E essa é a cultura. Eu estou falando de alguém que está aqui. Então, assim é eu estive em diferentes posições. E achei que mudaria (depois que passou de discente para docente). E não mudou. Então assim foi interessante eu começar dessa forma e falar da UF, falar daqui, porque sim a UF foi um lugar que eu falei que eu ia sair não houve nenhuma luta. Tipo: pediram pra eu assinar, fazer uma carta e foi assim o tratamento. E eu fiquei muito chocada porque eu era uma das pessoas que estudava exatamente relações raciais. E essa pessoa não sabia que eu era uma das poucas ali? E ela não fez nada, mas gosta de estar aí nas redes sociais com os pretos. Então assim, essa é uma questão. Uma hipocrisia em que nos objetifica. Mas na hora que nós estamos ali né? Olha eu *mereço estar aqui* (grifo meu). A instituição não está fazendo a parte dela, cruzam os braços, mas são as mesmas que vão dizer que precisamos de políticas públicas. Então essa é uma questão lá e aqui. Eu tenho hoje, eu estou assim, com uma dificuldade muito grande pelas coisas que eu já passei, porque aqui são assim as práticas.

Escrevendo sobre as práticas racistas que afetam as professoras negras na universidade, reflito sobre o quão transformador é ter essas mulheres negras/pretas como doutoras, na universidade com pesquisadoras e professoras -, e mais, a importância de ter elas transmitindo o capital cultural aos seus filhos; e também levando a herança linguística e cultural negra, remetendo a Lélia Gonzalez (2020) e ao termo "pretuguês", legado nosso do processo de africanização (ou crioulização) do idioma falado no Brasil. Lélia apresenta esse conceito e destaca-o como importante para a resistência na diáspora; o pretuguês exemplifica a forma de comunicação nos quilombos e nas senzalas durante a escravidão, resistindo mesmo após esse período. A autora atribui principalmente às mulheres negras – em especial à mãe preta – a responsabilidade de difusão do pretuguês no Brasil. O pretuguês é a língua portuguesa

[35] Optei por ocultar a Universidade para dificultar a identificação da interlocutora.

africanizada produzindo educação e reprodução social da vida nas novas gerações. Em minha concepção, é uma grande atitude decolonial educar um filho sob a luz da política cultural da *Amefricanidade* (GONZALEZ, 1988), perpetuando entre os seus um certo discurso e modo de vida os quais ultrapassam as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas da Europa e Estados Unidos; discurso este que respeita, afeiçoa-se e busca compreender o processo de *Amefricanidade* da sociedade brasileira.

3.2 **Violência acadêmica**

Aí você estava falando de dor? Essa é a minha história desde que eu entrei na universidade. É uma história de resistência para me manter.

Relato de Ana

Os episódios racistas evidenciam como os corpos das pessoas negras no lugar de prestígio sofrem sujeição; as entrevistadas relatam que o tratamento de subalternidade permaneceu mesmo após tomarem posse de seus cargos como professoras e pesquisadoras universitárias. Pelos relatos consegui identificar três motivos para a recorrência dos episódios: 1. O não reconhecimento de corpos negros em lugar de poder-saber; ser surpreendido com o lugar ocupado como intelectual; 2. Mesmo que essas pessoas compartilhem o mesmo espaço e salário, tenham passado pelos mesmos processos seletivos que os brancos, há uma dúvida constante sobre a competência de pessoas negras que ocupam o mesmo espaço da branquitude; 3. A crença que concebe a vida e os corpos negros como subordinados à servidão. Amparados nesse pensamento e atitude, brancos naturalizam uma relação escravagista, pois, afirmando inabilidades/habilidades convenientes e por meio do "por favor", acionam o papel de servidão de profissionais negros no espaço.

Quanto ao não reconhecimento dos nossos corpos negros nos espaços de saber-poder, os relatos são esclarecedores. A professora Elisa, após ser aprovada na seleção para professora adjunta na universidade, foi levada pelo colega servidor público e chefe de departamento para conhecer sua mesa e computador de trabalho. No primeiro relato já identifico os motivos 1 e 2:

> Eu fui recebida, muito bem recebida pela chefe de departamento. E quem contrata o professor da universidade é o departamento. E o chefe do departamento é aquela pessoa a quem você se reporta no início. Para você saber sobre sua carga horária,
> te leva para a sua mesa do computador, esse tipo de coisa quem te orienta é o chefe do negócio – o chefe departamento da época me recebeu muito bem, me levou para todo lado e me mostrou o que é ser DE (dedicação exclusiva) eu achei que foi uma

> conversa muito educativa, o que significa ser dedicação exclusiva, que não é só você chegar logo na universidade, dar aula e ir embora, você se compromete com a universidade, foi uma conversa pedagógica, ele é uma pessoa comprometida, explica que nos outros dias que a gente não dá aula, a gente faz outras coisas lá, enfim, ele me deu essa conversinha, foi uma conversinha super importante, meu primeiro dia de treinamento e foi me apresentar à sala. E a gente entrou na sala com oito computadores, a sala tem oito mesas. É, oito mesas assim dispostas como se fosse uma sala de aula, né? Uma atrás da outra, cada um com seu computadorzinho, mostrou sua cadeira é essa aqui, vai ser a sua nova mesa. Que a gente tinha um professor aqui, o professor Fulano e ele fez concurso para outra universidade, foi embora (...).
> Aí, ele me apresentou assim a minha mesa. Essa é sua mesa. Na sala tinha uma mesa de reunião também. Então é contando a mesa de reunião dá nove. Lá atrás lá no fundo da sala tinha uma professora sentada. Talvez loira de farmácia, cabelo pintado de louro, escovado, cachos na ponta, tipo muito, muito produzida pra aquele ambiente assim, né? E eu ando do meu jeito, né? Ando sem maquiagens nenhuma, ela tava lá toda maquiada, com salto alto, escovada, ando assim do jeito que ando né? Sem maquiagem, sem salto alto e o meu cabelo é penteado natural e fui apresentada a essa mesa que era a primeira mesa da sala**.** A loira lá no fundo da sala sentada na mesa dela. Olhou pra mim com uma cara de quem estava cheirando um almoço podre que falou assim, *mas ela tem que ficar aqui?* Oito mesas. Tinha oito mesas. E a pessoa da primeira mesa foi embora da universidade, fez concurso, e assim... ela não fala mais nada. Ela só disse isso! Na hora assim, você está no seu primeiro dia, vulnerável. Também você não vai ficar arranjando briga com as pessoas. Eu fiquei extremamente desconfortável com aquela atitude, daquela pessoa e ao longo do tempo de universidade de vez em quando ela falava comigo ou não. Enfim não era prioridade dela, mas eu sempre fui muito educada, sempre sorri e cumprimentei e tal e nesse dia que eu estou falando... tipo anos depois talvez três anos depois ou quatro agora já não lembro, numa festa de fim de ano da gente, a gente fazia assim, juntava todo mundo pra almoçar após a última reunião do ano em dezembro. Ela já tinha bebido lá uns como é que chama? Depois de alguns proseco... na cabeça, veio me puxou e falou o seguinte pra mim**:** *Quando você chegou aqui, eu não dava nada por você (...) E ainda repetiu: essa menina... eu não dava nada por ela.* Agora você ganhou o meu respeito eu já ouvi que você é ótima professora, uma coisa assim tipo assim, tipo ela me redimiu na cabeça. Eu não dava nada por você e é pesado, né? Essas frases. Quando você chegou aqui eu não dava nada por você, isso eu posso assegurar, inclusive *se eu estiver sob o juramento, eu asseguro essa parte. Que eu não vou esquecer disso, nunca. Você chegou aqui eu não dava nada por você! Essa menina linda, repetiu assim, essa menina aqui não dava nada por ela. Tinha várias pessoas, todo mundo bebendo, o povo bebendo. Então tipo assim, essa mesma mulher que fez careta quando cheguei, quando eu fui apresentada à minha sala, que também era a sala dela, quer dizer, ela tem tanto direito a sala quanto eu, ela é tão docente quanto eu, mas ela tinha aquela cara e disse: "ela tem que ficar aqui?" pro chefe de departamento? Na minha cara. Fez isso na minha cara que não dava nada por mim, eu ganhei a confiança dela, o respeito, sei lá o que que eu ganhei. E depois de alguns anos. (...) deixa eu entender por que que eu fiz um concurso pra docente e tenho que ouvir isso de uma colega? Eu acho que, assim,* ***de todas as coisas que eu acho que é paranoia, essa eu tenho certeza que não é****, Aline. Cara, o somatório dessas coisas todas, nesses anos todos é realmente problemático, né? (..)essa pessoa, ela tinha outras animosidades lá, que não necessariamente eram pessoas pretas, inclusive a maioria das pessoas não era preta, que a maioria das pessoas do meu departamento, do meu curso, do meu ambiente, não são***.***
> Então, se ela tem outras animosidades, lá fica claro que porque ela é uma pessoa difícil, ela é uma pessoa esnobe, ela é uma pessoa fresca, ela é uma pessoa escrota. Como é que eu vou dizer exatamente que o problema dela comigo era racial? Que não outro tipo de problema, já que ela tem tinha problema com várias outras pessoas. (RELATO – Elisa. Grifo meu)

A professora Elisa complementa a história lembrando de mais um episódio em que, de maneira que muita gente pode qualificar como "sutil", não foi tratada como uma professora

plenamente capaz de exercer a sua função. O que significa dizerem que “não davam nada por você”, além de um severo desprezo antecipado? Por que a violência contra pessoas negras não é encarada como algo perceptível? Como aceitar que pessoas negras sejam tratadas como objetos que servem a outras pessoas, independentemente da profissão, formação, classe social e/ou gênero.

O que se espera de um profissional da educação é, ao menos, cordialidade e agradecimento diante de um favor prestado. E não o comportamento que trata o trabalho braçal como obrigação de pessoas negras. Elisa lembrou de outra cena em que sua presença foi associada à obrigação de servir.

> Lembro de um dia que eu ajudei uma [...], a gente estava indo pra uma reunião do colegiado e aí eu ajudei uma professora que estava com um monte de coisas na mão, assim... levava garrafa de café, potinho com a bandeja, com os copinhos, não sei o quê. Tinha um monte de coisa pra levar pra reunião. Só perguntei pra ela, quer ajuda? Ela deu as coisas. Não agradeceu a ajuda e nem falou nada. Continuou andando conversando com outras pessoas como se eu tivesse obrigação de levar [...]. E ela depois percebeu que eu era professora, ela não tinha, ela não tinha percebido ainda. A gente também entende que o não verbal faz parte de uma agressão. No início, justamente que as pessoas faziam e justificavam dizendo: você é jovem e as pessoas transformam essa ofensa, que elas faziam a mim sempre tentando transformar num elogio [...]. Para eu considerar um elogio, que eu estava sendo confundida com um aluno. Mas sabendo que isso é difícil, você olhar a mulher preta e achar que ela está na universidade. Atualmente, essa justificativa, eu acho também foi se distanciando no tempo, como já tem oito anos, as pessoas já me conhecem, já sabem quem eu sou, não “me confundem” mais com aluno. Mas eu acho que isso também foi se distanciando no tempo, como já tem oito anos, as pessoas já me conhecem, já sabem quem eu sou, fui esquecendo também dos eventos, *isso é uma ferramenta psíquica de sobrevivência.* (Relato – Elisa)

A professora Elisa, explica que esquece vários episódios de racismo, vividos na academia, porque desenvolveu uma ferramenta psíquica para a sua sobrevivência. A meu ver, essa ferramenta representa uma forma de manter alguma sanidade para seguir adiante sem sucumbir diante de tantas agressões. De maneira semelhante, as demais professoras entrevistadas relatam uma atmosfera de violência vivenciada nas relações sociais na universidade, no departamento e com seus pares. Tais relatos me remetem ao livro *Vida e palavras: a vida e sua descida para o ordinário* (2020): a partir da experiência da Partição da Índia, em 1947, foram afetadas mais de 14 milhões de pessoas pertencentes a grupos étnicos e/ou religiosos, como muçulmanos, hindus e sikh; também relembro o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi (1917-1984) por seus seguranças sikhs, em 1984; tais eventos desencadearam um conjunto macro de violações de mulheres em consequência ao processo de raptos. No período da Partição, os Estados da Índia e do Paquistão adotaram normas que vinculavam a castidade das mulheres à dignidade da nação. Veena Das (2020),

metodologicamente, valoriza em sua etnografia, a compreensão do evento a partir do relato das mulheres. Escolher como instrumento de análise o olhar sobre a violência no cotidiano não significa menosprezar outros processos sociais e nem outras formas de fazer análise social.

Essa experiência traumática altera não só o corpo da mulher, mas produz uma relação de violência para com esse corpo, que passa a representar um signo de comunicação entre homens por uma violenta linguagem da masculinidade. Esses corpos femininos, violentados pelos raptores, eram mortos, ou então, havia a tentativa de ressignificá-los em mulheres “não violadas" no imaginário da nação. As sobreviventes que restavam desse processo continuavam em uma travessia de vida precarizada, subalternizadas e à margem de uma sociedade refém da violência. A vida se torna um reflexo do processo de rapto, da violência física-sexual. A brutalidade produzida também era de silenciamento das mulheres, testemunhas de uma violência em silêncio, com seus corpos marcados por esse fato nacional. O território, a partilha territorial e geográfica era espelhada na violência física cometida contra as mulheres.

A memória é produzida dentro desse contexto do evento violento. Assim como o tráfico negreiro e a escravização foram e ainda são um evento de proporções violentas inimagináveis, o racismo, revivido por gerações, reverbera a violência em episódios cotidianos da vida social (KILOMBA, 2019). A interlocutora de Veena Das apresenta a análise a partir da subjetividade do discursivo, e utiliza a linguagem para expressar dor e sofrimento. A narrativas constroem os corpos e as subjetividades das mulheres como algo em constante perigo. Momentos críticos como esses afetam o cotidiano de um grupo social e, quando especificamente relacionado às mulheres, produzem um desvio que influencia na forma como a vítima conhece a realidade. Veena Das (2020) denomina como “conhecimento envenenado” essa permanência da violência na subjetividade, que altera a concepção da realidade, o imaginário e a vida, a partir do momento em que esta é compreendida e interpretada a partir de experiências de sofrimento social, transformando a maneira de ser dos grupos atingidos.

Me inspiro em Veena Das (2020) para pensar os eventos traumáticos na construção de nossa subjetividade como mulheres negras/pretas, sobretudo, nas instituições, visto que entendo tal evento como estruturante. Assim, a memória coletiva das mulheres negras/pretas acerca dessa construção é revivida na vida ordinária; como o racismo, um evento enorme, também vivenciado na vida cotidiana. Trata-se de uma violência que emerge como vivência e memória, influenciando as relações presentes a partir da experiência no dia a dia. Passado e presente figuram sem uma linearidade de fatos, sem buscar sentido historicista, como um apanhado de eventos e dores que, não só, mas também compõem a construção de subjetividades múltiplas.

Vejo o racismo e o processo de escravização como uma experiência traumática coletiva, revivida e elaborada como sofrimento social e reverberada pelo trauma colonial (FANON, 2008; KILOMBA, 2019; MOMBAÇA, 2017). “O conjunto de problemas humanos que tem suas origens e consequências nas feridas devastadoras que as forças sociais infligem à experiência humana.” (DAS, 2008, p.9).

Dessa forma,

> [...] o que podemos chamar de eventos traumáticos precisa ser entendido no âmbito dos processos de colonização e da colonialidade ainda persistente nos imaginários e práticas sociais nas quais a invenção da/o negra/o se processa a partir de um olhar e de uma política de nomeação que têm na branquitude o lugar de formulação, bem como sua violência brutal, na medida em que, ao designar a/o negra/o enquanto tal, também se constituiu todo um movimento marcado pela subalternização, pela inferiorização, pela objetificação e pela coisificação dos modos de vidas e subjetividades negras (LIMA, 2020, p.89)

3.3 **Das estratégias**

A professora Alice, depois de anos, construiu algumas estratégias para lidar com o ambiente. Relatou-me que, às vezes, opta por ligar para alguns setores na universidade, se apresentar e solicitar o que precisa, como uma documentação aos funcionários técnicos administrativos, por exemplo. Ao pedir por telefone, suas solicitações são realizadas mais prontamente, sem a carga de aborrecimento gerada pelo racismo. Mas quando é preciso estar presente fisicamente, Alice criou uma performance para que possa ser atendida e respeitada como professora universitária, como quaisquer outros colegas:

> (...) da minha performance mesmo, da forma de olhar para a pessoa e pedir. Começou a ter um lugar. Não é ser grossa, não é ser autoritária, entende? mas sabe quando você chega? Você marca, apresenta presença, eu sou professor do departamento de história, eu preciso falar com fulano, sabe? Eu preciso falar, eu comecei a aprender uma linguagem que é uma linguagem acadêmica, de um professor universitário**.** (Relato – Alice)

Assim como Alice, todas as entrevistadas criaram estratégias de legitimação e/ou de respeito para entender o lugar que ocupam, seja como Ana, que produz e se veste dentro dos padrões; seja como Elisa, que coloca uma roupa e se produz em momentos mais importantes de fala para entenderem que ela é uma professora; ou Alice, que performa e usa uma linguagem mais assertiva para que seja respeitada e compreendida no espaço. Como ela mesmo disse:

“Olhar para a pessoa e pedir, sem ser grossa”. Mas ser assertiva. “Chegar a marcar presença, ter uma linguagem acadêmica para conseguir ser vista como tal, minimamente”.

Alice conta uma situação sobre quando frequentava uma lanchonete com os colegas, mas uma das funcionárias do espaço não tinha percebido que ela se sentava com os demais professores. Ela tinha a rotina de professora, idade de professora, mas mesmo assim não era percebida como tal. A funcionária costumava dar “bom dia” aos seus outros colegas e para ela, dizia: “Oi, Nem!”. Obviamente, não era a linguagem que a incomodava, e sim a distinção. Ela e todas as outras professoras entrevistadas contaram que a relação estabelecida com os alunos é a mais horizontal possível, mas percebem, para além dos alunos, que a legitimidade do que falam e produzem não reverbera nas relações para os demais espaços fora da sala de aula. O relato da professora Alice mostra como a circulação dos nossos corpos no espaço da universidade é percebida aquém do pertencimento acadêmico, mesmo que a gente performe, fale, se vista da maneira mais elegante e ande em grupo com outros acadêmicos.

> (...) Não quero que me chame de professora, porque eu prefiro estar aqui, me chamando pelo nome. Meus alunos chamam pelo nome, mas sabe uma coisa assim? É a diferença de tratamento. Aí você fala, tem alguma coisa errada aí? Tem uma diferença de tratamento. Um dia terminando o semestre, eu tinha acabado de aplicar a prova, aí eu fui na cantina comprar uma água e estava cheia de provas, né? Aí ela fez a pergunta pra mim, assim. Está terminando o semestre? eu falei, tô? Aí eu falei, eu acabei de aplicar a prova agora, ela olhou pra mim e falou. Você é professora? que ela me via sempre lá. Eu era a *“nem*”, tipo assim e não tem problema de ser, né? Mas o fato, ela falou você é professora? Falei, sou! aí ela parou, olhou pro teto assim. *E falou assim: é, a gente tem que evoluir.* A gente tem que aprender, evoluir, tipo assim, não é? E aí você vê como as pessoas me viam ali. Ela foi muito sincera comigo. Porque os meus colegas pensam as mesmas coisas. (Relato – Alice. Grifo meu)

O relato acima traz a fala de uma trabalhadora da cantina da universidade, contudo, os relatos e as relações mais sofridos pelas entrevistadas ocorrem com os pares, os colegas, principalmente do departamento. Inclusive, uma das entrevistas mostra que existe uma relação afetiva quando outros funcionários sabem que ela é professora. Percebo que, de modo geral, as equipes administrativas e de funcionários têm dificuldade de entender que essas mulheres são professoras nesse espaço de poder-saber branco – mas me parece que, ao entenderem, as professoras se sentem mais reconhecidas do que em relação aos seus pares. Elisa diz que é prazeroso encontrar trabalhadores negros/pretos na universidade, e que há uma certa expressão de agrado quando eles sabem que ela é professora.

Assim, como as professoras universitárias, ocupando o cargo de professora do ensino médio, no espaço da escola, eu me senti, durante anos, muito mais aceita pelos trabalhadores da educação que atuam na limpeza, cozinha e secretariado do que entre meus colegas

professores do ensino médio. Acho que, de uma certa maneira, sentia que essas pessoas tinham orgulho de mim e me sentia compartilhando uma conquista com eles. Digo isso porque vejo como, para famílias negras, é uma conquista ser professora e ser funcionária pública. O relato da professora Elisa, que tem origem na classe média, conta como ela tem a mesma sensação de bem-estar por trabalhar cercada de pessoas que a tratam bem e parecem sentir orgulho de ver o corpo de uma mulher autodeclarada preta naquele espaço.

> Dá uma paz assim, as trocas que eu tenho com o pessoal da limpeza e os funcionários, os servidores não docentes eu acho que são muito mais genuínas falando com o pessoal da limpeza me sinto muito à vontade falando com o pessoal das secretarias é, são pessoas que eu fico muito feliz de ver, pessoas pretas nas secretarias e sendo assistente administrativo. Principalmente mulheres, né? Eu dou um sorriso muito genuíno e vou falar com essas pessoas na hora que eu chego. São pessoas com quem eu me sinto muito bem. E são pessoas também que respondem com muita, com muita simpatia, com muito sorriso. E que fala: oh professora Elisa, essa professora aqui é legal, é gente boa, não sei o que é e eu acho... acho que tem tudo a ver com a raça... não é pouco, tem muito a ver. Eu estou falando de a gente ver mulheres pretas né, na universidade, muitas vezes não estão no lugar de docente (...) assim o grupo com quem eu sinto mais empatia, desde eu chegar na universidade até eu entrar em contato com essas pessoas.
> Você fica também animado, (com trabalhadores negros na universidade) fazer um comentário positivo com o contato com essas pessoas, eu acho que é onde sinto bem-estar. Além de evitar o contato com as pessoas com quem eu não me sinto bem. (Relato – Elisa).

Ana também faz a crítica sobre a estrutura, as relações e a reprodução do racismo com o adendo: mulheres brancas, na universidade, tratam mulheres negras como se fossem as suas domésticas. Relembrando, assim, a relação de senhoras/sinhás com suas mucamas da casa. É para se refletir que a reprodução do racismo e da estrutura social descrita pela professora segue praticada por pessoas das ciências humanas, as quais, teoricamente, sabem como se dão as relações hierárquicas, de gênero e raciais no Brasil. Sendo assim, mesmo compreendendo essas relações através de um olhar sócio-histórico do processo, elas provocam solidão no corpo das entrevistadas. Perceber e demonstrar como o racismo estrutural é reproduzido no cotidiano das instituições, na prática, mesmo para quem entende a operação dessas relações de gênero e raça no Brasil, não há forma pedagógica que amenize o mal-estar produzido.

> Então assim, existe uma estrutura de opressão em que mulheres reproduzem essas práticas abusivas. Muitas vezes, naturalizando, por exemplo, o que é praticado no âmbito doméstico. Vamos no âmbito doméstico? Quem é? Qual é a presença que está ali pra limpar? Cuidar? Fazer o trabalho que, elas muitas vezes elas não querem ou não podem. São pessoas negras. Chega na universidade uma colega negra pode até ser realmente de forma inconsciente, vou ser bastante generosa, vão reproduzir. Então eu sempre né? Leio sobre isso e falo que nossas existências são também pedagógicas, mas isso cansa! é a nossa vida! a gente ter sempre que ficar explicando o que que cada coisa significa sabe, por exemplo: Ah! você tem como abrir pra mim a minha sala

> porque eu não sei, não sabem! mas aí acham que é minha obrigação fazer o que elas não sabem. Por quê? Então assim, ainda que essas pessoas acreditem que não sejam racistas, reproduzem práticas racistas. Quando uma pessoa branca uma mulher branca, acha normal, natural, se dirigir a uma mulher negra para pedir certas coisas. Uma intelectual como ela. Então eu acho que é uma estrutura bastante adoecida, são práticas realmente que são naturalizadas, práticas de abuso, práticas de assédio, práticas até criminosas do ponto de vista da lei. Só que cabe a nós, e aí essa perversidade falar e mostrar isso! E aí quando você é minoria o que acontece? Você vai ser isolado. Você vai ser colocada como a problemática, porque eu já ouvi isso. (Relato – Ana.)

A obra *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, de bell hooks (2019), disserta em relação às mulheres brancas e o feminismo, assim, no que diz respeito às mulheres negras, o feminismo falhou ao não desenvolver uma política que envolvesse e inserisse mulheres negras. Bem como demais espaços onde se incidem as exclusões de gênero e raça, o ambiente educacional é constituído pela estrutura da supremacia branca, por pessoas brancas de classes privilegiadas. O resultado disso é opressão e exclusão, tanto na vida das estudantes, como na vida dos profissionais negros e negras submetidos à desqualificação profissional, inclusive no espaço da pós-graduação.

Ao relatar as situações constrangedoras de racismo entre os pares homens e mulheres, enfatizando ações de mulheres professoras e intelectuais no espaço da universidade, as entrevistadas me lembram Lélia Gonzalez, no ensaio *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), quando afirma que o racismo é a sintomática da neurose cultural brasileira, – ideia que remonta a teoria psicanalítica lacaniana e sua necessidade de explicitar concepções de sintoma e neurose – dado que, para Freud (1923)[36] algumas culturas podem sofrer neurose.

Lélia articula muito bem a relação entre o racismo e o sexismo, ambos como sintomas presentes na cultura brasileira, produtores de violência especialmente sobre o corpo da mulher negra. A autora opta pela explicação via psicanálise por considerar que somente as abordagens sociológicas e econômicas fornecidas não dão conta de explicar o racismo. Para que o racismo seja visto como sintoma, a autora aciona o conceito de inconsciente. “Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise.” (GONZALEZ, 1984, p.225).

Neste intuito, Gonzalez (1984) estabelece um vínculo entre racismo e desejo ao trazer três figuras como protagonistas do racismo à brasileira: a mulata, a doméstica e a mãe preta. A mãe preta, para Gonzalez, é a imagem de quem “vai dar uma rasteira na raça dominante” (GONZALEZ, 1984, p. 235), ela cria os filhos das “sinhás” e também ensina o “pretuguês”, um

[36] FREUD, S. Neurose e psicose (1923). In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora.

português africanizado, consequentemente, africanizando a cultura brasileira. Se olharmos a universidade e suas epistemologias fortemente influenciadas pela cultura europeia e anglo-saxônica, é, no mínimo, provocador ter mulheres negras ocupando esses espaços e fazendo ciência e política com seus corpos. Mulheres que se apresentam como pessoas racializadas no trabalho e também trabalham com autores negros e negras – simbolicamente, a forma como esses corpos se colocam na universidade já enegrece o espaço (CARNEIRO, 2003).

Essa relação de mulheres brancas e mulheres negras é marcada por um princípio o qual a mulher negra não é vista como uma mulher, mas, antes de tudo, uma mulher negra. Dialogando com o texto, trago a lembrança de uma aula da graduação, no começo dos anos 2000, quando uma excelente professora, hoje falecida, resolveu contar uma história durante a leitura de *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. A professora destacou o amor que seu filho tinha pela babá, negra, e enfatizou que, entre ela (professora e doutora em antropologia) e o filho, ele certamente sabia mais sobre o racismo porque foi educado e criado por uma empregada negra. A fala soou extremamente desagradável para mim naquele momento, pois interpretei que ele foi ensinado para entender que o lugar de mulheres negras era de subalternidade e servidão às famílias brancas.

Acredito que essa neurose atravessa a sociedade de modo que dificulta analisar as relações de maneira simplesmente pragmática e compreender os engendramentos do racismo e sexismo no cotidiano. Na minha concepção, é uma busca que nos leva a refletir sobre relações históricas.

Relembrando e fazendo uma associação com a fala da professora durante a minha seleção de doutorado, que indagava sobre meu desejo de ter filhos, proponho uma reflexão provocativa: quando mulheres negras têm filhos e têm mais escolaridade, consequentemente elas ampliam o quantitativo de pessoas negras com mobilidade social, ou com acesso a capital cultural[37], pelo menos, pois são crianças negras com mães formadas na graduação e pós-graduação. Quando mulheres negras geram crianças já produzem política de resistência, porque geram vidas pretas em uma sociedade que a morte tem cor, em uma sociedade da bio-necropolítica (Lima, 2018). Em uma situação econômica de mobilidade, ao ter filhos/as, unimos dois modos de fazer política com o corpo: existindo e gerando mais pessoas negras com

[37] Para o autor Pierre Bourdieu, capital cultural é uma expressão cunhada e utilizada para analisar situações de classe na sociedade. De uma certa forma, o capital cultural serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe. Com efeito, uma grande parte da obra de Bourdieu é dedicada à descrição minuciosa da cultura - num sentido amplo de gostos, estilos, valores, estruturas psicológicas, etc., - que decorre das condições de vida específicas das diferentes classes, moldando as suas características e contribuindo para distinguir, por exemplo, a burguesia tradicional da nova pequena burguesia e esta da classe trabalhadora. (Gilda Olinto do Valle Silva ECO IUFRJ – IBICTICNP, 1995)

condições de manter essa mobilidade social (de classe e raça). Segundo o artigo *Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil* (LONGO; VIEIRA, 2017), a ligação entre a escolaridade da mãe e a condição de vida dos filhos também pode refletir no nível de escolaridade que eles alcançam.

É impressionante como ainda vigora a concepção de que um intelectual na pós-graduação deve que ser altamente produtivista, com artigos em revistas de melhor avaliação acadêmica, seminários, palestras; trabalhar no ensino, pesquisa e extensão como se não tivesse vida pessoal. E "não podemos deixar, contudo, de remeter a emergência do *publish or perish* na universidade em um contexto industrial/empresarial em que esse *modus operandi* havia sido forçosamente naturalizado." (BIANCHETTI; ZUIN, 2015, p.731).

Além do mais, ao vivermos em uma sociedade machista, as mulheres têm jornada de trabalho aumentada, posto que, tradicionalmente, ficam responsáveis pelo cuidado da família e da casa. Todas as entrevistadas têm o compromisso de cuidar de um ou mais membros da família e são responsáveis principalmente pelas mães, direta ou indiretamente. Ou seja, todas carregam algum encargo presencial de cuidado, seja financeiro, de saúde, de perto ou longe, em relação às suas mães. Duas dessas professoras trabalham na pós-graduação, exercem funções dentro e fora da universidade, com parcerias que transpõem a instituição onde lecionam.

Professoras mulheres têm o direito de ter vida pessoal para além da pós-graduação, da pesquisa acadêmica e do trabalho técnico na universidade. Tendo em vista os relatos, não me parece exceção, entre essas mulheres, a exigência de anular a vida pessoal, algo incomum para os homens-cis, mesmo quando são professores universitários e estão produzindo na pós graduação. Observando especificamente professoras negras, é perceptível que não contam com uma rede de apoio, e a falta de alicerce financeiro prejudica o acesso à melhores condições econômicas para terem filhos e produzir pesquisa – diferentemente das professoras brancas. Além disso, parece que se estabelecer na academia passa por produzir muito mais do que outras mulheres, na relação entre brancos e negras (sendo homens ou mulheres brancas). Das três mulheres entrevistadas, todas têm sua renda compartilhada ou afetada por auxiliar alguém da família de forma direta ou indireta.

Em entrevistas de seleção para o doutorado, ainda é incentivada a ideia de que é melhor as mulheres não terem filhos e se dedicarem completamente à vida acadêmica. Algumas conseguem romper essa lógica e têm seus filhos, mas esse discurso é uma forma cruel de tentar impedir, mesmo não intencionalmente, que haja um número significativo de crianças negras filhas de professoras e doutoras negras. Diante disso, é importante considerar que a herança

educacional é uma das possíveis formas de herança e influência deixadas por pessoas que alcançaram certa mobilidade social através da educação, pois, sabemos que a herança de bens econômicos como dinheiro, imóveis e terras são mais raras entre a população negra.

Na prática, mulheres negras na graduação e na pós-graduação são mães com menos idade do que mulheres brancas. A dissertação *Mães negras na Pós-graduação: uma abordagem interseccional*, de Julia Marcia Santos Silva (2020, p.109), apresenta: "Para as mulheres que se tornaram mães em períodos que antecedem a etapa formativa do mestrado ou doutorado as desvantagens e dificuldades aparecem acumuladas, levando-as a se inserirem tardiamente nesse ambiente de produção científica".

As três mulheres entrevistadas não são mães, mas desejam vivenciar a maternidade; duas delas resolveram congelar os óvulos e a outra tem a adoção como horizonte. Acredito que, para além de refletir sobre as escolhas das mulheres, o debate que desenvolvo é acerca do controle que as instituições têm sobre os corpos das mulheres negras; e, sobretudo, das exigências desleais para que esses corpos alcancem um lugar de poder e mobilidade social, além do quanto precisam abdicar de suas individualidades. Não que outras pessoas e mulheres não precisem fazer concessões, mas os relatos das entrevistadas mostraram-me que os entraves na vida profissional acadêmica de mulheres negras são muito maiores, em comparação com a caminhada de seus colegas.

De alguma maneira, esse controle reforça uma certa análise sobre poder (FOUCAULT, 1988a, p.19, apud BAMPI, 2002, p.129) a qual se apresenta em três níveis: nas relações estratégicas, nas técnicas de governo e nos níveis de dominação. O autor designa o conceito de governo como o ponto de contato entre a maneira com a qual se dá essa condução e esse conhecimento, no qual os indivíduos conduzem e conhecem a si próprios. Foucault ressalta a importância de levar em conta que não se trata apenas das técnicas de dominação, mas também das técnicas do eu**.** O governo como conduta de poder significar guiar, direcionar e conduzir. O "governo" se aplica tanto a um sentido amplo, quanto mais restrito, permitindo falar sobre a relação da pessoa consigo mesma ou com outras pessoas. Para Foucault, governar consiste em um conjunto tênue de técnicas racionais, e a eficiência de tal arte "deve-se à sutil integração de tecnologias de coerção e tecnologias do eu" (FOUCAULT, 1993, p.207, apud BAMPI, 2002, p.134). O termo que se entende como governo é utilizado por Foucault para designar a maneira de moldar a conduta dos indivíduos ou dos grupos, tais como: governo das crianças, das comunidades, das famílias, dos doentes, dos loucos, das mulheres, entre outros.

Deleuze (1992a, p.109, apud BAMPI, 2002, p.130) optou por remontar os pontos, mas "desemaranhar as linhas", assim, uma "cartografia, que implicava em uma microanálise", e não em macrossistemas explicativos. Tanto em Foucault, quando em Deleuze.

As relações de poder encontram-se, pois, aprofundadas na sociedade, há uma multiplicidade de formas e de possibilidade de agir sobre a atitude dos outros. Nas sociedades modernas, o Estado não é o único lugar de exercício do poder, há uma diversidade de forças envolvidas na regulação da vida dos indivíduos, objetivando múltiplas variáveis de ação, logo, o Estado é visto como constituinte e constituidor de um campo de cálculos e de intervenções (BAMPI, 2002). A reflexão quanto ao conceito de governo contribuiu para pensar sobre as formas vivenciadas e interpretadas pelas intelectuais, que precisam agir para fazer parte de um "modelo de intelectual" sem regras escritas, mas, de certa forma, entendidas e reproduzidas a partir das condutas.

Tive a sensação de que, dentro do *métier*, as mulheres negras deveriam ser "gratas" por permitirem que façam parte do tão seleto grupo de intelectuais, como se estivessem sendo "convidadas" a participar, ignorando o fato de se dedicarem e abdicarem de suas vidas além do necessário e do comum para obter esse "passaporte", principalmente se comparadas a outros profissionais da área.

Ao iniciar a conversar com Elisa, ela começou os primeiros segundos da entrevista com a seguinte fala: "Já desabafando, já trazendo as questões, mas que às vezes a gente fica... eu acho que tem um limiar invisível que é esse racismo brasileiro que é tom, é tão engraçado, né? Cheio de nuances. A gente fica sem saber se é paranoia. Isso é uma coisa que também adoece. Sabe?" (Relato – Elisa)

hooks (2019) aponta como problema fundamental das relações de desigualdade entre raças o fato de que os que dominam (a branquitude) são socialmente vistos como sujeitos, enquanto os dominados (pessoas racializadas) são tratados como objetos. Na teoria, na fala e na escrita acadêmica, muitos colegas não utilizam o termo "objeto", assim como não usam termos como "exótico". Porém, na prática cotidiana, o que resiste é a lógica da supremacia branca, que supervaloriza a pesquisa de pessoas brancas, a liberdade de escolha de pessoas brancas, o pacto entre pessoas brancas, e também as experiências de intelectuais brancos/as. Apesar de não usarem termos como "objeto de pesquisa", na prática, não compartilhamos o mesmo lugar legítimo de sujeito.

Uma das professoras interlocutoras passou um longo período como coordenadora de curso da graduação – seu tempo foi além do exigido –, cargo que, segundo ela, dificultou suas

pesquisas e a produção de seus trabalhos e artigos, pois o tempo em reuniões e burocracias se estendia além do tempo de trabalho.

> E eu estava pensando, né! A gente foi deixado num espaço que a gente deveria estar liberando, alguém teria que assumir esse lugar (sobre o cargo de Chefe de departamento da graduação). Ninguém assumiu. Isso é um lugar que você não tem um reconhecimento, uma recompensa material. Então ele tem a ver com você se entender como parte de uma engrenagem, querer fazer sua parte, não sei... é um pouco absurdo porque você está trabalhando. (...) O trabalho tem funções que você precisa trabalhar mais e não é reconhecido. E isso faz parte do trabalho, mas só que as pessoas podem se recusar a fazer. Isso quer dizer que quem pega isso pra fazer está numa posição quase de voluntária. Isso é uma parada muito escrota. Tipo você está fazendo trabalho que é necessário, a universidade não funciona se você não fizer, um cargo de chefia, a universidade só existe com essas pessoas fazendo trabalho. Será que as pessoas se recusarem a fazer? Se todo mundo ao mesmo tempo se recusar a fazer, a universidade não funciona... existe obrigatoriedade sem recompensa material. Nem simbólica. Não existe recompensa nenhuma. Você se coloca ali nesse lugar e vai. Se eu queria entrar nesse lugar? Estou comparando assim que os colegas... que tem gente que se recusa a pegar essa chefia, pegar esse cargo, essas pessoas que estão todo semestre produzindo livro, estão escrevendo artigo, estão fazendo um monte de coisa, enriquecendo o currículo lattes deles. Enquanto a gente está atendendo em uma janelinha, no corredor da universidade, primeiro tirando dúvida, respondendo WhatsApp até dez da noite é... porque tem que resolver isso, resolver aquilo. Eu não estou enriquecendo o meu lattes. (...) Sim, será que esse lugar, está nesse lugar... e ser abandonada nesse lugar, que é essa sensação que eu tenho... *Tem a ver com racismo?* De vez em quando essa pergunta martela na minha mente. As pessoas ignoram que a gente está aqui há dois anos. Não dá para pensar...Vamos substituir as colegas, porque agora está na hora das colegas também terem tempo realmente para se dedicarem as pesquisas delas, ao lattes delas. Vamos deixar elas aí se ferrando. Será que tem a ver com o racismo? Como a gente faz pra descobrir isso? Tem que ter que ficar perseguindo meus colegas e gravando, né? Você está entendendo, Aline?
> Tem coisas no racismo que a gente não consegue fazer, a gente não consegue nem justificar as nossas paranoias, quer dizer a gente não consegue descobrir se são paranoias ou não. (Relato – Elisa)

O relato traz pelo menos três questões para pensar: 1. A professora negra ficou no trabalho técnico pela outridade (KILOMBA, 2019) dos colegas, e sabidamente esse trabalho consome um tempo que poderia ser direcionado para a produção acadêmica – entendo que o racismo não seja algo sempre racionalmente produzido. Por mais que também possam passar por isso, parece-me, diante dos relatos, que essas ocorrências são mais escassas entre professores brancos. 2. A paranoia do racismo. As ocorrências são tantas ao ponto de, por vezes, nos fazerem duvidar que sejam resultado do racismo. Ao mesmo tempo, ocupar um lugar que corresponde ao "mérito". 3. O pacto da branquitude, através do qual as pessoas brancas se protegem e se mantêm em lugar de destaque, de forma individual e coletiva – perpetuando o sistema que naturaliza o protagonismo para si e para os seus.

Quanto ao segundo ponto e ao termo "paranoia" citado pela professora, entendo e faço a aposta de que, na verdade, é o medo constante do racismo e daquilo que ele produz. Evitar

situações racistas e acusações de racismo é um mecanismo de evitar a dor; ao não viver os eventos, evita-se também processar as consequências geradas pelas dinâmicas do racismo. Da mesma forma que às vezes é difícil acreditar, mesmo convivendo em instituições racistas, em uma sociedade racista, determinadas ações são oriundas desse racismo estrutural. Nas relações pessoais, há margem para que determinadas situações não sejam realizadas por preconceito, racismo ou mesmo machismo. O fato de as pessoas temerem ficar paranoicas considero consequência de um processo de sofrimento e adoecimento provocado pelo racismo. É como descreve Elisa, sobre quando os colegas justificam determinados tratamentos ou a ignoram como colega, afirmando que ela parecia aluna: "Mas sabendo que isso é difícil você olhar a mulher preta e achar que ela está na universidade dando aula. Mas, eu acho que isso também foi se distanciando no tempo como já tem oito anos, as pessoas já me conhecem, já sabem quem eu sou, não me confundem mais com aluno e aí fui esquecendo também (das situações vividas por ela) é uma ferramenta psíquica de sobrevivência."

Em seu relato, Elisa afirma tentar não se indispor com as pessoas devido ao racismo. Tenho a percepção de que ela percebe uma relação de outridade (KILOMBA, 2019) a ideia da existência no espaço como produtor de saber da branquitude. Assim, reforçando o racismo cotidiano e institucional que produz uma realidade traumática nas sujeitas negras/pretas, pois estrutura-se um sistema de inferiorização e invisibilização. Haja vista o depoimento de Elisa, afirmando acreditar que se esquecer de outros eventos é uma ferramenta psíquica para lidar com o racismo, e que eventos particulares foram sendo apagados de sua memória como um mecanismo de defesa. Mas ao mesmo tempo, na conversa, há uma ânsia de desabafar sobre situações que a deixam desencaixada do padrão professor/a universitário/a. O argumento da ferramenta psíquica para esquecer é entendido, por mim, como um trauma de situações que vivenciamos ou que nos remetem a algum abalo emocional, que traz à tona outros eventos ocorridos conosco ou com outras pessoas negras. Kilomba (2019) apresenta o "trauma colonial" com o "trauma individual" e caracteriza três categorias traumáticas de formas distintas: choque violento, a separação e a atemporalidade. No relato acima, a professora descreve lembranças e um "instrumento de defesa" que ameniza um pouco o peso das situações traumáticas cotidianas.

> A ideia de "esquecer" o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como traumática (KILOMBA, 2019, p.213).

A descrição de Elisa remete a duas categorias: a primeira é o choque violento. Para uma mulher negra que tem contato com estudos raciais já é esperado que, em algum momento, ela vivencie a opressão racial. Porém, na hora que a situação se concretiza, é recebida com surpresa e choque. A segunda categoria traumática que notei dentre as três utilizadas por Grada Kilomba (2019) é a atemporalidade; segundo a autora, o racismo cotidiano leva o sujeito negro do momento presente a uma situação do passado, os mecanismos traumáticos do racismo são tão profundos que uma agressão racial presenciada no hoje parece algo já vivenciado (KILOMBA, 2019). Para a autora, somos assombrados pela experiência já vivida (ou seja, passada) no colonialismo, pois o passado "agride no presente" (KILOMBA, 2019, p.223). Não precisamos necessariamente vivenciar todas as situações de racismo, mas de alguma forma compreendemos como funciona e nos impacta.

Para refletir sobre a construção das nossas subjetividades, sigo a explicação de Lélia Gonzalez (1984) quando apresenta as noções de consciência e memória. A autora coloca o lugar de consciência e o lugar do desconhecimento, do encobrimento e da alienação, e até do saber. O discurso ideológico é feito no presente enquanto a memória "a gente considera como o não saber que conhece esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência excluiu o que a memória inclui." (GONZALEZ, 1984, p.78)

Neste esforço do inconsciente dialogar com as ações do consciente é pertinente usar o conceito chave de autorrecuperação, de bell hooks (2019), para a reflexão. Tal conceito ressalta o esforço do dominado para desenvolver consciência acerca dos mecanismos de exploração e opressão que o impactam, construindo uma consciência crítica que favorece a formação de resistências. A autorrecuperação do indivíduo dominado procura entender o "eu", na tentativa de resistir ao sistema de desumanização e fragmentação da sua identidade/existência, em um movimento de tentar recuperar a sua história.

Para hooks, a questão principal incide no fato de que o grupo dominante, no caso, a branquitude, possui o lugar social de sujeito, enquanto o grupo dominado, ou seja, pessoas racializadas, são tratadas como objetos. E complemento que esse lugar de objeto independe da situação econômica e social que o indivíduo ocupe, dado que corpos negros e racializados são estranhados em certos "status". Logo, o problema reside na lógica da supremacia branca, que supervaloriza a pesquisa de pessoas brancas, suas falas, sua legitimidade intelectual e sua presença em espaços de poder-saber; em detrimento da experiência de pessoas negras ou não brancas, sopesando tais pesquisadores e pesquisadoras como a voz de autoridade e legitimidade nas temáticas que coordenam e decidem. Ao fortalecerem o pacto da branquitude, os mesmos

pesquisadores que admitem e falam sobre o racismo, perpetuam ações racistas, fortalecem a dicotomia sujeito/objeto e reforçam essa relação de dominação.

3.4. **O que não se fala?**

Deus é mãe
E todas as ciências femininas
A poesia, as rimas
Querem o seu colo de madona

Deus há de ser – Elza Soares

Quando entrevistei a professora Alice, que é uma das minhas melhores amigas de muitos anos, – e para além disso, sempre foi um exemplo de inteligência para mim – não esperava ouvir que ela se sentia uma fraude em dado momento de sua trajetória. Escutei essa frase como um desabafo de quem atravessou todos os processos da pós-graduação seguidamente – dentro de uma estrutura branca – e se tornou professora universitária logo após terminar o doutorado, no primeiro concurso realizado. Lembro que a professora entrou na universidade um ano antes de mim e, como já éramos amigas, conversávamos sobre como a universidade era muito diferente de nossas vivências. No começo, ela trabalhava com telemarketing para pagar o aluguel que dividia com várias colegas, e a gente já compreendia que o nosso corpo e o lugar de onde viemos era muito diferente dos demais colegas de curso.

Eu, particularmente, sempre a vi como fora da curva por ter energia para lidar com a vontade de estudar, trabalhar em um ambiente estressante e ainda conseguir se destacar em todos os espaços educacionais. Mas só a dedicação, leitura e trabalho isoladamente não seriam suficientes, mesmo entendendo que Alice era um ponto fora da curva. No começo dos anos 2000, havia um crescimento das bolsas de iniciação científica e também das bolsas de mestrado e doutorado, que se tornavam bolsas de sobrevivência para estudantes de pós-graduação que não podiam bancar a graduação e a formação continuada, assim como hoje.

A bolsa não era apenas bolsa para pesquisa, era/é bolsa de sobrevivência, para gastar em xerox, livros e dividir moradia. Sendo assim, trouxe-me espanto saber que ela já se achou uma fraude em certo momento da vida, embora seja alguém com uma trajetória tão atípica. Essa mulher preta, da Baixada Fluminense, que estudou a maior parte da vida em escola pública, fez PVNC (Pré-Vestibular para negros e carentes) para acessar o curso superior, conquistou de forma muito rápida todas as etapas da vida de um intelectual privilegiado, estranhou; viu-se

inadequada. Inadequação que é chamada de genialidade entre pessoas brancas; mérito e inteligência acima da média. Enquanto ela se achava uma fraude. Contudo, fica fácil entender que Alice não é resultado do privilégio e muito menos da falsa ideia de meritocracia, e sim da associação de um esforço pessoal com políticas do Estado. É claro que há merecimento em sua trajetória, no sentido de esforço e resultado – mesmo que nem sempre o esforço dê resultado. Mas nitidamente Alice teve resistência e resiliência absurdas, associadas a um momento de políticas públicas de pesquisa e o apoio de sua família, que valorizava a educação e a formação. Certamente teve muito mais desafios e obstáculos do que jovens brancos de classe média, inclusive obstáculos financeiros, pois o trabalho e, posteriormente, as bolsas não eram complementação de renda, mas a própria renda. Na situação de algumas pessoas como eu, por exemplo, a bolsa minúscula de pesquisa também era usada para ajudar a família e o almoço era um lanche com refresco.

O período das políticas públicas de bolsas de mestrado e doutorado do CNPq/Capes fizeram bastante diferença para as mulheres entrevistadas. Ser escolhida para fazer parte de um grupo de pesquisa e ser pesquisadora foi a chance de dar continuidade aos estudos e à pesquisa. Vendo e presenciando a trajetória de Alice, não esperava ouvir a palavra “fraude”, sem dúvidas era uma das últimas coisas que eu esperava ouvir dessa professora.

O relato dela me fez pensar como pessoas negras/pretas não têm a possibilidade de refletir, de pensar sobre a relação com o tempo. Quando as possibilidades aparecem, estamos em processo de formação ou de trabalho, dizer “sim” pode ser uma única e/ou última chance de galgar um sonho profissional. O tempo sabático é um privilégio. A cada desistência de projeto ou troca de curso é um risco de não conseguir retornar. Para quem não tem muitas chances, toda oportunidade é vista como última. De certo, outras pessoas podem ter medo de perder as oportunidades, mas para a população negra, além das chances serem menores, não podemos nos dar ao luxo de ficar sem trabalho, sem bolsa e ou sem projeto – pelo menos se quisermos fazer parte do seleto grupo de profissionais do ensino público superior.

> Passei o doutorado inteiro me sentindo uma fraude (...) hoje eu entendo que não era. Nesse sentido foi importante, mas isso aconteceu a partir dos meus alunos, foi onde eu passei a ter segurança maior, entende? com aquela sensação de fraude que eu tinha, foi onde eu percebi que o que eu faço é importante e que eu tenho que continuar fazendo sim. Então, assim, esse espaço na sala de aula foi o espaço que quebrou parte da solidão que eu sentia na universidade, entende que não foi com meus pares, não foi com meus colegas. (Alice).

Além de Alice, a professora Elisa também pensou que não fosse merecedora do lugar que ocupou em uma bolsa na graduação, achou que a escolha para ser pesquisadora de Iniciação

Científica sobre questões étnico-raciais se deu por ser uma mulher preta e falante de língua francesa, porque havia um interesse de que ela fosse uma pesquisadora-pesquisada, seria uma espécie de "objeto de pesquisa" e também pesquisadora informante. Tal situação a deixou desconfortável e insegura de "merecimento" na seleção. O grupo de pesquisa era composto por alunos/as negros/as e a orientação era de uma professora que se posicionava contra as políticas de cotas raciais na universidade. No momento em que a professora Elisa, enquanto aluna no começo da graduação, entrou no grupo de pesquisa, os debates sobre políticas públicas de cotas estavam acirradíssimos – o debate racial "impôs" a escolha dela, mas como um corpo preto, ela foi chamada a se posicionar.

> Só fiz aquela disciplina, eu não era orientanda dela. Não foi um tema que eu corri atrás de propósito. Então, a gente começou a participar das polêmicas de cotas na UERJ, sei lá, por causa dela (ser orientanda dela) eu comecei a ser atacada por pessoas aleatórias. Eu entrei nessa briga sem querer. E entrei nessa discussão sem procurar. Sem nem entender que isso era uma necessidade. Isso tudo foi um processo pra mim. Por isso que eu fui entendendo que eu era preta na graduação. Porque também quando eu fiz aquela reflexão do tipo é, por que que a Orientadora[38] só tem orientado negras, daí aquilo dali, aí eu comecei a me entender como uma dessas pessoas, inclusive questionar a minha aprovação na bolsa, pensei assim, ela me aprovou não porque eu era a melhor candidata e isso é tudo (Relato de Elisa)

Ana, apesar de não usar o termo "fraude", relata o sentimento de compor o grupo de professores em uma universidade que não se sentia aceita. Em um primeiro momento, ela passou no doutorado para a instituição onde fez a graduação e o mestrado, mas resolveu mudar para outra. Sua escolha foi realizada com muitos objetivos, dentre os quais, mudou-se para que fosse "mais aceita" na nova instituição.

> E aí eu fiz a opção porque eu achei que aqui eu teria mais chances. Achei que aqui algumas das questões que eu trazia eu teria mais de acolhimento. Foi só enganar. Mas ambas as instituições são marcadamente racistas como aqui(...). Aqui até certo ponto é, é eu não tive no início a minha capacidade questionada quando eu entrei depois que eu vinha da história, então eu era vista como uma vantagem por algumas professoras do programa, isso nunca tinha acontecido. Mas as práticas falam, então tentavam me colocar num lugar que eu sabia que eu não deveria naturalizar. (Relato da Ana)

Na conversa, Ana desabafa sobre a falta de mobilização dos professores do departamento da pós-graduação em que estava, quando resolveu sair de onde fez graduação e mestrado para migrar para outra instituição (ambas com nota 07). Pelo que percebi, e já descrevi anteriormente, foi frustrante, para a professora, não haver sequer uma tentativa de mantê-la na instituição. Retomo essa questão mencionada pela professora Ana, para pensar a questão da

[38] Omiti o nome da professora orientadora

sensação que ela teve do abandono, do corpo invalidado, como descartável. Pode parecer estranho para pessoas que estão fora das instituições acadêmicas, mas é importante para os núcleos de pesquisa dos cursos de pós-graduação ter alunos conhecidos e profícuos no seu corpo discente. Uma excelente aluna de pós-graduação e conhecida na instituição sair, depois de um longo processo seletivo, sem ao menos alguém tentar compreender os motivos, deixa a sensação de que o pesquisador é desimportante. Lembrando o que a professora disse: "E eu sempre tentava me impor pela minha capacidade intelectual, então eu sempre tinha que fazer mais pra todos." (Ana). E mesmo assim, nenhum professor do departamento indagou as motivações para sair da pós-graduação e migrar para outro departamento.

As palavras da professora me fizeram pensar que, independentemente do que determinados corpos produzam, como não são corpos padrão e sim corpos atravessados por marcadores sociais da diferença, como no caso das mulheres negras e pretas, não conseguirão receber o mesmo retorno, atenção e respeitabilidade dos corpos brancos. Por mais que essas mulheres se esmerem, produzam artigos, trabalhem e sejam acima da média, por existência do racismo estão diante de um ideal inalcançável: o ideal da cor. Ainda mais quando essas mulheres compartilham esse espaço na universidade, na pós-graduação ou como professoras. Parece que há uma necessidade de eterna gratidão.

A professora revelou que ao chegar ao departamento em que trabalha (na graduação) e ver colegas retintos, sentiu-se mais à vontade de falar e conversar sobre determinadas questões. No meu departamento (na pós-graduação), há outras pessoas negras, mas não se apresentam, não se identificam e nem se colocam – parece que essa conversa não está permitida. Ana diz que faz terapia para lidar com essas questões, que se sente afogada e precisa renascer da dor. Como uma mulher negra de tom de pele mais claro, ela entende que tem algumas escolhas, dentre elas, viver se escondendo ou ir para o confronto. Se você fala, vai ser retratada como problemática, considerada um desafeto; como se falasse de coisas que acontecem em sua cabeça, individuais. "Na verdade, aqui não tem nenhum racista" justificam os colegas de profissão. Quando alguém vai para o que ela chama de confronto, inicia-se a prática de isolar e classificar a pessoa com termos negativos. A entrevistada disse que se surpreendeu quando uma colega branca foi até ela dar um conselho, "na amizade": "Fulano (homem branco) veio falar comigo, acha que você é muito problemática!'. E eu nem havia verbalizado as coisas, eu só questionava e dizia que não iria fazer, por eu ter essa postura de questionar, sem atacar ninguém".

Há, no mesmo espaço, um homem branco, que não é brasileiro, o qual questionou e chamou o grupo de racista abertamente, mas nada aconteceu com ele. Quando a professora

insinuou, foi chamada de diversas coisas e disseram que ela era exagerada. Veja, para uma professora ser intelectual é preciso propor questionamentos, fazer perguntas; mas quando uma mulher negra faz isso, ela é vista como louca e problemática – na contramão dessa concepção, quando um professor branco e estrangeiro faz questionamentos, é permitido. Ela expressou essas ações dicotômicas como algo que dói em nós, mulheres negras. E reforçou: "Isso é fazer uso do privilégio dele. Ele pode!". Ana ainda relatou que o professor fez um pedido de desculpas a ela, alegando que todo branco é racista, tentando ser solidário. De forma assertiva em seu relato, ela discorda da alegação de que todo branco é racista, mas entende que todo branco é beneficiário do racismo. Disse também que todos esses episódios a adoeceram porque está desautorizada a falar de sua dor no local de trabalho. E, para ela, não falar da dor do racismo, não falar que essas instituições educacionais de ensino superior causam traumas a ela, não falar de algo que estuda nas práticas cotidianas em seu trabalho lhe causa dor. Apesar de ser extremamente produtiva, Ana não tem muitos comentários positivos a respeito das instituições nas quais conviveu: foi formada por duas universidades públicas renomadas e aprovada em dois concursos como professora universitária. Em seu depoimento, de forma muito ressentida, disse que aguarda uma mudança de postura há 12 anos, e essa espera a adoeceu. A professora apresentou o desejo de sair da universidade e investir em novos projetos que, na verdade, já vem experimentando em produções. Mas em sua concepção, a hora de sair será em um momento mais oportuno.

Ouvindo o relato de tanta dor e consciência dos processos de racismo. Resolvi questionar se a saída dela diminuiria a quantidade de professoras negras na universidade como professoras-pesquisadoras, e ela respondeu que há ocasiões em que os corpos negros nesses espaços servem para legitimar o discurso racista, para agir na cartilha deles. Logo, na opinião dela, às vezes é melhor não haver pessoas negras nesses lugares. Quando não tem ninguém, o espaço se apresenta como racista; quando tem um ou dois professores negros, pode dar a falsa sensação de que não é. Ana entende que a existência de negros em um quantitativo tão diminuto não é suficiente para legitimá-los; para ela, o custo dessa "legitimação" é o silêncio. Neste momento, ela concluiu que é melhor se manter algum tempo na universidade para ser uma presença insurgente, uma intelectual. No processo de dor, ela nascia como uma intelectual negra. Todo esse processo e suas experiências a tornam uma intelectual negra insurgente, e isso só ocorre quanto ela se levanta. Além do mais, Ana disse que atualmente se sentia mais livre como intelectual e já não estava se importando com os medos.

A forma como as professoras se manifestam em relação ao racismo nem sempre é insurgente, como no caso da professora Elisa, que evita se indispor com as pessoas. Mesmo

relatando situações, no mínimo, desconfortáveis, a professora opta por ser discreta, tanto na forma de se vestir, quanto nos posicionamentos em debates. “Eu prefiro não achar que tenho inimiga.” (Relato – Elisa). Assumir essa atitude mais discreta não significa que a professora não tenha alguma estratégia de enfrentamento ao racismo institucional, inclusive, é recorrente em sua fala a satisfação de trabalhar em uma universidade cujo quantitativo de estudantes periféricos e negros e negras é mais representativo do que na maioria das universidades públicas. É com esses alunos na produção de conteúdo que Elisa faz o debate sobre questões raciais. No cotidiano, como já escrito, muitas vezes a professora tem medo de estar paranoica com racismo e vale lembrar, nessa conversa, que o racismo no Brasil é velado. Algo que parece pouco evidente, mas no dia a dia, é possível entender e interpretar ações de pessoas próximas, colegas de trabalho, pares acadêmicos, como reproduções racistas evidentes e de pouco refinamento comportamental.

> Eu estou dizendo que no Brasil a gente não consegue distinguir que está acontecendo com certeza. E isso é parte do processo que deixa a gente com a sensação de que a gente é doido, que não está acontecendo nada. Eu sei disso. Estou entrando no jogo. Porque é muito difícil não entrar. Eu poderia ter que o tempo todo ficar acusando as pessoas dizendo: você está sendo racista, apontando o dedo para cada um que eu tenho desconfiança, mas isso seria penoso e me daria um trabalho mental a mais, né! Ter que lidar com o fato que estou acusando as pessoas, e eu sem provas, a gente se sente mal e não sabe dizer o porquê. Esse sentimento que minha colega me causou, dizendo que não dava nada por mim, aquilo foi tão obvio, tão evidente que eu não passei por nada parecido com isso profissionalmente. Porque isso foi um cúmulo de ter sido maltratada, porque o resto é meio “deixa para lá”! (Relato – Elisa)

A professora Elisa viveu a situação de ficar na coordenação de curso na graduação por um tempo maior do que deveria e teve suas atividades intelectuais produtivas prejudicadas, pois as funções técnicas tomavam muito tempo, mesmo dividindo a coordenação com outra professora branca. Nesse momento, Elisa trouxe a dúvida: acusava as atitudes dos colegas de departamento de racistas? Mas ela dividia a coordenação com outra professora branca e as pessoas diriam que não fizeram nada de errado. E assim surge a sensação de que poderia estar paranoica. No entanto, ela conclui que essa sensação é parte do racismo institucional.

Entendo que faz parte do racismo estrutural ter medo de ver racismo em todas as atitudes de pessoas brancas. Elisa entende que não dá para negar a existência do racismo, mas os degradês são variáveis. Ela lembrou quando muitas vezes diziam que ela não parecia ser professora devido ao seu rosto novo, sua aparência. Hoje, com o tempo e a idade, os colegas não perguntam mais se ela é aluna ou professora. Mas, ao mesmo tempo, tem preocupações de se apresentar para ser aceita entre os pares, sobretudo, quando há necessidade de parceria e

apoio dos seus colegas professores. Na verdade, nenhuma das entrevistadas demonstrou a tranquilidade de acordar e ir trabalhar sem pensar em problemáticas raciais. Tanto que a professora Elisa faz uma reflexão com o exemplo de quando acordou um dia com cólica e se sentindo mal, mas mesmo assim, teve a preocupação de se vestir bem. Também é assim principalmente quando se trata de situações em que precisa apresentar pautas complicadas e ter uma boa receptividade entre os colegas. Só para enfatizar que tais colegas convivem com ela cotidianamente.

> Eu não posso ir meio largada[39], eu sou uma mulher preta, eu sei que a imagem de mulher preta desperta alguns sentimentos nas pessoas de não solidariedade, de não apoio, de não empatia. Por exemplo, acho que por exemplo, falta de vontade. Por exemplo: você olha pra aquela pessoa e acha que ela não fez as coisas porque ela não queria. *Ela foi negligente*. Então eu sei que desses sentimentos, vão te associar a imagem de uma mulher preta que não se arrumou pra ir trabalhar. Não poderia ir trabalhar de qualquer jeito que eu precisava de apoio na reunião. (Relato – Elisa. Grifo meu)

Alice, Elisa e Ana sempre foram questionadas de alguma forma, em algum momento, a respeito de suas capacidades profissionais, ou mesmo se poderiam ser professoras universitárias por serem mulheres negras/pretas. Ana vivenciou acusações sobre suas escolhas profissionais, suas parcerias profissionais de colegas pertencentes à mesma pós-graduação, ou seja, a parceria preta foi questionada, sendo essa concursada e pertencente à própria instituição. Entre os companheiros de turma, uma colega questionou a escolha de Ana de forma que esta achou ofensiva, e sinalizou que tais eventos não ocorrem com os demais colegas brancos. Ela se sentiu mais do que questionada, e sim desqualificada pela maneira como ocorreu e por quem o fez, isso desencadeou um enorme processo de dor e adoecimento nela, afirmado pela interlocutora, fazendo com que revivesse outros episódios de racismo.

Elisa fala e evidencia muitas vezes, em seus relatos, que procura não se indispor com colegas, não enfrentar as atitudes racistas com embates, pois alega a necessidade de tornar o espaço de trabalho um lugar agradável – porque para ela e para outras entrevistadas esse não é um espaço que se restringe à violência.

A partir da conversa com Alice pensei em como corpos não normatizados em um espaço precisam estar o tempo todo sob alerta para provar sua existência. Uma das professoras relatou que desde a sua aprovação precisou lembrar diversas vezes que o cargo dela era de professora da instituição, e não administrativo. Para resolver alguma coisa no departamento pessoal era

---

[39] Quando a entrevistada usa o termo “largada”, ela quer dizer desarrumada, malvestida ou vestida de forma simples.

sempre questionada e precisava explicar às pessoas que não entendiam como ela poderia ser professora – a justificava normalmente era de que ela tinha aparência de nova, mas dois colegas brancos e mais novos do que elas passaram no mesmo concurso e nunca viveram o mesmo processo de dúvidas e questionamentos que Alice. “Entendi uma coisa, se é mulher preta, com cara de nova, então a mulher preta conseguiu entrar. Tem e deve ser uma senhora. Não é que passou a vida inteira, sei lá, né? Limpando o chão e por muito custo conseguiu chegar.”, disse Alice.

A professora levantou duas questões: a do não reconhecimento como pertencente ao lugar de professora universitária e a de esse não ser um lugar comumente ocupado por pessoas pretas e novas. Para ela, a questão etária é nitidamente algo para justificar o racismo junto com o sexismo. E outra questão: a dificuldade das pessoas em compreender trajetórias lineares para pessoas negras, sem trabalho braçal para conquistar o topo de uma carreira. “E eu lembro que uma vez (...) a pessoa [professor efetivo de outro setor da universidade] virou para mim e falou assim: ai, mas você é a substituta, né? Tipo assim, porque não encaixa, porque né”. Os trabalhadores terceirizados da limpeza e da segurança são pessoas negras, e esse é o lugar naturalizado para nós. Mesmo os funcionários concursados, inclusive os técnicos administrativos, são brancos. Em 2016 houve uma campanha na universidade onde Alice trabalha para ponderar quantos professores negros havia na instituição. A universidade fez um *outdoor* com a foto de todos os professores negros, e foram apenas 18 fotos. De 1500 professores, conseguiram localizar 18.

A universidade traz gatilhos de racismo, segundo Alice, que relata mais um episódio emblemático. Quando começou a compreender o que é ser um professor universitário, em pouco tempo que estava na universidade, a instituição receberia uma visita do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e ela precisava atualizar seu currículo Lattes. A professora tinha um gabinete, mas não tinha um computador. Assim, foi acessar o laboratório de informática dos estudantes, pedir para atualizar o currículo e enviar para o chefe de departamento. Havia uma funcionária no local e a professora pediu para usar o computador da marca *Apple*, a funcionária disse para ela: “Hã? Não pode não que a gente está fazendo manutenção.”. Mas ao informar que era professora nova no departamento, a pessoa se levantou e ofereceu ajuda. Alice entendeu que não era uma questão de dar a chamada “carteirada”, mas modificar sua forma de estar no espaço – posto que o racismo e o sexismo são pesados, ela precisou mudar sua performance e a forma como seu corpo chega aos lugares.

Ela afirmou, em nossa conversa, saber que a maioria dos colegas não são afetos para ela, mas que se posiciona e discute: “eu vou me posicionar, eu vou discutir, olho para a

universidade pensando que a universidade tem um papel na graduação, então, assim, é tudo isso, sabe nesse lugar que eu aprendi e por um lado foi bom também no sentido de falar assim. Eu aprendi a ter uma postura". Ela ainda apontou que as pessoas que entravam para o grupo reproduziam a mesma forma de operar nas relações: os novos se submetiam às decisões. E ela, como mulher preta, sentiu-se o principal alvo dos ataques, então começou a se defender. Inclusive, a professora criou sozinha, sem apoio ou contribuição dos colegas, uma pós-graduação lato sensu sobre História da África para professores da rede básica de ensino. Pensou o currículo sozinha, conseguiu 10 orientadores para o curso, recebeu professores de diversos países e foi um sucesso. Entraram um pouco mais de 60 docentes para a pós-graduação e mais de 50 defenderam o trabalho de conclusão de curso. Conseguiu dinheiro através de edital com aulas presenciais às sextas-feiras e aos sábados, com baixíssima evasão. Para ela o curso tinha um sentido político. O curso só não se manteve porque foi criado no período do golpe que tirou a presidenta Dilma Roussef do poder, então não houve mais verba e edital.

A professora Alice contou que mesmo com todo sucesso, resultado, qualificação e formação, – e é bom lembrarmos aqui das responsabilidades da universidade pública brasileira: produzir ensino, pesquisa e extensão – ela, como professora universitária, fez as tríades da responsabilidade institucional e não foi reconhecida pelos pares do departamento. O reconhecimento veio de fora da universidade, um reconhecimento internacional pelas ações e trabalhos realizados. Ela ainda foi questionada por estar preocupada com professores da rede básica de ensino, como se fosse mais vantajoso ir para um pós-doutorado ou mesmo investir internacionalmente. Desde que chegou, a atuação dela me parece autônoma e sozinha. É muito comum, no departamento dessa professora, quando um professor novo é aprovado em um concurso, ser convidado a trabalhar junto com outro colega no laboratório de pesquisa, e essa professora não foi convidada por nenhum colega. É impressionante que as professoras sejam mais reconhecidas fora da universidade do que dentro dela pelos seus colegas de trabalho.

Percebi que minhas três entrevistadas têm formas de operar diferentes no enfrentamento ao racismo. Elisa evita tensões e conflitos, foca no trabalho de professora da graduação e faz o melhor que pode a fim de não deixar brechas para críticas ao seu trabalho. Ana verbalizou o cansaço de viver em instituições que reproduzem o racismo e o desejo de criar possibilidades para sair um dia, se quiser, escrevendo textos mais literários, estabelecendo relações em outros países e produzindo bastante. Alice dá aulas, cursos, produz dentro e fora da universidade; até foi convidada para assumir uma secretaria no governo federal no Distrito Federal – ao comunicar o convite para trabalhar fora, a chefe de departamento verbalizou que esperava que outra pessoa fosse chamada, e não ela. E não só isso, a mesma chefe também apresentou

dificuldades que atrapalhavam sua ida, como o argumento de que ela estava fazendo pós-doutorado fora e por isso não poderia ser cedida. Mas a professora precisou lembrá-la que, como funcionária federal, poderia ser cedida para o governo federal sem problemas. Logo após veio a reclamação a respeito de como seria trabalhoso abrir um edital de professor substituto, visto que o problema era conseguir uma pessoa para substituir Alice, segundo a chefe do departamento. A professora precisou lembrar à chefe a importância de ter um profissional formado na área para substituí-la durante o período em que estivesse fora, – um direito do qual ela poderia usufruir sem onerar nenhum colega de outra área de saber – sem contar a relevância de ter um especialista para os estudantes. Por conta disso, Alice se viu pensando em procurar um substituto, mas logo percebeu que isso não era atribuição dela. Por fim, Alice ainda ouviu que a chefe teria mais trabalho para organizar um novo quadro de horários.

A professora Alice também diz que a ficha demora a cair, referindo-se à dificuldade de entender e enxergar uma mulher negra em lugar de projeção e poder. As estratégias de produção do racismo e seus impactos nas subjetividades são muitas; toda dificuldade e descredibilidade vivida pela docente em um evento levou-a a uma associação direta do que pensam quando pessoas negras avançam na carreira:

> Isso representa tudo, você entende, representa uma negligência comigo, sabe. quanto essa pessoa não me vê como intelectual naquele espaço, porque por várias coisas, não é claro que no fundo, no fundo, ela estava mordida, como *ela foi chamada*, como ela mesmo disse, no final, ela achou que outras pessoas não eu, obviamente a gente sabe quem são essas pessoas. (Relato – Alice. Grifo meu)

Por sinal, a professora resume que tal evento não negligenciava só a ela enquanto profissional, mas a área em que trabalha: pesquisa associada a pessoas negras como pesquisadoras e sujeitos de pesquisa.

3.5 **Branquitude acadêmica**

> (..) nos programas e principalmente nos programas de excelência não estamos. Porque não somos capazes? não, não é isso. É que é um ambiente hostil [à] nossa presença. É um ambiente que nos adoece (Relato – Alice)

Penso sobre as pressões as quais essas professoras são submetidas. Todas as três trabalham muito, seja em qual campo for. Pois bem, como doutoranda, procurei uma professora negra/preta para participar da minha banca de qualificação, e foi extremamente difícil, porque

as professoras negras/pretas não tinham disponibilidade, visto que seu tempo estava tomado por uma carga de orientação enorme. Hoje há mais estudantes do que professores negros e negras na universidade, e muitos desses alunos procuram professores negros para orientá-los. Não apenas para estudar questões étnico-raciais, mas para conviver com novas formas de pensar epistemologias, por exemplo. Mesmo com antecedência no envio do convite, recebi diversas recusas devido a agendas lotadas. Uma professora indicava outra e se lamentava por não ter condições de participar. Como professora do ensino médio, toda vez que queria fazer um trabalho maior, envolvendo pautas de gênero e raça, a sensação era de solidão, pois eram poucos apoios, raros e pontuais incentivos. Como se não fosse minha obrigação realizar algo determinado no currículo, – trabalhar os debates étnico-raciais na escola – mas quando queria trabalhar com temas que não estavam relacionados a isso, também não encontrava muita parceria.

Ser mulher preta com opinião sobre o racismo é mais um dentre os vários geradores de pressão. Já perguntaram a uma das entrevistadas se era possível conversar com ela para além da militância – visto que ela tem uma trajetória exitosa e produtiva dentro da academia. O engajamento é sempre motivo de acusação, sobretudo quando se trata de raça, gênero e sexualidade. Hoje, algumas pessoas, que acreditam estar isoladas das problemáticas sociais e econômicas, tentam chamar o engajamento com essas pautas de identitarismo. Elisa, por exemplo, não entrou no departamento para trabalhar relações étnico-raciais, contudo, como era a única negra do espaço, em qualquer trabalho ou banca de seleção na qual precisasse de uma especialista sobre o tema, ela era convocada por ser negra. Isso soa como se bastasse ser negra, e não especialista. De certa forma, também significa, na minha opinião, um não entendimento do que um corpo negro pode produzir e produz na academia. Ainda assim, ela prefere ser uma pessoa discreta – e é discreta desde que a conheço, há 22 anos. Mesmo assim, sofreu muitas pressões por parte de alguns professores negros espalhados pela universidade para ser mais "explícita" em suas opiniões. No entanto, perceptivelmente, sua estratégia é formar estudantes com excelência acadêmica e leituras diversas, já que negros e negras estão em maior quantitativo do que antes, na maioria das universidades.

A professora Ana tem seus discursos negligenciados sob a justificativa de que ela quer pautar o colorismo, conceito de grande importância atualmente para nós, pessoas negras e racializadas, principalmente para nos unirmos e entendermos as violências que atravessam a comunidade negra como um todo; para compreendermos as maneiras que o racismo atinge a população negra, haja vista que as estratégias do racismo são variadas. Inclusive, desqualificar a classificação de mulheres negras e periféricas ou mesmo pessoas que se classificam como

negras, mas vivenciam uma parte da vida, e um transitar pela sociedade, achando que não são negras e se deparam com o racismo em algum momento.

Também há um jogo do próprio racismo criando uma fragmentação entre negros/pretos e "pardos", como se todas essas classificações não fossem racializadas[40]. A professora Ana, tem a pele que algumas pessoas consideram como pouco pigmentada. Abro parênteses, aqui, para justificar o meu julgamento; quando selecionei as entrevistadas, priorizei mulheres, nitidamente, negras/pretas e, além disso, que se posicionassem como pessoas negras/pretas. A professora Ana é questionada sobre sua posição sobre racismo e como ele se constituiu e acusada de trazer o debate do colorismo, quando relata vivências de pessoas negras de tom de pele mais clara. Ana, não é poupada do racismo, ela mesma relata que, de cada dez viagens, ela é parada pelo menos sete vezes, além de vivenciar o racismo cotidianamente, sendo questionada em suas decisões acadêmicas e sua interpretação sobre o racismo, mesmo sendo pesquisadora e estudiosa sobre o tema. No momento em que Ana disse que era parada no aeroporto, afirmando: "E isso porque tenho passabilidade" (relato de Ana), eu a interpelei: "Você não tem passibilidade, não tem como pensar que você é uma pessoa branca!". Nesse momento, que não foi planejado, acabei esquecendo que a minha intenção inicial na entrevista era apenas ouvir a professora, e acabei interferindo, e me expressando. A professora sorriu, de forma que consigo ouvir no áudio, e completou: Eu também acho isso, eu nunca fui considerada branca, no Brasil e nem no exterior (...). Eu sentia menos quando eu morava no bairro pobre[41]" (Relato – Ana).

Abro mais um parêntesis para inserir um depoimento pessoal da experiência como professora do ensino médio em uma escola pública da zona norte do Rio de Janeiro (CIEP), predominantemente frequentada por estudantes negros e negras. Algumas professoras brancas, com mais de cinquenta anos, filhas de pais brancos, resolveram se classificar como pessoas negras porque têm avôs e avós que eram negros/negras. Certa vez, uma delas disse que é negra na minha presença, após eu passar o filme *Emicida: AmarElo – É tudo pra ontem* (2020). Então, um aluno disse a essa professora que o fato de ter um pai negro ou avó negra não a tornava negra. Explicou que o fato de ele ter um pai branco, por exemplo, não o tornava um homem branco, porque seus traços e todas as características que produzem uma interpretação sobre ele

---

[40] Retomo esse debate sobre colorismo no capítulo que discuto sobre privilégio da Branquitude. O colorismo (ou pigmentocracia) termo apresentado pela norte-americana Alice Walker, no ensaio "Se o presente se parece com o passado, como será que o futuro se parece? (1983). Walker definiu, colorismo é "o tratamento preconceituoso ou preferencial dado a pessoas da mesma raça baseado somente na cor da pele" (WALKER, [1983] 2021, s/p)

[41] Não descrevi o bairro, apesar de descrever os bairros das entrevistadas evito associar os nomes fictícios com os bairros de origem para dificultar a descoberta dos nomes reais das interlocutoras.

não são brancos, bem como o tratamento que as pessoas têm com ele não é o mesmo reservado a pessoas brancas, independente de seus antepassados. O aluno, sem mesmo tendo lido o autor Oracy Nogueira (1954), trouxe para a professora o debate do conceito de raça e de origem, no qual o autor informa que o racismo cotidiano, que opera no Brasil, se caracteriza pelas marcas que chamamos de fenótipos, sejam eles a cor da pele ou traços físicos. Quanto a professora, ao invés de receber o ensinamento trazido pelo aluno, produziu um novo discurso que apesar de amar as pessoas negras, essas tinham dificuldade de devolver o afeto que recebiam dela.

Ainda houve um segundo caso que presenciei: duas alunas enfrentavam recorrentes episódios de racismo e misoginia na sala de aula, até que, uma vez, saíram de sala chorando e foram à secretaria para relatar o ocorrido, cansadas de ouvir seus cabelos serem chamados de "bombril" e outras referências depreciativas. Como resposta, ouviram que o episódio não era racismo e sim inveja e/ou machismo – veja que há uma recusa fortíssima em admitir o racismo dentro da escola. A situação foi desagradável a tal ponto que as alunas chamaram as duas professoras negras que trabalhavam com elas as questões raciais na escola – entre elas, eu – para falarem na nossa frente. Precisamos pontuar que elas sofreram uma reprodução do discurso racista, visto que foi feito por um menino negro, de pele mais clara e cabelo curto, aparentemente liso, que não se classifica como negro, porém, criado por uma familiar negra.

Nessa história, uma professora, que não foi chamada, declarou-se negra por ter ancestrais negros (um dos avós) e uma das alunas negras agredidas rebateu: "Você não é negra". A docente tinha pele clara, cabelo liso e eventualmente loiro, além de traços que a sociedade brasileira lê como brancos. A professora negra e eu tivemos que afirmar que ela não era negra e, como mulheres negras, queríamos conversar com os pais dos meninos sobre o acontecido. Inclusive, essa foi uma solicitação das alunas, e elas ainda disseram que só quem se importava com questões pontuais de racismo eram as professoras negras, as demais demoravam ou preferiam não perceber. A situação criou certo mal-estar institucional, mas foi amenizada dias depois. Episódios como esse nos isolam.

Sobre as classificações e atuações como intelectuais negras, é recorrente usarem a atuação política e engajada com questões de gênero e sexualidade como argumento para desqualificar-nos no campo da produção científica. Como no caso da professora Ana, por exemplo, apontada em debates, de forma acusatória. Quem a acusa age como se a questão do colorismo fosse desimportante e incômoda, mesmo que implique em atravessamentos do cotidiano de estudantes e docentes. Nessa mesma lógica, também se utiliza, de maneira muito equivocada, o conceito de "lugar de fala" para abster-se diante de situações de cunho racista, nos lugares. Aliar-se não é somente ouvir, mas ir além da compreensão da estrutura racista, que

opera com estratégias, das mais refinadas e sutis até as mais escancaradas. Como lembra Alessandra Pio “reprodução do racismo pela escola também pode ser percebida pelos usos dos espaços escolares, pelos cartazes, pelas homenagens, pelas representações nos grupos de estudos, pelas pessoas que se pronunciam e são respeitadas e ouvidas, pelos eventos que movem a comunidade escolar etc” (2022, p.101).

Quando uma mulher negra estuda relações étnico-raciais ou de gênero, geralmente, é reduzida a militante, como se não tivesse conteúdo e construções teóricas e metodológicas rigorosas envolvidas nesse conhecimento. Isso fica claro quando uma professora negra que não estuda o tema é convocada a participar de qualquer banca que debata racismo e/ou relações étnico-raciais (dado que mulheres negras são raridade como professoras universitárias). Entende-se que ser negra já é suficiente para habilitá-la a participar da banca; assim acreditam alguns colegas da professora Elisa. Essa dinâmica figura um desinteresse sobre a pesquisa da colega e, ao mesmo tempo, um desmerecimento ao trabalho do aluno/pesquisador que estuda a área e precisa de contribuição para sua pesquisa. A professora acaba por recusar os convites e, pelo que acompanho, começou a estudar mais profundamente o debate de relações raciais pelos alunos/as e novos/as pesquisadores/as, não pelos pares.

3.7 **Solidão**

A garganta é a gruta que guarda o som
A garganta está entre a mente e o coração
Vem coisa de cima, vem coisa de baixo, e de repente o — oh!
(E o que eu quero dizer...)
Às vezes acontece um negócio esquisito
Quando eu quero falar eu grito
Quando eu quero gritar eu falo
O resultado: calo
Camadas e camadas de medo e amor recolhido,
Fendas, rachaduras, sucupulsas, esfenoides
Dando adeus
Dando a Deus
Por que será que às vezes eu ainda fico assim, só
Sem voz
Sendo que tudo que eu quero é estar com voz
Porque voz é o que me dá o sustento e alegria de cantar
Por isso um dia eu pedi que voz comigo sempre estivesse
E um pensamento veio em resposta:
"Duvidar que dentro de mim há voz
Não é o mesmo que duvidar de vós?"
(Garganta - Xênia França)

Percebo, tanto na universidade, espaço de pessoas ligadas à pesquisa, quanto nas escolas de ensino médio onde trabalho, a sensação de solidão acadêmica e institucional. Existe alguma compreensão entre os pares, é claro, mas é raro. O artigo: Experiências de solidão de mulheres negras como repercussão do racismo estrutural brasileiro (VIEIRA, 2020) "a solidão por determinação cultural, por autoimposição e solitude compulsória, apontando relação de causalidade ligada à privação de relacionamentos específicos ou de um conjunto deles, não por estar espontaneamente só" (p. 300).

As pesquisas de Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008, 2013), no livro Mulher Negra: Afetividade e Solidão (2013), abordam as experiências emocionais e afetivas, refletindo sobre as condutas humanas individuais diante das escolhas afetivas, relacionamentos amorosos e a solidão das mulheres negras. A pesquisadora Claudete Alves da Silva Souza (2008) faz uma articulação conceitual a partir da análise interseccional desse processo de solidão. Da mesma forma que Carla Akotirene (2020) compreende a solidão decorrente do preterimento como uma consequência do racismo.

No artigo "Intelectuais negras na sociologia: dos livros teóricos às escolas", as autoras Camila Pereira e Anamaria Pereira, destacam o currículo da universidade, a implementação e reprodução de um sistema de exclusão das autoras negras e afirmam que "as mulheres negras são um grupo extremamente desfavorecido na sociedade brasileira. Essa conjuntura se repete no meio universitário." (PEREIRA; PEREIRA, 2021, p.4). Esse mesmo artigo traz uma citação importante que menciona que "as autoras e autores negros só passaram a figurar nos programas de Sociologia Brasileira [da Universidade de Brasília (UnB)] a partir do ano de 2018, não tendo sido observada presença anteriormente" (ARAÚJO; PEREIRA *apud* PEREIRA; PEREIRA, 2021, p.11). O exemplo de um campo das ciências humanas é válido para pensar como a ideia da solitude se estende desde as relações afetivo-sexuais até as relações profissionais que englobam o currículo acadêmico. Quando a solidão é quantitativa na representação dos corpos no espaço, ela tende a possibilitar a solidão representativa e de alianças quanto a propostas e vivências.

A pesquisadora Eliana de Oliveira, no texto: "Mulher negra professora universitária: trajetória, conflitos e identidade" (2006), demarca: "A professora negra não conta com uma rede de relacionamentos, composta por profissionais negros, que possa ser convertida em determinada quantidade em capital social" (OLIVEIRA, 2006, p.75). Esse capital é de suma importância para a vida acadêmica – A quantidade de capital social pode viabilizar e facilitar o trânsito e as relações na profissão acadêmica. O Capital Social do qual cada indivíduo dispõe

se estende por uma rede de relações e pode mobilizar o volume de Capital Econômico, Cultural, Científico ou Simbólico (BOURDIEU, 1980)

De acordo com o que foi sinalizado em diversas falas durante as entrevistas e a escrita das seções anteriores, tudo nos leva a compreender que as professoras experimentam uma solidão no exercício da profissão, no sentido de parceria institucional e profissional, também em um âmbito mais restrito de dividir projetos, aulas e serem compreendidas.

Ao receber minhas provocações sobre a sensação de solidão profissional, a professora Alice citou uma solidão profissional, no sentido terminológico, uma falta de compreensão do que ela fala, trabalha e propõe como acadêmica, além da falta de parcerias. Para ela, a universidade reifica o racismo institucional constantemente. O pouco esforço para compreender as questões dos discentes e do trabalho que ela faz é fruto de um conservadorismo muito excludente, assim, o departamento é uma extensão do racismo institucional. "Eu trabalho muito, porque eu acredito no meu trabalho e eu vejo que eu sou muito sozinha em tudo, não só de companhia. Sabe, mas em tudo, até de diálogo, de debate, e não precisa eu me sentar na mesa com alguém, está no mesmo laboratório..." (Relato – Alice). Mas para a professora, é preciso uma ressonância na outra disciplina para fazer sentido pensar a história e a sociedade. Ela concluiu que a solidão, também epistemológica, dentro do departamento é assustadora para ela.

Ainda conversando com Alice, perguntei sobre os pesos e a exaustão, provoquei também acerca da possibilidade de sair; e ela disse que se apegava aos estudantes. Mas devido à pandemia, por não ter contato com os alunos e alunas, o cansaço aumentou. A professora acredita que há influência da cidade onde trabalha, pois trata-se de uma cidade de médio porte, mas de costumes bem conservadores. Viver na cidade é ainda mais pesado do que a universidade para ela; o lugar é muito racista e sexista. Mesmo morando em outro estado, a professora decidiu sair do lugar onde trabalha e agora mora parte do tempo em Minas Gerais e parte no Rio de Janeiro[42]. Sair da cidade é uma maneira de "ter uma válvula de escape" (expressão usada por ela), é um momento agradável, porém fisicamente desgastante. Ter uma rotina de vai e vem absorvia muito de sua energia, e em 2019, ela já estava esgotada. Quando chegou a pandemia, apesar de todo mal-estar e tristeza envolvidos na tragédia, em um primeiro momento, durante os três primeiro meses, a professora se sentiu aliviada de não precisar ir até a cidade por um tempo, mesmo que a convivência com alunos e alunas fosse um refrigério em sua rotina. Disse também que se sentia adoecida nesse processo e percebeu que, mesmo trancada em casa, sentia-se melhor do que quando precisava ir à universidade. Afinal, longe

[42] A professora trabalha para o Governo Federal em um Secretaria de Governo.

desse ambiente, deixava de presenciar as posturas conservadoras dos colegas em relação aos alunos e alunas – e isso levando em consideração que muitos desses professores e professoras se dizem de esquerda. Tal posicionamento político não os impede de reproduzir posturas conservadoras no espaço micro, como ocorria no governo brasileiro, durante a época pandêmica, de forma macro. Inclusive, havia uma grande falta de compreensão em relação aos estudantes sem internet, sem suporte, sem condições; estratégias foram elaboradas como se os alunos e alunas fossem de classe média, como se estivessem sem fazer nada em casa.

A docente afirmou que manteve um ritmo frenético de trabalho na pandemia. Nas reuniões, ela já tomava um chá de camomila para lidar com os colegas e evitava abrir a câmera porque era a pessoa "do debate", então preferia não discordar. Além disso, a incomodava profundamente a indisponibilidade em ouvir os/as discentes sem condições estruturais, a falta de um diálogo necessário entre estudantes e docentes. Para ela, os alunos renovam a instituição, mas a instituição pesa. (Relato – Alice).

A professora Elisa foi aprovada para o concurso de professora universitária ainda sendo mestra e, logo após, tornou-se doutoranda, entretanto, o processo da pós-graduação foi dificultoso. Ela levou um pouco mais do que o tempo estimado para concluir e contou com o auxílio de colegas para dar aula na universidade, que ajudaram com as turmas durante o período de finalização da tese. Na conversa, perguntei sobre a dificuldade de escrever e ela disse que, mesmo com a terapia, ainda não sabe os motivos; falou até que essa era a pergunta do milhão. No entanto, em seguida, conjecturou que foram aspectos inconscientes.

Ainda perguntei se havia o desejo de dar aula na pós-graduação, ao que ela, pronta e assertivamente, retrucou: "Nenhuma, nenhuma vontade". Nesse momento, Elisa contou a história de um professor, que ela conheceu em uma banca, que investigava o trânsito dos financiamentos públicos e privados, os projetos e sua execução. Ele apontava e criticava colegas e por isso era odiado pelos pares. Criou-se um mal-estar até que ele foi expulso da pós-graduação. O professor era comprometido, mas foi retirado por criticar parte do *métier* em relação ao uso dos financiamentos e a contribuição na educação. Apesar disso, continuou dando aula na graduação.

A professora falou sobre escrever e produzir na pós-graduação, então aproveitei para questionar se era o volume de trabalho o que a afastava do desejo de lecionar na pós-graduação. Eu sabia que ela tinha um volume imenso de trabalho, inclusive na chefia da coordenação de curso na graduação. Elisa respondeu que era a pressão exercida em quem está na pós-graduação, algo que não gostaria de vivenciar e justificou:

> Posso dizer que eu tenho o desejo e não consigo realizar por impedimento do meu inconsciente. Então, se eu entrasse numa pós-graduação eu ia ter uma pressão a mais pra escrever, é uma coisa que já enfrento atualmente, ela tem como origem a minha mente se eu tivesse na pós-graduação ela teria como origem os colegas e aí eu ia ter que prestar (...) porque que eu não estou escrevendo, isso é muito pior do que a prestação de contas que eu tenho com a minha mente. (Relato – Elisa).

Apesar dos relatos, perguntei a Elisa se ela se sente solitária profissionalmente e, diferentemente das outras professoras, ela disse que não sente solidão profissional e nem no espaço de trabalho, porque existem duas pessoas na universidade com quem pode conversar e ter suas demandas compreendidas. Mas, na hora da produção, de escrever, elaborar programas; ela afirma que "mais ou menos". Quando se trata de teoria decolonial e relações étnico-raciais, diz que se sente mais à vontade com estudantes do grupo de pesquisa e outras pessoas fora do grupo, como eu e uma outra professora – não somos da mesma universidade. Mas a professora acredita que teria aliados, se, por acaso, tivesse um embate na universidade.

Já a professora Ana reitera a ideia de que a universidade tem uma estrutura de opressão que muitas vezes é reforçada até pelas mulheres que estão ali; para ela, o espaço da pós-graduação realmente foi produtor de um significativo impacto emocional e adoecimento psíquico. Em conversa, conta que após um episódio em que se sentiu desqualificada pelas suas escolhas acadêmicas diante de colegas, emagreceu bastante. Ana conta com o apoio da terapia, que ajuda, mas, para ela, bom mesmo seria sair da universidade em um momento que tivesse outros trabalhos mais alicerçados para produzir fora desse espaço; importante pensar em possibilidades futuras, que representem também um alívio, uma folga dos colegas de departamento. Ao falar de solidão profissional:

> (...) se existe uma solidão profissional, existe. No local que vocês têm obrigatoriamente de interagir com as pessoas né? Assim. Você não pode falar de certas coisas. Tipo que você está me perguntando, eu falo com poucas pessoas aqui. Durante muito tempo foram anos de silêncio e de solidão. (Relato – Ana).

Diferentemente da professora Elisa, Ana considera que essa restrição de pessoas, com quem estabelecer uma troca enriquecedora, no convívio cotidiano da universidade, promove o sentimento de estar solitária no âmbito profissional. Após tantos anos sem expressar publicamente o seu desconforto, a professora foi adoecendo em silêncio. "(...) porque eu, quando eu não falava, eu me sentia sufocada como se eu tivesse me afogando". (Relato - Ana) Em todos os relatos/conversas, percebi que uma das estratégias da branquitude é produzir no outro a máscara (KILOMBA, 2020). Em muitas mulheres negras as pessoas brancas seguem pondo uma máscara que, metaforicamente se assemelha à máscara que, no período colonial, era usada pelos senhores brancos para evitar que pessoas africanas escravizadas se alimentassem

enquanto trabalhavam nas plantações, e sobretudo, para instituir o silenciamento e o medo. Vale lembrar que nesse período usava-se a boca para aplicar torturas. Obviamente, repito, as máscaras às quais me refiro não são mais máscaras materializadas, são simbólicas, e levam as professoras a se calar por medo, e/ou porque precisam evitar inúmeras tensões que se relacionam à sua existência no espaço. Podem também silenciar-se porque, quando falam, sofrem consequências, uma delas é a desqualificação como intelectuais, na prática cotidiana. Como demarca Alice: "Então, quando você tenta romper com o silêncio depois de anos, é simplesmente um massacre, você é colocada no lugar [que, de modo racista, esperam que você ocupe]".

As docentes com quem conversei têm relações com colegas de profissão nos departamentos e/ou na pós-graduação, mas são poucas e pontuais – em grande parte das conversas, as professoras verbalizaram ter, ao menos, algumas pessoas com quem podem contar. Geralmente, colegas que trabalharam junto durante o doutorado na universidade; pessoas que já conheciam suas trajetórias e acompanharam como participante de laboratório de pesquisa; ou pessoas negras no departamento de graduação e colegas de universidade que se tornaram professores na mesma instituição. Há algum apoio, no entanto, a circulação entre os pares me pareceu muito restrita e com muita animosidade. Alice relatou como determinados corpos dão conforto a ela:

> Até eu chegar no departamento e ver que tinha outras pessoas negras, inclusive pessoas negras de pele retinta, aí eu me senti à vontade pra falar com essas colegas e esses colegas que estudam no departamento com professores que dão aula no departamento, colegas que não estão nesse meu programa. (Relato – Alice).

3.8 **O futuro é o Quilombo**

> "A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa grande' e sim para incomodá-los em seus sonos injustos". (EVARISTO, 2007, p. 21).

Algumas de nós, professoras negras, não podemos evitar o pensamento de que todo o investimento em educação, formação acadêmica, produção de artigos, dissertação, tese e até pós-doutorado, todas essas etapas de exigência para ser considerada uma intelectual acadêmica, são perdidas ao receber a aprovação em um concurso para professor universitário, pois deparamo-nos com a reprodução do racismo, do sexismo e do classismo. Essas são as tensões rotineiras de compor um espaço elaborado pela branquitude, da branquitude e sobretudo, para receber pessoas brancas em sua maioria.

Como já apresentado neste trabalho, a universidade tem as suas contradições, como todos os espaços institucionais. É um espaço que permite produção e pesquisa; colabora na elaboração de políticas públicas e debates para minorias; além de desenvolver muito material científico que auxilia no combate ao racismo, sexismo, LGBTfobia e desigualdade social. Mesmo com toda a produção que permite a existência desse importante material acadêmico, indago: quem pode produzir? A supremacia da palavra e da ciência fica com os mesmos corpos que representam a escravização, a colonização e o machismo. Veja que não se trata de eliminar o outro, mas do outro (no caso, pessoas brancas) abrir mão de tantos privilégios, de ocupar determinados espaços e principalmente os espaços de fala. É preciso que esses corpos entendam a sua participação nos modos de operação de violências racistas, que produzem tanto mal-estar acadêmico aos discentes e docentes que não fazem parte da branquitude e também aos que não estão dentro da norma cisheterossexual.

As professoras que entrevistei são da minha geração de mulheres pretas/negras, portanto, não tiveram acesso a um debate aprofundado sobre intersecção, apesar de todo o trabalho de Lélia Gonzalez, pensando de forma interseccional. Nós não a ouvimos, não lemos autores negros, durante a graduação e mesmo durante a pós-graduação. O pensamento dessas e desses intelectuais nos foi negado durante a nossa formação, visto que essa chave de pensamento não nos foi ensinada, nem discutida e sequer apresentada. O currículo da época não contemplava teóricos decoloniais e não tínhamos debates sobre raça. E, pior, nenhuma das entrevistadas teve professores negros em sala de aula, em seus cursos de graduação. A professora Elisa até contou de uma professora negra com quem teve contato, mas essa professora esteve transitoriamente na universidade e passou para outro departamento. Para nós, o aprendizado das relações a partir de um pensamento interseccional veio tempos depois, como conta a professora Alice:

> A forma de vivenciar a realidade passa pelo crivo de raça e classe social (...) né? E por ser mulher negra também e me colocar, só que até essa discussão de gênero e raça, essa intersecção, enfim, não era uma coisa tão dada assim para a gente, pelo menos na minha geração, entende? Então, assim, claro, fiz tudo isso passando por todas essas questões que a discussão não era feita. (Relato – Alice).

Diferentemente da formação que as intelectuais entrevistadas tiveram, suas escolhas e a forma que lecionam é muito diferente da que aprenderam durante a graduação e a pós-graduação. Todas as professoras propõem, em seus trabalhos, um debate que leva em consideração as questões das minorias sociais, as intersecções de gênero e raça – tendo a pauta racial um espaço prioritário nas ementas das disciplinas que lecionam. As autoras trabalhadas

são diversas e há boa recepção por parte dos alunos. Apesar das dores geradas institucionalmente, parece-me que existe um espaço onde se recebe retorno positivo cotidianamente: a sala de aula. A entrada de mais alunos negros e negras e das classes economicamente desfavorecidas não é importante só para a universidade, mas também é importante para as professoras.

Elisa e Alice falaram muito de como seus corpos são potentes e importantes na relação com os discentes, e entendo que suas presenças motivam a permanência de estudantes que se identificam com elas. O reconhecimento do corpo vai para além do "fenótipo negro", trata-se de como esses estudantes se sentem recebidos pelas professoras. É fácil, para mim, identificá-las como mulheres negras devido ao tom de pele, ao tipo de cabelo e a todo um conjunto de marcas que me fazem vê-las como negras, mas por terem "alguns traços"[43] que não são diretamente associados à comunidade negra, há uma certa expectativa por parte dos alunos para que elas se afirmem como mulheres negras.

Lembro que a universidade onde uma professora leciona fica em uma área periférica do estado do Rio de Janeiro, contando com um número expressivo de alunos negros e negras, e também periféricos, oriundos da escola pública. "Alunos esperam eu me identificar como preta. Não tenho lábio grosso, não tenho bunda grande...eles esperam eu me identificar" (Relato). A autodeclaração me parece uma atitude importante, inclusive para que os alunos de graduação compreendam as posições tomadas e tenham confiança para tratar de determinados assuntos. A seleção dos textos nas turmas de licenciatura e os debates realizados, cotidianamente, pela professora geram, além da formação de conteúdo, uma epistemologia que reverbera nos corpos e na vida discente. Vários são os exemplos dados pelas professoras.

> O aluno veio falar comigo uma vez, foi o momento mais emocionante que eu já passei...e a gente teve uma discussão sobre racismo na escola (...), tudo bem que foi o final do curso, então ele já tinha assistido aula comigo ao longo do semestre inteiro. Ele veio falar comigo que desistiu de fazer a cirurgia no nariz. Por causa da minha aula. Ele tinha, é, tinha vergonha do nariz, tinha implicância com o nariz, era uma pessoa com o nariz largo, nariz de preto, e desistiu por causa da minha aula, achei incrível, me deu vontade de chorar e de abraçar esse aluno e de carregar esse momento pra sempre assim, muita calma que já está dando vontade de chorar de novo... momento muito incrível acadêmico né? Eu mudei a vida dessa pessoa, fiz ele gostar do nariz, ele não gostava de ser preto. Não tem nada mais gratificante e mais emocionante e assim outros alunos, eu vejo que quando na hora que eu me identifico como mulher preta eles sorriem como se eles estivessem esperando. (Relato – Elisa)

[43] Como cabelos com cachos definidos, corpo mais esguio, por exemplo.

Há um sólido entendimento e relação estabelecida com os/as alunos/as. Seja porque entendem as dificuldades que passaram; porque estudam e debatem questões interseccionais; ou por serem mulheres negras e engajadas em tais assuntos.

Alice percebeu como a pandemia afetou seus alunos na produção acadêmica deles. Durante o período de isolamento, a professora estava com sete orientandos e notou que, apesar de serem dedicados, a produção acadêmica caiu. Ela entendeu que, mesmo o processo de escrita sendo solitário, essa solidão poderia ser amenizada. Percebeu que precisava ter uma relação mais próxima com os discentes. "A produção acadêmica envolve o sujeito que está produzindo conhecimento. (...) esse sujeito, ele também sofre interferências sociais, de acordo com o local de onde esse sujeito vem, e mais ainda em plena pandemia, sabe?" (Relato - Alice). Com relação aos problemas enfrentados por discentes durante o processo de escrita, relatou que foi preciso pensar em fazer caminhadas para ajudar uma aluna a escrever, já que isso fazia parte da rotina da aluna antes da pandemia. Pois bem, no período de retorno, a professora acompanhou a aluna e ela voltou a produzir.

> Existe um Ethos do que é o sujeito que produz conhecimento, é que ele é tão perfeito que não é humano, não existe, que é voltado obviamente, né?, à ideia do homem branco que vive para isso, que se isola no gabinete, que tem conhecimento acima de tudo, é elitista, é sexista, é racista, mas sobretudo, não é humano. Que nenhum sujeito consegue fazer isso, que a academia coloca. Como que seria intelectual? A gente entra por mais que a gente critique, por mais que a gente sinta isso, a gente internaliza isso. E por mais que você critique, você quer também alcançar esse sujeito? Mano? A que isso leva? Sabe o autoflagelamento assim... sabe que isso leva as pessoas a entrarem em depressão? (Relato – Alice).

Esses exemplos demonstram como a relação dessas docentes com discentes tenta ser diferente das relações que tiveram quando eram estudantes e do modo de operar o conhecimento que lhes foi ensinado então. A pandemia não só impactou a vida dos discentes, mas a professora Elisa relata que nesse momento desejou sair da universidade e abandonar o lugar de ensino. Foi um período em que as diferenças ficaram alargadas – alunos pobres e periféricos da graduação e da pós-graduação tiveram extrema dificuldade. Alguns professores da universidade, brancos, obviamente, tinham dificuldade de compreender que a universidade também é composta por alunos com internet precária, que não estariam lá sem as bolsas.

Assim que a professora Alice entrou na universidade, alguns professores reclamavam que o "público" da pós-graduação havia mudado, em referência à entrada de alunos da escola pública e minorias – afirmando que os novos integrantes escreviam mal e por isso as produções iriam diminuir. Hoje, a professora não escuta mais esse tipo de comentário, o que não significa

que as mesmas pessoas que os proferiam não seguem pensando assim, ela apenas não ouviu mais isso ser verbalizado na sua presença.

> A gente tem um processo de formação, que aí pensando que é ditado, né? pela Capes, né? Tem sentido produtivista aí, bem produtivista, no sentido, pensando capital também. Então, assim, não condiz com a produção de conhecimento, tempo que a gente precisa fazer as coisas... E pra que serve isso? Só isso é uma questão importante pensar, mas foi onde eu comecei a entender, eu comecei a entender assim, por quê? As narrativas dos meus estudantes, sabe, não são diferentes das minhas, não é? E a maioria é muito parecida com a minha, a maior parte dos meus orientandos são pessoas negras, com uma história muito parecida com a minha, com a que eu vivi. (Relato – Alice).

Na prática, muitos professores não conseguem compreender as nuances das políticas de cotas, como são importantes para a graduação, pós-graduação e mercado de trabalho. Uma das professoras fez parte da comissão para organizar as cotas na pós-graduação e pressionou o grupo por políticas mais inclusivas, como cotas para pessoas negras, indígenas, transsexuais, refugiadas... Essa professora ressaltou que a universidade não acompanhou o debate da questão racial e de gênero. Para ela, é muito problemático manter as pessoas beneficiadas pelas políticas públicas sem outras formas de incentivo, como incentivo econômico, por exemplo. Alunos e alunas passam por assédios e racismo.

Os estudantes universitários estão mais abertos para o debate de gênero e raça do que os professores – o departamento não discute. Para a docente, o departamento acaba sendo mais limitado do que os alunos. Ela afirma que o contato com estudantes da graduação e pós-graduação a renova como pessoa e intelectual. As situações com um colega que não se sente realmente integrado têm ressonância.

Alice conta que mesmo com um quantitativo relevante de estudantes negros e negras participativos, mesmo ela sendo uma professora preta que trabalha história da África, é mais comum alunos brancos falarem em sua aula: “Quem mais fala na minha aula são os alunos brancos, as mulheres brancas falam, mas mulheres negras não abrem a boca” (Relato). Normalmente, os discentes negros e negras aguardam até o final da aula para se aproximar da professora e perguntar algo. Alice diz que as alunas negras frequentemente trazem questões relevantes sobre o tema que ela trabalha, contribuições que poderiam ser compartilhadas em aula para os demais colegas ouvirem.

Alice reflete sobre a forma como os corpos dos discente se colocam em espaços de fala e de postura. A facilidade que pessoas brancas têm de perguntar, falar e até de cometer erros não ocorre entre estudantes negros, principalmente alunas negras, que, para a professora, muitas

vezes parecem querer se esconder. Tenho a impressão de que, existencialmente, os homens têm permissão para falar, independentemente do que falam ou como falam.

Sobre pessoas negras na universidade, a professora analisa: “É um lugar de não pertencimento desses espaços, porque as pessoas brancas acham que devem ocupar e elas tomam conta”. Isso não se restringe à sala de aula, mas está em todas as instituições públicas mesmo quando demais corpos não brancos, não cisheteronormativos e não masculinos estão lá – geralmente em minoria quantitativa e participativa. As formas de silenciamento são uma construção na subjetividade, pois não é preciso pedir silêncio, as alunas não se sentem capazes de falar abertamente.

Nessas conversas/entrevistas com as professoras, todas fizeram questão de falar da importância de apresentarem seus corpos como de mulheres pretas/negras em sentido maior do que apenas classificatório, mas como escolhas de engajamento. Há certa importância em demonstrar compreensão de que, como mulheres negras, foram subalternizadas. Dessa forma, entendem que seus alunos e alunas, ainda que sejam pessoas adultas, precisam de amparo para se manterem no espaço universitário público com qualidade. Observando a relação entre professoras negras e discentes que formam a minoria na universidade, recordo-me do conceito que trabalhei no mestrado: corpo quilombo. Na dissertação, desenvolvi a hipótese de que o corpo é um corpo quilombo quando agrega outros corpos subalternizados no espaço.

> Um corpo quilombo é um corpo que entende e se percebe como dentro de uma estrutura opressora, subalterna, e traça estratégias de manutenção, reconhecimento, resistência e memória. É um corpo que acomoda e recebe outros corpos que são inadequados. Pode ser um corpo com aproximação de cor ou um corpo visto como diferente. Quando o corpo se reconhece como um Quilombo, entende que carrega consigo uma ancestralidade, uma história que veio antes dele ou o corpo que reconhece que, para existir em um espaço, outros fizeram ações para estar neste espaço (MARTINS, 2019, p.65-66)

Há um alargamento do corpo-quilombo quando as professoras apontam a presença de seus alunos negros/pretos, periféricos e subalternizados como um espaço em que se reconhecem e podem amenizar as agruras da disputa por legitimidade e respeito como intelectuais. Percebo que essa relação é extensiva porque a presença desses estudantes produz nas professoras um conforto de perceber o aumento dos corpos racializados na universidade, mas não só isso, também reparam que esses corpos passam a ocupar mais espaços na pós-graduação e nas disputas dentro e fora da universidade. Vemos em Evaristo (2015, p.8): “Contar as histórias dos antepassados é também transmitir a força deles. Saber a tradição é estar protegido, fortalecido

para ‘continuar ser aquilo que é e acredita ser’. A memória e o relato da história se transformam em lição, explicando o mundo e orientando a vida.

Eu sou a mulher do fim do mundo.... (Elza Soares, Mulher do fim do mundo)

3.9 **Reflexões sobre a resistência na existência**

Fogo!... Queimaram Palmares, Nasceu Canudos
Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!... Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando.
Porque mesmo que queimam a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.
(Antônio Bispo dos Santos. Este é um dos poemas de Nêgo Bispo para repensar a colonização)

O livro da autora Denise Ferreira da Silva, "A dívida impagável", quatro ensaios em uma antologia crítica à racialidade, apresenta um título provocativo para pensar o tamanho da dívida histórica do racismo. Dívida materializada em nossos corpos, tanto individualmente como coletivamente. Há de se pensar sobre o formato da sociedade mundial que nos coloca em uma (im)possibilidade real de obter justiça, ou de a justiça ser negada para alguns corpos, como corpos negros, "(...) aceitar o fato de que a justiça falha diante de corpos e territórios negros, os quais ela só pode conceber como excessivamente violentos, e desde aí prosseguir com uma exploração das possibilidades abrigadas por esta construção." (SILVA, 2019, p. 36). E podemos provocar dizendo que não apenas no sentido de justiça mundial ou aqui no Brasil, mas a tese evidenciou a dificuldade dos/das colegas dos/as professores/as universitárias pretas/os negras/os entendê-los/las como Sujeitos/as (entendimento primordial nas relações de igualdade) no espaço acadêmico. Apesar de muitos debaterem sobre o lugar de produção do conhecimento e que não cabe mais o debate que objetifica determinados corpos, em teoria; há grande dificuldade de a teoria se realizar nas relações cotidianas. De forma prática, lembramos (mais uma vez) que não há mais a dicotomia de sujeito x objeto, porém, no cotidiano, ao não reconhecerem essas mulheres como profissionais e intelectuais e questionarem a qualidade de suas escolhas e trabalhos, elas acabam sendo tratadas como objetos de pesquisas ou expostas a relações nas quais não dispõem de autonomia e não são reconhecidas como intelectuais.

As professoras universitárias entrevistadas e a Deputada Benedita da Silva são conscientes dessa relação desigual – ficou nitidamente claro, para mim, que as estratégias de manutenção no espaço se deram a partir do entendimento de que a branquitude se coloca como se os espaços lhes pertencessem por "legitimidade", então, para estar nesse espaço era preciso

criar formas eficazes de manter-se nele. Como falou a Deputada Benedita da Silva, “é preciso entender e falar a língua deles”.

Refletir sobre existência, manutenção de vida e, sobretudo, o ato de continuar a construir um futuro para si e para sua comunidade constitui o desenvolvimento de ferramentas para habitar o espaço que não fora construído para elas – mas, por motivações coloniais, racistas e patriarcais. Com muita força e um esforço descomunal, elas se mantiveram vivas nesse espaço, assim como antepassados se mantiveram vivos a cada pessoa que nasce e mantém o legado do nascer e viver; os que conseguem ir além é porque alguém nasceu e sobreviveu. Descrevo como habitar porque acredito que, apesar de todas as violências, as entrevistadas construíram as estratégias que lhes cabiam naquele momento, para que suas vidas pudessem estar no meio acadêmico e em espaço de poder/saber. É assim que pessoas negras, LGBTQIA+ e indígenas fazem ao longo de suas existências, sejam elas longas ou curtas.

A autora Denise reforça a importância dos corpos quando cita uma proposta de intervenção, intitulada “a poética negra feminista”, que “expõe a perversidade da lógica” da diferença racial. Tal intervenção apresenta alguns resultados da violência total, como uma das características da arquitetura colonial (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 36). As estratégias descritas pelas entrevistadas são inúmeras. Desde evitar contato presencial/conflito e, para isso, fazer um telefonema para não ter de sofrer, em uma atividade cotidiana, com ações racistas, no sentido não só de preservação, mas usar a energia para determinadas “brigas” que entende como mais importantes, como debate sobre currículo ou defesa de alunos/alunas pobres e negros/as na pós-graduação, brigar pela concretização das políticas públicas e falar a linguagem do outro. Assim, esquecer seletivamente dos atos racistas é um processo de preservação da saúde física e mental.

O interessante é que, historicamente, os povos/grupos minoritários, que enfrentam maiores dificuldades no acesso aos direitos, aprenderam a falar a linguagem da branquitude, suas epistemologias – a partir disso, produziram inúmeras estratégias. Apropriaram-se de um modo de operar, além de continuar a produzir e a propagar suas epistemes. O trabalho das intelectuais negras que estudam as questões de gênero e questões étnico-raciais é maior do que o de um outro intelectual, dado que elas precisam, constantemente, provar que dominam inúmeros conhecimentos, provar e produzir para legitimar a permanência. O panóptico incide sobre os corpos delas, nas relações micro e macrossociais.

Compreendo que as estratégias sinalizam mais uma forma de resistência do povo negro, ao mesmo tempo em que é importante o entendimento de como funcionam essas possibilidades de manutenção em espaços quase restritos aos corpos brancos. Além disso, reafirma que a nossa

existência quantitativa nos espaços de poder-saber representa o pagamento de uma dívida de séculos, que aumenta a cada vez que gerações morrem e não alcançamos a chamada "igualdade". É importante dizer que nossos endividados são nomeados nesta pesquisa como processo, poder econômico e como grupo de indivíduos: *Colonialismo, Capitalismo e Patriarcado branco*, sobretudo e não apenas. Apesar de categorizar sistematicamente e nomear os que operam em um sistema de exclusão, por muitas vezes, é preciso identificar, apontar e nomear as atitudes de quem exclui. É, fundamentalmente, apontar a norma e tudo que ela excluiu por natureza do que seja normatizar dentro de uma concepção na qual os Outros são *diferentes*, como se houvesse alguém que não fosse diferente de outro. Para mim, falar de quem está dentro da norma é descrever algum processo de exclusão. As entrevistadas, neste trabalho, são mulheres negras, abordando suas vivências de mulheres negras cis. E, o fato de serem mulheres negras/pretas já as exclui da norma, convivendo em uma estrutura brutalmente normativa.

Em "*Ñ vão nos matar agora"*, Jota Mombaça diz:

> Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e o mundo como espelho. Em oposição a isso, "o outro" — diagrama de imagem de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos "sujeitos normais" — é hipermarcado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica do seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora. (p. 75-76.)

Percebe-se como a normatividade se relaciona com padrões estabelecidos e projetados, socialmente e historicamente, o que cabe na conclusão deste capítulo. Mulheres negras/pretas além de estar incluídas em um grupo desfavorecido, considerado minoria ou maioria do conjunto das pessoas quantitativamente silenciadas na sociedade. Para além da questão étnico-racial, estão fora da norma, no sentido de que não há um reconhecimento da imagem de mulheres pretas/negras em espaços de poder e saber. Os imaginários de poder-saber e de intelectualidade, em geral, não abarcam corpos de pretos/pretas, negros/negras. Por isso, a tese primou, no seu início, por descrever e explicar o racismo estrutural, e elucidar que o racismo institucional é o desdobramento do racismo estrutural, que produz imaginários, ações e constrói subjetividades que hierarquizam, excluem e humanizam alguns em detrimento de outros. Há

necessidade de amparar esses discursos, teoricamente, da mesma forma que nossas rotas de fuga são explicadas e justificadas.

Porque sabemos que se produz também a ideia de uma bio-necropolítica (LIMA, 2020), compartilho da interpretação não só de que são escolhidos os que devem viver e os que devem morrer, mas selecionam os primeiros a morrer e a sobreviver, em uma escala racional. Também me apoio na ideia de que as ações racistas, para além de fazer parte de uma estrutura, contribuem para que haja uma reprodução de atitudes racistas, de forma não racionalizada, mas entendo que o pacto de branquitude (BENTO, 2022) é imbuído de alguma racionalidade, não é inocente a ponto de não haver uma compreensão de intelectuais e políticos dos resultados da exclusão. Porém, no cotidiano, as ações não são produzidas de forma combinada entre os brancos. Como descreve Bento (2022), o lugar de privilégio é satisfatório e se mantém porque individualmente as pessoas brancas sabem que é importante manter naturalizado os espaços como pessoas que os representam, como se estivessem se vendo. Logo, enquanto métier intelectual, as pessoas "sabem" que reproduzem uma relação de inequidade seja consciente ou "não consciente". Apesar de não ser combinado, há uma racionalização porque se veem, e isso fortalece um grupo de iguais que impedem, com inúmeras barreiras, que haja igualdade, mantendo e sustentando não só desigualdade, mas uma ideia narcísica de que o espaço é para pessoas como Eu (eu branco, hétero e masculino), sendo a justificativa meritocrática que ficcionam.

Na obra "Brutalismo", Mbembe (2021) explica que no continente Africano foi feita toda forma de experiência das mazelas realizadas no mundo. O que era reservado aos "negros" foi ampliado e aplicado a todos aqueles que são tomados como "homens-resíduo" ou "homens-lixo". A obra "Brutalismo" é uma menção ao movimento arquitetônico (de meados do século XX) marcado pelo uso do concreto armado – faz uso e interpretação política dessa arquitetura para explicar 'brutalismo'. O momento atual no mundo é marcado pelo neofascismo, pelo esvaziamento da democracia e da manutenção do neoliberalismo. Vivemos um momento, que o Brasil acabou de passar/retornar por um auge discursivo do que entendo como BRUTALISMO, no seu sentido mais pueril, pelo menos até 31 de dezembro de 2022. Parecia que estava legitimada toda e qualquer fala promíscua sobre direitos e liberdade de existência dos abaixo-comuns – vivemos com a representação política que produzia e fazia apologia à tortura e à eliminação das minorias. E, neste lugar, nós e, principalmente professores/as, funcionárias públicas, éramos odiadas/as pelo representante do poder maior, imagine pessoas professores/as, funcionárias públicas negros/as, LGBTQIA+ e indígenas. Esses corpos, mais uma vez, sobreviveram ao Brutalismo que era o Estado em si.

Há uma gestão e fabricação de vidas excedentes no capitalismo contemporâneo, e sabemos quais são essas vidas. No cerne do brutalismo, o autor apresenta três racionalidades imbricadas: a razão econômica/instrumental (a lógica neoliberal), a razão eletrônica/digital (a forma computacional) e a razão neurológica/biológica (o processo de carbonização do vivo). O mundo está tendendo ao propenso fechamento e à separação, uma vez que não se acredita mais no futuro. Vejo ainda, e espero que cada vez menos, a universidade perpetuando uma visão brutalista – para corpos negros e não cis normativos com uma arquitetura violenta pela sua dimensão de poder, camadas hierarquizadas e por símbolos e práticas que demandam heranças econômicas, de capital social e cultural – a UNIVERSIDADE tem um sentido de uma magnitude que parece ou tenta nos convencer que não nos cabe. Mesmo assim, é preciso e é feita uma valorização das vidas que ali estão, principalmente pelas vidas similares. Apesar de falarmos que corpos pretos/negros são considerados vidas supérfluas e não dignas de luto (Butler, 2020), entendo a universidade como fronteira, e as minorias são vistas como eternas, como imigrantes, os de fora, invadindo um território de saber/poder. Querem repetir a situação de chegada dos ancestrais nesta terra, em uma insistência de estarmos para servir. Do grande evento do tráfico escravo aos pequenos eventos na universidade, estamos no sub, tratados abaixo ou abaixo do comum em University and the Undercommons (2002), mas, provocativamente para Harney & Moten (2013), sim, nós invadimos e roubamos. Autores muito provocativos, a meu ver, que cabem no que vi no campo e na pesquisa:

> Para a universidade roubarei, e lá roubarei, tomando emprestado de Pistol no final de Henrique V, como ele certamente nos emprestaria. Esta é a única relação possível com a universidade americana hoje. Isto pode ser verdade para universidades em todos os lugares. Talvez seja verdade para a universidade em geral. Mas certamente isto é verdade nos Estados Unidos: não se pode negar que a universidade é um lugar de refúgio, e não se pode aceitar que a universidade seja um lugar de iluminação. Diante dessas condições, só podemos entrar furtivamente na universidade e roubar o que podemos. Abusar da sua hospitalidade, contrariar a sua missão, juntar-se à sua colônia de refugiados, ao seu acampamento cigano, estar dentro mas não estar dentro – este é o caminho do intelectual subversivo na universidade moderna.[44]. (HARNEY; MOTEN, 2013, p.101)

[44] To the university I'll steal, and there I'll steal, to borrow from Pistol at the end of Henry V, as he would surely borrow from us. This is the only possible relationship to the American university today. This may be true of universities everywhere. It may have to be true of the university in general. But certainly, this much is true in the United States: it cannot be denied that the university is a place of refuge, and it cannot be accepted that the university is a place of enlightenment. In the face of these conditions one can only sneak into the university and steal what one can. To abuse its hospitality, to spite its mission, to join its refugee colony, its gypsy encampment, to be in but not of—this is the path of the subversive intellectual in the modern university (HARNEY; MOTEN, 2013, p.101).

A fugitividade negra é conhecida como uma “tradição radical negra” (MOTEN, 2003). Relembrando às lutas abolicionistas ocorridas nos Estados Unidos; traço que percebemos no Brasil, apresentado nas escritas de Beatriz Nascimento (1985) e Jota Mombança (2020), para Harney & Moten (2013), a fugitividade é a ontologia da negritude. Para esses autores dentro de um contexto de violência criminosa e subjugação, os corpos negros (como algo material existente) criam formas de vida negra que escaparam da captura violenta, criando operações de improvisação e movimentações constantes e performances coletivas. A fugitividade permite pensar a vida e modos de vida negras que não estejam atreladas às formas subjugadas de forma simples. A vida e os corpos negros devem ser pensados para além de um mundo de morte para além de um não lugar, sem território, sem espaço ou sem pulsão de vida.

Essa história não pode e nem deve ser reduzida e simplificada na dor, solidão e sofrimento – a nossa vida preta/negra. Prefiro pensar que, a partir dos caminhos que nos colocaram onde houve e há dor, solidão e sofrimento, são construídas rotas de fuga, vivência, permanência. As professoras entrevistadas não pararam a vida devido à dor do racismo, ficou explicitado que essa violência causa impacto na autoestima, na subjetividade, contudo, as entrevistadas construíram um repertório argumentativo para “lidar” com o racismo institucional. Inclusive, formas que substituem o sofrimento pelo prazer, como a relação de ensinar e trocar com alunos/as. Katherine McKittrick (2013) lembra, em sua obra, que não podemos reduzir as experiências negras/pretas a uma história de violência e sofrimento que reifica categorias de inferioridade e subalternidade e ajuda a estabelecer, até de forma inconscientemente, os discursos coloniais do vencedor e do dominado. Importa perceber como lidam e como são ressignificados esses processos, sendo essencial compreender sua formulação e, coletivamente, produzirmos maneiras de sufocamento das ações de reprodução do racismo, que dificultam a vida de pessoas negras e não normativas, nos espaços institucionais. É importante ressaltar que me surpreendi com os relatos porque, antes, imaginava que em relações entre pessoas com mais alto grau de formação de doutores, as atitudes racistas teriam um tom mais sutil. É surpreendente ver as formas de reprodução do racismo violentando do mesmo modo como violenta pessoas que não estão na mesma hierarquia de poder. Esperava ver a reprodução do racismo de forma não sutil vinda de pessoas que não fossem da mesma formação, estudantes ou corpo técnico, mas percebi que, nesta pesquisa, as piores e menos sutis manifestações ocorreram entre os colegas docentes, que sabem da formação, compreendem as etapas complexas que levam uma pessoa a chegar ao cargo de professor/a universitário. E, mesmo assim, há inúmeros discursos que desvalorizam o conhecimento e a trajetória das professoras negras que alcançaram esse patamar.

O corpo negro/preto, historicamente, criou rotas e maneiras de fuga para as relações violentas referente ao racismo – as mulheres que estão neste trabalho produzem um lugar e discursos para que seus corpos não só estejam vivos, mas associem mais corpos pretos/negros ao espaço. Sendo compreendido que orientandos e orientandas negras/pretas precisam de especificidade na orientação, nem que seja caminhar junto e caminhar no sentindo literal do termo. Produzir escritas pretas, divulgar escritas e histórias pretas/negras.

Nas minhas leituras sobre as escritas da intelectual Beatriz Nascimento, entendo que a autora tentar relativizar a compreensão restrita do conceito de Quilombo, que não se restringe a um espaço territorial de fuga e rebeldia, mas, fundamentalmente, é um espaço de fortalecimento dos laços culturais, afetivos e subjetividades de pessoas subjugadas pela sociedade. É a constituição de um espaço-outro, um lugar de resistência e existência dos grupos e pessoas que ali estavam. Também é um lugar que pode ser pensado como linhas de fuga (MARTINS, 2019). Sendo assim, com os seus corpos na universidade, retomo a ideia de Quilombo, não como é visto usualmente, mas como agregador e potencializador de mais peso, nesse espaço de poder/saber pensado e constituído pela e para a branquitude. A política de inclusão racial é feita, cotidianamente, pelas entrevistadas como sempre, não apenas com a presença desses corpos, mas como estratégia de manutenção dos corpos delas a partir da manutenção dos outros corpos pretos/negros, produzindo um desejo de ocupar os espaços. Política individual que caminha com a política pública de cotas, no entender das entrevistadas, porque o desafio é manter os estudantes negros nesse espaço.

Nesta tese, escolhemos referenciais teóricos que se manifestam como descoloniais, anticoloniais ou decoloniais. Vale destacar um autor brasileiro, pensador Quilombola, Bispo dos Santos (2019)[45], que compreende o movimento decolonial e suas variações terminológicas como insuficiente como resposta para destituir o colonialismo, pois "[t]emos de triturar o colonialismo, para não sobrar um pedaço que se aproveite" (BISPO DOS SANTOS, 2019, p. 25). Para o autor, nosso movimento precisa ser contra colonialismo para que aprendamos a pensar com uma noção de circularidade e pela interação entre os povos que sofreram invasões coloniais em seus territórios. Entendo corpo como um território físico. A palavra confluência é um conceito que produz resultado, encontro de povos africanos e indígenas, os pindorâmicos[46]

[45] Falecido em dezembro de 2023.

[46] "Como sabemos, esses povos possuem várias autodenominações. Os colonizadores, ao generalizarem apenas como 'índios', estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-lhes uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar. Mesmo compreendendo isso, vou utilizar

, tendo como singularidades uma cosmologia contra colonial. A confluência é uma forma, um modo, no encontro que promove uma conversa sobre algo em comum. Algo que se compreende possível e que já ocorre entre os grupos vistos como excluídos na universidade e em demais espaços de poder. O grande desafio é: invadir, roubar e acabar com esse mundo, não apenas como um desejo utópico, mas como uma luta e objetivo diário – entendendo que é uma construção contínua do ontem, do hoje e para vidas que estão por vir. Como o espaço *in loco* é a universidade, que é um espelho de outros espaços, cabe relembrar que esse espaço reproduz o racismo, mas produz teorias e modos de resistência também. A universidade precisa do que tem, mas não consegue suporar as consequências do que ela traz.[47] (HARNEY & MOTEN, 2013, p. 102).

Aqui, propus uma reflexão sobre as possibilidades e projeções coletivas para mulheres e corpos do fim do mundo, como diria Elza Soares. Expresso, assim, um desejo-proposta e um acordo renovado diariamente em nossos corpos.

> Desejamos profundamente que o mundo como nos foi dado acabe. E esse é um desejo indestrutível. Fomos submetidas a todas as formas de violência, fecundadas no escuro impossível de todas as formas sociais, condenadas a nascer já mortas, e a viver contra toda formação, no cerne oposto de toda formação. Desejamos profundamente que o mundo como nos foi dado acabe. E que ele acabe discretamente, no nível das partículas, na intimidade catastrófica deste mundo destituído de mundo, este mundo que até a própria terra rejeita (MOMBAÇA, 2019, p. 98).
> &

"Eles tentaram nos matar, mas a gente 'combinamos' de não morrer".

(Conceição Evaristo, em seu livro Olhos D'água)

4 "QUANTO MAIS PRIVILÉGIO VOCÊ TEM, MENOS VOCÊ CONSEGUE ENTENDER O QUE É O PRIVILÉGIO." (INSTITUTO Identidades do Brasil, 2016).

> O meu pai era paulista, meu avô, pernambucano, o meu bisavô, mineiro, meu tataravô, baiano. Tenho antepassados negros e indígenas, cujos nomes meus antepassados brancos trataram de suprimir da história familiar. Como a imensa maioria do povo brasileiro, trago nas veias sangue do açoitado e do açoitador, o que ajuda a nos explicar um pouco.

---

também de forma generalizada o termo povos pindorâmicos com a intenção principal de contestar a denominação forjada pelos colonizadores" (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 27).

[47] The university needs what it bears but cannot bear what it brings (HARNEY & MOTEN, 2013, p. 102).

Chico Buarque de Holanda, 2023[48]

Resolvi nomear este capítulo para fazermos uma reflexão sobre os privilégios da branquitude. Percebi durante a escrita desta tese a importância de ter o cuidado de apresentar as discussões teóricas sobre as questões que permeiam o debate de racismo, colonialidade, impacto na subjetividade, dor, branquitude, racismo estrutural e institucional, principalmente. Fiz esses debates em vários capítulos, a fim de tentar deixar o mais explícito possível as justificativas de pensar na construção de um país estruturado na desigualdade e no racismo ainda hoje. Ao priorizar selecionar professoras universitárias negras/pretas, bem-sucedidas, que são funcionárias públicas em instituições renomadas, entraram nestes concursos com seus 30 e poucos anos – foi uma escolha entendendo que poderiam vir dúvidas e questionamentos quanto à dificuldade de mulheres negras/pretas adentrarem um espaço de poder-saber, como a universidade. Já que encontro a exceção à regra branca e masculina desses espaços, não só exceção em porcentagem, mas a idade – essa escolha é um demonstrativo de que mesmo essas mulheres, que seriam reconhecidas como fora da curva, ou acima do comum, podem vir a ser tratadas como resultado de uma meritocracia. Na verdade, essa exceção só reforça que não existe mérito, mas um sistema que tende a reproduzir entraves para o acesso de alguns corpos com a justificativa de fracasso.

O capítulo quatro existe para apontar os privilégios brancos, sobretudo e não apenas. Este capítulo foi feito a partir da necessidade de escrever sobre alguns dos tantos privilégios (incalculáveis) que as pessoas brancas possuem.

Considerei necessário, após algumas conversas e entrevistas, produzir um capítulo sobre a meritocracia, afinal o Brasil é o país onde as pessoas dizem que existe o racismo, mas que não reconhecem a atitude racista em si[49]. É preciso evitar brechas para que as pessoas encontrem justificativas para dificultar os discursos das entrevistadas, que relatam situações e seus sentimentos. Como produtora desta escrita, achei conveniente, tentar em toda tese trazer teóricos e debates que sejam suportes para os relatos das minhas entrevistadas.

---

[48] Fragmento do discurso de Chico Buarque ao receber o Prêmio Camões durante a cerimônia realizada no Palácio Nacional de Queluz, em Sintra, em Portugal.

[49] GHIROTTO, Edoardo. Pesquisa exclusiva: 61% dos brasileiros acham que o país é racista. **Veja.** São Paulo. 14 ago. 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista. Acesso em: 07 fev. 2024.
CARVALHO, Igor. Pesquisa mostra 'dificuldade de entender como o racismo se manifesta no cotidiano'. **Brasil de Fato.** São Paulo. 04 ago. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/08/04/pesquisa-mostra-dificuldade-de-entender-como-o-racismo-se-manifesta-no-cotidiano. Acesso em: 07 ago. 2024.

Por estes motivos, neste capítulo, elenco alguns privilégios da branquitude para refletir sobre as diferenciações históricas e sociais que podem impactar a formação da subjetividade. Tais privilégios são escolhidos dentro de um vasto leque dos que a branquitude detêm, a intenção não é mapear todos e nem eleger os principais; o intuito é provocar uma reflexão sobre os possíveis trajetos que diferenciam as pessoas vistas sob a ótica racial na sociedade brasileira.

Ao refletir sobre esses privilégios, fiz uma seleção deles a partir das conversas que tive com as entrevistadas, percebendo os territórios em que a maioria delas nasceu – como a Baixada Fluminense e/ou áreas pobres fora da capital do Rio de janeiro – suas origens, sobrenomes e falas. Como os nomes não serão revelados, ao mapear alguns privilégios, considerei as entrevistas para escolher. Inclusive, não descartei minha ideia de privilégio em comparação às colegas. Ao falar do privilégio, antecipo um pouco do tópico da água potável, por exemplo, recordo-me que, não apenas na favela, mas também na Baixada Fluminense, era extremamente complicado para mim. A água poderia faltar ou até mesmo chegar como esgoto depois das chuvas que transbordavam o Rio Botas, invadiam casas e destruíam pertences. Esse fato difere as trajetórias de mulheres e homens universitários que tinham a paz de dormir e ir à faculdade após um dia de chuva e aqueles que não tinham a mesma tranquilidade e saúde para estudar.

Este capítulo parte da reflexão mais geral sobre distinções de raça e, em seguida, falo sobre gênero, porque as pesquisadas são mulheres negras. Ainda que existam vários trabalhos sobre o privilégio branco, justifico que, mesmo assim, mantém-se a importância de falar sobre privilégio nesta tese porque o conceito de privilégio desconstrói o imaginário da meritocracia. O cerne deste trabalho é sobre três mulheres negras/pretas, funcionárias públicas e pesquisadoras, que passaram por várias seleções públicas – graduação, mestrado, doutorado e concurso para docente no Ensino Superior; e minha pesquisa é sobre uma minoria de mulheres negras/pretas que são professoras universitárias. Uma minoria, ainda, devido aos privilégios de raça e gênero dos quais não usufruem. Há muitos/as intelectuais negras/pretas que não se tornaram acadêmicas/os, por muitos empecilhos, dentre eles a falácia da meritocracia. A ideia de meritocracia exclui corpos negros e fortalece corpos brancos, héteros e cisgêneros.

Sinto aqui, a necessidade de falar de dois aspectos que me rodearam como pesquisadora: o primeiro é sobre uma vigilância epistêmica e um enorme medo de produzir resoluções que satisfaçam minha ânsia de receber as respostas das quais já suspeitava antes de perguntar. O segundo aspecto que relato é de ser uma mulher preta dentro do espaço acadêmico e com experiência universitária, mas que não vivenciou a universidade com tantas pessoas pretas, pobres, periféricas e LGBTQIA+ como percebemos hoje – sobretudo, após as políticas públicas dos governos de Luiz Inacio Lula da Silva e Dilma Roussef, ambos do PT (Partido dos

Trabalhadores). A vivência anterior era de uma universidade excludente, não apenas racialmente, mas como um projeto que me faria abrir mão dos meus afetos fundamentais, da família e de cuidar dos meus, ou seja, que exibia a falta de direitos de corpos escurecidos no espaço público. Há um esforço enorme para fazer parte de um grupo seleto da sociedade brasileira que tem curso superior, ainda mais seleto o grupo que tem curso superior em universidade pública.

Para nós, fazer parte desses grupos acadêmicos, exige muito esforço e dedicação. Uma dedicação tão grande para entrar nesse *métier* que, eu, por não contar, anos atrás, com o capital social e 'cultural' necessário para acessar a vaga, não daria conta de projetar meus desejos para academia. Logo, a minha dedicação e a de pessoas como eu deveria ser absurdamente maior do que a de outras pessoas que estavam ali.

Voltando às minhas digressões, no começo dos anos 2000, via vários colegas jogando cartas de baralho no pátio, falando sobre suas viagens pela Argentina, todos jovens "como eu", com menos de 20 anos. Enquanto outros que, como eu, poderiam usufruir do espaço universitário de forma leve e juvenil, estavam vivendo a preocupação de saber se teriam dinheiro para fazer as xerox dos textos das disciplinas. Problema comum entre jovens pobres, pretos e periféricos na universidade, em um tempo em que não era possível fotografar os textos com celular e nem receber os livros em PDF pelo WhatsApp. A gente precisava decidir entre os textos ou o almoço, já que não existia a política pública do *bandejão*[50] onde estudei.

Obviamente, era nítida minha total falta de tranquilidade naquele espaço, fato que refletiu sobre minha trajetória em espaços de/ com intelectuais. A falta de dinheiro era impactante no cotidiano de uma universidade pública, mas a ausência de uma bagagem de capital cultural e social familiar como referência produziu em mim medo e pânico da academia, mas ao mesmo tempo, havia e há uma admiração imensa pelas pessoas que ali estavam. Parte por acreditar que eram as mais inteligentes, outra parte por supor que resistiram a um espaço de pressão, humilhação e cobrança sobrenatural, porque superaram a dor e a pressão de terminar um doutorado.

Ter tranquilidade para viver e estudar é um grande privilégio. Compreendi que a somatória desses detalhes, como sempre ter grana para fazer fotocópia dos textos, ter tempo para jogar um baralho com colegas no pátio, tomar um café no meio da tarde, dormir depois de uma leitura pesada, faz enorme diferença na rotina. Estamos acostumados a pensar na ideia de privilégio apenas com grandes marcadores sociais, como escolaridade, grandes viagens, acesso

[50] Refeição com preço acessível ou gratuita oferecida aos estudantes e comunidade universitária.

a bens de consumo, origens como raça e gênero, que facilitam a vida e não te fazem alvo da necropolítica. Mas alguns grupos sociais não têm privilégios, e sim diferenciações ou modos de vida que os diferenciam de outros corpos. E chamo de diferenciações porque acredito que determinados corpos não têm privilégios, mas conseguem ter algumas pequenas distinções entre si, como pessoas pretas e pessoas transexuais, que vivem sob o risco iminente da morte e são violentadas diariamente, mesmo que seja de forma simbólica. Viver no medo contínuo de ser morto ou de dúvida acerca da própria potencialidade é um lugar, no mínimo, socialmente perverso para esses corpos.

No artigo escrito por mim, intitulado *Daria a minha vida a quem me desse o tempo: pensando o corpo da negra e mulher no espaço público e escolar* (MARTINS, 2019), proponho que corpos racializados em uma sociedade desigual não podem operar sobre a ideia do privilégio, já que, como grupo social, pessoas negras, indígenas e transexuais, por sua trajetória histórica, são grupos desprivilegiados. No artigo, exponho que "[...] um corpo negro não tem em uma sociedade hierárquica racista, uma posição de privilégio. Corpos que estão sempre desvalorizados, ameaçados e na base da pirâmide social não se adequam em categorizações de privilégios [...]" (MARTINS, 2019, p.134).

Ao falar de distinção, desejo apresentar uma diferenciação de trajetórias diversas a partir da cor, que nos difere socialmente com base em um lugar violento que antepassados negros e indígenas sofreram. Essa distinção não é a mesma que Pierre Bourdieu (2011) escreve em sua obra *A Distinção: crítica social do julgamento*, que se trata de uma revelação abrupta do modelo social que usa de mecanismos sociais e culturais para diferenciar classes altas de classes baixas; e do lugar de pertencimento social a partir de acesso a determinados *habitus* e gostos. O lugar de distinção que pessoas pretas, indígenas e transexuais ocupam umas em relação às outras, se comparado ao de pessoas brancas e cisnormativas, não pode ser chamado de privilégio. Aponto que apenas pessoas brancas e cisnormativas detêm privilégios, porque acredito que o privilégio se inicia na tranquilidade e na paz de poder ser e estar nos lugares; o privilégio do espaço e de existência.

Quando Frantz Fanon (2008) analisa, em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, as psicopatologias geradas pela relação com o colonialismo – produto de um patriarcado de origem ocidental, o qual chamamos de branquitude –, percebe-as como forma de impor uma lógica de dominação e exploração, baseadas na relação desigual entre o imaginário daqueles que são brancos e buscam dominar, explorar e manter suas vantagens sociais e históricas, sobre aqueles que não são considerados iguais ou semelhantes, aqueles não-brancos.

Assim como a raça negra é um conceito inventado, mas dá conta de uma produção e reprodução de desigualdade social, de uma lógica que hierarquiza e desumaniza certos grupos humanos em detrimento de outros, e é eficaz para (des)políticas; a ideia de branquitude também demarca um lugar no mundo, um lugar de "merecimento", de benefícios e, sobretudo, de vantagens. Vantagens no espaço que é produzido a partir de uma lógica, de um gosto da branquitude e para facilitar o mesmo.

Silva (2017) refere-se a Frankenberg (2004) para pontuar algumas características que norteiam o conceito de branquitude, levando-nos a refletir não apenas sobre a ideia de cor/raça/etnia, mas sobre uma forma de estar no mundo.

> 1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
> 2. A branquidade é um 'ponto de vista', um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
> 3. A branquidade é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas como nacionais ou 'normativas', em vez de especificamente raciais.
> 4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
> 5. Muitas vezes, a inclusão na categoria 'branco' é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteiras da própria categoria.
> 6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam.
> 7. branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
> 8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos.
> (FRANKENBERG, 2004, p.312-313 apud SILVA, 2017, p.27)

Ser branco é sempre um ideal regulatório, um marcador de privilégios e distinções, é estar pertencendo a uma norma. Consistindo em uma busca quase inacessível; o ser branco, assim como toda identidade, é relacional em oposição a outras cores/raças/etnias. Mesmo que, para algumas identidades, a ideia de ser branco esteja associada à cor da pele, a história prova que não. O trabalho *Privilégios brancos e (In)efetividade do direito*, de Vitor Goulart Nery (2022), lembra que o termo "branco" aparece pela primeira vez na lei colonial das colônias britânicas, no final do século XVII. Após a abolição norte-americana de 1865, para obter a cidadania norte-americana e os direitos de cidadãos decorrentes era necessário que a pessoa fosse legalmente classificada como branca. Já os armênios, precisaram ir à justiça para poderem

ser reconhecidos como brancos e contaram com uma testemunha "científica", que alegou como "caucasianos". Em 1922, a Suprema Corte estadunidense decidiu arbitrariamente que japoneses não poderiam ser considerados brancos utilizando como justificativa que eles eram cientificamente "mongólicos". Em 1923, o mesmo tribunal deliberou que indianos não eram legalmente classificados como brancos, mesmo cientificamente classificados como "caucasianos"; como justificativa, usaram o argumento de que a classificação "branco" seria baseada no entendimento comum do homem branco, ou seja, quem poderia decidir quem era branco, era o *métier* do branco europeu.

O branco é visto com neutralidade racial. Ter pele clara não produz status de brancura em muitas sociedades. O povo judeu, na Alemanha, no período do nazismo, nem de longe eram considerados biologicamente brancos, até porque, o marcador racial era o "sangue" como indicador da identidade étnica-nacional Todas as identidades não são fixas, não são estáveis e sempre são uma construção arbitrária. Quem define conceitualmente o pertencimento de um povo em um território é a ideia do racismo europeu e anglo saxão que está associado pela ideia de distinção genética-racial. No Brasil, o preconceito é de marca, não de origem, como apresentou Oracy Nogueira (2007), e está associado à pele e às marcações fenotípicas – mas há um imaginário que coloca traços específicos em uma população de um continente tão diversificado como a África. O fato é que, no Brasil, as marcações fenotípicas definem pessoas como portadoras de privilégios (brancos), mesmo que sutis, e os desprivilegiados são aqueles racializados como negros e indígenas.

Isso porque o branco é um ideal pretendido em uma sociedade racista e colonialista. Toda cor e raça é uma construção. Mas são construções que impactam na elaboração do eu, da subjetividade. Subjetividade que não é produzida isoladamente, mas sim de forma coletiva. Há um processo que influencia a construção do eu, de forma alienada, inferiorizada, sobretudo no contexto colonial, principalmente na metrópole. O pensador Frantz Fanon (2008) adverte:

> A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade. Reagindo contra a tendência constitucionalista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia. De certo modo, para responder à exigência de Leconte e Damey, digamos que o que pretendemos aqui é estabelecer um sócio-diagnóstico. Qual o prognóstico? A Sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a Sociedade chega a ser. (FANON, 2008, p. 28)

No Brasil, para o senso comum, é mais cotidiano ouvir no debate que se refere ao ser branco ou sobre a categoria branco, algo associado a pele para designar se a pessoa é ou não é branca, ou ao menos perto disso. – É impressionante como ocorre debate em torno do favorecimento da brancura. O branco é o tipo ideal de/do "branco". O que é ser branco? Quando alguém é conceituado como pessoa branca não vemos um debate sobre ser branco "médio", branco "rosa-amarronzado". Por isso, são importantes os estudos críticos sobre branquitude (*critical whiteness studies*), estudo mais recorrente na década de 1990, em países anglófonos. Após os anos 1990, passaram a existir mais periódicos com pautas e análises críticas da discussão racial inserindo o branco no debate sobre raça, contudo, não é apenas nesta década que se faz um estudo crítico sobre branquitude.

É importante deslocar o branco para o centro do debate de raça, já que ele produziu essa separação entre brancos e não-brancos. Não apenas produz a ideia de cor, mas também se excluiu como ser racializado. W. E. B. Du Bois (1930), Franz Fanon (2008) e o sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos (1995) já lançavam no campo das ideias uma identidade da branquitude, mesmo que não usassem esse termo ou classificação identitária, ambos trouxeram ao campo acadêmico reflexões para além do debate centrado naquele que não é branco. Fanon (2008) parte da relação entre modernidade e colonialidade, rompendo o paradigma muito recorrente que é da universalidade centrada em ideias eurocentradas sobre o processo (projeto) de civilização. Ele prefere direcionar seus estudos para uma análise crítica da relação. Em obras como *Pele Negra, Máscaras Brancas*, originalmente publicada em 1952, e em *Os Condenados da Terra*, de 1961, o adendo da análise colonial é exatamente a compreensão de que o colonizador se percebe como branco-europeu e único capaz de definir o que é civilidade, assim, produz todo um *modus operandi* do que seria o processo civilizador (Elias, 1994). Ao mesmo tempo que o branco-europeu produz um modelo de civilização, o negro galga caminhos para produzir meios que o aproximem desse ideal de brancura, internalizando a política de dominação colonial. O negro deseja ser humano buscando uma "brancura", até porque a brancura produz um certo status de humanidade nos corpos racializados – mesmo que isso seja inalcançável do ponto de vista do branco-europeu.

Já Guerreiro Ramos (1995) faz uma reflexão a respeito do branco brasileiro, que não é realmente um branco, mas uma falsa ideia de branco, reflexo do Recenseamento de 1950, elementos sintomáticos de uma patologia social (RAMOS, 1957). Há uma patologia social que faz o brasileiro buscar por uma identidade branca europeia, produzindo, dentro do território brasileiro, um "outro" negativo e que não tem traços e origens europeias; e pessoas com

superioridade social, que têm seus traços mestiços disfarçados e são uma espécie de "branco" brasileiro.

Tanto Guerreiro Ramos (1995), quanto Fanon (2008), identificam a relação de um ideal de humanidade localizado na figura do branco-europeu, que passa a ser é o *tipo ideal* (WEBER, 1982) de humanidade, o auge das características e do sentimento humano. Isso produziu referências de beleza e humanidade, mas também de solidariedade entre pessoas que são brancas e não-brancas; trazendo vantagens que são difíceis de calcular socialmente – da mesma forma que é incalculável o impacto do racismo na vida e na história dos indivíduos e dos grupos sociais que são afetados pelo racismo. Para Lourenço Cardoso (2018), a branquitude é apresentada em perspectiva para demonstrar os privilégios; e o fortalecimento da dicotomia entre *branco x não-branco* é definidor para a concepção de povos humanos, ou mais humanos. Mas não só, também é definidor de um processo de dominação, é estruturador de narrativas e da constituição "histórica" de indivíduos; tenta se manter e muitas vezes mantém-se (ainda) como "estruturantes" das relações de poder, na qual se acham dominadores. A produção dessa estrutura é feita para manter esse lugar no mundo, um lugar de privilégios. Nas palavras de Schucman e Schlickmann (2018):

> [...] o branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é, também, produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. (SCHUCMAN; SCHLICKMANN, 2018, p.290).

Essa estrutura de privilégios se perpetua e é ainda mais danosa devido à transferência. Só é possível a manutenção do racismo estrutural porque o racismo proporciona um sistema de perpetuação de privilégios, que opera desde a produção de subjetividade até as relações políticas e econômicas na vida cotidiana. A falsa sensação de que existe uma "raça" mais bonita, mais inteligente. Supremacia. Construindo um olhar de dentro para fora de confiança em corpos com determinadas vantagens que são vistas como mérito. Essa transferência é resultado da colonização e perpetuação do pensamento colonial produzido no ontem que permanece hoje. Assim como a ideia de ancestralidade, que é o presente se relacionando com o passado. A população negra, pela escravização, perdeu o acesso aos documentos da origem de seus antepassados, sobrenomes, países. Não é possível, a partir de documentação, falar da origem das famílias da população negra que vive no Brasil. Destruir a documentação das pessoas escravizadas foi uma forma de tentar matar identidades coletivas, tentativa essa que não foi tão

bem-sucedida (apesar de enfrentarmos certa dificuldade de produção de memória dos nossos antepassados) porque a ideia de conexão ancestral é muita mais complexa do que apenas documentação e sobrenomes. Em minhas leituras e dissertação, influenciada pela escrita e teorias de Beatriz Nascimento (2007), compreendo que, apesar de todos os esforços do colonialismo e suas violências, as pessoas tendem a resistir e ressignificar espaços de vida e identidade, nem que seja apenas com seus corpos. Um corpo Quilombo é um corpo que entende e se percebe como dentro de uma estrutura opressora e subalterna, que traça estratégias de manutenção, reconhecimento, resistência e memória. É um corpo que acomoda e recebe outros corpos que são inadequados. (MARTINS, 2019, p.65).

Quando falamos de processos e tentativas de apagamento das memórias ancestrais, entendemos que as identidades se reinventaram para se manter vivas de algumas formas porque nenhuma identidade é fixa (HALL, 2013). Isso não significa que dentro de projetos de apagamento das memórias e vidas, não haja ações bem-sucedidas na qual grupos tenham operado sobre outros. O uso de sobrenomes dos colonizadores, por exemplo, um recurso usado para apagar identidades e culturas da população negra. Cada corpo negro que chegava ao Brasil era destituído do seu nome africano e batizado com um único nome de origem cristã, sem direito a sobrenome de origem. As pessoas de origem africana recebiam, muitas vezes, o sobrenome de acordo com o local de embarque, e após a abolição, os sobrenomes eram substituídos pelos sobrenomes dos "proprietários", reforçando o projeto de apagamento da identidade negra e africana. Essa era uma das tentativas de romper laços e reconstruir uma "nova" identidade, subalternizada. Leandro Aparecido Fonseca Missiatto (2021), no artigo *Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento*, traduz de forma objetiva a intenção do projeto de matar as identidades de pessoas escravizadas.

> A pessoa negra que se reconhecia enquanto um Ser transpessoal, identificado e identificante a partir dos inúmeros elementos ancestrais da sua terra, via-se como um alguém despersonificado, fragmentado em sua origem, um alguém que refletia o Outro (colonizador), e não mais a si mesmo. Assim, a negação do nome enquanto funcionava para o colonizador como uma estratégia nominativa de objetificação das vidas negras, implicava à pessoa escravizada na desorganização de si, no enfraquecimento de sua potência ancestral e na obstrução dos sentidos seculares de Ser pessoa. (MESSIATTO, 2021, p. 04)

A produção de identidades que foram segmentadas em uma estrutura vertical, associadas por uma construção discursiva que supõe raças superiores, fortalece um ideário biológico de raças que tornou as diferenças inimigas das sociedades modernas (QUIJANO,

2009). O homem colonizador, branco e europeu produziu inúmeros discursos de diferença e hierarquização.

4.2 **Era só mais um Silva**[51]

Bate tambor
Comemora a liberdade
Mas a igualdade não chegou
Nossos ancestrais lutaram pela liberdade
Contra tudo e contra todos
O negro nunca foi covarde
Fugiu das senzalas
Refugiou-se nos quilombos
Conquistou a liberdade
Mas em busca da igualdade
Ainda sofre alguns tombos
Criolo, Povo guerreiro

O artista traz a reflexão do privilégio das heranças coloniais e da reverberação dessas heranças. O sobrenome que foi retirado da população oriunda do continente africano que serviu como mão de obra para enriquecer o continente europeu. Esses sobrenomes são parte da população brasileira, principalmente de origem ibérica, e também são definidores de status econômicos, por motivações históricas e sociais. Ao pesquisar os sobrenomes com mais poder aquisitivo e social, encontrei o artigo *Surnames and ancestry in Brazil*, de Leonardo Monasterio (2017).[52] O economista percebeu o impacto dos sobrenomes no sucesso profissional – obviamente não é natural e os sobrenomes não são mágicos. Eles demonstram que pessoas com nomes com origem ibérica terão menor "sucesso" profissional. Sabemos que a população negra herdou os sobrenomes portugueses e espanhóis, e é natural que a maioria das pessoas negras tenham esses sobrenomes.

---

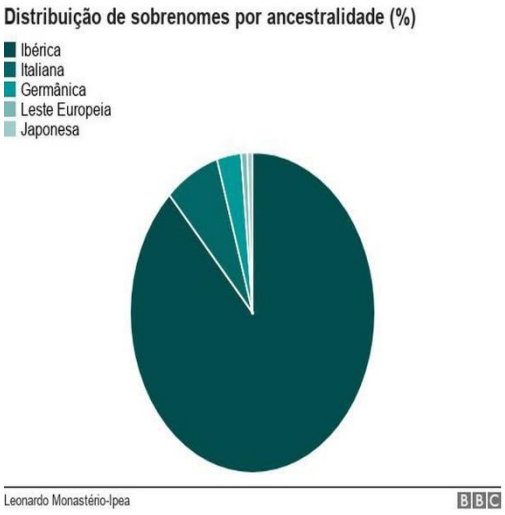
[51] Menção a letra do funk *Rap do Silva* (Silva é um nome popular no Brasil e comum entre a população negra e pobre), letra que descreve um homem negro, funkeiro, trabalhador e pai de família que foi morto pelo Estado (polícia) pelo racismo institucional, que supõe, no seu imaginário de hierarquização de raças, que os homens negros são sempre bandidos. Além disso, o sobrenome Silva é o sobrenome mais popular no Brasil, onde 1 em cada 93 cidadãos brasileiros é registrado com ele. (https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/sobrenomes-mais-comuns-no-brasil-origem-significado-e-popularidade/#anchor-s)

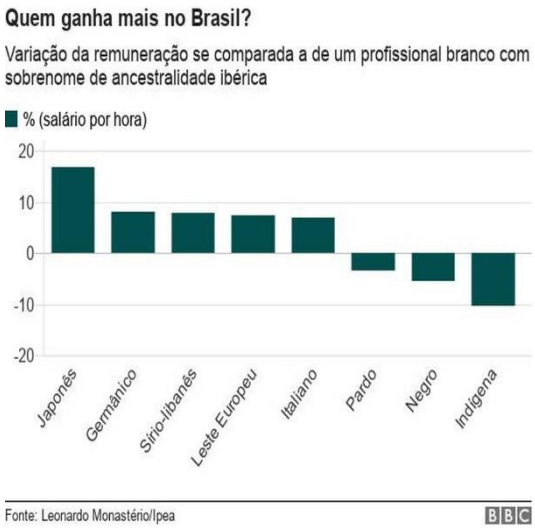
[52] Monasterio, Leonardo. Surnames and ancestry in Brazil. PLoS One , v. 12, p. e0176890, 2017.

O pesquisador fez o levantamento de mais de 70 mil sobrenomes, com as seguintes origens: ibérica (10.142), italiana (26.191), alemã (22.502), japonesa (5.375) e europeia do Leste (7.581), com algoritmos baseados em padrões linguísticos que permitiam, quando um nome não constava na listagem, dados com relevante índice de precisão. Percebemos que os sobrenomes que representam as pessoas mais pobres são exatamente aqueles herdados do processo colonial. Ao separar sobrenomes ibéricos com a cor da pele, nitidamente o salário diminuiu e os anos de estudo também. A partir da leitura dos dados conclui-se que o apagamento do nome dos antepassados não trouxe nenhum benefício para população negra no Brasil, nem tão pouco se converteu em uma melhoria econômica.

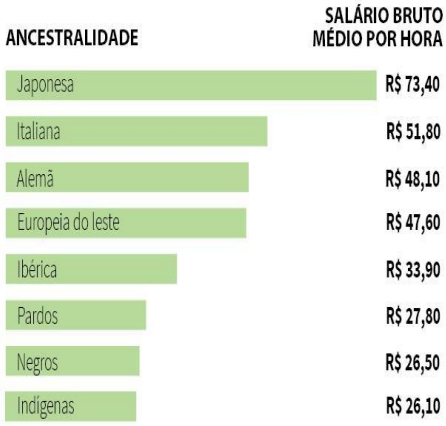
Gráficos de sobrenomes no Brasil e mobilidade econômica

Gráficos 3 e 4[53]





Gráficos 5 e 6[54]



Chimamanda Ngozi Adiche (2019), em seu livro *O perigo de uma história única*, relata como a produção de um imaginário por uma única história nos faz acreditar que "somos"

[53] BBC (Brasil). **Estudo liga origem do sobrenome a tamanho do salário no Brasil**. **G1.** São Paulo. 28 nov. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/estudo-liga-origem-do-sobrenome-a-tamanho-do-salario-no-brasil.ghtml. Acesso em: 07 fev. 2024.

[54] MELO, Itamar. O sobrenome influencia no sucesso profissional de um brasileiro? **Gzh.** São Paulo, p. 1-2. 09 jun. 2017. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/06/o-sobrenome-influencia-no-sucesso-profissional-de-um-brasileiro-9811312.html. Acesso em: 07 fev. 2024.

exatamente o que nos contam. Como a sociedade produz uma realidade, constrói e perpetua um lugar de inferioridade, a partir de um sistema desigual, que tentou silenciar povos e se fortaleceu apagando a memória de alguns, produzindo uma falsa memoria sobre eles. “Tudo que eu tinha ouvido sobre eles era como eram pobres. Assim, havia se tornado impossível, pra mim, vê-los como alguma coisa além de ‘pobres’. Sua pobreza era minha única história sobre eles” (ADICHE, 2019, p.15-16). É impressionante como a ficção da raça produz realidades a partir de políticas separatistas de desigualdade. Como a imagem projetada em nossos corpos, resultante do processo de colonização, produz, ainda hoje, critérios de quem pode ter vida e quem dialoga com a morte o tempo todo. O capitalismo se apropriou do racismo e produziu uma ideia de classes, mas quem fica na base dessas classes são os corpos “*colorizados*”. A raça é uma ideologia eficaz para o projeto capitalista, como descreve Hasenbalg:

> [...] Em suma, a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e do espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supra ordenado no presente. (HASENBALG, 1979, p. 118).

4.2 **Imaginários: estética, espaço e território como privilégios**

Chamo de imaginário colonial toda forma de homogeneizar e padronizar o mundo a partir do imaginário de alguma supremacia. Pode ser esteticamente, ou seja, construindo um modelo que produz uma ideia a fim naturalizar a relação de poder centrada em determinados corpos ou territórios, que aqui são os europeus, anglo saxões e brancos. Esses imaginários só se mantêm a partir do discurso, mas os discursos são produzidos e sustentados a partir da construção de imagens e narrativas que repercutem e perpetuam os imaginários coloniais.

Falar de imaginários de pertencimento é fundamental para este trabalho, já que o Brasil se distingue pelos corpos que são vistos em lugares de poder, saber e riqueza, e outros que são associados à pobreza. Os imaginários sociais impactam a forma como entendemos as pessoas e seus lugares. E a universidade é um dos lugares de produção de conhecimento, espaço visto como pertence aos corpos brancos, como são os professores, pesquisadores e alunos,

principalmente em cursos que dão alto retorno econômico. Os imaginários são disseminados em vários lugares simbólicos e não simbólicos. Como, por exemplo, a pobreza, a moradia e a rua. Para além de todo histórico do processo de escravização da população negra – e da ausência de políticas públicas de reparação histórica pelas perdas, lutos e exploração dos corpos negros –, o imaginário, fruto do racismo, não apenas reproduz as desigualdades, como as reforça e mantém. Na tese *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*, Lia Vainer (2012) descreve a entrevista de um morador de rua branco que relata sofrer preconceito por estar "deslocado" do lugar onde deveria estar. O lugar pertencente ao seu corpo só pode ser limpo e fora da sarjeta, que "é lugar" dos não-brancos.

> Você acha que morando na rua teve menos discriminação por ser branco? (Lia). Tive mais. Porque você morar numa maloca que só tinha negros, mais de trinta pessoas, aí você leva um enquadro lá com todo mundo, o policial mesmo te esculacha: o que você tá fazendo no meio deles? Você não é da mesma cor! Saia daí. (VAINER, 2012, p.98)

Este relato descrito remete como há uma naturalização do lugar de corpos brancos, e qualquer desencaixe no imaginário causa um incômodo, frustração e perplexidade. Ao continuar o relato escrito por Vainer (2012), o mesmo policial complementa oferecendo dinheiro para sair de perto dos negros. "O policial chega a oferecer dinheiro para você sair perto deles" (VAINER, 2012, 98), chamando as pessoas negras de porcos imundos. Trago como provocação que enquanto o corpo branco causa espanto e ao mesmo tempo indignação por estar e em espaço sujo e miserável, corpos negros são naturalizados (legalizados) nesse ambiente. O pertencimento ao espaço pobre e sujo, no imaginário colonial, está associado aos negros, assim como o branco está no imaginário da riqueza, da limpeza e do poder. Óbvio que esta forma de ver o mundo é de um pensamento binário. Associar o negro à pobreza produz um estranhamento dos corpos negros na mobilidade, que são mais questionados nesses espaços; da mesma forma, há dificuldade de admitir pessoas brancas em estado de extrema pobreza.

Em *Tornar-se negro*, Souza (2021) pesquisa 10 pessoas de cor negra para compreender os impactos psicossociais do sofrimento, efeito do colonialismo e racismo na sociedade brasileira, além de analisar o complexo de interiorização, ou epidermização, nos termos de Fanon (2008). Todos entrevistados se encontram em mobilidade social ascendente, e a autora captou, no trabalho, o olhar que negros e brancos operam por extremos – acrescento que a sociedade ainda opera de forma dualista. E a dualidade, quando tende a inserir algo, exclui outro, porque lê as situações, a vida social e as pessoas por oposições. Tanto nas relações de gênero, classe e raça.

Uma sociedade que contempla a estética e comportamento é produzida para realização das expectativas de corpos brancos. “[...] branco e negro representavam apenas os extremos de uma linha ininterrupta onde, às diferentes nuances de cor, se adscreviam significados diversos, segundo o critério de que quanto maior a brancura, maiores as possibilidades de êxito e aceitação” (SOUZA, 2021, p.50). Para Souza, o *ideal de Ego* numa cultura ocidental e capitalista é fundado e alicerçado em ideias de classe e cor; o modelo idealizado a ser subjetivado será o de riqueza e brancura. Como consequência, o *ideal de Ego* na subjetividade negra, acaba por ser influenciado por ideias de dominação do branco. “É que o Ideal do Ego do negro, que é em grande parte constituído pelos ideais dominantes, é branco. E ser branco lhe é impossível.” (SOUZA, 2021, p.73).

Há um imaginário de existência, de tipologias e de padrões estéticos. Chamo de imaginário porque, apesar de sabermos das construções sociais e que, atualmente, há muitos debates em torno dos padrões de corpo, beleza e estética, os “padrões” estabelecidos no sistema colonial de poder ainda influenciam as relações afetivas e de trabalho. O racismo, a LGBTfobia, a gordofobia se mantêm presentes, apesar dos debates e inúmeras denúncias. A colonização produz um processo de construção identitária e subjetiva não apenas dos negros e de todos os grupos que são racializados, mas também das pessoas brancas. Parto de situações simples, de fácil acesso, mas fiz escolhas para pensarmos como situações cotidianas e simples são resultado de uma produção do racismo, e que operam de formas assustadora e explícita na nossa sociedade. Digitei na rede de pesquisa, na busca por imagens, a palavra: “mendigato” e “mendigata”, que é um termo coloquial criado pela junção de *mendigo*/a + *gato/a* (pessoa bela, na gíria), as fotografias encontradas são essas:

Figura 1: Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google 1[55]

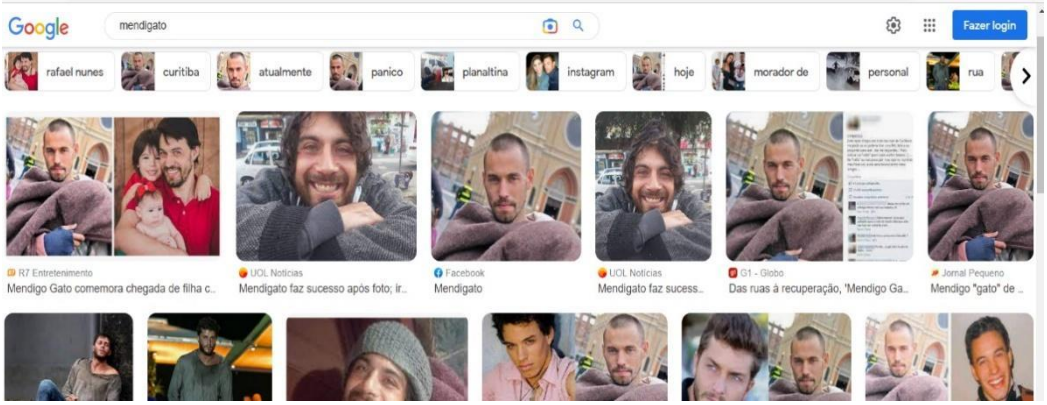
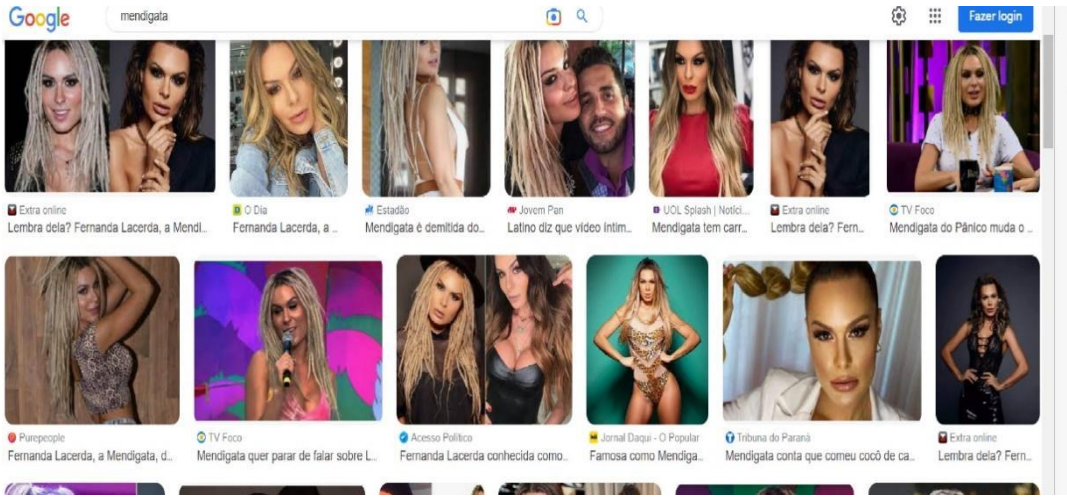


Figura 2: Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google 2[56]



Ao digitar “morador de rua bonito”, sem especificar cor ou características, acabei por encontrar alguns negros. Porém, sua beleza atípica era ressaltada: tinha olhos azuis ou verdes.

Figura 3: Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google 3

[55] Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google
[56] Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google

O google[57] sinaliza porque as pessoas consideram o casal (primeira imagem) lindos. “Ele, Tiago José da Silva Mesquita, 36 anos, ex-atleta de Flavio Almendra, mestre em Muay Thai e Kickboxing, na academia Gold Fighters, no Jardim Botânico, e do capoeirista Antônio Afonso, no Tamoio, em São Gonçalo. Ela, Nathália Magalhães Lopes**,** 26 anos, ex-estudante do Colégio Estadual Nilo Peçanha, no Zé Garoto, e com uma beleza diferente, assim como o par de olhos verdes chamativos” [58]. Já o rapaz da fotografia, o texto do jornal *Gazeta* fala que, na verdade, são dois irmãos gêmeos considerados belos “[...] a história de dois irmãos gêmeos em situação de rua, cujo padrão de beleza lhes caiu estrategicamente: com seus olhos claros e postura fotogênica, os meninos foram considerados tão bonitos, mas tão bonitos, que chegaram até a se tornar visíveis”. [59]

Essa construção da imagem do belo, do lugar no mundo e da naturalização de certos corpos como belos e poderosos resulta em um reforço da estigmatização dos corpos negros. Mulheres e homens pretos sofrem historicamente sob o olhar da ótica eurocêntrica que usa as feições do racismo para mantê-los subjugados. Feições que também sofrem uma distorção estética ao supor que África e os africanos (como ancestrais) têm traços homogêneos. A produção desse imaginário estético reforça os parâmetros de privilégio e distinção entre as pessoas. O racismo de marca (NOGUEIRA, 1954), que produz uma variante incalculável de distinções entre as pessoas, é acentuado a partir do marcador de cor/raça. Ou seja, a vida de um corpo subalternizado encontra maior dificuldade se for negro. Assim, uma pessoa em situação de rua é naturalizada se for negra, mas se tiver algum traço de distinção associado ao corpo branco, é logo demarcado como extraordinário, fora do comum e algo a ser admirado. Na tese de Lia Vainer (2012), a pessoa branca era deslocada do lugar que seria esperado para ela – por sinal, o corpo branco é humanizado a partir do momento que o policial diz “porcos imundos” se referindo aos corpos negros. Sendo assim, entendo que pessoas racializadas, sejam negras ou “people of color”[60], tendem a ser desumanizadas. No Brasil, a população negra sofre por vezes um processo de animalização, e ser visto como humano é mais um privilégio dos brancos.

---

[57] Moradores de rua bonitos - Pesquisa Google.

[58] MENDIGATOS de SG: Girassol e Melão, o ‘casal 20’ que vive nas ruas de São Gonçalo. **Lado de Cá.** São Gonçalo. 05 ago. 2020. Disponível em: https://ladodeca.com.br/girassol-e-melao-o-casal-20-das-ruas-de-sao-goncalo/. Acesso em: 07 jan. 2024.

[59] OLIVEIRA, Wanessa. Campanha para ajudar gêmeos 'modelos' que vivem nas ruas de Maceió viraliza. **Gazetaweb.** Maceió. 15 jun. 2018. Disponível em: https://www.gazetaweb.com/noticias/geral/campanha-para-ajudar-gemeos-modelos-que-vivem-nas-ruas-de-maceio-viraliza/. Acesso em: 07 jan. 2024.

[60] Pessoa de cor, alguém que não é branco, a sigla também serve como uma palavra de fortalecimento para comunidades não brancas como as comunidades negras, asiáticas além de outros grupos internacionais (pessoas de cor). No Brasil POC "Pão Com Ovo" (PCO) é usado para descrever homossexuais afeminados, por vezes usados de forma pejorativa.

As representações foram construídas e reproduzidas com intuito de produzir uma ideia de "normalidade" e "anormalidade", estabelecendo como norma padrão o homem, branco, heterossexual e cristão, que se assemelha com o europeu. Quanto mais próximo desse imaginário, melhor. Inclusive, qualquer dessas características já produz um corpo menos "repugnante".

Os indivíduos que não correspondem a esse padrão são vistos como desviantes, abjetos e excluídos. Afirma Butler (2000):

> O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito" (BUTLER, 2000, p. 155).

Ao falar de privilégio, é importante ressaltar que o foco do privilégio que destaco aqui vai além do recorte racial como traço permanente da população em situação de rua. No Brasil, por motivos sócio-históricos, fruto do próprio racismo e colonialismo, sustenta-se a naturalização e o esforço de uma solidariedade e afetação da sociedade representada pelo aparo do Estado em reforçar o lugar do negro em espaços de exclusão.

4.3 **Imaginário Territorial**

Quando descrevem o Brasil, as mulheres e homens desta sociedade, ouvimos sobre a dimensão territorial, sobre o tamanho da diversidade ambiental e o tamanho do desafio em transformar o país em uma potência econômica. A minha escolha não passa pelo debate econômico. E sim, como as projeções de poder, saber e de território podem ser distorcidas de forma a criar um imaginário de força que se reflete nos corpos que compartilham uma ideia de continuidade de território. O pensamento "científico" já foi usado inúmeras vezes para reificar categorias do senso comum e perpetuar o racismo. No séc. XIX, temos as teorias eugenistas, com adeptos na medicina, no direito e em várias áreas do saber. A construção da imagem do negro e do europeu se distinguindo, não apenas por tons e cores, nem só por cultura, mas por uma ideia de essência humana. A raça é uma invenção, mas é uma invenção bem-sucedida no sentido que privilegia alguns corpos em detrimento do sofrimento de outros. Como aponta Anna Arendt (1998), as ideologias se fortalecem com os discursos, principalmente com aqueles que dizem ser fundamentados no pensamento científico. Gislene Aparecida dos Santos (2002), no artigo *Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Ideias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta.*,

descreve primorosamente a construção desse imaginário: “Luz e sombra: opostos. Se o branco representa a razão, o belo, o bom, o justo... a humanidade, ou seja, simboliza os valores desejáveis, o negro, por sua vez, pode representar a desrazão, a loucura (a bílis negra que obscurece), o feio, o injusto, a animalidade.” (SANTOS, 2010, p.280).

A tentativa do domínio é um ato discursivo para além do fato em si. E, como Chauí (1998) coloca, o mito se cristaliza em crenças produzindo uma explicação para realidade – comparando à perspectiva de Boaventura Santos (2010), em *Epistemologias do Sul* – explicações produzidas a partir de uma fragmentação do mundo e uma hierarquização de culturas e saberes, modelo pautado na legitimação da epistemologia do Norte Global. Dessa forma, assim como o sufocamento das demais epistemologias do outro “lado do Globo” e suas culturas, promovem o epistemicídio. Como finalidade, em *Epistemologias do Sul*, o autor tenta produzir um diálogo entre conhecimentos, provocando uma reflexão sobre saberes subalternizados e silenciados em face de um modelo epistêmico moderno ocidental, que se classifica como pensamento abissal, já que essa divisão é arbitraria e produzida a partir de linhas imaginárias, linhas que dividem o mundo em duas esferas: Norte e Sul. O conhecimento considerado “do Ocidente” é validado, mas sobretudo, é excludente em sua hegemonia e acaba por suprimir e se opor a outras alternativas epistemológicas. “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra humanidade se afirmar enquanto universal.” (SANTOS, 2010, p.31). Esse modo de dividir o mundo, nada mais é do que um modelo refletido do imaginário colonial que o próprio Boaventura de Sousa Santos argumenta como um preconceito colonial, representado pela dificuldade que a Europa tem em instruir-se com o mundo e legitimar outros modelos de reflexão.

Para além de um modelo que produz epistemologias, todos os saberes são válidos. Não estamos nesta escrita para legitimar saberes deslegitimando outros, o que importa neste trabalho é como tal modelo de pensar produz uma ciência e corpo, no Brasil, excluindo brasileiros/as que não se identificam com esse modelo; como o privilégio de corpos brancos, que têm um mito de ancestralidade direta ou indireta com a Europa, ou apenas por serem lidos como brancos, são legitimados como pessoas detentoras de maiores saberes.

Minha provocação é: pessoas que apresentam o conhecimento que reproduzem o outro lado da linha têm mais reconhecimento, mas além disso, são quantitativamente maiores, independentemente dos discursos – aposto que pela representação do corpo também. O corpo e a cor também é um discurso. A Europa, Estados Unidos e os países ricos criaram uma ideia de superioridade, criando múltiplos imaginários – o do saber, o do território e da desconstrução da capacidade dos outros. Ailton Krenak pontua:

> A ideia de que os brancos europeus poderiam colonizar o restante do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade, a deles. Com ideal do encontro da humanidade com a barbárie produziram formas de dividir e polarizar o mundo. O que entendem por nascituro da civilização justificou-se pela noção de que existe um jeito de estar aqui na terra, a verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. (KRENAK, 2019, p.11)

É impressionante como essa relação de poder se mantém forte ainda hoje, não apenas como fator macro, no poder de países, mas nas micro relações, locais e cotidianas, e em tudo que se assemelha à relação dos países coloniais. Tal relação nos espaços de poder de menor expressão produz um compartilhamento de privilégios entre os similares, o que é apontado por Cida Bento (2002), em *O Pacto da Branquitude*:

> Considerando (ou quiçá intentando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. (BENTO, 2002, p.25)

4.4 **O privilégio é reforçado pelo pacto narcisista**

> Os espaços privados, íntimos, os segredos dos brancos entre brancos a respeito da questão racial, são difíceis de acessarmos. A isso se soma o fato de que sou negro e pesquisador das relações raciais, outro elemento que interfere e inibe as manifestações ofensivas de cunho racial ante a minha presença. Enfim, diante de um negro, "nenhum branco define-se como racista", muito menos em frente de um psicólogo, um sociólogo, um educador, um pesquisador, especialmente, das relações raciais. (MÜLLER; CARDOSO, 2017, p.34)

No livro *Retrato de um colonizado precedido de retrato de colonizador*, Albert Memmi (2007) nos provoca a pensar sobre a relação do colonizador e do colonizado, mas também o que Memmi descreve como indivíduo se recusa a ser colonialista, recusa as práticas colonialistas. Ele explica que colonialismo é um conjunto de situações vividas e, recusar essas situações (privilégios, entendo), significa subtrair-se fisicamente de tais condições ou entrar em um campo de luta e de transformação. O autor aponta que, mesmo aquele indivíduo que não assume o papel de colonizador, se beneficia da colonização por empréstimo pelo seu parentesco com o colonizador. Entendo que, no Brasil, podemos fazer essa aproximação com corpos que remetem a ideia do colonialismo, ou seja, que têm vantagens políticas, econômicas e sociais por empréstimo de um processo histórico e violento que nos distingue sistematicamente nas possibilidades sociais.

A produção destes imaginários dos colonizadores, e particularizo aqui a do europeu, figura como resultado de uma superioridade territorial. O artigo *Bodies as borders*, do filósofo Achille Mbembe[61] (2019), traz uma reflexão que, na verdade, é um imaginário construído e reforçado pelos próprios europeus, de que a maior parte dos africanos realmente gostaria de sair de seus territórios e migrar para a Europa. Essa afirmação é baseada em mitos do imaginário europeu, mas sobretudo, reforçada pelo racismo e pelo projeto colonial de produção do medo de que o outro invada seu território. "It is an issue that is clouded in myths and phantasms, some of which are of a racist nature. In fact, as far as the question of borders and migration is concerned, facts unfortunately no longer seem to matter. And yet facts exist[62]." (MBEMBE, 2019, p.15). O autor reforça o argumento justificando que a maior parte destes imigrantes se deslocam devido a conflitos, guerras e a falta de infraestrutura; ainda, que migram para outros países da África e não da Europa.

> Most migrants in Africa do not dream about going to Europe. They are moving from one African country to another African country, and the same happens with refugees, those fleeing wars, disasters, and catastrophes. We should stop peddling the myth according to which Europe is besieged by refugees and migrants. (MBEMBE, 2019, p.15)[63]

As vidas negras e africanas trazem um pânico ao território europeu. Entendo que, para além dessas vidas africanas serem especificamente de África, são vidas racializadas. Associo essas vidas e a forma de subjugá-las, e delas ter "pânico", ao "pânico" de sua possível multiplicação em um território visto como lugar de branco para o branco. Segundo *Vida Precária*, de Butler (2006), é uma forma de desumanizar o que se entende por outro, e a forma que opera nessa diferenciação acentua a precariedade da vida – mesmo na precariedade, existe uma distribuição desigual, que coloca determinados grupos mais suscetíveis às violências de forma arbitrária do que outros grupos. Como por exemplo, mulheres negras em detrimento de mulheres brancas. Cabe refletir aqui como os corpos definem espaços para seus privilégios, assim como o território europeu é visto como lugar branco em potencial macroeconômico, outros espaços menores são construídos com potencial de beneficiar os corpos brancos. Espaços

---

[61] From the European South (fesjournal.eu)

[62] Não encontrei o texto traduzido, logo preferi citar no original e inserir a tradução aqui na nota. "É uma questão que está envolta em mitos e fantasmas, alguns dos quais de natureza racista. De facto, no que se refere à questão das fronteiras e da migração, infelizmente, os factos parecem já não ter importância. E, no entanto, os fatos existem" (MBEMBE, 2019, p.15)."

[63] Não encontrei o texto traduzido, logo preferi citar no original e inserir a tradução aqui na nota A maioria dos imigrantes na África não sonha em ir para a Europa. Eles estão se mudando de um país africano para outro país africano, e o mesmo acontece com os refugiados, aqueles que fogem de guerras, desastres e catástrofes. Devemos parar de vender o mito segundo o qual a Europa está sitiada por refugiados e migrantes. (MBEMBE, 2019, p.15)

de poder, saber e liderança, como o protagonismo intelectual. Nada mais legítimo do que o "saber". Este é liderado por pessoas brancas no ocidente, por homens e por mulheres brancas.

As justificativas para estas mulheres negras chegarem no poder estão nas diferenças relevantes entre mulheres, se formos analisar a questão racial, apenas. Como quando as pessoas conseguem pequenas margens de liberdade em suas vidas, em suas escolhas – ou mesmo conseguem ter paz para estudar e para transitar pelos espaços coletivos.

> O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu (BUTLER, 2019, p.46)

A gente traz as questões simbólicas para pensar sobre processos que fragilizam, sobre dores, sobre choros. Essa escrita é principalmente sobre subjetividade.

Dor que é, para muitas pessoas, principalmente aquelas que não têm um *ethos* intelectual no núcleo familiar, uma intenção; e possuem pouca e necessária autoestima para chegar ao lugar de professor universitário, pesquisador e intelectual. As pressões no começo dos anos 2000 foram maiores do que minha resistência para conseguir me manter na vida acadêmica, do que minha admiração e encantamento pela "intelectualidade" institucionalizada, pela produção de artigos, por falas que fazem pensar; e ver pessoas, amigos e amigas entrando nesse lugar, me trouxe um conforto compartilhado, mas junto a isso também veio uma "confirmação" de como era doloroso o caminho. Vi inúmeras vezes amigas chorando, temendo processos de seleção, desistindo no meio deles; mulheres vivendo com pouco dinheiro e fazendo escolhas entre ir a um congresso ou comprar um sapato.

A relação com amigas pretas que se tornaram professoras me fez dar colo e secar algumas lágrimas; ainda vi amigas com medo, com síndrome do pânico, achando-se incapazes, incompetentes; ou percebia que a dedicação delas era profundamente mais dolorida do que a de mulheres e homens brancos que também compartilhei. Não digo isso amenizando as pressões do campo da intelectualidade, pois são intensas para muitos dos corpos que investem anos de suas vidas para fechar um ciclo acadêmico de mestrado e doutorado.

O fato é que a minha vivência foi com pessoas pretas e pobres que precisavam trabalhar; ou que faziam pesquisa e sustentavam a família; ou mesmo que olhavam a vida acadêmica como sonho de produzir pensamento científico para sociedade, mas também precisavam mudar a vida dos que estavam a sua volta – e isso era uma cobrança interna e externa –, já que o

investimento de tempo era enorme. Além do mais, as famílias pobres não entendiam o que era ser doutor sem fazer medicina; também não compreendiam o tempo para formação apresentar um retorno financeiro. No entanto, vejo tal expectativa como natural para famílias que não têm um histórico de presença universitária.

Vejo e percebo desde a minha pesquisa do mestrado que "A Universidade", "O Estudo", para as famílias periféricas é um caminho para produzir, sobretudo, mobilidade social, ou seja, dinheiro para comprar bens como casa e carro, e sustentar a família, claro. Não são só as famílias pobres e periféricas que aguardam retorno material através da educação, mas por experiências de vida em que o imaginário de uma posição privilegiada pelo capital cultural, social e pela educação, trazem dinheiro. Essa percepção é alimentada pela prerrogativa histórica de que lugares sociais são ocupados sempre pelas mesmas pessoas.

Ao refletir sobre vivências de mulheres, cabe dizer que são produzidos imaginários sobre os corpos e imagens sobre a relação desses corpos com o mundo, ou como diz Pocahy, I-mundo. Pois ao vivermos *imundiçados* de suas referências, imaginários e projeções dos lugares que vivemos, somos afetados e afetamos. bell hooks (2018) apresenta as relações entre novas imagens e nossos imaginários coletivos:

> Peço que consideremos a perspectiva a partir da qual olhamos, questionando de modo vigilante com quem nos identificamos, quais imagens amamos. Se nós, pessoas negras, aprendemos a apreciar imagens odiosas de nós mesmos, então que processo de olhar nos permitirá reagir à sedução das imagens que ameaçam desumanizar e colonizar? É evidente que esse é o jeito de ver que possibilita uma integridade existencial que consegue subverter o poder da imagem colonizadora. Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos. Neste processo, buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para a negritude e para as pessoas negras com novos olhos (hooks, 2018, p.39)

4.5 **Água, o privilégio da fonte da vida**

Pode parecer estranho à primeira vista, em um trabalho sobre os impactos do racismo em mulheres negras professoras universitárias, escolher falar da água para apresentar uma distinção de privilégios entre pessoas brancas e negras. Além do mais, não se pode entender o presente sem olhar o passado, e não se pode pensar em futuro sem entender o presente. Há muitos impedimentos para que mulheres negras acessem espaços de poder: a precariedade da vida, da infância e do lugar onde vivemos é um dos motivos que altera nossas possibilidades de vida. E a água é fonte de vida e saúde.

Acesso à educação tem a ver com água. Faltei muitas vezes às aulas por conta de enchentes na Baixada Fluminense. O Rio Botas invadiu minha casa pela entrada, transbordando pelo esgoto, perdemos móveis, roupas de casa e já até adoeci. Ao pesquisar, na internet, os bairros/cidades com os piores índices de saneamento básico, percebi que duas das minhas entrevistadas nasceram e cresceram em um dos cinco piores deles, onde passaram grande parte da vida até chegar à universidade. Uma viveu Em Belford Roxo e São Gonçalo e a outra professora, em Nova Iguaçu. Somente uma entrevistada é da Tijuca e não morou em bairros extremamente pobres com problemas de esgotamento sanitário. Além das pesquisadas, eu mesma, que escrevo, já residi em duas das regiões que estão entre as piores em esgotamento sanitário do Estado do Rio de Janeiro. Se fizermos um ranking das regiões brasileiras (RJ) em relação ao saneamento básico, os dados ficam assim: Nova Iguaçu (82º), São João de Meriti (89º), Duque de Caxias (91º), São Gonçalo (92º) e Belford Roxo (95º)[64]. Mulheres negras, moradoras de áreas periféricas – fruto do racismo que opera e aprofunda as desigualdades.

Nas entrevistas, muitas vezes, senti como se já tivesse escutado os relatos, alguns já havia ouvido mesmo por outras mulheres negras que tiveram mobilidade social ou mesmo sobre elas contado por terceiros. Porque pessoas da minha faixa etária, com curso superior na área de humanas e com alguma atividade acadêmica no estado do Rio de Janeiro, ainda vivendo na capital ou adjacências, elas têm uma grande possibilidade de se conhecerem, de serem amigas, ou de frequentarem os mesmos lugares. A pergunta sobre saneamento básico não foi feita nas entrevistas, mas ao ler diversos trabalhos sobre precariedade da população negra, percebi como mulheres negras, faveladas e periféricas vivem em relação à água. Assim, notei como a falta de acesso digno à água foi um entrave em minha vida escolar. Desde os banhos de balde, lavar roupas em baldes de água e reaproveitar para jogar no vaso sanitário. Até mesmo ver gente acumular urina no vaso para poder jogar água e "dar descarga". Esses problemas centrais do bairro foram vividos por mim e pela grande maioria dos moradores. A falta de água e as enchentes, a destruição de móveis, as ruas sujas, a água com resíduo e até a própria falta dela atravessam a vida de todos aqueles que moram em lugares como os que moramos, de forma direta ou indireta.

O comprometimento da vida educacional devido à falta de água e problemas de saneamento básico é uma realidade em áreas periféricas, e nós, mulheres negras, somos e fomos

---

[64] TRIGUEIRO, André. Ranking do saneamento básico no Brasil aponta que cinco cidades do RJ estão entre as piores do país. **G1.** Rio de Janeiro. 23 jul. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/23/ranking-do-saneamento-basico-no-brasil-aponta-que-cinco-cidades-do-rj-estao-entre-as-piores-do-pais.ghtml. Acesso em: 07 jun. 2023.

extremamente afetadas por isso. No Estado do Rio de janeiro, percebemos como o fornecimento desigual de água coloca o indicativo de como a desigualdade de outras infraestruturas afeta o cuidado das pessoas na educação, mobilidade, assistência social e na saúde. No texto *O que as mulheres falam quando falam de água*, as autoras Camila Fernandes & Camila Pierobon (2022, p.39) apontam que "as ciências sociais devem se mobilizar para que momentos muito essenciais, como tomar um banho, ou beber água potável, não continuem como privilégios naturalizados das populações brancas de classes médias e ricas de nossa sociedade." Em outro, intitulado *Cuidar do outro, cuidar da água: gênero e raça na produção da cidade* (FERNANDES; PIEROBON, 2023), elas apresentam o diferencial de vida entre pessoas de classe média e mulheres negras no período da pandemia, e logo depois da crise hídrica no Rio de janeiro após a água ser contaminada com Geosmina – um momento trágico o qual os supermercados superfaturaram o valor da água mineral e as pessoas precisaram "madrugar" na porta dos supermercados. A classe média, durante o período da pandemia, pedia sua água por aplicativos de delivery, serviço que cresceu muito nessa época, enfatizando ainda mais quem podia ficar em casa e quem tinha que se expor ao vírus, até então, desconhecido, e correr o grande risco de contaminação e morte. Quem tinha melhores condições financeiras chegou a comprar água para tomar banho. Essa é uma linha que separa as condições de vida. Mulheres são vistas como responsáveis do cuidado e da gestão familiar. As autoras Fernandes e Pierobon (2023) colocam homens e mulheres em uma divisão do trabalho com a água. As mulheres na administração, carregando baldes de água, e homens na gestão de mutirões construindo infraestrutura para o armazenamento.

Um outro ponto interessante nesse trabalho que dialoga com esta tese é a demonstração da água como um agente que se comunica com violências. No caso do artigo, mostra que o deslocamento de crianças em trajetos longos contribui para vulnerabilidade desses corpos, colocando crianças em riscos, como casos, mencionados na pesquisa, de estupro. As autoras também apontam que, na dialética de presenças e ausências, a importância do poder público (além do local) organizam o fluxo a partir intermitente das águas. Acredito que o poder público produz e replica as dinâmicas de seletividade o tempo todo e em vários espaços; todas essas dinâmicas nos separam em raça, gênero e sexualidade. O acesso à água produz, ao mesmo tempo, necropolítica e a biopolítica, na seleção de quem o Estado faz morrer e de quem precisa sobreviver. As estratégias e os privilégios são ordinários. Formas de violências estruturais que se aprofundam com a população negra e periférica. Como Lima (2018) descreve, é uma produção de bio-necropolítica

bell hooks (2013), em *Ensinado a Transgredir*, sinaliza o lugar da casa como um espaço de cuidado das mulheres nas famílias negras americanas, é o lugar da "norma" patriarcal. Ela também ressalta a importância da casa para a reprodução social. Esses lugares de ausências são os lugares de onde essas mulheres professoras vieram, lugares que demarcam a dificuldade de vida e que reforçam as inseguranças. As mulheres professoras não só viveram nesses locais precários, mas suas famílias são moradoras desses espaços. Ao sair desses bairros e se deslocarem – dessa condição coletiva que as cidades periféricas compõem – suas vidas melhoraram, não só financeiramente, mas em termos de saúde. Enquanto isso, a classe média tem um ponto de partida muito superior, se comparamos os bairros de origem em relação aos serviços a que têm acesso. Até a água, que é algo abundante no país, costuma ser escassa ou de menor qualidade para a população negra, para as mulheres negras, ou seja, observando esse elemento vital, pode-se perceber o privilégio.

4.6 **O privilégio da longevidade: a quem interessa o envelhecimento de pessoas negras?**

No Brasil e no restante do mundo está crescendo o número de pessoas consideradas idosas; o mundo envelhece, mas não de forma igual e em condições homogêneas. Segundo o IBGE (2010), a população brasileira se multiplicará até 2050 e chegará a 66,5 milhões de pessoas. A pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2013) nos mostra que mais de 80% dos idosos precisam de cuidados dos membros de suas famílias, ou seja, não são autônomos. No Brasil e na Europa haverá uma preponderância de idosos na sociedade. Mas, apesar de parte do mundo estar envelhecendo, dentre todas as regiões, a África é aquela que ainda não completou inteiramente sua transição demográfica. Há razões objetivas para isso, e elas são conhecidas por qualquer demógrafo historiador sério. Mesmo perdendo milhões de pessoas durante os séculos de comércio de escravos atlânticos e árabes. O colonialismo, em suas guerras e mazelas produzidas pelo racismo, segue gerando consequências epidemiológicas e ecológicas que mataram uma proporção incalculável de africanos. No final do séc. XXI, a África terá compensado o que perdeu durante esses primeiros séculos. Ou seja, diferentemente da Europa, a África terá mais jovens do que qualquer outra região do planeta. E nem todos migrarão para a Europa. (MBEMBE, op.cit). Afinal, quem vai produzir corpos jovens para o mundo são negros e africanos. Destaco essa ideia sobre a imigração do Mbembe para pensar no sistema do colonialismo porque, assim, entendo o resultado da produção de raça como preponderante em

sistemas coloniais – que reflete na sociedade brasileira, também extremamente colonialista e repressora de corpos negros e racializados, sobretudo, não apenas.

Mas esse espelhamento do pânico da conquista territorial pelos negros vem produzindo, em contrapartida, o discurso de uma direita de "supremacistas brancos" crescente na Europa (MBEMBE, op.cit), no mundo, e no Brasil. Essa teoria vem desencadeando políticas racistas e anti-imigratórias. No Brasil, vemos a todo custo tentativas de políticas como o Marco temporal[65] que afeta a populações indígenas em terras ocupadas por eles; além de ações que dificultam a mobilidade social da população negra e pobre, como mudanças no ensino médio, que visam prejudicar a entrada desses jovens na universidade – a precarização dos corpos é uma política eficaz para dificultar não só a permanência de corpos negros, mas também dificultar o envelhecimento. Os/as jovens negros/as que nascem em África e no Brasil também precisam envelhecer.

Voltando especificamente à ideia de envelhecimento no Brasil, e mais especificamente para as questões de gênero: as mulheres negras não envelhecem como as mulheres brancas, e isso não é apenas sobre tempo de vida. Acredito que a noção do tempo é muito diferenciada a partir da raça e do gênero. O tempo de trabalho, o tempo de vida e o tempo de conquistas. A entrada na escola; a saída da escola; o tempo que leva para fazer a universidade; a possibilidade de ter e criar os filhos e a vida profissional; o tempo de reconhecimento profissional. As mulheres entrevistadas são mulheres negras as quais obtiveram suas conquistas profissionais de forma precoce, se pensarmos as trajetórias e obstáculos enfrentados para entrar na vida acadêmica – são, no mínimo, quatro anos de graduação, dois anos de mestrado e quatro anos de doutorado. Como apresentei no capítulo anterior, elas se tornaram professoras universitárias, em média, com trinta e poucos anos. Essas três mulheres, contudo, algumas com mais de 40 anos ou quase aos 40, "concidentemente", não são mães. No entanto, quase todas, de forma direta ou indireta, são responsáveis pelas suas mães, ajudando financeiramente, e no cuidado do envelhecimento.

O envelhecer para a população negra é, muitas vezes, um fardo. Fernando Pocahy (2022), em seu artigo *Extensão na/ com diferença: Gênero, sexualidade e envelhecimento*, afirma: "Assim, a população idosa encontra-se mais vulnerabilizada, quanto mais complexificada for sua experiência de intersecção na diferença, notadamente a partir de recortes

[65] O Marco temporal busca definir uma data a partir de quando os territórios podem ou não ser considerados Terra Indígena. Contrapondo o artigo 231, a Constituição Brasileira reconhece a esses povos os direitos originários sobre os locais que ocupam – sem menção a períodos específicos. O Marco Temporal é a principal ameaça contra os povos indígenas atualmente sendo aprovado pela Câmara dos Deputados até então. O superior tribunal de Justiça está analisando a constitucionalidade do Marco Temporal.

de classe, raça, gênero e sexualidade" (p. 141). Logo compreendermos que quanto mais distante das normas do "Cistema" (YORK, RAYARA, BENEVIDES, 2020), mais precária e vulnerável é a vida. Compreendo que as dificuldades das mulheres pretas professoras universitárias se aprofundam quando, além de serem mulheres, sobretudo, são mulheres negras. Pelos relatos da pesquisa, não há um lugar dentro do espaço acadêmico em que essas mulheres não se entendam como racializadas; a legitimidade intelectual não opera da mesma forma que funciona com as intelectuais brancas. Em um relato específico em que os membros da pós-graduação são uma maioria de mulheres brancas, as opressões e relatos de racismo se mantêm: as dúvidas sobre a qualidade e legitimidade acadêmica de um par. A dúvida do trabalho da mulher negra é naturalizada entre outros pares, principalmente colegas brancas. O envelhecer na academia não parece agregador no sentido de amenizar as dores para intelectuais negras. Mesmo que as minhas interlocutoras sejam mulheres relativamente novas na academia, tanto em idade, quanto em relação ao tempo (estão longe de se aposentarem), elas já estão há alguns anos se relacionando com colegas que tiveram tempo suficiente para perceber suas competências, mas ainda assim, as tensões se mantêm.

Entre mulheres na universidade, a idade cronológica e o tempo de atuação são importantes, principalmente quando o tempo representa produção acadêmica e orientações concluídas. Como um todo, sabemos que envelhecer, apesar dos problemas e das poucas políticas públicas pensadas para pessoas que conquistaram a longevidade, é um privilégio na nossa sociedade. Mas para intelectuais negras, não se resume, como disse anteriormente, em tempo de vida. Ao envelhecer em atividade acadêmica, espera-se um maior quantitativo de produção ou orientação.

Para além de pensar a academia e a vida produtiva do trabalho intelectual, a população negra, por um lado, é responsável pela manutenção de uma mão de trabalho jovem e – por que não dizer? – a maior responsável pela existência da nossa sociedade, no que diz respeito ao nascimento de brasileiros.[66] Ao mesmo tempo, são os jovens e as crianças negras brasileiras são os que mais morrem ou são mortos no país.[67] A população negra é morta desde muito cedo. E isso não ocorre apenas no Brasil.

---

[66] Se olharmos as taxas de fecundidade IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):
CABRAL, Umberlândia. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. **IBGE.** Rio de Janeiro. 22 jul. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021. Acesso em: 07 jan. 2024.

[67] Crianças negras têm 39% mais risco de morrerem antes de completarem 5 anos. Realizado pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia). Entre as crianças negras, há duas vezes mais risco de morrer por má nutrição, 72% mais de risco de morrer por diarreia e 78% mais chances de morrer por

O livro intitulado *Onde Aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno,* de Bruno Latour (2020), faz uma provocação reflexiva quanto a relação do mundo, após a vitória contra o comunismo, com meio ambiente e com as pessoas que vivem neste planeta. Há uma explosão de desigualdades sociais em conjunto, que o autor chama de mutação climática. Latour (2020) parte das elites, da parte dirigente que, de alguma forma, percebe que o planeta não as comporta (elite) com o restante do mundo. E assim, a partir de 1980, a classe dominante prefere optar por tentativas de se refugiar fora da Terra. Há, por algumas autoridades, a desistência de um mundo comum. Apesar do fio condutor do texto ser a questão ambiental, a reflexão sobre o processo de globalização e do racismo ambiental aparece, em síntese; e o autor evidencia em sua escrita que é preciso excluir uma massa de cor, já que o planeta não comporta uma vida plena para todos. Logo, é perceptível que o autor reforça a ideia de que é preciso descartar determinadas populações para dar espaço para um grupo: "[...] as elites, percebendo que a festa tinha acabado, viram que era preciso construir o mais rápido possível *comunidades muradas* para não ter que compartilhar com as massas – e sobretudo com as massas "de cor" que logo avançariam por todo planeta, uma vez que seriam expulsas das suas próprias casas." (LATOUR, 2020, p.30)

Apesar do projeto de eliminação de corpos racializados e do temor dos brancos de uma tomada de lugar, tanto espacial, quando existencial, de seus corpos. Todos os corpos, sejam brancos ou não, passam por um projeto de agenciamento ao envelhecer, que é produzido em uma sociedade focada no capital e seus interesses, ou seja, a ideia de envelhecer representa um prejuízo na existência e na economia. No artigo *Necrogerontopolítica à brasileira: Clamores da/na diferença (geracional)*, Pocahy (2022) traz a seguinte reflexão:

> É preciso compreender não somente a circulação de enunciados e representações, mas os modos como nos (auto)governamos diante dessas interpelações. Ou, em outras palavras, em que medida as práticas institucionais ou o conhecimento que é produzido sobre uma população opera e/ou contribui para a fixação dessa marcação da diferença e quais vidas passam a ser consideradas (in)viáveis ou (im)possíveis nessa trama (POCAHY, 2022,p.44,45).

O resultado de todo esse esforço de exclusão é a desumanização do "outro". É difícil envelhecer quando existe um projeto de morte sobre determinados corpos e um menosprezo pela persistência do existir. Para além do tempo da nossa existência – retomo a ideia da qualidade do nosso tempo. Corroborando com Veena Das (2020) – em *Vida e palavras: a*

---

pneumonia do que crianças brancas. A situação de crianças indígenas também é desoladora, com 14 vezes mais chances de morrer por diarreia, 16 vezes mais por má nutrição e 7 vezes mais chances de morrer por pneumonia.

violência e sua descida ao ordinário –, o tempo não é o tempo vivido, mas o tempo do acontecimento das coisas. "Uma maneira de pensar a subjetividade é pensar nas diferenças entre o tempo fenomenal e o tempo físico sobre o qual se debruçam os antropólogos e os filósofos." (DAS, 2020, p.136). Esse tempo que escolho faz-me refletir a respeito do impacto das relações na construção da subjetividade das mulheres negras. O fato é que o corpo das mulheres negras sofre no tempo fenomenal e histórico, e como consequência, sofrerá muito mais em seu processo de envelhecimento do que as mulheres consideradas não racializadas. Por sinal, o nosso sofrimento tem a ver com o tempo que persistimos em viver e a forma como vivemos, ou nos deixam viver, além da desvalorização dos tempos dos nossos. A ancestralidade: mães, pais, avós e também os ancestrais do futuro, nossos irmãos e irmãs, filhos e filhas. A mulher negra faz parte de uma unidade, de um grupo, até porque faz parte da lógica de grupos subalternizados se entenderem como comunidade.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009)[68] mostram que a população negra segue com mais filhos do que a população branca, a taxa de fecundidade total (número médio de filhos tidos por mulher ao final da vida reprodutiva) da nossa população é de 2,1; de mulheres brancas 1,6 (dados de 2009 devido ao atraso das pesquisas devido à pandemia em 2020). As mulheres negras, segundo o Ministério da Saúde (MS, 2017), representam 60% das mortalidades maternas, enquanto 34% ocorrem entre mulheres brancas. Esses números traçam um perfil de grande desigualdade no acesso e na utilização dos serviços de saúde. Crianças negras têm o dobro de chance de óbitos

A vida e a morte de outros negros impactam a nossa subjetividade. Ao olhar para outro corpo negro, o olhar transpõe-se para si, nas conversas as professoras falam do sofrimento, do racismo transcendendo aos seus corpos. Atenta a isso, apresento dados do Estado do Rio de Janeiro, já que minhas interlocutoras nasceram, estudaram e têm suas famílias em bairros considerados pobres (exceto uma entrevistada), violentados e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado.

Podemos demarcar, aqui, que o que difere o envelhecimento da mulher negra em relação a outras pessoas negras é: continuam sofrendo machismo por serem mulheres; continuam sofrendo racismo; e o envelhecimento agrega como mais um fator de sofrimento e precariedade em suas vidas. O envelhecer não é uma nova fase dramática na vida dos corpos pretos/negros como nos corpos trans, é apenas mais um grau nesse sofrimento.

---

[68] **RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA.** Brasilia: Ipea, n. 4, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024.

Para envelhecer é preciso conseguir nascer e viver. Neste capítulo da tese venho apresentando vários autores que me provocam a pensar em como existe um projeto de Estado e mundial para a escolha de mortes e de corpos racializados que não se enquadram do *cistema* (MBEMBE, 2018; LATOUR, 2020; LIMA, 2018). Apresento os dados, não só para refletir como a população negra sofre e tem dificuldade para envelhecer, mas para ressaltar como esses dados da realidade atravessam a nossa subjetividade, e trago para reflexão: quão dolorosa é a experiência de mulheres que conhecem esses dados, trabalham com a questão étnico racial e têm seus corpos pretos/negros como exceção, em um espaço com pessoas brancas? Acho justo uma reflexão coletiva olhando os dados.

Em particular, a população negra (pretos e pardos), está no triste ranking dos óbitos neonatais. Nossa população também sofre mais com a violência durante a juventude, somando 70% das vítimas de homicídio. No Estado do Rio de Janeiro, a diferença do tempo de vida é enorme se compararmos determinados bairros e, principalmente, a cor da pele. Chega a passar de duas décadas.[69] O tempo de vida dos moradores de Niterói, independentemente da cor, é, em média, 70 anos, o município tem o maior IDH[70] do Estado do Rio de Janeiro. A expectativa de vida no município Queimados está entre os piores IDHs[71] do Rio; e na Baixada Fluminense é cerca de 58 anos. A diferença entre a expectativa de vida de pessoas que se declaram pretas ou pardas para pessoas brancas chega até 22 anos a menos para negros e negras. Um dos fatores que mais impactam a longevidade das pessoas é a violência. Ou seja, reforça a ideia de que a população negra é morta com consentimento do Estado e pelo Estado. Segundo dados da Casa Fluminense[72], a criminalidade atinge negros e brancos de formas distintas. Os lugares que ocorrem mais mortes violentas são os lugares pobres com populações expressivamente negras.

A renda média dos moradores de Niterói é R$ 3.114, cerca de 4,5 vezes maior do que os R$ 694 dos moradores de Japeri, na Baixada Fluminense.[73] É estarrecedora a diferença salarial entre mulheres negras e homens brancos. Na média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), o valor pago pelo trabalho das mulheres negras equivale à metade do valor pago aos homens brancos. Moradores de Niterói vivem 12 anos a mais do que os moradores de Queimados. Se compararmos essas disparidades dentro de uma mesma cidade, temos 23

---

[69] Fonte: REGUEIRA, Chico; ALVES, Raoni. Diferença da expectativa de vida da pessoa negra no RJ chega a 22 anos, dependendo do município. **Portal Geledés**, Rio de Janeiro, p. 1-2, 28 jul. 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/diferenca-da-expectativa-de-vida-da-pessoa-negra-no-rj-chega-a-22-anos-dependendo-do-municipio/. Acesso em: 07 jan. 2024.

[70] IBGE | Cidades@ | Rio de Janeiro | Niterói | Pesquisa | Índice de Desenvolvimento Humano | IDH.

[71] IDH das cidades do Estado do Rio de Janeiro - WikiRio.

[72] Mapa da Desigualdade - Casa Fluminense.

[73] Mapa da Desigualdade - Casa Fluminense.

anos de diferença entre moradores de São Conrado, na capital do Rio e um dos bairros mais valorizados da cidade, e quem mora na vizinha Rocinha.

Na cidade do Rio de janeiro, 79% das vítimas de homicídio por intervenção policial são negras. Ao olharmos para os Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2018) pessoas negras somam 48% da população idosa na sociedade brasileira — significa, em números, mais de 3 milhões de pessoas idosas pretas e 12,5 milhões de pessoas idosas pardas. Número extremamente significativo se pensarmos que nossa sociedade tem, segundo o IBGE (2022), 14,7% de idosos e, em média, 31,2 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Apesar de todos os obstáculos sociais, frutos do racismo atual e histórico que vivemos, devido ao volume quantitativo da população brasileira (cerca de 200 milhões de pessoas e sua maioria é negra) e devido ao maior número de nascimentos da população negra, há uma quantidade expressiva de pessoas negras que chegam à longevidade. Pocahy (2022) apresenta uma reflexão contemporânea:

> Venho me questionando em pesquisa como ficariam aquelas pessoas que não correspondem a certa imagem – representação ou ideal – da velhice ou aquelas pessoas marcadas por uma dada contingência de vida (sempre social, mas desigual)? Seriam passíveis de reconhecimento da/na cultura? Poderiam demandar ou acessar com dignidade os aportes previdenciários e de saúde pública? Qual forma-representação-performance alguém precisa realizar ou assumir – incorporar – para ser reconhecido/a como idoso/a, criança, jovem ou adulto/a inteligível, para ser percebido/a-tratado/a-conduzido/a como humano, ainda que a noção mesma de humano deva ser tensionada. (POCAHY, 2022, p.44)

Há importantes contribuições do autor para pensar a ideia de longevidade, demarco a reflexão de velhice que transpõe a ideia do tempo vivido, até porque, assim como outras fases da vida, o que entendemos como vetustade é um momento performativo e suas significações são construídas culturalmente, mas também interpeladas pelo jogo de verdade, mediados por uma razão de Estado, com suas racionalidades econômicas e políticas (POCAHY, 2022).

4.7 **O privilégio da classificação. E elas: pretas, pretas... pretinhas**

Durante a qualificação do doutorado, foi-me questionado sobre a classificação das minhas entrevistadas que chamo de mulheres pretas; fato que é um debate de suma importância para os movimentos sociais. Por um lado, não se pode fazer política pública sem as classificações, por outro, é um campo de disputa pela legitimação e apropriação dos termos. A língua e a cultura, assim como as identidades, não são fixas, são instáveis e flexíveis – e dada

essa flexibilidade, vou, primeiramente, optar pela maneira que minhas interlocutoras se entendem. Perguntei se preferiam ser chamadas de pretas ou mulheres negras, elas, que são professoras universitárias e estudam relações raciais, seja no âmbito educacional ou em outras vertentes de atuação em que interseccionam as questões de gênero e raça, responderam que pretas, principalmente quando a conversa é com pessoas que tem intimidade e negras/pretas. Antes de falarmos sobre as diferenças históricas dos termos negro e preto, justifico a escolha do debate classificatório no capítulo que discute privilégios. Afinal, é um privilégio da branquitude a tranquilidade classificatória que atravessa seu corpo. As disputas e as críticas classificatórias são enfatizadas e direcionadas para as minorias sociais como povos indígenas, populações racializadas e comunidade LGBTQIA+. No caso da questão racial, já vimos, neste capítulo, que a branquitude foi determinante na definição do que é "o outro", como se os brancos fossem o padrão, a norma, e os demais apenas "outros". Cabe falar, aqui, que os chamados outros formam uma maioria quantitativa se somarmos negros/pretos/indígenas e racializados. Por último, essa minoria com fascinação pelo processo colonial tem muito privilégio, inclusive ditar a classificação alheia. Mais uma contribuição da tese de SCHUCMAN (2014):

> A ideia de raça e racialização do mundo é, desde então, uma das explicações encontradas pela humanidade para classificar e hierarquizar os grupos humanos. No século XVIII, a cor da pele foi considerada um dos critérios dentro desse processo de classificação pela radicalização e, dessa forma, a espécie humana ficou dividida em três que permanecem até hoje no imaginário coletivo: branca, amarela e negra. (SCHUCMAN, 2014, p.74).

Fanon (2008) se debruça na análise das relações de colonialismo, sendo o autor um psiquiatra que lutou ao lado da França na Segunda Guerra contra o Nazismo e, em território francês, sendo francês, era visto e tratado como outro. Este livro o qual descrevo não é sobre o enfrentamento da França ao racismo dos franceses com a Martinica. Fanon sentiu o racismo anti-negro no exército e nas ruas das cidades francesas após a vitória sobre a Alemanha nazista, assim como os demais soldados franceses negros. Dentre as principais ideias de Fanon (2008), está o conceito de *epidermização* do racismo, em: "a experiência vivida do negro", que remete ao debate de uma percepção fenomenológica do corpo negro em relação ao constante racismo. Ele relata: "Mamãe, olhe o preto, estou com medo! Medo, Medo"[74] (FANON, 2008, p.105). Essa é a frase que repercute no mencionado capítulo. Todavia, este mesmo corpo que é objetificado, o corpo que vê e age, acaba por refletir conscientemente sobre o mundo que o

[74] Maman, regarde le nègre, j'ai peur! Peur! Peur! Voilà qu'on se mettait à me craindre (1952, p.90).

teme. O termo *nègre*, em francês, – o livro original usa esse termo – é o adjetivo da estigmatização. Já em português, a tradução é a mesma tanto para *negro* como para *preto.*

O termo *negro* foi um debate importante no Movimento Negro Unificado (MNU) e os Cadernos Negros adotaram o termo *negro* a partir da década de 70. Uma geração que se tornou letrada na questão racial e os militantes com influência dessa geração optaram pela nomenclatura *negra*.

> ‘Sou de uma geração que assistiu esse esvaziamento negativo da palavra negro. A palavra negro era usada sempre no sentido pejorativo. Quando queria atingir uma pessoa negra, o termo era usado. Houve um trabalho, uma autonomeação da palavra negro para esvaziar o sentido negativo dessa palavra. Foi criada uma semântica de positividade. Isso muito por meio da literatura’ [75], afirma Conceição Evaristo (MARTINS; CRUZ, 2020)

Nessa mesma entrevista, a escritora relata preferência pelo termo *negro* e menciona que é o termo que usa em suas obras, mas admite que, influenciada pelas novas gerações, passou também a adotar o termo *preto*. Conceição afirma: “prefiro o termo negro. É mais enfático por esse trabalho de criar um sentido, de rebater o sentido negativo da palavra e se afirmar como pessoa negra em todos os sentidos” (EVARISTO, REVISTA ESTADO DE MINAS, 2022). A meu ver, as contribuições históricas do termo *negro* são inquestionáveis.

No artigo *Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950*, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2003) descreve o termo *negro* como marcador de identidade social. Tanto “negro” e “preto”, como também “pardo”, “mulato” e “crioulo”, são termos cunhados pelos chamados “senhores”, como forma de marcar aqueles que lhes eram subordinados.

> Assim, analisando a imprensa paulista do período abolicionista, Lilia Schwarcz conclui que em São Paulo nos anos que antecederam a Abolição, cheios de fugas e revoltas de escravos, e de acirramento ideológico entre abolicionistas e escravistas, o termo “negro” ganhou uma conotação muito pejorativa, ao contrário de “preto” que adquire um significado mais neutro. A mesma autora reproduz texto do século passado em que a palavra “classe” é usada para referir-se a senhores e escravos.
> Hebe M. M. Castro parece concordar com Schwarcz, pois transcreve uma poesia satírica, publicada no jornal O Monitor Campista em 1888, a qual sugere que no pós-Abolição, “negro” estava ainda carregado de sentido ofensivo, referindo-se a “escravos”, enquanto “preto” era entendido como referência à cor e não à posição social. (GUIMARÃES, 2003, p.250).

---

[75]MARTINS, Humberto; CRUZ, Márcia Maria. Negro ou preto? Lideranças negras refletem sobre o uso dos termos ao longo da história. **Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, p. 1-2. 20 nov. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/20/interna_gerais,1208016/negro-ou-preto-liderancas-negras-refletem-sobre-o-uso-dos-termos-ao-l.shtml#google_vignette. Acesso em: 07 jan. 2024.

No mesmo artigo, o autor alerta sobre as diferenciações temporais, que não se remetem ao hoje. Para ele, o termo *negro* era considerado pejorativo, ofensivo e evitado nas relações interpessoais, nem mesmo era reivindicado por pessoas racializadas. Além disso, a cor era reivindicada como marcador objetivo, a "raça" é referida apenas para agrupar todos os descendentes de africanos, principalmente os mais claros, que sofriam maior preconceito (GUIMARÃES, 2003). Nos Estados Unidos da América, o termo *nigger* ainda hoje é pejorativo, mas pessoas que se consideram *black* podem usar *nigger* entre si, mas apenas elas. Referimo-nos ao livro *A Treatise on the Intellectual Character and Civil and Political Condition of the Colored People of the United States: and the Prejudice Exercised Towards Them*, nos estudos de Kennedy (2002), que coloca sobre o termo *nigger*:

> É um termo repugnante, empregado para impor desprezo [aos negros] como uma raça inferior... O termo em si seria perfeitamente inofensivo se fosse apenas usado para distinguir uma classe da sociedade de outra; mas não é usado com essa intenção. [Ele] flui da fonte do propósito de ferir. (EASTON, 1837, págs. 40-41, apud KENNEDY, 2002, p.16).

Complementa:

> Ninguém sabe exatamente quando ou como o niger se transformou zombeteiramente em nigger e alcançou um significado pejorativo. Sabemos, no entanto, que no final do primeiro terço do século XIX, o nigger já havia se tornado um insulto familiar e influente (GUIMARÃES, 2003, apud KENNEDY, 2002, p. 16)[76].

Em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, Kilomba (2020) apresenta as categorias *neger*[77] e *mischling*[78] para relatar o racismo dentro de famílias alemãs. Ela relata que dentro do lar uma interlocutora era chamada de *mischling*, mas o termo *neger* era usado o tempo todo para se referir aos de fora. Para a autora, esses termos expressam uma hierarquia racial, ela explica que o termo *mischling* foi inventado no séc. XVII durante a expansão europeia, e que deriva do latim "mischen" ou "vermischen", e carrega por sentido uma marca de alguém que seria 50/50; identificando pessoas que são filhas de relações interraciais. A expressão era usada para distinguir, apesar de a autora demarcar que os chamados de *mischling* são vistos como "anormais", mas ainda assim, numa hierarquia social (KILOMBA, 2020,

---

[76] tradução livre retirada da tese *James Baldwin e o racismo nos estados unidos: uma análise do filme eu não sou seu negro* (2017).
[77] Equivale ao termo Nigger.
[78] Equivale ao nosso termo miscigenado.

p.150). “Nesse sentido, o termo *M.* emerge como sinal perturbador e de inferioridade, estabelecendo a branquitude como norma absoluta”.

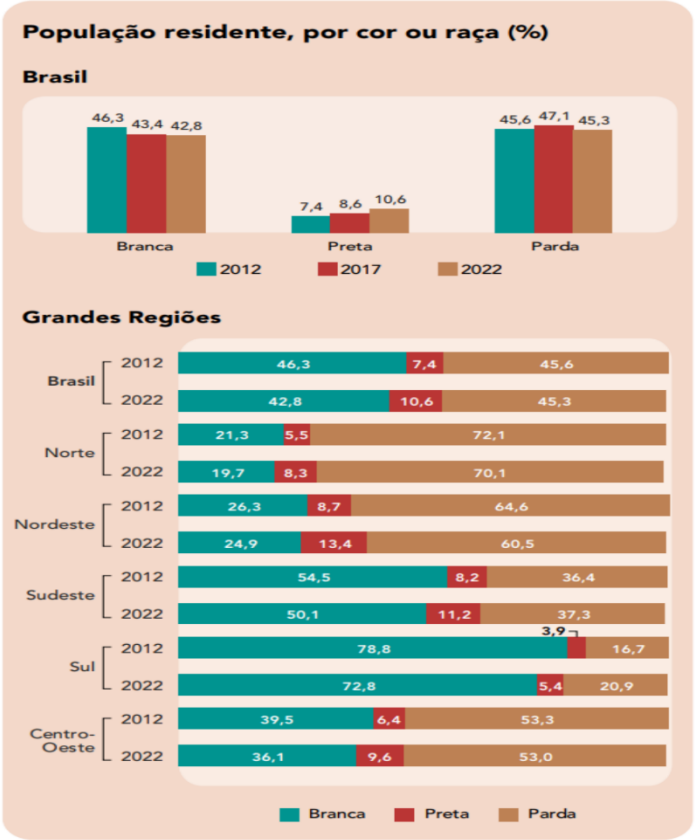
Me apoio em Oracy Nogueira (2007) para definir o racismo no Brasil como preconceito de marca, ou seja, dada a projeção que aqueles, vistos como brancos, entendem do que é ser negro a partir das “marcas” de negritude; o que nossos fenótipos representam para eles e também para pessoas racializadas. No Censo (2011), 96% dos entrevistados afirmam saber a própria cor ou raça. As cinco categorias de classificação do IBGE usadas são: branca, preta, parda, negra, amarela e indígena, e as pessoas, em sua maioria, não se entendem como brancas. O Censo do Brasil é por autoclassificação.

Para compreender as classificações oficiais, o Censo agrupa as denominações de pretos e pardos sob o guarda-chuva da categoria negro, definindo-os como população negra de forma mais homogênea. Em 2022, a população brasileira é de 203.062.512 pessoas,[79] das quais 42,8% declararam-se como brancas; 45,3%, como pardas e 10,6%, como pretas.[80] Somados, pretos e pardos representam 55,09% da população brasileira. Houve um aumento expressivo no volume de brasileiros que se declaram pretos de 8,6% em 2012 para 10,06% em 2022. A região sudeste é onde trabalham as entrevistadas. As três nasceram no estado do Rio de Janeiro, residem e terminaram seu doutoramento em instituições do mesmo estado. Mas, apesar de residir no Rio de janeiro, uma entrevistada trabalha no estado de Minas Gerais. É importante pensar que, na região Sudeste, a maioria da população se classifica como branca, mais especificamente um total de 50.01% se veem como brancas. Pensando nessa classificação, as entrevistadas estão em uma região em que não se vê maioria preta e parda.

Gráfico 7 - População por cor e raça no Brasil

[79] Introdução (ibge.gov.br).

[80] CORREA, Douglas. IBGE divulga resultado do censo no final de junho. **Agência Brasil.** Rio de Janeiro. 03 maio 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/ibge-divulga-resultado-do-censo-no-final-de-junho. Acesso em: 07 jan. 2024.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

4.8 **A classificação das entrevistadas**

Antes de começar as entrevistas, comuniquei às minhas interlocutoras que seus nomes seriam poupados, escolhi nomes que escolheria para uma filha, nomes que considero afetivos, mas que impossibilitam qualquer associação com os nomes das entrevistadas, para evitar algum tipo de constrangimento, apontamento e/ou acusações futuras no espaço acadêmico. Todas as entrevistadas são mulheres negras/pretas que se autodeclaram mulheres racializadas. Ao perguntar sobre a classificação, perguntei como se classificam em relação ao espaço que vivem e trabalham. Compreendo que esses fluxos e seus relatos são de suma importância para pensar o debate atual, por isso, gostaria de registrar aqui as percepções das professoras negras universitárias que, em sua maioria, pesquisam o debate racial e de gênero. Destaco duas falas sobre a classificação e como as interlocutoras diferem *ser negra* de *ser preta*.

> Então, Aline. Eu acho que a gente perde muito tempo tentando diferenciar o que seria negro e o que seria preto, a gente está muito imbuído pelo processo que seria o racismo. Até recentemente eram categorias e termos extremamente pejorativos, negro é uma categoria mais pública. De forma mesmo, para dominar. E hoje é, foi

> ressignificada. Mas por outro lado também estão e fica preso a essas definições do IBGE, sabe? Eu me identifico como mulher negra publicamente (..) preto eu vejo que é uma identificação muito, muito mais íntima, mais pessoal (..) e entre pessoas negras que também dão certo conforto. Eu gosto também. Então assim, eu não tenho objeção quanto a isso, mas é. Seria estranho se uma pessoa branca me chamasse preta, né? E tal como as pessoas negras me chamam, então assim eu vejo que essa categorização é muito mais pública. Utilizar o negro pra mim tá falando pessoalmente, né? Mas enquanto preto. Temos uma relação muito mais afetiva, muito mais íntima e muito mais de grupo, né? (..) Identificação é porque eu estou falando isso porque eu acho que é extremamente importante. Então, pra mim, tanto preto quanto o negro, pra mim ele tem um sentido político hoje, entende? E assim e eu não crio objeção, tenta entender como um processo mesmo de uma identificação de grupo como instrumento. De luta política.

Também considerei importante registrar o segundo relato, pois reforçaria a justificativa da categoria preta. O segundo relato é da entrevistada que ministra cursos como Sociologia da Educação:

> EU: Você prefere ser chamada de preta ou negra? Eu vou perguntar isso pra todas as minhas entrevistadas, tá? Você prefere ser chamada de mulher preta ou negra. Por quê?
>
> Entrevistada: E a coisa do IBGE considerar que negro é a soma de duas categorias (..) não sei se isso conta né porque também a gente que é cientista social; pra alguns é pensamentos sobre a vida, essas coisas fazem parte de como a gente produz o pensamento da categoria do IBGE, mas isso não é uma coisa racional, eu não sei se eu pensei nisso antes de eu me sentir mais confortável com a categoria, mas você fala preta, eu sou uma mulher preta sem nenhum problema como intelectual. Como intelectual professora você usa tranquilamente no dia a dia e a categoria preta. Preta.

Apesar de demarcar apenas duas falas, todas as mulheres entrevistadas, que têm a média de 40 anos, se chamam de “mulheres pretas”, inclusive, com a fluidez da entrevista, a palavra mais usada foi *preta* para falarem de si. A questão passa a ser pensada e dividida quando pergunto como elas se classificam. Entendo que meu corpo de mulher preta, na faixa etária das entrevistadas e sendo do campo das ciências humanas, conhecidas por elas, traz um relaxamento e conexão entre nós. Reconheço, inclusive, que quando estou entre afetos, o *preta* é mais falado. Particularmente, hoje não me incomodo de ser chamada de preta por pessoas brancas ou até estranhos, essa classificação corresponde às minhas expectativas de ser classificada. Deixei de entender a classificação de preta como termo que demarca proximidade e sim que identifica uma mulher que é vista. O termo também foi ressignificado em minhas relações. Os atuais debates, por vezes brigas e os chamados linchamentos na rede social, onde buscam ditar quem é negro e quem não é, reforçam, na minha concepção, a ideia de que há um “outro” que determina o que somos ou podemos ser. Evidentemente, para pensar política pública de Estado é preciso entender como a sociedade brasileira se classifica e quais grupos ficam em

desvantagem e desigualdade social. Como defendo que pessoas racializadas em quaisquer sociedades racistas e hierarquizada não possuem privilégio e sim pequenas diferenciações, cabe lembrar algo já dito por mim, que privilégio é uma associação de vantagens sociais, históricas, econômicas, sociais e de fenótipos -, ou seja, uma pessoa negra de pele clara não tem privilégio.

Nos traços, histórico familiar (de origem e cor de pele) está em desvantagem em comparação com pessoas brancas. Privilégio não é algo superficial vivido sem considerar o histórico familiar e antepassados próximos. Mas, defendo que é preciso distinguir para fins de políticas públicas as pessoas que são negras e pretas, de forma interseccional entender os atravessamentos que ampliam as desigualdades. Principalmente as pessoas com tom de pele mais retinto, que vivenciam os massacres das violências histórica e institucional do racismo. Entender como funciona as oportunidades e os engendramento do racismo a partir dos nossos tons de pele é importante, mas não diminui a comunidade negra e como toda ela é impactada pelo racismo. Entendo como importante enfrentar, letrar racialmente a população, a fim de produzir leis que possam judicializar os discursos e atos racistas.

A violência se renova – para a questão racial, entender que somos múltiplos em cores e traços não deveria ser motivo de separatismo, mas a necessidade, por exemplo, de compreender que a reparação histórica passa por entender as nossas emergências, inclusive as fraudes de quem não tem pais e nem avós racializados. É importante como grupo subalternizado, nos olharmos como unidade, mas ao mesmo tempo ter um olhar da diferença. As distinções entre nós negros/as vêm construindo representações sociais que produzem estereótipos raciais. A autora bell hooks (2001) sinaliza a necessidade do colonizador de produzir uma competição entre as mulheres negras escuras e as mais claras, sendo as de pele clara vistas com erotização e as retintas/escuras com papel mais servil do que as claras. Essa hierarquia estabeleceu papéis sociais entre “mulata” e mulher preta.

> Enquanto a iconografia sexista racista considerava a mulher negra de pele mais escura feia e monstruosa, surgiu um novo padrão de avaliação para julgar o valor das mulheres de pele clara. A erotização estética da mulher negra de pele mais clara deu-lhe um estatuto mais elevado do que o das mulheres mais escuras, criando um contexto sórdido de competição e inveja que se estendeu muito além da escravatura” (hooks, 2001, p. 58)[81]

[81] Where as racist sexist iconography had deemed the darker-skinned black woman ugly and monstrous, a new standard of evaluation came into being to judge the value of fair-skinned females. Aestethic eroticization of the lighter skinned black female gave her higher status than that of darker females , creating a sordid context for competition and envy that extended far beyond slavery. (hooks, 2001, p. 58)

Sendo no campo afetivo ou no trabalho, as distinções existem e recusá-las não ajuda na produção de estratégias para o enfrentamento do racismo. Seria um enorme privilégio a não necessidade do debate sobre quem somos ou como os tons e nossas características produzem possibilidades de vidas-vividas de forma mais ou menos precária. A tese "Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras" (PACHECO, 2008) descreve a solidão afetiva das mulheres escuras e a objetificação sexual das mulheres consideradas "mulatas". Obviamente, nenhuma delas tem privilégios, mas essas diferenças são demarcadas no cotidiano.

É importante refletir sobre o colorismo, destacar que quando pensamos em privilégio, estamos falando de benefícios históricos relacionados à cor/raça, logo, esse privilégio é adquirido em processos históricos fundamentalmente relacionados à questão racial no Brasil. Pessoas brancas têm privilégios e benefícios somados que vão além dos fenótipos oriundos de uma estrutura escravocrata e colonial. É crucial destacar que a cor é um privilégio em nossa sociedade – e talvez o mais marcante dentro das formas de privilégio, pois qualquer classe e gênero produz benefícios para os indivíduos. Assim, dizemos que o corpo negro não é homogêneo, ser negro é ser diverso, tendo em vista que há vários tons de pele e fenótipos dentro da negritude. Na minha opinião, isso é algo que nos distingue dos brancos. Não há privilégio para pessoas negras, tenham elas marcadores físicos mais escuros ou mais miscigenados e mais claros. Constatar que há distinção não significa incentivar a separação, mas além disso, procuremos compreender sobre a diversidade e as consequências da miscigenação – historicamente violenta e muitas vezes pelo estupro.

A pessoa negra de tom mais claro, em processo histórico e social, também vive o racismo que a pessoa negra de pele escura (preta) vivencia. Como vivemos em uma sociedade de exclusão e hierarquia, cabe a nós, pesquisadores engajados, refletir sobre a necessidade de políticas públicas para os corpos que, na lógica hierárquica, estão na base da pirâmide e, consequentemente, têm mais dificuldade para acessar benefícios, como: mulheres negras, pessoas e mulheres LGBTQIA+; e corpos que fogem ao imaginário da normatividade. Por exemplo, pessoas retintas, que deveriam ser colocadas como foco de políticas públicas.

Finalizo este capítulo citando Alessandra Devulsky que, em seu livro Colorismo (2021), "e injusto, habilidades, tendências, características e estéticas que, definidas de fora para dentro, restringem e disciplinam as variadas negritudes existentes no Brasil." (DEVULSKY, 2021, p. 17) afirma que o colorismo é uma "prática" e ao mesmo tempo uma "ideologia" de reprodução do racismo, que demanda uma interpretação interseccional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois momentos mais difíceis de um trabalho acadêmico são escrever a primeira linha, para abrir os caminhos da pesquisa, a responsabilidade de começar a perseguir as promessas do projeto, e concluí-lo.

Normalmente, realizamos promessas megalomaníacas, que em algum momento foram "aparadas" durante a orientação, a pesquisa tem caminhos que vão tomando um corpo diferente do que imaginamos e que precisam ser colocados no papel, em linhas, com continuidade e coerência. Depois, vem a preparação para se despedir de algo que esteve fortemente presente em nossa vida, durante quatro anos.

Me atrevo a dizer que a pesquisa é a presença mais constante da vida em quatro anos, inseparável e, por vezes, oscilou entre incômoda e prazerosa. Presença permanente até mesmo durante o sono, a tese "perturba", antes de dormir, nos sonhos, na vida íntima e na vida social, nas festas, comemorações familiares – não há uma cerveja em um único final de semana que não tenha como fundo a preocupação/culpa com o final da jornada do doutorando. Chega a hora em que é preciso entregar a conclusão do seu trabalho: A tese.

Busquei, durante pesquisa, não realizar uma descrição direta de entrevistas, tentei não ser dogmática, tentei ter o cuidado de incentivar a liberdade das entrevistadas em suas respostas. Ao realizar as entrevistas, esforcei-me para criar um ambiente confortável para as professoras falarem, inclusive, em determinados momentos, não segui o cronograma de perguntas. Isso ocorreu quando alguma delas iniciou a conversa relatando inquietações (desabafando), por exemplo. Ao escolher as entrevistadas, tive a preocupação de não fazer escolhas aleatórias, mas selecionar professoras universitárias cujas atitudes e falas as afirmassem, existencial e politicamente, como mulheres negras/pretas.

No ato de cartografar, a escrita foi surgindo com a intimidade que criei com a pesquisa, acredito que a cartografia foi um processo gradual.

Permiti-me ter um encontro que transformasse o texto em uma tessitura – permiti me enredar nas conversas, dando tempo às interlocutoras, assim como me permiti respeitar o meu tempo de produção de escrita.

Sinalizei as minhas marcações no texto, mas intencionalmente respeitei o momento que me senti à vontade, para assim colocar na escrita e deixei a escrita propositalmente com a característica do meu tempo; evidenciei no texto quando achei pertinentes as trocas com as

sujeitas da pesquisa permitindo-me entender o tempo-presente e respeitar o tempo em transformação da pesquisa, que não é homogêneo, linear e intacto.

Na tessitura das conversas, a dor se manifestou como um elemento que havia já pensado em hipótese. Usei perguntas como: Existe uma forma diferente de significação e discurso da dor a partir do racismo/sexismo? Como eu poderia teorizar uma *Epistemologia da Dor*? Investigando, tentei descrever a especificidade de formas de sentir/relatar a dor que a professoras me trouxeram, cada uma com seus atravessamentos. Atravessamentos específicos, mas, em comum, o sentimento de ser tratada de forma diferente dos colegas que ocupam o mesmo lugar, e elas sabem que é por serem mulheres negras/pretas. Ouvi relatos abertos e assertivos sobre comportamentos racistas no ambiente de trabalho, que levaram a processos de sofrimento ou de questionamento sobre a validade de estar nesse espaço. Não percebi um menos intenso do que outros, mas, simplesmente, há mais semelhanças do que diferenças.

Inclusive quando acabo por incluir as minhas experiencias que se relacionaram com as entrevistadas, eu enquanto estudante de pós-graduação, sinto-me confortável em relatar que solidão profissional existe e fui afetada por ela no caminhar da minha formação e vida profissional enquanto professora e funcionária pública do ensino médio. Até porque, ao falarmos de mulher negra em espaços predominantemente brancos ou embranquecidos, falamos de raros encontros entre corpos racializados em espaços que espaços limitam a possibilidade de ações que resultem em políticas cotidianas e na diminuição dessa sensação de solitude. Percebi que na prática, no dia-a-dia entre colegas de trabalho, é escasso o debate sobre as questões de negritude, e essa escassez se adensa pela falta de uma prática em que corpos pretos/negros, subalternizados se sintam incluídos com suas especificidades de gênero, sexualidade e raça. Há uma dissonância entre a produção escrita e as ações internas.

Ser mulher preta e optar por escrever a respeito da temática racial, ou seja, produzir esses atravessamentos dentro de uma academia majoritariamente branca, ampliou ainda mais o sentimento de solidão. Pude verificar o mesmo em relação às trajetórias das professoras pretas/negras com as quais conversei, pois, ao se engajarem, foi comum em seus relatos a sensação de desamparo, de não compreensão.

Lembro que, no começo da pesquisa, acreditei que os discursos sobre o racismo institucional teriam um certo ar de confidência e que seria muito complicado interpretar as situações cotidianas como racismo na instituição pública, pensei que seria dificultoso pelo fato de ser tratar de profissionais que são funcionárias públicas, com produção acadêmica, aprovadas em um rigoroso concurso público concorrido e são doutoras com relação entre doutores/as. Não comecei a pesquisa achando que não haveria relatos de racismo, até porque estamos imersos

em uma estrutura racista, mas apostei em ter dificuldade de interpretar as situações relatadas, que intelectuais teriam uma maior vigilância de si. Sabendo que a pesquisa tem uma delimitação com pessoas que são formadas e trabalham nas ciências humanas, que debatem sobre processos de desigualdade e que, graças a esses debates e trabalho dos próprios pesquisadores brancos, houve possibilidade de pessoas negras/pretas estarem inseridas. Mas, não se trata apenas dos corpos, cuja presença já é importante, e sim de como esses corpos se colocam e as epistemologias escolhidas, e é ainda mais complexo quando são rebeldes – rebeldia de mudança ou não aceitação.

Para além da dor, é importante entender os processos de superação, de (r)existência e dos discursos de saber-poder. Mesmo sendo minoria quantitativa, as professoras entrevistadas fazem questão de estar envolvidas com trabalhos que desnaturalizam a ideia de que pessoas estão em determinados espaços por simples merecimento – a falácia da meritocracia.

Cada entrevistada demarcou situações especificas de vivências de racismo institucional e como ter conseguido chegar no topo profissional não as isentou do racismo e nem do sexismo. Pelos relatos das entrevistadas, aqui presentes, nesta tese, ficou evidenciado o processo de solidão profissional, e a sensação de solidão não ocorre especificamente na vida de professoras quando ser tornam acadêmicas – me pareceu um processo que se estendeu na vida pessoal assim como na vida profissional.

Por sinal, duas das três entrevistadas viveram suas vidas em lugares marcados pela falta de política pública, e as três, de certa forma, têm como responsabilidade partilhar o que recebem, além do cuidado que têm com as mães – o dinheiro não é inteiramente delas. Isso demarca que as gerações que tiveram mobilidade social têm mais responsabilidade e além de produzir, são responsáveis por algum familiar, isso é um marcador de gênero e classe. Pessoas pobres, principalmente mulheres, cuja situação financeira melhora, acabam por se responsabilizar por uma ou mais pessoas da família. Nenhuma delas tem empregadas ou uma rede de ajuda paga. Elas se diferenciam da maioria de intelectuais que, em geral, são de famílias de média alta. Uma delas até tem pais com curso superior, mas viveu parte da vida frequentando espaço da classe média, e seus familiares próximos, hoje, não compartilham de uma vida confortável. As professoras têm sobrenomes comuns, não tem sobrenomes de famílias importantes e nem familiares intelectuais. Elas são as pessoas mais bem-sucedidas do núcleo familiar.

Vale destacar que estas professoras fazem parte de uma geração de intelectuais que são parecidos com o povo, com a maioria da população brasileira, preta e pobre. Acredito que é um dos motivos pelos quais elas estranham as muitas ações dos/das colegas e os/as colegas de as

estranharem – são corpos “estranháveis” no espaço acadêmico, determinadas trajetórias assumem contornos específico (o estranhamento) e isso tem repercussões importantes no mundo do trabalho, pois elas estariam vivendo em um ambiente pouco solidário, da mesma forma que muitas vezes, as famílias não compreendem o tempo de investimento de estudo para ser tornarem intelectuais reconhecidas. Compreendo que este “não lugar” traz sofrimento, é como se sentir desajustada em vários espaços.

As situações, como falta de diálogo, falta de compartilhamento, são apresentadas quando essas professoras relatam as situações da vida universitária, como a inadequação na entrada dos seus corpos na instituição universitária – um processo que começa na graduação e se estende até a vida profissional. Nem todas as professoras afirmaram que se sentem sozinhas profissionalmente, ou que já se sentiram solitárias nesta jornada, duas delas relataram esses momentos, uma delas, por exemplo, expressou que se sente só e que a sua jornada é de sofrimento e solidão com os pares. Mas, no decorrer dos relatos, percebi a sensação de que os maiores aliados são os/as alunos/as negros/as ou funcionários técnico-administrativos. Situações que nos levam a pensar como a universidade, em sua organização e estrutura, ainda opera de modo colonialista e escravagista - não apenas, mas essa relação de colonialismo e escravagismo ainda é muito presente. Ignorando a existência de determinados corpos em espaço de poder-saber e, ao mesmo tempo, dificultando a existência de quem já ocupa. Como já dito, há uma dicotomia, ao mesmo tempo em que ocorrem inúmeras violências, é um espaço onde as intelectuais fazem alianças com alunos/as, com colegas de diversos campos, classe e gênero.

Sobretudo, para além das alianças e das rotas de fuga, sobrevivência e resistência, acredito que, nas linhas desta tese, há um entendimento de que a branquitude ocupa um espaço de poder e se recusa a aceitar que pretos e negros e vistos como subalternos alcancem o mesmo *status* – é um esforço de deslegitimação e desvalorização. O fato é que não escrevi sobre partilha, divisão ou sobre algum processo de luta política que solicitasse reparação histórica quantitativa, algo que historicamente foi recusado. De certa forma, para estar em determinados espaços, esses espaços precisam ser *tomados*, e uso o termo *tomar* não de forma abstrata, e muito menos metaforicamente, mas para evidenciar que houve uma necessidade de nos apropriarmos de epistemologias outras – não nossas – dos códigos colonialistas para estar no espaço, para que houvesse alguma legitimidade, dado que neste processo violento do racismo e do colonialismo não houve e não há pagamento de dívida histórica real até hoje, até por que a dor, sofrimento, epistemicídio, sequestro e morte são dívidas incalculáveis e não se paga aquilo que não se pode mensurar. Foi preciso saber mais, ler mais, produzir mais e produzir para ser legitimado por uma imensa maioria que não compreende o que minorias produzem e

entendem como epistemes.

Quanto às professoras, percebi que há um constante processo de busca para se manter nos espaços, na vida acadêmica e ter legitimidade das suas escolhas, esforço diário e exaustivo. É um esforço recorrente dos grupos minoritários e, fundamentalmente, minorit ários e racializados.

Acreditando que as ações racistas seriam sutis, eu tinha a preocupação e o medo de ter de fazer uma interpretação minuciosa dos episódios. A pesquisa apresentou as atitudes do racismo institucional, no cotidiano, como bastante visíveis, e não como implícitas e discretas. Independentemente do local, seja a academia, o espaço universitário, o espaço político ou o fato de estarmos no século XXI, o racismo é pouco sutil, não é preciso ter grandes habilidades interpretativas para perceber.

Fiquei surpresa ao ver como os relatos são similares ao senso comum, ao fora da universidade, sendo que pesquisamos um espaço de poder-saber reconhecido e produtor/divulgador de políticas públicas que auxiliam na amenização de desigualdade sociais. É um espaço de contradição enorme, importante e relevante para mudanças macros e não poderia não mencionar isso nesta escrita – e, ao mesmo tempo, é nesse espaço que essas professoras produzem epistemologias negras/pretas, como a valorização das oralidades, das escrevivências (EVARISTO; 2020), da leitura dos intelectuais não acadêmicos, poesia e música negra, da escrita quilombola. O trabalho com essas epistemologias as aproxima dos alunos/as negros/as pretos/as, que são um ponto de apoio e de inspiração, os/as futuros/as intelectuais negros/as. Mesmo ciente da importância dos corpos delas, é absurdo o quanto foi me dito e percebido as inseguranças dessas intelectuais. A sensação, muitas vezes, de fraude e de, em algum momento na trajetória, desmerecimento ou até sensação de sorte por estar naquele espaço, sendo que a maioria delas produz muito.

A impressão de que elas, de certa forma, têm uma dívida com a universidade, com o governo, com a academia, e não que a sociedade brasileira (branca, colonialista e racista) tem uma dívida com nossos corpos. Não falo por todas, mas, por vezes, houve entrevistada que deixou implicitamente essa sensação de como colegas acham que trabalho exercido por ela é de militância, ou que questões de gênero não são tão importantes, ou mesmo os questionamentos de escolhas de parcerias ou todas essas atitudes no cotidiano. Além de muitas vezes essas intelectuais receberem mais respeito entre acadêmicos fora da universidade em que trabalham (inclusive internacionalmente) do que de determinados colegas do mesmo departamento.

Busquei, nesta tese, identificar se existem discursos específicos, repetidos, relativos

aos processos de dores e sofrimentos de mulheres que ocupam espaços historicamente não pertencentes aos seus corpos. Os discursos ficam entre situações de dúvidas das posições e trabalho das professoras ou na produção de uma sensação de que os trabalhos são menores, menos importantes e uma forma de diminuição do trabalho intelectual, encarado como militância. Ações que entendo como epistemicídios permanentes.

Durante os relatos, encontrei palavras como “dor”, “sofrimento” e “sentimento de fraude” em algum momento da jornada universitária. Estratégia psíquica de esquecimento de episódios e falas como “sensação de que a gente é doida” ao ver o racismo institucional sendo escancarado, percebi que algumas vezes a universidade traz gatilhos do racismo vivido desde a infância. Mesmo entendendo a sociedade em que vivemos, a estrutura, em algum momento apareceu no discurso das professoras e vale destacar que acreditei que, no espaço intelectual, os episódios de racismo eram mais espaçados e feriam menos, porque pensei que as pessoas estariam mais atentas sobre o funcionamento da sociedade.

É bom sublinhar que, mesmo com relatos de dor, é importante entender os processos de superação, de ocupação do espaço intelectual, de historicamente ampliamos a presença dos nossos corpos. Há (r)existência no espaço, apesar dos discursos violentos, *hiperbolizados*, principalmente no período do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) – a respeito de uma supremacia de poder-saber/poder branco. O espaço universitário é hostil, sempre foi e se mantém assim, contrário à ampliação do número de corpos vistos como subalternos. Independentemente disso, esse quantitativo vem aumentando. Ainda somos poucos, mas cada vez mais volumosos e expressivos. No final, como é complexo e penoso viver em um espaço que deveria proporcionar a mesma paz que pessoas brancas têm para produzir intelectualmente.

No espaço institucional que elas ocupam, é interessante perceber que as intelectuais negras/pretas podem falar, mas há uma extrema dificuldade para que sejam ouvidas e respeitadas enquanto profissionais que exercem alguma autonomia em suas escolhas de pesquisa. Quando, por exemplo, elas escrevem e ensinam, conseguem ter um pouco mais de legitimidade, mas em reuniões, em decisões, são mais questionadas, como se houvesse uma hierarquia entre professores. Na verdade, o que fica claro é o pacto da branquitude (Bento, 2022) recorrente em instituições públicas e em colegiados.

A escolha dos temas e o modo como trabalham em suas aulas contribuem para que as professoras negras/pretas tenham mais legitimidades em suas falas, dentro e fora da universidade – elas são profissionais queridas e procuradas pelos/as discentes. Entendo que através da qualidade das aulas, da procura por elas nos cursos e produções nacionais e internacionais, elas conseguem força dentro do espaço que se apresenta com hostilidade. Logo,

é por meio de um bom trabalho e da sobrecarga de trabalho, ou seja, um acúmulo de bancas, de trabalho técnico, orientações ou de produções, que conseguem uma existência validada. Isso significa que é através da exaustão do trabalho que conseguem mais aceitação. Reconheço que senti com um relato a sensação de dívida invertida, a sensação de que o trabalho pagava o espaço, mas é exatamente ao contrário. Essas mulheres têm bônus e o espaço frequentado pela branquitude é que tem um enorme acúmulo de dívida com as populações racializadas e LGBTQIA+.

A questão mais relevante para mim, nesta tese, foi compreender que as professoras entendem e sabem que é preciso subverter essas relações. As profissionais se mantiveram com legitimidade no campo científico pela enorme qualidade do trabalho que desenvolvem. Inclusive, elas têm como referência as mulheres intelectuais ancestrais e, independentemente de ter começado a pesquisa na área do gênero, relação raciais ou qualquer disciplina que trabalhe questões de raça, as professoras foram se aproximando dessas intelectuais por escolha e por necessidade de responder aos/às alunos/as e também a própria vida no espaço acadêmico. Todas precisaram estudar e pesquisar, visto que os currículos não contemplavam intelectuais negras/pretas e descoloniais. O trabalho dessas professoras mantém o trabalho das intelectuais que vieram antes, as que estão vivas e as que já se foram. Inclusive, a entrevista da deputada Benedita da Silva sinaliza a importância do papel das mulheres negras intelectuais para a sua forma de fazer e pensar política. De forma muito humilde, a deputada disse que foi aluna de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Neusa Santos, Eudésia Medeiros e que elas eram intelectuais que sabiam que era preciso sair da universidade, subir a favela e ouvir. Essa construção me parece semelhante às das professoras que trabalham com as demandas dos estudantes. Parece-me uma relação menos hierárquica do que o habitual, pois percebo uma preocupação latente nessas intelectuais para que os/as alunos/as continuem na universidade, principalmente os/as periféricos/as, talvez, porque se veem e se percebem nesses/as discentes com dificuldades.

Fica claro que, apesar de ocuparem espaços de poder-saber, as informantes vivem ainda as formas de exclusão e de preconceito existentes em uma sociedade racista, e apesar de algumas pessoas, inclusive muitos intelectuais, acreditarem na lógica tendenciosa e maliciosa da meritocracia, dom e talento, essas mulheres não são tratadas na lógica da meritocracia. Mesmo sendo pessoas que “furaram” a barreira do racismo e sexismo, dentro das regras de seleção estabelecidas pela branquitude, elas ainda não são vistas e respeitadas com potencial de protagonismo na plenitude que merecem, o que leva a momentos de dificuldade ou de solidão para algumas delas.

(Saudação a Oxumaré!)
Serena Assumpção
Seu Angorô, seu Angorô
Eu vi seu arco
Lá no céu brilhar
São os seus filhos
Que pedem sua bênção
E a proteção
Da sua cobra coral
Seu Angorô, seu Angorô
Eu vi seu arco
Lá no céu brilhar
São os seus filhos
Que pedem sua bênção
E a proteção
Da sua cobra coral
Sucuri
Jibóia
Veja como vem
Beirando o mar
Quando seu Angorô
E a sua cobra coral
Sucuri
Jibóia
Veja como vem
Beirando o mar
Quando seu Angorô
E a sua cobra coral[82]

[82] OXUMARÉ. Serena Assumpção - Tema, 2021. Son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7Z18KaMkEWc. Acesso em: 07 jan. 2024.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BAMPI, Lisete. Governo, subjetivação e resistência em Foucault. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 1, p.127-150, 2002.

BECK, Koa. **Feminismo Branco:** das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás. Brasil: HarperCollins, 2021.

BENTO, Berenice. **Transvia@as:** gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio. O produtivismo na era do "publique, apareça ou pereça": um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p.726-750, 2015.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco, 1955. p. 227-310.

BISPO DOS SANTOS, A. **Colonização, quilombos**: modos e significação. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, 2015.

BORBA, Maria Antonieta Jordão de Oliveira. Pensamento filosófico da desconstrução e Teoria da Interpretação. **Soletras Revista**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-18, 2012.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAMPOS, Luiz Augusto. "O negro é povo no Brasil": afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos (1948-1955). **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 91-110, 2015.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco antiracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em: http://www.umanizales.edu.co/revistacinde /index.html. Acesso em: 29 out. 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Júlia Dias. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. **BBC NEWS BRASIL**, Rio de Janeiro, 09 mar. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948 Acesso em: 10 abr. 2020.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros. **Perfil do professor da educação básica.** Brasília, INEP, 2018. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, 41)

CHAUÍ, Marilena. **Ética e violência**. São Paulo: USP, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought:** knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. Nova Iorque: 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Paragrafo**. Jan/Jun, 2017, v. 5, no1, p. 6-17.

COMBAHEE River Collective. The Combahee River Collective statement [1978]. In: Smith, Barbara. (org.). **Home girls:** a black feminist anthology. New Jersey: Rutgers University Press, 2008, p. 264-274.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 10, 172, p. 171-188, 2002

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *In*: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITIUK, Roxanne (orgs.). **The public nature of private violence.** Nova York: Routledge, 1994, p. 93-118.

DAHER et al. **Cidadãos anti-racistas contra as leis raciais**. [Carta] Destinatário: Gilmar Mendes. 21 abr. 2008.

DA MATTA, Roberto**. Relativizando:** uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DAS, Veena. **Sujetos del dolor, agentes de dignidade**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas e Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2008.

DAS, Veena. **Vidas e Palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Unifesp, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.
DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo & esquizofrenia. vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2007.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DU BOIS, W.E.B. **Black reconstruction in America (the Oxford W. E. B. Du Bois):** an essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880. USA: Oxford University Press, 2014.

EVARISTO, Conceição. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. **Revista Releitura.** Belo Horizonte, n. 23, p.1-17, nov. 2023.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras: teóricas, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edição, 2007, p. 16-21.

FANON, Frantz. **Los condenados de la Tierra.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Daivison Mendes. **"Por que Fanon? Por que agora?":** Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FERNANDES, Camila;PIEROBON, Camila. Cuidar do outro, cuidar da água: gênero e raça na produção da cidade. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 37, n. 107, p. 25-44, jan. 2023. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37107.003.

FOUCAULT, Michael. **Dits et écrits. 1954-1988**. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69-78.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

FRY, Petter. **Brasil:** fardo do passado, promessa do futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GLUZ, Nora. Discriminação positiva. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancella; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

GONÇALVES, Adelto. **Direito e Justiça em terras D'El Rei na São Paulo colonial (1709 1822)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

GONÇALVES, Vinicius Rodrigues. **"Se queres a Guerra, prepara-te para a Paz":** O Dispositivo Verde-Oliva de "Pacificações" para Comando, Controle e Conquista (C3) de Populações. 2021. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

GONZALEZ, Lélia**. A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. *et al*. (org.) Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**. Brasília: ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950**. Afro-Ásia, n. 29/30, p. 247-269, 2003. Tradução. Acesso em: 29 maio 2023002E

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** [S.l: s.n.], 1999.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Erguer a voz***:* pensar como feminista, pensar como negra. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo, 2019.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Tradução Roberto Cataldo Costa. Dossiê Feminismo e Antirracismo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan. 2015.

hooks, bell. **Olhares negros**: Raça e representação. Editora Elefante, 1ª ed., 2019.

INEP. **Censo da educação superior:** notas estatísticas. Brasília, 2016.

IPEA. **ATLAS da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas:** uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KIRST, Patrícia Gomes; GIACOMEL, Angélica Elisa; RIBEIRO, Carlos José Simões; COSTA, Luís Artur; ANDREOLI, Giovani Souza. Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In: KIRST, Patrícia Gomes; FONSECA, Tânia Maria Gali (org.). **Cartografias e devires:** a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, vol. 70 (n.spe), p.20-33, 2018.

LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos de subjetividade na encruzilhada. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72 (n.spe), p.80-93, 2020.

LONGO, Vitor; VIEIRA, Flávia Melo. Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, p.1051-1071, 2017.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas:** filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto‖. *In*: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. p. 127-167. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et al*. **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

MARTINS, Aline Correia. **Experimentações interseccionais no ensino de Sociologia:** marcas de um cotidiano. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, Humberto; CRUZ, Márcia Maria. Negro ou preto? Lideranças negras refletem sobre o uso dos termos ao longo da história. **Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, p. 1-2. 20 nov. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/20/interna_gerais,1208016/negro-ou-preto-liderancas-negras-refletem-sobre-o-uso-dos-termos-ao-l.shtml#google_vignette. Acesso em: 07 jan. 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014.
MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. **Social & Cultural Geography**, 12(8), 947-963.

MOMBAÇA, Jota. **Ñ vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOMBAÇA, J., & MATTIUZZI, M. M. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In: D. F. Silva. **A dívida impagável**. São Paulo, SP: Casa do povo, 2019.

MORRISON, Toni. **O olho mais azul.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. **The under commons**: fugitive planning and black study. Wivenhoe; New York: Minor Compositions, 2013.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. Pretitude e governança. In: RIBEIRO, Felipe (Org.). **Atos de fala**. Rio de Janeiro: Telemar, 2016. p. 27-33.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Quilombola e intelectual:** possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. *In*: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco:** estudo de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

OECD (2019). **Education at a Glance 2019:** OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en. Acesso em: 14 abr. 2022.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa. **Uma breve história da UFRJ.** Disponível em: https://ufrj.br/acesso-a-informacao/institucional/historia/. Acesso em: 13 abr. 2022.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira; PARAÍSO, Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Revista Pro-Produções**, São Paulo, v. 23, n. 3 (69), p. 159-178, 2012.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: IESALC-Unesco, 2002, p. 24-38.

ORÍ, Direção: **Raquel Gerber**, 1989, 1 vídeo.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Edufba, 2013.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; Liliana da Escóssia. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020.

PEREIRA, Camila Santos et al.. **Intelectuais negras na sociologia**: dos livros teóricos às escolas. Anais do VIII Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica.

Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92432>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana – Tomo I**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1948.

POCAHY, Fernando. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. **Revista Ñanduty**, Dourados, v. 6, n. 8, p. 9-22, 2018.

PORTAL Geledés. **Um olhar sobre as mulheres negras e o ensino superior no Brasil**. (2014). Disponível em: https://www.geledes.org.br/um-olhar-sobre-mulheres-negras-e-o-ensino-superior-brasil/ Acesso em: 12 abr. 2022.

QUIJANO, Aníbal. - Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005, p.118-142.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. (Coleção tempo novo; 2).

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do "branco" brasileiro. In: RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 215-240.

RAMOS, Carla. **"Nem tão pobres, nem tão negros" um estudo de caso sobre os alunos indeferidos no vestibular/2004 da UERJ**. 2005. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Kuanza, 2006.

RDH (2010). **Relatório do desenvolvimento humano.** A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. PNUD/ONU. 2010. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf&ved=2ahUKEwiCgJ_E_or3AhUQRLgEHf4wDRYQFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw0T52jcekelBlV7L-lPp8cg Acesso em: 10 abr. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derecho:** los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Traducción César Rodriguez. Bogotá D.C..: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, ILSA, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SANTOS, Rosemary; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de; MADDALENA, Tania Lucía. Conversas ubíquas via WhatsApp: ambiências formativas multirreferenciais. *In*: PORTO, Cristina; OLIVEIRA, Kaio; CHAGAS, Alexandre (orgs.). **Whatsapp e educação:** entre mensagens, imagens e sons. Ilhéus, Bahia: Ed. UESC, 2017. p. 197-218.

SANTOS, Sônia Beatriz. Interseccionalidade e Desigualdades Raciais e de Gênero na Produção de Conhecimento entre as Mulheres Negras. **Vozes, Pretérito & Devir**, ano IV, v. VII, n. 1, p. 106-120, 2017.

SILVA, Juliana Márcia Santos. **Mães negras na Pós-graduação**: uma abordagem interseccional. 2020. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SILVA, Priscila Elisabete. E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo do estudo. In: CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia M. P. (org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 19-32.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer; SCHLICKMANN, Renata. Racismo e branquitude: psicologia e branqueamento no Brasil. In: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Christina (org.). **Roteiros temáticos da diáspora**: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SOARES, Elza. **Elza Soares - Dentro De Cada Um (Lyric Video Oficial)**. 2018. (4 min). Publicado pelo canal: Elza Soares. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TxivAxebqKc Acesso em: 10 abr. 2022.

SOUZA, Claudete Alves da Silva et al. **A solidão da mulher negra**: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008.

SOUZA, José Geraldo. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista de Educação**, Campinas, n. 1, p. 42-58, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty**. Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THEODORO, Mario. As relações raciais, o racismo e as políticas públicas. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37, 2013, Águas de Lindóia. Artigo. **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs**: [s.n.], 2013, p. 1-11. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/mr-2/mr10/8786-as-relacoes-raciais-o-racismo-e-as-politicas-publicas/file. Acesso em: 13 abr. 2022.

TRUTH, Sojouner. **“E eu não sou uma mulher?”:** a narrativa de Sojouner Truth. Tradução Carla Cardoso. Rio de Janeiro: Imã Editorial, 2020.

WEST, Cornel. O dilema intelectual do negro. Tradução Braulino Pereira de Santana, Guacira Cavalcante e Marcos Aurélio Souza. *In*: WEST, Cornel. **The Cornel West:** reader. [*S.l*]: Basic Civitas Book, 1999, p. 302-315.

YORK, Sara; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p.1-12, 2020.